



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

A Historiografia Acadêmica na Paraíba: o NDIHR e a História Regional (1976-1990)

ROBSON ARRUDA DE ARAÚJO

Orientador: Prof. Dr. Raimundo Barroso Cordeiro Junior
Linha de pesquisa: Ensino de História e saberes históricos

JOÃO PESSOA-PB

2015

**A HISTORIOGRAFIA ACADÊMICA NA PARAÍBA: O NDIHR E A HISTÓRIA
REGIONAL (1976-1990)**

Robson Arruda de Araújo

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em História, Área de Concentração em História e Cultura Histórica.

Orientador: Prof. Dr. Raimundo Barroso Cordeiro Junior

Linha de pesquisa: Ensino de História e saberes históricos

JOÃO PESSOA - PB

2015

A HISTORIOGRAFIA ACADÊMICA NA PARAÍBA: O NDIHR E A HISTÓRIA REGIONAL (1976-1990)

Robson Arruda de Araújo

Dissertação de Mestrado avaliada em ____/ ____/ ____ com conceito _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Raimundo Barroso Cordeiro Júnior
Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal da Paraíba
Orientador

Profa. Dra. Lúcia de Fátima Guerra Ferreira
Vínculo Institucional
Examinadora Externa

Profa. Dra. Claudia Egler Cury
Vínculo Institucional – Universidade Federal da Paraíba
Examinadora Interna

Prof. Dr. Jaldes Reis de Meneses
Vínculo Institucional
Suplente Externo

Prof. Dr. Elio Chaves Flores
Vínculo Institucional – Universidade Federal da Paraíba
Suplente Interno

A663h Araújo, Robson Arruda de.
 A historiografia acadêmica na Paraíba: o NDIHR e a história regional (1976-1990) / Robson Arruda de Araújo. - João Pessoa, 2015.
 242f.
 Orientador: Raimundo Barroso Cordeiro Junior
 Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA
 1. Historiografia - Paraíba. 2. História regional.
 3. Historiografia acadêmica - Paraíba. 4. UFPB - NDIHR.

UFPB/BC

CDU: 930.2(813.3)(043)

Aos primeiros historiadores que tive o prazer em conhecer:
Dona Dorinha, mãe de meu pai, e, Mané Nicolau, pai de minha mãe.
As linhas que vocês começaram a escrever estão lapidadas em minha história-memória.
Eternas saudades.

AGRADECIMENTOS

Quando comecei a escrever as primeiras frases históricas achava que toda a dor do parto de uma ideia era sentida em solidão individualmente. Ledo engano. Cada ato de uma peça, cada cena de um filme, cada verso de uma poesia revelam o enigmático mistério de sermos, a um só tempo, únicos e múltiplos, autônomos e dependentes, temos individualidades e coletividades. Agradecer é mais uma forma de reconhecer a beleza de tal paradoxo. Então, agradeço aos meus “eus-outros”:

Ao Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano, por ter meu afastamento para terminar o mestrado, mas também por ter conhecido pessoas que me estimularam a continuar em um momento em que desistir era o caminho mais fácil.

Aos amigos do IF-Sertão PE: Anderson Vieira, Henrique Cézar, Eduardo Vergolino, Lincon Tavares, Vera Lúcia, João Paulo -e outros tantos que não cabem aqui- por compartilhar sonhos e viagens, reclamações e alternativas, por terem me ensinado que entre o litoral e o sertão corre um caminho de esperança;

Ao professor Carlos André pelo exemplo de paixão ao conhecimento e respeito à diversidade;

A professora Claudia Cury pela sua leitura atenta e comprometida, por sua gentileza e respeito ao meu trabalho;

A professora Lúcia Guerra, exemplo de história que tive o prazer de conhecer como testemunha e como pessoa;

Ao professor Jaldes Meneses, inteligência rara e estimulante, cujas leituras de mundo acaba por moldar as minhas próprias;

Ao professor Ângelo pelas dicas valiosas e pelo exemplo de amor à história;

A Laudereida Marquez que me ajudou a compreender melhor a importância do NDIHR e me auxiliou sempre que pôde nas minhas pesquisas;

A professora Rosa Godoy que mesmo sem a conhecer se tornou uma inspiração para mim;

As professoras Serioja Mariano, Telma Fernandes e Solange Rocha, amigas-professoras de outrora, que leram minhas primeiras linhas e hoje sinto-me parte de suas próprias histórias;

Ao professor João Azevedo, admiração, aprendizado e saudades ficarão guardados em mim;

Ao meu orientador, Raimundo Barroso, pelo acompanhamento, afincos e paciência que teve comigo e por todos os aprendizados que me proporcionou;

A Elisa Mariana, amiga e professora querida, que possui o dom de tornar a história um devir-prazer;

A amiga Katia Adriano cuja risada contagiante fez dos meus dias de mestrado algo mais leve e gostoso. Você é minha melhor surpresa e conquista do mestrado.

Ao amigo Pedro Henrique por compartilhar ideias e sonhos e por me mostrar que o “inferno-verde” também é Brasil;

A amiga Talita Hanna, primeira historiadora que conheci e que tive a felicidade de compartilhar no mestrado aquilo que começamos em 2006, ou seja, o aprendizado mútuo de fazer-história.

As amigas Isabela Nóbrega e Jorilene Barros que, compartilharam as angústias das “caronas”, tanto no caminho para UEPB, quanto no caminho para a dissertação, e que me ajudaram a vencê-las em ambos os casos.

Ao amigo Cicero, cuja animação e motivação não deixam de irradiar para seus próximos.

Ao amigo Jair, pelos debates e conversas acaloradas, pelo aprendizado e admiração mútua.

A amiga Sonaya, por todas as bruxarias que fizestes para que eu conseguisse chegar aonde cheguei. Um brinde à magia da vida!

Ao amigo Raniere Marques que, com sua chatice me ensinou a olhar o mundo por outros ângulos;

Ao meu amigo Diego Henrique, homem-menino excêntrico e destemido. Sei que a admiração mútua é o que nos move;

Ao amigo de sempre e de todas as horas e cachaças Luís Augusto, sei que minhas vitórias são suas e que as suas são minhas. Sempre iremos sorrir juntos.

Ao amigo Aristides Junior, que mesmo na ausência representa boa parte do melhor de mim.

A amiga Marcela Braga, que sempre me ensina como ainda podemos ser nós mesmos sendo fiel.

A amiga Éllida Jussara, pequena-grande mulher, filósofa amada, melhor parte do que eu era e do que ainda sou. O amor à vida e ao conhecimento é o que sempre nos unirá.

Ao meu querido irmão Delson, o homem mais bonito que conheço e que sempre está comigo nas horas mais difíceis, inclusive nas derrotas do nosso Palmeiras. Amo-te, meu irmão querido.

A minha linda irmã, mulher da minha vida. Devo-te tudo que tenho, sei que seu amor e dedicação foram a base para qualquer conquista que tive e que terei. Minha doce Nana.

A minha sobrinha linda, Suellen Arruda: Meu primeiro pedaço-de-bolo, minha primeira filha, meu coração amado. Sempre serei o tio mais babão do mundo.

A meu pai amado, Tadeu, que me ensinou que não há nada mais importante de que fazer o melhor quando se faz algo. Homem íntegro, trabalhador e forte, que entregou parte da sua juventude para que eu e meus irmãos pudéssemos ter uma vida melhor que ele teve. Espero que um dia eu possa ser ainda mais parecido com você. Não tenho outra palavra a não ser: Obrigado!

A minha mãe, Lenice: filósofa, arquiteta, engenheira, pedreira, professora, designer, comerciante. Exemplo maior de dedicação e entrega. A mulher mais forte e inteligente que conheço. Meu primeiro beijo. Minha primeira alma. Minha primeira mulher. Não tenho outra coisa a dizer a não ser: Te amo!

A minha delicada flor. A mulher dos meus sonhos de adolescência. O perfume da minha vida. O olhar de meus olhos. O doce de minha existência. Meu equilíbrio equilibrado, que suporta a minha corda que bamba sempre. A mulher que nunca desistiu de mim, que me ajudou a vencer meus medos, a lapidar meus desejos, a ser mais eu. Minha carne, meu coração, minha alma. Minha pintura, minha fotografia, meu cinema. Meus cinco sentidos, porque amar, só se for, em todos os sentidos, com o olfato, com o paladar, com o tato, com a audição e visão. Minha língua, meus olhos, meus dedos, nariz e ouvidos. Não há uma linha sem que você não tenha escrito comigo em corpo e alma. Obrigado por tudo! Te amo, Lydi!.

“Não importa o quanto você bate, mas sim o quanto aguenta apanhar e continuar.
O quanto pode suportar e seguir em frente.
É assim que se ganha.”

“Ora, Micky dizia que a luta só acabava ao soar do gongo.
Ainda não ouvimos o gongo, certo?”

(ROCKY BALBOA)

RESUMO

A história da historiografia paraibana vem, nas últimas décadas, se constituindo como campo privilegiado de estudos, sobretudo no que se refere à análise da produção caracterizada por “oficial” e “tradicional”, tal como; a que foi gestada pelo Instituto Histórico e Geográfico Paraibano – IHGP -. Por outro lado, ainda há a necessidade de problematizar a historiografia que foi formulada no interior das instituições universitárias. Nesse sentido, o objetivo central desta dissertação é compreender o processo de constituição da historiografia acadêmica na Paraíba, partindo do momento em que o Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional –NDIHR- foi implantado na Universidade Federal da Paraíba –UFPB -, em 1976, período em que pesquisadores desenvolveram uma série de *operações historiográficas* a fim de lançar as bases para o que posteriormente seria chamado de “nova historiografia paraibana”. Para entender este processo, discutiremos tanto o papel do NDIHR, quanto o conceito de História Regional - conceito que pareceu balizar os debates travados pelos “historiadores acadêmicos” ao longo da década de 1980, contribuindo, assim, para a própria reflexão do saber histórico produzido na Paraíba – a partir de uma série de atividades acadêmicas e científicas que nos permite perceber, além da especificidade da historiografia acadêmica e de sua importância para as discussões acerca do ofício do historiador, as relações que tais historiadores e sua escrita da história estabeleceram com a sociedade em que estavam inseridos.

Palavras-chave: Historiografia. Universidade. NDIHR. História Regional.

RESUMEN

La historia de la historiografía paraibana tiene, en las últimas décadas, lo que constituye un campo de estudios privilegiados, sobre todo en relación con el análisis de la producción se caracteriza por "oficial" y "tradicional", como que se gestó por el Instituto Histórico y Geográfico de Paraíba - IHGP -. Por otra parte, todavía hay una necesidad de discutir la historiografía que se ha formulado dentro de las universidades. En este sentido, el objetivo principal de este trabajo es entender el proceso de creación de la historiografía académica en Paraíba, a partir del momento en que el Centro de Documentación e Información histórica regional -NDIHR- se implementó en la Universidad Federal de Paraíba -UFPB - en 1976 período en el que un conjunto de investigadores desarrollaron una serie de operaciones historiográficas con el fin de sentar las bases de lo que más tarde se llamaría "nueva historiografía Paraíba." Para entender este proceso vamos a discutir tanto el papel de NDIHR, como el concepto de Historia Regional - un concepto que parecía marcar los debates mantenidos por "historiadores académicos" en toda la década de 1980, contribuyendo a sí a la propia reflexión del conocimiento histórico producido en Paraíba - a partir de una serie de actividades académicas y científicas que nos permite percibir, más allá de la especificidad de la historiografía académica y su importancia para las discusiones sobre el oficio de historiador, las relaciones que estos historiadores y su escritura de la historia se han establecido con la sociedad se insertaron.

Palabras clave: Historiografía. Universidad. NDIHR. Historia regional.

LISTA DE SIGLAS

ANPUH	Associação Nacional de História
ANPUH	Associação Nacional dos Professores Universitários de História
CCHLA	Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
CDIFCH	Centro de Documentação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
CDIHR	Centro de Documentação e Informação Histórica Regional
CMSB	Centro de Memória Social Brasileira
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CONSEPE	Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão.
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
DAU	Departamento de Assuntos Universitários
DH	Departamento de História
FAFI	Faculdade de Filosofia
FNDCT	Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
IHGP	Instituto Histórico e Geográfico Paraibano
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
NDIHR	Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional
NEPREMAR	Núcleo de Pesquisa de Recursos do Mar
NER	Núcleo de Estudos Regionais
NUDOC	Núcleo de Documentação Cinematográfica
NUPPA	Núcleo de Pesquisa de Produção Alimentar
NUPPO	Núcleo de Pesquisa e Documentação da Cultura Popular
PED	Programa Estratégico de Desenvolvimento
PIMES	Programa Integrado de Mestrado em Economia e Sociologia
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
UFMT	Universidade Federal do Mato Grosso
UFPB	Universidade Federal da Paraíba

SUMÁRIO

CAPÍTULO I

1	INTRODUÇÃO À HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA ACADÊMICA NA PARAÍBA.....	14
1.1	DEFININDO CAMINHOS, TRAÇANDO OBJETIVOS: A HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA ACADÊMICA NA PARAÍBA.....	14
1.2	HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA: DEFINIÇÕES E ALTERNATIVAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS.....	29

CAPÍTULO II

2	A HISTORIOGRAFIA ACADÊMICA NA PARAÍBA: O NDIHR E O PROCESSO DE PRODUÇÃO DO LUGAR SOCIAL (1976-1981).....	46
2.1	UNIVERSIDADE E DITADURA: AS CONDIÇÕES DE POSSIBILIDADES PARA A IMPLANTAÇÃO DO NDIHR NA UFPB.....	46
2.2	IMPASSES E DISCUSSÕES NAS PRIMEIRAS ATIVIDADES DO NDIHR: DAS EXPECTATIVAS OFICIAIS ÀS EXPERIÊNCIAS INICIAIS.....	69
2.3	“A LUTA DO HISTORIADOR” OU “COMO SE ESTUDA HISTÓRIA”: ESTRATÉGIAS E CLASSIFICAÇÕES NA DEFINIÇÃO DAS REGRAS DO MEIO.....	93

CAPÍTULO III

3	O CONCEITO DE HISTÓRIA REGIONAL: DA “QUESTÃO NORDESTE” À HISTÓRIA DA PARAÍBA.....	117
3.1	A HISTÓRIA REGIONAL E A “QUESTÃO NORDESTE” COMO EIXOS NORTEADORES DO DEBATE HISTORIOGRÁFICO NA PARAÍBA.....	117
3.2	O NDIHR E A CRÍTICA ÀS PERMANÊNCIAS HISTÓRICAS DA ESTRUTURA DE PODER NA PARAÍBA: AS OLIGARQUIAS E O (NEO) CORONELISMO NA NOVA REPÚBLICA.....	163
3.3	DA “QUESTÃO NORDESTE” À HISTÓRIA DA PARAÍBA: TEMAS E ABORDAGENS PARA UMA REVISÃO DA HISTORIOGRAFIA PARAIBANA.....	183

CONSIDERAÇÕES FINAIS OU OS PERCURSOS E (DES)CAMINHOS DA PESQUISA HISTÓRICA.....	209
RERERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	233

CAPÍTULO I

1 INTRODUÇÃO À HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA ACADÊMICA NA PARAÍBA

1.1 DEFININDO CAMINHOS, TRAÇANDO OBJETIVOS: A HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA ACADÊMICA NA PARAÍBA

Nas últimas décadas, percebe-se um esforço cada vez mais sistemático de avaliação da narrativa da história e da prática do historiador. Nomeada por historiografia ou história da historiografia¹, esse tipo de atividade vem sendo tratada, por alguns teóricos, como um dos fundamentos da História; já que a sua própria produção passa a ser posta em perspectiva, sendo encarada como resultado de um processo histórico específico ao sugerir a relação que os historiadores possuem com o tempo que vive, tal como; explicitar a forma como em cada momento se pensa historicamente com os instrumentos que lhe são próprios².

Como fundamento do conhecimento histórico (MALERBA, 2006), “laboratório da epistemologia da história” (WEHLING, 2006), ou mesmo manifestação da “tradição da lembrança” (MASTROGREGORI, 2006), essa prática permitiria ao historiador a reavaliação da sua área de atuação, entendendo-a, ao mesmo tempo, enquanto um produto de uma dada experiência histórica e produtor de significados historicamente orientados.

Parece significativo que a elaboração de uma crítica historiográfica tem sido uma prática cada vez mais recorrente na Paraíba, sendo operada, sobremaneira, pelos historiadores formados pelas universidades e desde fins da década de 1970 têm se esforçado para tornar a “academia” um espaço privilegiado de veiculação do conhecimento histórico. Torna-se mais significativo se visualizarmos que tal crítica fora realizada no sentido de tratar como objeto de pesquisa a obra de historiadores que não se situaram no interior do campo universitário.

¹ Sobre o conceito de historiografia entendida como história da historiografia, Jurandir Malerba (2006) diz que a história da historiografia é um campo de reflexão sobre o estatuto do texto histórico que, por sua vez, é o produto do ofício do historiador. Nesse mesmo texto, Malerba percebe a dificuldade operacional de trabalhar nesse campo, já que revelaria a sua complexidade a partir da face polissêmica que tal conceito implica. Em resumo, historiografia pode ser entendida tanto por escrita da história, ou seja, como resultado do trabalho do historiador, quanto por um campo em que se estuda a história dessa escrita. É por isso que tentamos utilizar os termos “crítica historiográfica” e “história da historiografia” para determinar a prática de investigação das operações historiográficas em curso na Paraíba. Por outro lado, quanto tratarmos de “historiografia” estaremos nos referindo a própria escrita da história dos historiadores investigados. Ver: MALERBA, Jurandir. Teoria e história da historiografia. In: _____. *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006, p.11-26.

² Fonte: CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

Nesse sentido, ao eleger a crítica historiográfica como prática privilegiada de sua atuação, a historiografia acadêmica acabou por circunscrever, no sentido de objeto específico de pesquisa, aquela produção que se situava em um lugar social diferente do seu próprio. Da análise de instituições como o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP)³ a trabalhos de historiadores como: Maximiano Lopes Machado⁴, de comemorações como as que foram empreendidas no IV Centenário da Paraíba⁵, em 1985, às questões acadêmicas e institucionais do Departamento de História da UFPB⁶, no período em que as relações entre ensino e pesquisa eram praticamente ausentes; o que se observa é a tentativa de colocar a historiografia nomeada como “tradicional”, “oficial” e “anacrônica” como objeto privilegiado dos historiadores preocupados na compreensão da história da historiografia na Paraíba.

Entretanto, se a análise do “outro” se constituiu em prática comum da historiografia acadêmica, a compreensão do seu próprio lugar de fala não se fez com a mesma sistematicidade, tal como dos embates e impasses que acompanharam o processo de sua constituição. A historiografia acadêmica aparece na fala dos historiadores “profissionais” frente à necessidade de demarcar em que momento ocorreu um desdobramento entre a “história tradicional” e a “nova historiografia paraibana”, quando o seu lugar social se impôs ao lugar social do outro. Define-se, assim, um marco inaugural, ao se afirmar que a “história oficial” só vai ser questionada a partir da chegada de uma nova geração de professores no Departamento de História da UFPB e com a implantação do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR), em 1976. Nesse sentido, pode-se dizer que a abordagem historiográfica comumente empreendida nas instituições universitárias da Paraíba desempenhou uma “função crítica” que, segundo Blanke (2006), tem por característica realizar uma crítica explícita aos modelos tradicionais, opondo-se à uma tradição particular que é apresentada como suspeita e antiquada.

³ Ver: DIAS, Margarida Maria dos Santos. *Intrepdaab origine: O instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a produção da história local - 1905/1930*. João Pessoa: Almeida Gráfica e Editora LTDA, 1996.

⁴ Ver: PEREIRA, João Paulo Costa Rolim de Pereira. *Os indígenas na primeira história da Paraíba: um estudo sobre a História da Província da Parahyba, de Maximiano Lopes Machado*. 2012. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Paraíba. E em: MENEZES, Hérick Dayann Moraes. *As contribuições de Maximiano Machado e Irineu Pinto para a Cultura Histórica sobre o período holandês na Paraíba (1634-1654)*. Dissertação (Mestrado em História), 2009, 147 f. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Paraíba.

⁵ Ver: CANDEIA, Luciano. *Comemoração, memória e História no IV centenário da Paraíba*. 2002, 133f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco.

⁶ Ver: BEZERRA, Francisco Chaves. *O ensino superior de história na Paraíba (1952-1974): aspectos acadêmicos e institucionais*. 2007, 138. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Paraíba.

Sobre o NDIHR poucos trabalhos de pesquisas foram produzidos de maneira sistematizada, mesmo havendo muitas referências à sua importância no que diz respeito ao processo de institucionalização do discurso histórico nas universidades paraibanas. Porém, em 2012, uma importante Dissertação de Mestrado foi defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Informação da UFPB (PPCI-UFPB), por Laudereida Eliana Marques Moraes, cuja trajetória acadêmica e intelectual está diretamente vinculada ao NDIHR. Além de ter sido aluna do curso de História da UFPB, Laudereida, foi bolsista do NDIHR, e atualmente é uma das poucas funcionárias vinculadas a este Núcleo de Documentação, atuando no setor de arquivo. A dissertação intitulada *Memória Arquivada: produção literária/científica do Núcleo de Documentação e Informação Histórico Regional – NDIHR – (1976-1999)* é um dos poucos trabalhos acadêmicos que pretende problematizar a trajetória do NDIHR. Nesse sentido, Moraes além de poder ser considerada testemunha privilegiada da atuação do NDIHR, também se verifica como fonte incontornável para a compreensão da natureza deste como núcleo de documentação e informação, já que sua dissertação apresenta dados e análises que são indispensáveis para o pesquisador que deseja entender tanto a história deste núcleo, em específico, quanto a história da historiografia elaborada na Paraíba, de forma geral.

Para Moraes (2012), a principal contribuição do NDIHR residiu no fato de ter se constituído como instituição que, além de promover um processo mais amplo de reelaboração da pesquisa histórica na Paraíba, através de atividades de pesquisa e documentação, se preocupou, sobremaneira, com a socialização dos conhecimentos e informações ali engendradas, ou seja, se caracterizou por ser um espaço de socialização de “informação histórico e historiográfico”.

Apesar do objeto de pesquisa de Moraes estar próximo ao nosso, nossos objetivos e abordagens são diferentes, muito embora complementares. Enquanto a autora se preocupa em circunscrever o NDIHR através dos debates que relacionam História e Memória, a partir do foco nas atividades de arquivamento de memória, o nosso trabalho pretende compreender o processo pelo qual se desenvolveu certa *cultura historiográfica* acadêmica na Paraíba, observando o NDIHR não apenas como uma instituição de memória, mas espaço de produção científica que possibilitou o desenvolvimento de um conjunto de operações historiográficas capaz de formula outra compreensão de história. O que entendemos por cultura historiográfica deve-se à contribuição do historiador Astor Antônio Diehl, que vem, nas últimas décadas, produzindo uma vasta obra acerca das matrizes historiográficas brasileiras. Desta forma, cultura historiográfica é “o processo de conhecimento histórico e as possíveis tarefas da

análise historiográfica” (DIEHL, 2010, p. 15) já que, “Pensar e escrever sobre a cultura historiográfica de qualquer espaço histórico implica em situar alguns aspectos importantes na composição de elementos da história, enquanto uma disciplina das ciências humanas.” (DIEHL, 2002, p. 206). Diehl (2010), por fim, compreende por *Cultura Historiográfica* o conjunto de seis matizes e seus respectivos elementos interligados: 1º) Noção de paradigma e mudança paradigmática (inspirada por Thomas Kuhn na obra “A Estrutura das Revoluções Científicas”); 2º) Formas de recepção teórico-metodológico e ideológico nas comunidades científicas; 3º) Experiências historiográficas refletidas sobre a modernidade; 4º) Experiências historiográficas refletidas sobre a pós-modernidade; 5º) Representação de caráter “estético narrativa” da história, constituída a partir do debate em torno do texto histórico-historiográfico; 6º) Possibilidades do conhecimento histórico em termos de sua legitimidade social e cultural. Possivelmente é esse último ponto que nos aprofundamos, principalmente, porque a questão da legitimidade social e cultural de uma historiografia produzida pela universidade esteve entre as principais preocupações da emergente historiografia acadêmica na Paraíba.

Nesse sentido, a proposta metodológica também é diferente, já que além de organizar, classificar e descrever o que o NDIHR desenvolveu, procuramos compreender como se operou esse processo. Não tratamos, necessariamente, do “o quê” o NDIHR produziu ao longo de sua trajetória, mas o “como” se constituiu e “quais” as ressonâncias que provocaram na própria escrita da história do Nordeste e da Paraíba⁷. Portanto, diferentemente de Moraes, cujo objetivo central era a de perceber o NDIHR como instituição de memória responsável pela socialização de “informações históricas e historiográficas”, observamos esse órgão como espaço que viabilizou o agenciamento de determinadas *relações de sociabilidades* que foram significativas no processo de redefinição do *métier* do historiador na Paraíba e fundamentais para a elaboração de uma *cultura historiográfica acadêmica* neste estado, a partir de *habitus* Socialmente produzidos no interior de um determinado *campo intelectual*⁸.

Essa crítica sistemática do outro e o silenciamento parcial acerca do que produziu os pares, evidenciam antes a presença de um lugar social do que o processo histórico de constituição desse lugar. Desse modo, retomar ao debate acerca do conhecimento histórico

⁷ É importante afirmar que só podemos desenvolver um trabalho de cunho historiográfico, com os objetivos ora propostos, porque houve um trabalho de sistematização de “informações históricas e historiográficas” como o de Moraes, pois nos possibilitou a visualização do conjunto da produção do NDIHR a partir do qual se tornou possível desenvolver certas problemáticas específicas, que não foram profundamente tratadas anteriormente.

⁸ Sobre as noções de *habitus*, *relações de sociabilidades*, *comunidade científica* e *métier* do historiador, ver os trabalhos de Ângela de Castro Gomes (1995), *História e Historiadores*, e de Pierre Bourdieu (2009), *A Economia das trocas simbólicas*.

produzido pela universidade significa acompanhar o processo em que um conjunto de operações historiográficas se constituiu em seu interior. Significa observar a relação entre o produto do trabalho do historiador e a dinâmica específica do tempo histórico em que se insere, ou seja, percebê-lo ao mesmo tempo como produtor e produto de uma dada cultura histórica, pois “pensar a cultura histórica é pensar historiograficamente. Pensar a cultura histórica é atravessar os vários momentos de cristalização historiográfica com a instauração de linhas mestras interpretativas hegemônicas e hegemônicas”. (ARRUDA, 2007, p.25).

Mesmo concordando que, a cultura histórica não se encerra ao pequeno “mundo dos historiadores”⁹, verifica-se uma construção do conhecimento histórico, empreendido pelos historiadores acadêmicos, permite a leitura das relações temporais operadas em um determinado momento, na qual a narrativa das experiências passadas é elaborada no sentido de compreensão das tensões e conflitos vivenciados em um dado tempo histórico¹⁰.

Faz-se necessário, portanto, uma análise mais atenta da relação entre o trabalho do historiador e a sociedade em que ele se encontra, partindo do pressuposto de que o resultado do seu ofício ao invés de narrar as experiências históricas passadas, de forma imparcial e objetiva, ou como fruto de um eu criador e autônomo, corresponde a um processo de elaboração em que os objetos e objetivos são selecionados coletivamente e positivados segundo as urgências de seu próprio tempo.

Dessa forma, a história da historiografia na Paraíba parece carecer de um debate mais aprofundado acerca do que foi gerido pela universidade nas últimas décadas. Apesar de haver alguns artigos que se referem ao seu marco inaugural, apresentando alguns tópicos de discussões que estiveram presentes no processo de sua constituição, tal como: a narrativa de Rosa Maria Godoy Silveira em texto intitulado *Recuperar Memória, Fazer História*, que visa afazer uma espécie de balanço dos vinte anos que transcorreram entre sua escrita e a implantação do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR), em 1976. Nesse texto, Silveira (1996) lembra que a historiografia acadêmica é fruto de uma geração que chegou à UFPB junto com a implantação do NDIHR, o que teria provocado certo estarcimento e resistências no interior do campo universitário.

Os relatos, como o de Silveira (1996), que se referem aos anos finais da década de 1970, como o momento em que teria emergido uma “nova historiografia” na Paraíba, nos

⁹ Sobre este conceito de cultura histórica, ver: FLORES, Elio Chaves. Dos feitos e dos ditos: História e cultura histórica. *Saeculum - Revista de História*. João Pessoa, ano 13, n. 16, 83-112 Jan./Jun., 2007.

¹⁰ Sobre a ideia de que a historiografia é um produto da história e revela com relativa clareza a sociedade a gerou. Ver: CARBONEL, Charles Olivier. *Historiografia*. Trad. Pedro Jordão. Lisboa: teorema, 1987.

permitir uma visualização de uma série de indícios, através dos quais percorremos no intuito de descrever o processo de formulação de uma escrita da história no interior da UFPB.

Em primeiro lugar, pareceu necessário retomar à própria história do NDIHR e discuti-la a partir do contexto social e político de fins dos anos 1970. Uma vez que, segundo as narrativas de Silveira (1980a, 1996, 2011), havia, no interior da UFPB (e das universidades nordestinas de forma geral), pelo menos três vertentes balizadoras da historiografia na época. Entre elas: a vertente tecnocrática-modernizante, que ia se configurando de acordo com discurso do Estado, em que a História era pensada como instrumentalizadora de seus projetos. Por outro lado, houve a presença de uma vertente “crítico-social” contribuindo para a problematização dos elementos conservadores presentes na “realidade nordestina”.

O que nos fez interrogar: Quais eram as relações estabelecidas entre o Regime Militar e as Universidades? Como podemos entender o fato de que uma instituição criada no seio de um regime autoritário teria possibilitado a existência de pesquisas que escapavam às perspectivas oficiais? Quais foram as condições históricas de possibilidades que permitiram professores e pesquisadores, suspeitos aos olhos dos órgãos de inteligência e repressão, integrarem os quadros do NDIHR e que, até certo ponto, elaboraram, no interior de esta instituição, um discurso de denúncia ao regime então vigente?

Essas ambiguidades indicaram que a história da historiografia na Paraíba poderia, além de informar sobre a trajetória intelectual dos historiadores, contribuir com o debate acerca da própria história política e social de sua contemporaneidade. Nesse sentido, a obra *As Universidades e o Regime Militar: Cultura política brasileira e modernização autoritária*, escrita por Rodrigo Patto Sá Motta (2014), nos possibilitou a visão do grau de complexidade que envolvia as relações entre as instituições universitárias e o regime militar que fora instaurado em 1964, já que discutiu como que um regime, caracterizado por perseguições e violências de natureza diversas, permitiu que intelectuais suspeitos aos olhos dos órgãos de investigações, pudessem desenvolver suas atividades no interior das instituições públicas.

A tese que responde a tal questionamento se refere à existência de uma espécie de *jogos de acomodações e resistências*, sobretudo, a partir de 1974, com o governo Geisel, que iniciou um processo “lento, gradual e seguro” de abertura política. Para Motta (2014), o processo de distensão continuada, cujo objetivo estratégico “era menos pavimentar o retorno da democracia e dos civis ao poder do que preparar o caminho para um regime autoritário duradouro, porém institucionalizado e com menor índice de repressão”. (MOTTA, 2014, p.327), propiciou uma relativa acomodação entre ex-apoiadores do regime militar e a antiga oposição. Na área educacional, houve mais tolerância com as ideias e as pessoas consideradas

suspeitas, mesmo desagradando aos “duros” dos órgãos de repressão. Além disso, no contexto de distensão, os riscos, em parte, diminuíram, fazendo com que professores e alunos se organizassem em torno de mobilizações oposicionistas.

É certo que, esse percurso, iniciado pelo processo de distensão continuada, em 1974, à posse de José Sarney, em 1985, foi marcado por um caminho sinuoso. Nesse sentido, as especificidades históricas que caracterizaram a implantação do NDIHR na UFPB, tal como o ritmo e natureza das pesquisas que foram empreendidas em seu interior, podem fornecer alguns elementos contribuintes tanto para a análise desse momento da história política recente do Brasil, quanto, especificamente, no que diz respeito à história da historiografia acadêmica na Paraíba.

Em segundo momento tentamos analisar as relações que existiam entre as expectativas oficiais, a partir, sobretudo, da leitura do *Projeto de Implantação dos CDIHRs*, e das atividades que foram desenvolvidas através do NDIHR. No que se refere às primeiras experiências acadêmicas e institucionais deste núcleo, os principais documentos utilizados foram o *Relatório Geral do NDIHR-UFPB (1976-1980)* e os volumes dos *Cadernos de Estudos Regionais*, conjunto de publicações periódicas do próprio núcleo que expuseram algumas das pesquisas então realizadas.

A partir da leitura de tais documentos, uma série de questões foi levantada, tais como: em que sentido as expectativas oficiais, marcadamente tecnocrática, estiveram presentes nas atividades iniciais do NDIHR e quais foram os debates que se empreenderam em torno de qual a função da universidade e qual o perfil das pesquisas a serem realizadas por tal núcleo? Quais as estratégias adotadas inicialmente que puderam servir ao propósito de entendimento da “realidade nordestina atual”? Quais os métodos e temas tratados como prioritários? E, finalmente, em que aspecto um órgão que visava romper com as barreiras departamentais e disciplina contribuiu para a definição do *métier* do historiador na Paraíba, cujo lugar de produção privilegiado deveria ser a universidade?

O capítulo *A Historiografia Acadêmica na Paraíba: O NDIHR e o processo de produção de um lugar social (1976-1981)* procurou acompanhar as primeiras atividades dos historiadores e demais cientistas sociais no processo que foi da implantação do NDIHR na UFPB (em 1976), à publicação do último número dos *Cadernos de Estudos Regionais* (em 1981), discutindo quais os impasses que se apresentaram em um primeiro momento e quais as *operações historiográficas* então empreendidas, além de relacionar tais ações às dinâmicas do contexto político e social. Procuramos, nesse sentido, estabelecer um corte mais sincrônico do que diacrônico, no intuito de capturar, no momento exato da implantação do NDIHR, alguns

dos principais debates que estiveram presentes ao longo do processo de constituição da historiografia acadêmica na Paraíba.

Entretanto, apesar dos historiadores ligados ao NDIHR estarem atuando diretamente em todos os programas desse núcleo, contando, inclusive, com Rosa Maria Godoy Silveira como sua coordenadora, os *Cadernos de Estudos Regionais* não apresentaram um grande volume de textos escritos por historiadores. O que tal conjunto de publicações nos permitiu foi a percepção de que havia um movimento no sentido de discutir o papel da universidade e dos seus quadros a partir de uma lógica em que o conhecimento acadêmico deveria servir à problematização de temas caros a “realidade nordestina atual” e aos embates políticos e sociais então emergentes.

Dessa maneira, foi por ocasião das comemorações dos vinte e cinco anos do curso de História da UFPB, em 1980, a partir da publicação de um número da *Revista de Ciências Humanas*, que os historiadores elencaram o conjunto de questões presentes desde a fundação do NDIHR. Apropriamo-nos dos textos de Joana Neves, Rosa Silveira Godoy, Elza Régis Oliveira, entre outros, no sentido de discutir qual o papel que NDIHR ocupou frente ao desafio de estabelecer outro parâmetro de pesquisa e ensino de história na Paraíba, e qual seria, segundo estas historiadoras, o *métier* do profissional de história formado pela universidade. Nesse momento observamos que, era veiculada tanto a ideia de o NDIHR servir de laboratório para o Curso de História, capaz de vincular ensino-pesquisa-extensão, quanto o profissional de história seria responsável não apenas por estudar história, mas de agir sobre ela, ou seja, havia a perspectiva de vincular a história-conhecimento e história como experiência vivida. Nesse sentido, houve um esforço de definir o papel da história e do historiador a partir de critérios que não apenas se referissem à sua cientificidade, mas no sentido de *práxis*, no qual o conhecimento deveria servir à ação política.

Por outro lado, um conjunto de textos e discursos foi proferido no sentido de servir à “luta do historiador”, o que explicita uma prática de distinguir o que deveria ou não ser considerado tanto o ofício do historiador, quanto uma obra histórica de valor. Visualizamos, portanto, um esforço de definição de um conjunto de *regras do meio*, revelando tanto o processo, mais ou menos sistematizado, de fabricação de um *lugar social* (CERTEAU, 2008), quanto os seus efeitos na historiografia acadêmica. A estratégia utilizada foi a de promover uma espécie de *luta de classificações* (BOURDIEU, 2011), que ao mesmo tempo em que poderia contribuir na criação de uma identidade de grupo, funcionaria no sentido de legitimação do lugar a partir do qual falam tais historiadores. Nesse sentido, um triplo movimento se desenvolveu nesse primeiro momento: Uma tentativa inicial de definição do

ofício do historiador, a partir da seleção de critérios tidos como necessários; a caracterização dos “inimigos” a serem combatidos; e a busca de legitimação para o seu próprio lugar de fala, em oposição a outros lugares de promoção do saber histórico. A visualização dessa *luta de classificações*, tal como a forma como foi se enraizando ao longo das últimas décadas em diversos trabalhos e publicações, nos levou a escrever o subcapítulo “*A luta do historiador*” ou “*como se estuda história*”: *estratégias e classificações na definição das regras do meio*, que encerra o primeiro capítulo.

Se o arranjo institucional e a *luta de classificação* foram os empreendimentos desenvolvidos nos primeiros anos do NDIHR, não se percebe nesse momento uma produção dada e acabada, mas, sim, indicativos e orientações gerais do que poderia ser tratado por meio de tal instituição. Vai ser ao longo da década de 1980 que se desenvolverá uma historiografia mais sistematizada, em torno de objetos e objetivos mais bem definidos.

Nesse sentido, desde o princípio, uma questão parecia já ocupar o centro do debate. Trata-se do conceito de “História Regional” e, mais especificamente, o problema dos “estudos regionais” e da “Questão Nordeste”. Não parece coincidência que desde as publicações do NDIHR, até a implantação do Programa de Pós-Graduação em História na UFPB (em que uma das suas linhas é exatamente a de História Regional), essa questão tenha sido tratada como objeto prioritário de reflexão histórico-historiográfico. Algo que não foi específico da historiografia acadêmica na Paraíba, mas que já vinha sendo pensado em outros espaços de veiculação do saber acadêmico, não apenas por historiadores, mas também por sociólogos, geógrafos e economistas.

O que se entendia por História Regional? Qual o seu lugar e importância na historiografia acadêmica na Paraíba nos anos 1980? Em que sentido a “Questão Nordeste” integrou o conjunto de preocupações que viabilizaram uma revisão da história da Paraíba? Quais os temas da História Regional que eram tratados como prioritários? Essas foram algumas problemáticas que nos levou a escrever o capítulo *O conceito de História Regional: Da “Questão Nordeste” à História da Paraíba (1981-1990)*.

Neste capítulo pretendemos mapear o conjunto de debates que se desenvolveu em torno do conceito de História Regional e da “Questão Nordeste”, com isso ressaltamos que as problemáticas não foram obra específica da historiografia paraibana, mas fez parte de um intenso debate, permitindo, inclusive, o encontro de diferentes perspectivas disciplinares em prol de sua reflexão, a partir de um variado número de congressos, seminários, teses e instituições.

Um dos textos que nos parece fundamental para a compreensão desse debate, tal como o grau de ressonância que operou no interior da historiografia elaborada na Paraíba, é a tese de doutorado de Rosa Maria Silveira Godoy, publicada em livro, em 1985, com o título de *O Regionalismo Nordestino: Existência e Consciência da Desigualdade Regional*. Texto seminal, que pareceu balizar o conjunto das reflexões historiográficas na Paraíba, não apenas lançando teses de interesse da História Regional, mas provocando certa reorientação de questões que passariam a ser tratadas especificamente pela historiografia na Paraíba.

Em um segundo momento, discutimos como nas próprias pesquisas empreendidas pelo NDIHR, se encontrou o problema da “História Regional”. Percebemos que das pesquisas veiculadas por este núcleo ao longo da década de 1980, a linha *Estrutura de Poder na Paraíba*, coordenada por Maria Antônia Alonso de Andrade, foi a que empreendeu uma maior visibilidade em termos de publicações. Em uma análise inicial, vimos que algumas das questões que foram apontadas a partir dos resultados dessas pesquisas contribuíram para o trabalho historiográfico empreendido na época. O que nos levou a crer, que o NDIHR, ao se constituir como espaço de desenvolvimento de pesquisas, e também de sociabilidades, possibilitou que alguns objetos e abordagens fossem compartilhados, não apenas por historiadores, mas, também, por pesquisadores de outras áreas, como, por exemplo, Maria Antônia Alonso Andrade, cuja formação e atuação residiam na área de sociologia e ciência política. Pelo menos duas problemáticas que estiveram presentes nas análises de Andrade acerca do processo eleitoral na Paraíba pareceram fazer parte da atenção dos historiadores: Uma abordagem do tempo histórico de forma a privilegiar as *permanências históricas* e, como consequência, a investigação das estruturas de poder na Paraíba, sobretudo no que se refere ao poder das oligarquias e ao mandonismo local.

Tais questões fazem parte da última sessão deste capítulo, que pretende compreender, em linhas gerais, quais os temas e abordagens históricas foram tratados como fundamentais para se abordar “Questão Nordeste” e, como tal, atravessaram o processo de reescrita da história da Paraíba. Nessa parte, analisamos especificamente a contribuição dos historiadores, sobretudo os que fizeram parte do NDIHR e que pensaram a problemática da História Regional. Para tanto, utilizamos dois números da *Revista Ciência Histórica*, publicada e organizada pelo Departamento de História da UFPB. Nesses volumes, encontram-se palestras e cursos que ocorreram no Encontro Estadual de História, organizado, em 1985, pela ANPUH-PB, contendo os textos relacionados ao Seminário “O Nordeste e a questão regional” e ao curso “História da Paraíba – unidade e diversidade no processo de formação regional”.

Por fim, algumas questões carecem de melhor explicação e definição conceitual, como o recorte temporal, espacial e temático que utilizamos para alcançar o objetivo de compreensão do processo de construção da historiografia acadêmica na Paraíba.

Em primeiro lugar, o recorte temporal que empreendemos refere-se ao percurso que vai do momento de implantação do NDIHR na UFPB, em 1976, ao início da década de 1990, período em que vários dos professores que desenvolveram suas pesquisas nos anos 1980 irão se aposentar. Além disso, avaliou-se que a historiografia promovida nos anos 1990 sofreu uma alteração significativa se comparada ao que fora produzido na década anterior, sendo marcada por uma maior abertura à outras linhas teóricas, pela inclusão de outros temas, não sendo possível cobrir toda esse processo, mesmo que até o final desta década o NDIHR tenha contribuído com uma contínua produção historiográfica¹¹.

Por outro lado, as publicações que correspondem à nossa análise se estendem desde os *Cadernos de Estudos Regionais*, os *Textos do NDIHR-UFPB*, aos periódicos como; a *Revista de Ciências Humanas* e *Revista Ciência Histórica*, publicadas respectivamente pelo NDIHR, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA-UFPB) e pelo Departamento de História (DH-UFPB). O que nos permitiu perceber, de maneira limitada, as relações entre tais setores da UFPB.

O *corpus* documental que selecionamos está de acordo com o objetivo de compreender a trajetória que uma *geração* de historiadores fizeram no sentido de dotar a universidade como lugar privilegiado de produção do conhecimento histórico. Uma trajetória que atravessou tanto espaços institucionais como o NDIHR, quanto o Departamento de História da UFPB, o CCHLA e a Associação Nacional de Professores Universitários de História (ANPUH-PB). Através dessas publicações, na impossibilidade de analisarmos todos os textos, dissertações e teses dos historiadores daquela geração, tentamos selecionar os materiais que, como Lilian Schwarcz (1993) sugere, possam corresponder a uma espécie de “cartão de visitas” destas instituições que, por sua vez, acabaram por contribuir para formulação de uma *cultura historiográfica* na Paraíba.

Outra questão digna de nota refere-se ao recorte que nomeamos por “historiografia acadêmica”. Quando nos reportamos à historiografia veiculada pela universidade, estamos tratando diretamente ao grupo de historiadores que a partir do final da década de 1970 desenvolveram um conjunto de atividades no interior da Universidade Federal da Paraíba e que ao mesmo tempo eram ligados ao NDIHR e ao Departamento de História daquela

¹¹ É nesse sentido, que se deixou de lado a análise de publicações como a Coleção de História Temática e a Coleção de História Local, ambas publicadas pelo NDIHR entre os anos de 1985 e 1999.

universidade. Com isso não queremos dizer que a historiografia acadêmica está restrita aos quadros da UFPB do campus João Pessoa, pois se reconhece que outros *campi* desta instituição, já a partir da década de 1980, iniciaram suas atividades de pesquisa e ensino de História, tal como os *campi* de Cajazeiras e Campina Grande (hoje ambos integram a UFCG), além de outras instituições de ensino superior como a atual Universidade Estadual da Paraíba e seus respectivos cursos de história em Guarabira e em Campina Grande.

Porém, se reconhece que é no interior do NDIHR e do Departamento de História da UFPB que vai se iniciar um movimento de redefinição da historiografia “acadêmica”. Nesse sentido, ao passo que tratamos por historiografia acadêmica o conjunto de operações veiculadas por um grupo específico de professores e pesquisadores de história, acreditamos que tratamos de alguns dos aspectos gerais da produção historiográfica engendrada pelas universidades na Paraíba, tal como; o debate acerca do conceito de História Regional e seu respectivo papel no que diz respeito à História da Paraíba.

Diante dessa questão eminentemente metodológica, alguns outros conceitos precisam ser necessariamente discutidos, um deles é o que se entende por *geração*, já que esse foi um dos recortes que operamos no sentido de compreensão da historiografia acadêmica na Paraíba. Nesse sentido, a teorização empreendida por Ângela de Castro Gomes, em *História e Historiadores*, foi fundamental no processo de delimitação dos objetivos e do percurso que procuramos trilhar em nosso trabalho. Segundo Gomes (1995), o uso da categoria *geração* pode ser operado no sentido de se estabelecer certas relações horizontais e verticais entre os historiadores que supostamente partilham de experiências comuns, sendo considerado operacional “para uma abordagem que pretende destacar as características das trajetórias de vida dos autores, relacionando-as entre si através de vínculos pessoais privados e profissionais/públicos ao longo do tempo”. (GOMES, 1995, p. 39).

Sabe-se que esta categoria vem sendo duramente criticada nas áreas de literatura, história e ciências sociais, sobretudo no que diz respeito a uma apropriação linear do tempo, em que as gerações são recortadas por uma mesma classe de idade, levando ao entendimento que seus integrantes partilharem de uma mesma visão de mundo e se sucederia sistematicamente umas às outras. Ângela de Castro Gomes (1995) chama atenção para a falácia de identificar um grupo e supor sua homogeneidade interna, utilizando-se como critério um recorte cronológico, que derivaria de um tempo exterior e socialmente datado.

Porém, mesmo entendendo esses riscos, a autora considera que a noção de geração pode ser “teoricamente instigante” e “metodologicamente operacional”, pois o discurso “de” e “sobre” uma geração remete à memória comum de um grupo e à história que lhe é

contemporânea, “a noção, por conseguinte, situa-se na junção de memória e história, sendo fundamental explicitar que a referência é a uma memória ‘comum’, entendida enquanto testemunho de como um conjunto de homens experimentou certo ‘tempo’”. (GOMES, 1995, p. 40). A análise de uma geração deve ser compreendida levando-se em consideração a abordagem das relações entre pessoas de um mesmo grupo, mas que incorpora tanto a ideia de um tempo “exterior”, a partir da vivência de certos acontecimentos e eventos que marcam tais relações, quanto à ideia de um tempo “interior”, expresso pela forma como tais acontecimentos foram experimentados, “construindo um sentido de união, de pertencimento”. (GOMES, 1995, p. 41).

É nesse sentido, a de construção de um grupo, que pudemos compreender as relações estabelecidas pelos historiadores a partir da implantação do NDIHR no final da década de 1970. Desde o início de nossa pesquisa percebemos que há na própria memória da historiografia acadêmica na Paraíba certo compartilhamento de ideias e perspectivas, revelando a existência de uma construção identitária, o que nos permitiu seguir os rastros deixados pela memória de seu pertencimento e rediscutir em que sentido tal geração pôde contribuir para a elaboração de uma escrita da história no interior das instituições universitárias na Paraíba. Outro indício marcante da existência de certa identidade de grupo é o fato de que quando se refere à sua escrita da história se contrapõe ao que foi constituído por outros espaços de produção, pois “falar de geração é falar não só de relações entre pares, como de relações de filiações e negação entre experiências geracionais”. (GOMES, 1995, p. 41).

Segundo Gomes (1995), há ainda outra questão que se integra a noção de geração, trata-se da noção de *sociabilidade*, que possuidora de uma feição subjetiva (marcada pela afetividade, pela competição e pela cumplicidade) se relaciona a uma feição objetiva (quer institucional-formal, quer voluntária e extremamente informal e anti-institucional). Portanto, foi a partir das relações de sociabilidades que se desenvolveram no interior do NDIHR, que pudemos compreender como se desenvolveu a historiografia acadêmica na Paraíba, já que os “lugares de sociabilidades” podem ser entendidos como:

indicadores valiosos para análise de movimentos de produção e circulação de ideias. Quais são esses lugares? Como se formam e com base em que elementos e projetos se estruturaram? Todas essas questões, quando esclarecidas, podem elucidar aspectos da constituição de uma formulação intelectual, de sua vitalidade e continuidade através do tempo. (GOMES, 1995, p. 41-42)

Além desse critério organizacional, a apropriação do NDIHR como um “lugar de sociabilidade” nos permitiu perceber questões de ordem simbólicas, que estiveram ocultas na rede de relações que se construiu em seu redor.

Ele [o sentido simbólico das relações de sociabilidades] é constituído por aquilo que a literatura chama de “microclimas” e que dá vida a esses pequenos mundos intelectuais. Ou seja, o espaço de sociabilidade é “geográfico”, ele é também “afetivo”, demarcando vínculos de amizade e hostilidade e, principalmente, criando uma certa sensibilidade e visão de mundo. Nesse sentido, geração e sociabilidade podem se tornar instrumentos analíticos operacionais para se pensar a estrutura de relações sociais de um “domínio intermediário” situado entre um macrogrupo (a nação, por exemplo) e o grupo familiar e congêneres. (GOMES, 1995, p. 42).

No caso do NDIHR, a dimensão simbólica e operacional de um “lugar de sociabilidade” se agrava por esta ser uma instituição que além de comportar historiadores, deveria cumprir a finalidade de romper com as barreiras departamentais e permitir o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares. Assim, as relações de sociabilidades que ocorreram no interior do NDIHR não apenas foram desenvolvidas entre os historiadores de formação, mas, também, por outros pesquisadores das Ciências Sociais.

O que nos impôs um esforço de acompanhar o processo pelo qual os historiadores procuraram definir seu *métier* a partir das próprias relações que possuíam com profissionais de outras áreas, de forma a compartilhar métodos e problemáticas. Porém, não temos indicativos suficientes para compreender em que sentido o conhecimento histórico pode se diferenciar do conjunto das ciências sociais. Ao invés disso, a nossa análise se deu muito mais a partir dos encontros de ideias, do que de suas diferenças. Isso se deve, pelo menos, a duas questões de caráter metodológico. Primeiramente, seria impossível numa dissertação de mestrado analisar cada uma das disciplinas que se faziam representadas no NDIHR, o que nos levou a priorizar o trabalho dos historiadores e abordar as atividades dos pesquisadores de outras áreas a partir da sua perspectiva.

Em segundo lugar, o objetivo principal foi entender quais os principais pontos de inflexão que tiveram presente nos debates iniciais acerca da historiografia acadêmica na Paraíba, nesse sentido, privilegiaram-se mais os aspectos referentes à identidade do grupo, de suas semelhanças e das aproximações. Corremos o risco, dessa forma, de passar a ideia de que um espaço de sociabilidade é um espaço homogêneo e que todos partilham da mesma visão de mundo. Porém, para conseguir perceber as diferenças que emergem no interior de uma mesma

geração, acreditamos que o primeiro passo foi o de compreender em que sentido se constituiu contatos disciplinares, temáticos e teórico-metodológico.

Finalmente, tomar o conhecimento histórico por objeto de pesquisa significa encará-lo como uma construção histórica, tal como Michel de Certeau (2008) trata no texto *Operação Historiográfica*. Nesse texto, o historiador francês ao questionar “o que fabrica o historiador quando ‘faz história’? Para quem trabalha? Que produz? (...) O que é esta profissão?” (CERTEAU, 2008, p.65), dispõe um arcabouço teórico-metodológico que nos permite analisar o próprio processo de constituição da historiografia acadêmica na Paraíba.

Ao contrário dos estudos que utilizam a noção de operação historiográfica exclusivamente em seu aspecto de lugar social¹², a proposta de Michel de Certeau (2008) se dá a partir da relação que esse lugar possui com as práticas e técnicas científicas e com a construção de uma escrita, o que significa dizer que a história seria ao mesmo tempo uma prática social, uma prática científica e uma prática literária. Foi nesse sentido, que tentamos, sempre que possível, promover uma análise privilegiando as três dimensões da operação historiográfica, de forma relacional e interdependente.

Outro equívoco, costumeiramente cometido nas análises que se apropriam de Michel de Certeau como referência teórico-metodológica, é que ao passo que se privilegia o *lugar social* como instrumental exclusivo de abordagem historiográfica, tal apropriação é direcionada no sentido de incorporar as reflexões certeanianas como mero pano de fundo, como se a referência ao lugar social do historiador fosse por si só suficiente para explicar a sua atuação. Utiliza-se, portanto, a ideia de lugar social como meio de caracterização e não como problema a ser tratado historicamente. Nesse sentido, observamos que a geração do NDIHR desenvolveu um conjunto de operações historiográficas. Dessa forma, tentamos analisar o próprio processo de formulação de um lugar social, deslocando-o do seu aspecto de referência explicativa para situá-lo como produto de um esforço coletivo e sistemático, ou seja, ao percebermos a existência de um lugar social a partir do qual os historiadores falam e no qual são estabelecidas certas *regras do meio*. Tentaremos desnaturalizá-lo de modo a compreender o caminho que se percorreu para definir tanto seu espaço de atuação, quanto os critérios a partir dos quais se poderia afirmar o que seria ou não uma obra histórica de valor.

¹² A forma como foram feitos usos e abusos do texto *Operação Historiográfica* de Michel de Certeau, pode ser visualizada no conjunto de textos presentes na coletânea: SÁ, Ariane Norma de Menezes; MARIANO, Serioja R. C. (Orgs.). *Histórias da Paraíba: autores e análises historiográficas sobre o século XIX*. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2003. Nesta coletânea, os autores (sobretudo os estudantes que tiveram seus textos publicados nessa coletânea de textos) ao passo que se referem a Michel de Certeau como fundamentação teórica, acabam por tratar exclusivamente da questão do lugar social, desarticulando das outras etapas da operação historiográfica e, nesse tratamento, utilizam tal noção como uma espécie de pano de fundo, a partir do qual se poderia informar a natureza das obras analisadas, mas que não foi tratado como objeto de estudo.

Nesse sentido, os pares não serão tratados como se preexistissem à sua própria história, mas, ao mesmo tempo, como testemunhas, agentes e produtos de um determinado processo. Analisar e descrever tal processo são os objetivos dessa dissertação.

Assim, acreditamos que, ao tomarmos por fonte um *corpus* documental na qual a escrita da história apresenta o resultado de um empreendimento que vai da construção de um lugar social à sua operação técnica, percorremos o que Michel de Certeau (2008) chama de *inversão escriturária*, pois se compreende que “não existe relato histórico no qual não esteja explicitada a relação com um corpo social e com uma instituição de saber. Ainda é necessário que exista aí ‘representação’. O espaço de uma figuração deve ser composto. Mesmo se deixarmos de lado tudo aquilo que se refere a uma análise estrutural do discurso histórico, resta encarar a operação que faz passar da prática investigadora à escrita”. (CERTEAU, 2008, p. 93-94).

Em resumo, ao tratarmos do processo de elaboração de uma escrita da história no interior das universidades na Paraíba, o percurso teórico-metodológico que escolhemos partiu da noção de *operação historiográfica* para acompanhar o movimento constituição de um *lugar social*, de um conjunto de *práticas* científicas e de uma *escrita* da história, articulados por uma *geração* de historiadores que procuraram, a partir do NDIHR e da discussão em torno do conceito de História Regional, enquadrar a universidade como instituição privilegiada de produção do conhecimento histórico na Paraíba.

1.2 HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA: DEFINIÇÕES E ALTERNATIVAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS

A presente dissertação tem como objetivo analisar a história da historiografia elaborada no contexto universitário na Paraíba desde o final dos anos 1970, quando professores oriundos de diversas localidades do país foram incorporados aos quadros da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), e que pretenderam desenvolver um processo de “renovação” dos estudos históricos, tendo o Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR) um papel de centralidade no desenvolvimento de um conjunto de operações historiográficas que viabilizassem tal reorientação.

Nesse sentido, nossa pesquisa pode ser inserida no campo de estudos que é conhecido como história da historiografia, história da história ou, simplesmente, historiografia. Analisar este campo, a sua história, suas metodologias e suas interfaces com a teoria da história se faz

mister no sentido de dimensionarmos como deveremos proceder na análise e em que campo de estudos esta pesquisa planeja contribuir com seus respectivos resultados.

Verifica-se, assim, que desde o século XVIII tenha se assistido o momento de maior avanço no campo da teoria da história, por aqueles que buscavam, através de uma Filosofia da História, entender e explicar as leis universais que balizaram o funcionamento das sociedades e sua evolução no tempo, de modo a estabelecer uma relação transcendental entre o passado e o presente.

Condições políticas, econômicas, religiosas, morais, estéticas, convergem em um único presente para moldar o passado visível (um passado possível que pode tornar-se real). Somente por meio de uma fórmula dessa natureza podem ser levantados os problemas inerentes à história e à memória e as condições que determinam o destino dos traços visíveis do passado. (MATROGREGORI, 2006, p.75)

Para o historiador italiano, foi neste momento que se abriu um novo horizonte de cognoscibilidade, um tipo de relação inédita com o passado, “desde então o passado de todos os tempos, lugares e classes sociais passam a ser de interesse e devem ser reconstruído.” (MASTROGREGORI, 2006, p. 76). Outra novidade somada à preeminente necessidade de se haver com o passado é a ideia de que este ensina as pessoas. É a partir daí que a história torna-se matéria a ser ensinada, estando a cargo do Estado-nação o incentivo à ampliação do conhecimento do passado, através de uma série de iniciativas que visou conceder à identidade nacional um conteúdo histórico.

Ainda no fim do século XVIII outras mudanças aconteceram, acompanhadas de novas descobertas, foi o caso, por exemplo, da ideia da individualidade histórica, ou seja, no processo de constituição de um novo tipo de indivíduo que, ao longo do século XIX, conquistou direitos políticos e civis, pois “é verdade que em torno dele, e de fato por ele, a história é estudada e ensinada, coleções e museus inaugurados ou restaurados, os arquivos conservados, imensos volumes de materiais produzidos, as memórias preservadas e a nostalgia alimentada.” (MASTROGREGORI, 2006, p.79).

Entretanto, a percepção de uma teoria voltada para a construção da ciência histórica foi algo que ganhou contornos mais bem delineados ao longo do século XX, quando se fez avançar a reflexão epistemológica, ao mesmo tempo em que ocorreu uma maior abertura às ciências sociais, resultando na “revolução na concepção do tempo histórico e na metodologia da disciplina – e os Annales são os exemplos mais distintos desse movimento.” (MALERBA, 2006, p.12).

O interesse pela história da historiografia, segundo Arno Wehling (2006), emergiu em conformidade com uma análise sistemática do processo intelectual do conhecimento histórico, cuja necessidade de revisão esteve ligada à crise do paradigma newtoniano. No momento em que o paradigma newtoniano funcionou em sua plena vigência, como no século XIX, a teoria científica de base era única, caracterizando uma espécie de *monismo epistemológico*, a partir do qual cada área do conhecimento para ser considerada ciência deveria ser capaz de preencher alguns requisitos entendidos como inerentes à cientificidade, sobretudo, no que diz respeito às capacidades para construir procedimentos metodológicos de descrição da realidade. O que então se empreendia era um procedimento que ligava as especificidades metodológicas de cada área a um núcleo epistemológico comum, não havendo, portanto, a necessidade de uma “crítica da razão científica”.

Nesse sentido, “a discussão que mais se aproximava de um aspecto teórico ou epistemológico estava, em geral, no questionamento do grau de cientificidade ao qual atingiria determinada ciência. Admitia-se, assim, explícita ou implicitamente, a existência de um parâmetro ou padrão em função do qual se hierarquizavam as diferentes ciências” (WEHLING, 2006, p.179). Apesar de algumas problematizações e rupturas ainda no século XIX, o monismo epistemológico só será amplamente abalado na virada do século XX, com a crise do paradigma newtoniano, cujo principal motivo teria sido sua implosão desenvolvida no interior da própria física, com o abalo provocado pelas teorias quântica e relativista, o que condicionou a emergência de uma espécie *pluralismo epistemológico*. Definiu-se, assim, um espaço teórico muito mais amplo do que o anterior.

Esse novo espaço teórico, o das epistemologias setoriais ou “regionais”, alimenta-se, para a sua plena constituição, das circunstâncias, atitudes e instrumentos intelectuais que constituem a evolução ou a “história” do respectivo campo ou “ciência”. Logo, se a história da historiografia é a história da ciência histórica, é nela, no estudo dos processos de construção da interpretação ou explanação histórica, que precisamos nos basear para a reflexão teórica sobre esse campo ou “ciência”. (WEHLING, 2006, p. 180)

De outra forma, e mais restrito a história da historiografia contemporânea, Jurandir Malerba (2006) afirma que a partir da década de 1960 foi se desenvolvendo uma corrente de pensamento denominada de “pós-moderna”, forjada na esteira das teorias pós-estruturalistas da linguagem, originadas na França do mesmo período e que, de alguma forma, foi decisiva para a incorporação e difusão da história da historiografia como área de atenção dos historiadores. De maneira geral, o “pós-modernismo” observa que a sociedade ocidental vem

atravessando uma intensa transformação caracterizada pelo repúdio final da herança da Ilustração, sobretudo no que diz respeito à crença na “Razão” e no “Progresso”, além de insistir na incredulidade com relação às grandes metanarrativas, pondo em cheque a percepção de que a história humana é um processo irreduzível de emancipação universal. Em consequência disso se propagou certa desconfiança com relação a ideia de verdade, além do constante questionamento da natureza do conhecimento histórico, tal como de sua “cientificidade”.

Esse movimento acarretou uma alteração na concepção de ciência histórica, fincando impossível permanecer adversa e imune à controvérsia sobre o que resulta do trabalho do historiador, havendo uma redefinição radical dos objetos da teoria da história, de uma teoria que buscava compreender o “sentido” do movimento histórico, suas “leis”, seus “motores”, para uma teoria que visa desvendar os artifícios da construção do texto histórico como artefato linguístico. Duas teses orientaram esse redimensionamento: A primeira é o “antirrealismo epistemológico”, que sustenta que o passado não é objeto do conhecimento histórico, não podendo ser o referente das afirmações e representações históricas, diluindo a história em uma espécie de literatura e o passado nada menos do que um texto.

A segunda tese é a do narrativismo que, confere ao imperativo de linguagem, a prioridade na formatação das narrativas históricas. Não havendo diferença entre as histórias ficcionais inventadas por escritores e as narrações dos historiadores, ao passo que essas últimas são empreendidas a partir de uma construção impostas ao passado. Ambas as teses colocam em questão a própria objetividade do conhecimento histórico e, por conseguinte, os limites estruturais da verdade e de seus enunciados.

Mesmo problematizando a validade dos postulados pós-modernos e o surdo debate estabelecido com os “racionalistas”, Malerba observa que o pós-modernismo teve como mérito contribuir na reflexão de alguns dogmas, “alguns postulados férreos que sobreviveram à derrocada de certas concepções de história herdeiras de alguns fundamentos iluministas, humanistas e cientificistas e ainda vigentes em muitos pólos importantes durante a década de 1970.” (MALERBA, 2006, p. 14). Como consequência direta desse movimento de revisão dos postulados científicos e narrativos da história passou-se a constatar que “não há, ou não deveria haver, historiador profissional que não pensasse cada etapa e implicação de seu ofício; que não ponderasse sobre o fato de que todo o problema histórico, ao se tornar matéria da prática e da razão histórica, parte do texto e termina no texto.” (MALERBA, 2006, p.11-12).

A história da historiografia pode ser visualizada como resultado de um movimento que tomou por desafio reanalisar as relações entre subjetividade e objetividade no processo

mesmo de formulação da pesquisa histórica e de sua escrita, especialmente a partir do momento em que se desenvolveu uma crítica sistemática à noção de “fato histórico”, a exemplo do que se operou no interior da historiografia francesa pela *Escola dos Annales*. Segundo Jacques Le Goff (1996), foi na esteira da crítica à noção de *fato histórico* que se passou a tomar a própria ciência histórica numa perspectiva historiográfica. Nesse sentido, o conceito de historicidade (desligadas das suas origens vinculadas ao historicismo no século XIX) desempenhou um importante papel na renovação epistemológica do século XX, “ela obriga a inserir a própria história numa perspectiva histórica” (LE GOFF, 1995, p. 18-19).

A partir da percepção de que, a história não é uma espécie de retrato fiel, imparcial e neutro do passado, mas antes uma atividade resultante de um conjunto de operações, pertencente a um meio, portadora de uma historicidade e possuidora de um tipo específico de narrativa do passado (ou uma trama, diria Paul Veyne); alguns debates parecem incidir sobre a possibilidade de se conceber historicamente esta área do conhecimento, caso, por exemplo, do conceito de *cultura histórica* que, segundo Le Goff, tem a ver com o modo como cada sociedade se pensa historicamente e quais as relações que mantém com o passado.

Na tentativa de caracterizar a atitude de algumas “sociedades históricas” perante o seu passado e a sua história, considera que os historiadores são os “principais intérpretes da opinião coletiva”. Porém, adverte que, a “história da história não se deve preocupar apenas com a produção histórica profissional, mas com todo um conjunto de fenômenos que constituem a cultura histórica ou, melhor, a mentalidade de uma época.” (LE GOFF, 1996, p.48). Mesmo concedendo espaço privilegiado aos historiadores no que diz respeito à cultura histórica, Le Goff (1996) afirma que, o objeto da “história da história” não pode se reduzir ao universo de seus profissionais de ofício, pois “o objeto da história da história é bem este sentido difuso do passado, que reconhece nas produções do imaginário umas das principais expressões da realidade histórica e nomeadamente da sua maneira de reagir perante o seu o passado” (LE GOFF, 1996, p. 49).

Desde pelo menos os anos 1960 verifica-se uma crescente teorização acerca da natureza do conhecimento histórico, sobretudo em suas interfaces com as relações entre história-memória, presente-passado e objetividade-subjetividade. No Brasil, a recepção dessa teorização, em linhas gerais, foi feita através da incorporação dos estudos empreendidos pela historiografia francesa, tendo em nomes como Marc Bloch, Fernand Braudel, Pierre Nora, Roger Chartier, François Dosse, Paul Veyne, Michel de Certeau e, também, o já citado Jacques Le Goff os intérpretes mais conhecidos. Longe de representarem um grupo homogêneo e unitário, esses historiadores e sua consequente difusão contribuíram para o

desenvolvimento de uma perspectiva de auto avaliação do que faz o historiador quando escreve história. O conceito de *cultura histórica*, por exemplo, está sendo redimensionado de forma a avaliar ou como os historiadores ao escreverem a história também se inscrevem no interior de uma cultura política (GOMES, 1995), ou diante da percepção de que não se reduz ao “pequeno universo” dos historiadores, podendo ser abordada a partir de outras linguagens, instituições e mecanismos em que as diferentes sociedades forjaram, no sentido de registrar sua experiência no tempo (FLORES, 2007). A avaliação epistemológica da história, e suas imbricadas relações com a experiência vivida, parece ter sido um dos fatores que impuseram aos historiadores profissionais tomarem como objeto de análise a historicidade do conhecimento histórico.

Possivelmente, Michel de Certeau é um dos historiadores franceses que tem ocupado um lugar de centralidade junto a necessidade de reflexão do que faz historiador quando escreve história e a consequente importância concedida aos estudos de história da historiografia, sobretudo a partir do seu texto *A Operação Historiográfica*. Nesse texto, que pode ser considerado seminal para o âmbito da história da historiografia, Certeau (2008) alerta para a possibilidade de compreensão da história ao mesmo tempo como produto e produção, pois é resultado de um conjunto de operações historiográficas que marcam a própria forma como se escreve a história na contemporaneidade.

Desloca o campo de observação dos historiadores quando afirma que o gesto de relacionar uma ideia aos lugares é uma prática definidora da identidade do historiador, sem a qual este profissional não estaria levando às últimas consequências a particularidade de sua profissão. O que Certeau (2008) está propondo é a admissão de que a história e suas operações fazem parte da realidade da qual trata.

Ao procurar definir o resultado do trabalho do historiador enquanto uma prática histórica, Michel de Certeau (2008) abre caminho para a história da historiografia como modo de reflexão comum ao ofício do historiador, já que é o pensamento sobre a sua própria historicidade, além das formas como os seus profissionais nela se situam, o elemento definidor do saber histórico.

Para tanto, Certeau (2008) promove um conjunto de incursões teóricas que tem como finalidade, a um só tempo, desnaturalizar e desindividualizar o saber histórico, ao passo que compreende a história como uma produção histórica e, como tal, uma algo que não se reduz à vontade de um indivíduo autônomo, mas diante da incontornável relação que o historiador estabelece tanto com seus pares, quanto com a sociedade em que se localiza. Nesse sentido, a noção de “lugar social” pode ser lida ao mesmo tempo como fator determinante do saber

histórico e a partir das suas determinações históricas e sociais. Escrever a história das relações de recíproca determinação de um dado lugar social parece ser algo importante no sentido de captar a historicidade do saber histórico e de aprofundar a desconstrução de um dos traços mais marcantes decerta historiografia, ou seja, seu aspecto (contraditório) de naturalização do produto da história.

Nos últimos anos a historiografia brasileira também passou a incorporar entre seu quadro de reflexão teórica e historiográfica algumas linhas de pensamento que não se reduzem à contribuição francesa, caso da recepção das abordagens de língua alemã, tendo como interlocutores privilegiados os historiadores Reinhart Koselleck e Jorn Rüsen. Essa abertura de horizontes permitiu adentrar em outros pontos que tocam a questão da história da historiografia, tal como as relações entre história, consciência e razão histórica, empreendida por Rüsen, e no tocante a problematização do tempo histórico e diante da possibilidade de desenvolvimento de uma história dos conceitos, desenvolvidas por Koselleck.

A questão da historiografia como campo de estudo da história que possibilitaria a autorreflexão por parte de seus profissionais está presente nas teorizações de Jorn Rüsen (2010a), que ao iniciar a análise sobre a *Tarefa e função de uma teoria da história* aponta a necessidade de percepção da teoria da história como elemento auto avaliativo, a partir do qual se tornaria urgente o estabelecimento de uma nova relação entre sujeito e objeto. Nesse sentido, a teoria da história ganharia uma função prática no exercício do ofício historiográfico, pois “basta olhar para a própria práxis para se ver onde e como se pode alcançar acima dela, tomando-a como base, refletir sobre ela, lidar com ela – para constatar que a auto-reflexão é, com efeito, um elemento vital no dia-a-dia da ciência.” (RÜSEN, 2010a, p.25).

Portanto, Rüsen (2010a) tenta entender o *interesse* que as sociedades têm no passado, e como ato de resolução dessa *carência temporal* o passado passa a ser compreendido como história. Nesse ponto o teórico alemão parece retomar as questões discutidas por Certeau acerca do “que faz o historiador quando escreve história?”, mas, ao invés de discutir o conhecimento histórico como resultado de uma “instituição do saber”, situa as relações entre vida e história como fundantes para a historiografia. Nesse sentido, os *interesses* são visualizados como primordiais, já que são espécies de pontes nas relações estabelecidas entre “vida prática” e “ciência especializada”.

Depois de introduzir o debate acerca da autorreflexão como fundamento da história, de discutir o que é e quais os objetivos e objetos da teoria da história, Rüsen passa a problematizar a matriz disciplinar da história, ou seja, “fatores e princípios que conformam a constituição específica da ciência histórica” (RÜSEN, 2010a, p. 29), retomando as reflexões

antes já realizadas por Michel de Certeau, ao tentar compreender em que consiste a operação histórica, quais as etapas dessa área do conhecimento. Se o, historiador francês, pensou a operação histórica como a relação de um lugar social, práticas científicas e escrita, Rüsen diz que a matriz disciplinar histórica apresenta elementos científicos e não científicos, estes últimos relacionados à vida prática.

Primeiramente, a história se encontra no circuito que se inicia nos *Interesses* dos homens em estudar cientificamente o passado, observando que a relação entre história e vida não se encerra no envolvimento dos historiadores com seus pares, mas que a vida prática e suas demandas existenciais é anterior a própria história-ciência, pois a história é um dos elementos (apesar de privilegiado, mas não exclusivo) que contribuem para os homens suprirem certa carência de orientação temporal.

Mas, é apenas a partir do segundo elemento da matriz epistemológica da história, que é possível de situar a emergência da história como ciência, já que são as *ideias* que transformam a carência de orientação temporal em conhecimento histórico, ao se constituírem em perspectivas gerais, nas quais o passado torna-se histórico, formulando conjecturas e perspectivas que orientam a experiência e o agir no tempo. Em resumo, a história como saber científico nasce do vivido. O circuito que se origina nos *interesses*, que se desdobram nas *ideias* e ganha características de ciência nos *métodos* e *formas de apresentação* tem como etapa final outro elemento não científico que são as *funções de orientação existencial* que, por sua vez, estabelece novo envolvimento com as carências de orientação no tempo.

É no contato específico que a história mantém com a vida que se encontra a contribuição fundamental da teoria da história de Rüsen ao entendimento da história como conhecimento científico. O elemento central da *pragmática* da ciência histórica está em seu vínculo com relação à *consciência histórica*, que se constitui na realidade a partir da qual se pode entender o que a história é como ciência. A consciência histórica, nesse sentido, é um fenômeno do mundo vital já que, como afirma Hans-Georg Gadamer (2006), possibilita ao homem se situar no tempo, construir sua identidade, ter um sentimento de *pertencimento* com o mundo ao qual está inserido. Sobre a consciência histórica, Rüsen afirma que é “a suma das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal, de seu mundo e de si mesmo, de forma tal que possam orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo” (RÜSEN, 2010b, p. 57). A consciência histórica é, portanto, a operação intelectual capaz de relacionar o tempo como intenção ao tempo como ação, como experiência no tempo.

Rüsen desloca a questão *do que faz o historiador quando escreve história?* para: *como surge, dos feitos, a história?* O que significa dizer que não importa apenas saber a natureza do conhecimento histórico, o que é a história, mas compreender a pragmática do conhecimento histórico pensando a relação entre subjetividade/objetividade, desnaturalizando o conceito de história ao colocá-la como uma consequência das ações humanas no tempo. Assim, as problematizações acerca das *formas e funções do conhecimento histórico* parecem indispensáveis, pois “o processo de conhecimento da ciência da história está sempre determinado, pela relação à aplicação prática, do saber histórico elaborado pela pesquisa e formatado pela historiografia. A práxis como fator determinante da ciência.” (RÜSEN, 2010b, 85). Daí a necessidade de tematizar a *formação histórica* e a *didática da história* como questões essenciais do problema da consciência histórica de forma geral e, especificamente, nas problematizações acerca das funções da ciência histórica.

É nesse sentido que, segundo Rüsen (2010a), a teoria da história pode contribuir para o progresso da pesquisa histórica, pois, ao definir a fundamentação do pensamento histórico, o compreendendo imerso numa dinâmica em que as *carências de orientações temporais*, os *interesses* e as *ideias* sempre se renovam, possibilitando assim, uma *modificação qualitativa*. Essa *modificação qualitativa* só é possível quando há argumentação ou uma *comunicação argumentativa*, na qual a teoria da história ocuparia um lugar central, por agir como árbitro das argumentações nos debates e polêmicas que a comunicação argumentativa envolve. É só a partir da operação racional dos historiadores, expressa pela teoria da história, através da enunciação e consequente aperfeiçoamento dos seus fundamentos, que a história é capaz de alcançar um *progresso cognitivo superior*.

Outro historiador alemão cujas obras têm contribuído para a teorização da história da historiografia é Reinhart Koselleck e seu livro *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Nesse livro, Koseleck (2006) propõe-se tentar responder uma das questões que parece balizar a especificidade do saber histórico, trata-se do “o que é tempo histórico?”. Questão difícil, e que segundo o historiador alemão deve adentrar no campo da teoria da história. Possivelmente, além da teorização acerca do que vem a ser tempo histórico, o método que Koselleck empreendeu é uma das suas principais contribuições para a história da historiografia, pois “no que diz respeito à metodologia, as investigações concentraram-se na semântica dos conceitos fundamentais que plasmaram a experiência histórica do tempo.” (KOSELLECK, 2006, p. 16). Nesse sentido, as análises semânticas apresentadas não objetivaram realizar um estudo de caráter linguístico-histórico, mas “pretendem investigar a constituição linguística das experiências temporais, ali onde elas se manifestaram.”

(KOSELLECK, 2006, p. 17). O que o autor alemão acaba por empreender é uma tentativa de aproximar a história dos conceitos à história social no instante em que se observa que os conceitos são vocábulos nos quais se concentram uma multiplicidade de significados capazes de reunir “a diversidade da experiência histórica, assim como, a soma das características objetivas teóricas e práticas em uma única circunstância, a qual só pode ser dada como e realmente experimentada por meio deste conceito.” (KOSELLECK, 2006, p.109).

Para além da cronologia, - cuja contribuição estaria restrita às questões relativas às datações, limitando-se a reunir em um único tempo os inúmeros calendários e medidas de tempos construídos ao longo da história – e do tempo biológico dos homens, nos quais se orientam segundo um pressuposto natural estranho a relação entre tempo e história, Koselleck (2006) afirma que o tempo histórico está associado à ação social e política, “a homens concretos que agem e sofrem as consequências de ações, a suas instituições e organizações.” (KOSELLECK, 2006, p. 14). Dispensa, portanto, uma análise que privilegie uma espécie de singularidade do tempo histórico, pretendendo abordar os muitos tempos históricos que se se sobrepuseram uns aos outros, a partir de uma investigação debruçada sobre textos nos quais a experiência temporal manifesta-se na superfície da linguagem e que abordam a relação entre um determinado passado e um determinado futuro.

Koselleck (2006) procura retrabalhar as relações entre as temporalidades passadas, futuras e presentes, utilizando-se da terminologia antropológica ao lançar a hipótese de que entre o “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa” constitui-se algo como o tempo histórico. A fórmula usada por este historiador pode ser resumida na seguinte frase:

Desde a Antiguidade até os dias de hoje acumulam-se inúmeros testemunhos dessa relação: políticos, filosóficos e poetas, mas também manuscritos de autoria desconhecida, provérbios e enciclopédias, quadros e sonhos foram investigados, assim como os próprios historiadores. Todos os testemunhos atestam a maneira como a experiência do passado foi elaborada em uma situação concreta, assim como a maneira pela qual as expectativas, esperanças e prognósticos foram trazidos à superfície da linguagem. De maneira geral pretendeu-se investigar a forma pela qual, em um determinado tempo presente, a dimensão temporal do passado entra em relação de reciprocidade com a dimensão temporal do futuro. (KOSELLECK, 2006, p. 15).

José Carlos Reis (2006) ao analisar o conceito de tempo histórico propõe sua reflexão a partir da ideia de um terceiro tempo, situado entre o tempo natural (ligado aos movimentos naturais, exterior, supralunar e imortal, cujas características são: medida, quantidade, abstração, homogeneidade, um tempo reversível, no qual o ser que foi volta) à maneira dos

físicos e o tempo da consciência (com a mudança vivida pela consciência, sendo interior, sublunar, mortal e cujas características são: incomensurabilidade, a qualidade, irreversibilidade, sucessividade, intensidade, curta duração, a reflexão e o vivido concreto) tal como o que foi operado pelos filósofos. A problemática do tempo histórico envolve o acompanhamento dos homens e suas mudanças, sua descrição e análise, enfatiza, assim, a seguinte questão: “É possível descrever e analisar um objeto que se autopuveriza?”. A resposta de Reis (2006) é sim, desde que com o auxílio de certos artifícios. Para esse historiador a importância do tempo histórico deve-se à necessidade das “sociedades vivas” de controlar a condição de “não ser mais”, de estabilizar a fluidez da vida, de fixá-la de forma a torná-la passível de ser descrita e analisada.

Desta maneira, o passado, para o historiador, é a consolidação do ser no tempo, é duração realizada, não o que não é mais, mas o que foi e ainda é, ou seja, um passado-presente, já que o passado em si mesmo não existe¹³. Entre o tempo mensurável da natureza e o tempo fluido da consciência o historiador deveria produzir uma conceituação de forma a mediá-los, articulá-los. É nesse sentido que se encontra o esforço de José Carlos Reis (2006), ao compreender o tempo histórico tanto como terceiro tempo, quanto como “tempo mediador”, já que: “um terceiro tempo não deve apagar a diferença, mas conectar, articular dialeticamente a diferença.”.

Para tanto, Reis acaba por buscar nas contribuições de Paul Ricouer, Reinhart Koselleck e entre os *Annales*¹⁴ as âncoras necessárias para sua formulação conceitual. A ideia de mediação é tomada de Ricouer, que afirma que o tempo histórico teria como particularidade o fato de conceber consistência à consciência, mediante alguns artifícios, tais como: calendário, sucessão temporal e preservação de vestígios, ou seja:

Com esses recursos, a experiência humana tornou-se narrável. O historiador constrói em sua narrativa uma intriga, que é uma síntese do heterogêneo, que integra múltiplos e dispersos numa história total, completa e complexa. A intriga não narra o vivido tal como aconteceu, embora tenha essa ambição, pois o vivido humano não é apreensível em sua integralidade e pureza. Mas, e por isso é um terceiro tempo, a intriga refigura a experiência temporal, cria uma concordância discordante, e os homens imersos no tempo se dão uma

¹³Esta reflexão leva-nos ao encontro da problematização acerca da forma que o historiador realiza esse “milagre” que, segundo Reis (2006), tem a ver com o interesse do historiador pela alteridade humana, por produzir um “conhecimento de mudança”, formulando, inclusive, certas diferenciações dessas mudanças.

¹⁴Sobre a contribuição dos *Annales*, no que diz respeito a um tempo histórico como tempo medidor ou terceiro tempo, Reis (2006) defende que à medida que o movimento historiográfico francês promoveu uma desaceleração cautelosa do tempo em reação a aceleração revolucionária baseada em um conhecimento especulativo do sentido da história, contribuiu como uma espécie de dialética da duração, a partir do movimento mais lento do tempo estrutural.

localização, uma direção, um sentido. Portanto, o tempo histórico, tanto como organização da vida coletiva, efetiva, quanto como conhecimento reconstruído da vida passada, representaria um terceiro tempo, um mediador. (REIS, 2006, p. 184)

Ainda segundo Reis (2006), para Koselleck não é suficiente a explicação do tempo histórico através do tempo-calendário, no qual o aspecto da sucessão temporal não responde a problemática principal que envolve a temporalização histórica, que para o historiador alemão é: “Como, em cada presente, as dimensões do passado e do futuro foram postas em relação?”. Ao determinar essa relação, seria possível perceber o tempo histórico. O que implica dizer que apesar de Koselleck não introduzir o terceiro tempo, teoriza sobre o essencial para uma mediação possível, no momento em que trata a perspectiva da simultaneidade das temporalidades históricas como elemento definidor do conceito de tempo histórico, observando-o ao mesmo tempo como diferenciação temporal e articulação temporal, como sucessão e como simultaneidade.

Certamente, as análises teóricas de historiadores como Jacques Le Goff, Michel de Certeau, Jorn Rüsen e Reinhart Koselleck permitiram uma maior abertura para o desenvolvimento da história da historiografia, mas esta não deve se confundir com a prática de abordagem teórica da história, ou seja, apesar dos vínculos orgânicos que a história da historiografia possui com a teoria da história, possivelmente as duas têm diferenças que merecem ser consideradas. Porém, são poucas as obras publicadas no Brasil que tem como apretensão sistematizar e definir o que significa¹⁵ a atividade denominada de história da historiografia¹⁶.

Para Malerba (2006), a reflexão sobre o estatuto do texto histórico e o produto do trabalho do historiador faz-se de total importância no cotidiano dos profissionais de história. Há algum tempo vem se percebendo a potencial riqueza que contém a acumulada obra de

¹⁵ Como ponto de partida para esse debate encontramos nos textos de Jurandir Malerba alguns indicativos importantes para a conceituação do significado de historiografia. No texto “*Em busca de um conceito de historiografia: Elementos para uma discussão*”, Malerba (2002) diz que apesar do número crescente de produções de caráter historiográfico, sobretudo a partir dos anos 1990, há certa dificuldade entre os historiadores brasileiros em definir com precisão e profundidade o conceito de historiografia.

¹⁶ Entre essas, uma coletânea de textos que reuniu as contribuições de diversos autores de línguas e nacionalidades diferentes em torno do debate da teoria e história da historiografia é o livro publicado em 2006 com o título *A História Escrita: teoria e história da historiografia*, organizado pelo historiador brasileiro Jurandir Malerba. É a partir dessa coletânea que iniciaremos a discussão metodológica e histórica do conceito de história da historiografia, sobretudo a partir dos já citados textos escritos por Arno Wehling, Horst Walter Blanke, Massimo Mastrogregori e do próprio Jurandir Malerba. Procuramos selecionar os textos que nos proporcionam diferentes percepções do que significa a história da historiografia, quais seus métodos e teorias. Nessa coletânea há ainda a contribuição de outros autores que não necessariamente trabalham especificamente com o conceito de história da historiografia, caso dos textos de Angelika Eppler, Carlos Ginzburg, Frank R. Ankersmit, Hayden White, Jorn Rüsen e Masayuki Sato.

inúmeras gerações de historiadores que contribuíram, à luz do seu tempo e com o aparato conceitual disponível, um patrimônio da memória das sociedades, constituídas por sua historiografia, parecendo fato incontornável que o resultado do trabalho de pesquisa e escrita da história resultou em uma “biblioteca dos artefatos históricos” que, entre outras coisas, guardaria as relações destes com as sociedades históricas que tiveram a necessidade de sistematizar e relatar seu passado. Portanto, o aspecto autorreflexivo do conhecimento histórico é seu elemento caracterizador, não havendo possibilidade de supor que qualquer operação historiográfica possa partir de um “ponto zero”, pois se a condição básica do conhecimento histórico é relativa à sua própria historicidade, parece indispensável o exercício de retomada das contribuições dos que antecederam à sua reflexão, o que elevaria a crítica historiográfica a fundamento do conhecimento histórico.

Ainda de acordo com Malerba (2006) foi o filósofo italiano Benedetto Croce quem primeiro sistematizou os problemas inerentes à crítica sistemática do gênero histórico, ao defender que o julgamento de uma obra histórica não deve ser levada a cabo pela quantidade ou exatidão de informações que fornece, ou pelo prazer que o livro proporciona, mas, simplesmente, por sua historicidade. Portanto, a fonte geradora da historiografia é a necessária revisão das versões do passado histórico, operada a cada geração, quando - de acordo com a reflexão croceana - cada época levanta suas próprias questões e novas demandas e fórmulas para uma sociedade interrogar seu passado.

Na busca por uma definição operacional de historiografia como história da historiografia (e não apenas como escrita da história), Malerba (2006) afirma que diferentemente do que se pode observar nas ciências naturais, em história dificilmente uma obra histórica é totalmente “superada”, até porque ela se torna documento de uma época. De forma geral, as definições de historiografia tendem a entendê-la como produto resultante da prática do historiador que, segundo Charles Olivier Carbonell, pode revelar com clareza a sociedade que a gerou, ou seja, pode ser caracterizada como prática cultural, “uma apresentação elaborada do passado, limitada ao meio da escrita, com suas possibilidades e restrições. Ela pressupõe a experiência social de um historiógrafo, caracterizada por certo grau de especialização e eventualmente de profissionalização e sua função em uma ordem política e social.” (MALERBA, 2006, p. 22).

A íntima relação entre teoria da história e história da historiografia é visualizada como uma das características essenciais pelos trabalhos que planejam refletir sobre o estatuto do texto histórico e o fazer do historiador, para Horst Walter Blanke (2006), por exemplo, a história da historiografia pode ser caracterizada como uma competência teórica. Arno

Wehling (2006), por outro lado, propõe verificar se é possível tornar a história da historiografia como uma espécie de laboratório da epistemologia histórica, ou seja, trata a possibilidade de aplicação das categorias e dos procedimentos epistemológicos às obras historiográficas como fontes específicas, de forma a contribuir para o refinamento teórico do campo. Desta forma, a história da historiografia poderia ser entendida como ramo ou aspecto da história da ciência, ocupando um papel de *locus* privilegiado da epistemologia da história, podendo contribuir, inclusive, para uma “crítica à razão histórica” que “efetivamente aperfeiçoe o campo dessa especialidade”.

O “território do historiador”, assim como o dos demais campos científicos, é composto por uma rede em que interagem questões epistemológicas, metodológicas e empíricas, só é seccionáveis e distintas por artifício lógico; mas é inegável que as questões de natureza epistemológica, nos diferentes campos científicos, por sua vez articulam-se, como epistemologias “setoriais” que são, à epistemologia geral e dão o tom da abordagem científica do campo. (WEHLING, 2006, p.175).

A partir das problematizações teórico-metodológicas particulares à história da historiografia, um passo importante é tentar articulá-las à forma como deveremos proceder em nosso trabalho. Tomando como base as tipologias e modelos metodológicos sistematizados por Blanke (2006)¹⁷, Mastrogregori (2006)¹⁸ e Wehling (2006)¹⁹ é possível tentar situar nossa pesquisa no que diz respeito à sua particularidade. Primeiramente, é indispensável advertir que tais classificações formais possuem caráter eminentemente didático, já que suas diferenças também implicam em aproximações, não sendo possível visualizá-las de forma estanque ou isoladas uma das outras. Nesse sentido, a presente dissertação possui como característica uma abordagem mais flexível no que diz respeito ao tipo ou método da história da historiografia

¹⁷ O historiador alemão Horst Walter Blanke (2006), promoveu, a partir da investigação da historiografia alemã contemporânea, uma espécie de tipologia no qual buscou sistematizar os tipos e funções da história da historiografia. Os tipos são: *História dos historiadores*; *História das obras*; *Balanco geral*; *História da disciplina*; *História dos métodos*; *História das ideias históricas*; *História dos problemas*; *História das funções do pensamento histórico*; *História social dos historiadores*; *História da historiografia teoricamente orientada*.

¹⁸ Massimo Mastrogregori (2006) diz que entre os problemas enfrentados pelo conjunto dos estudos de história da historiografia estão: A aplicabilidade de vários métodos diferentes. Nesse sentido, seria possível distinguir pelo menos seis métodos dotados de uma lógica interna coerente e, até certo ponto, exclusiva de outros métodos. O primeiro método é classificado como: *o erudito, bibliográfico, enciclopédico*; O segundo método é *o filosófico, pragmático, pedagógico*; O terceiro é *o científico*. Para Mastrogregori (2006), os outros três métodos tem um raio de ação menos amplo, são eles: *Método retórico ou literário*; O método *sociológico e prosopográfico*; Por último o *método sintético e descritivo*.

¹⁹ Wehling (2006), diz que há quatro modelos de investigação da história da historiografia, tendo em comum o fato de que não contemplaram as preocupações de caráter epistemológico. Conforme esse historiador, o primeiro modelo seria o *descritivo*; O segundo modelo, por outro lado, foi marcado pela aproximação com a sociologia do conhecimento; O terceiro tipo de história da historiografia é nomeado por Wehling (2006) como *modelo de compreensão do Zeitgeist*; Por último, aparece a *funcionalista*.

que pretende realizar, podendo, inclusive, se situar no que Mastrogregori (2006) chama de “método sintético e descritivo”, que se caracteriza por promover uma análise historiográfica sem um projeto metodológico rígido. Do mesmo modo, também possui interfaces com o que o autor italiano chamou de método “sociológico e prosopográfico”, ao se esforçar por interpretar as corporações dos historiadores de maneira quase que microscópica, ligando-as ao nível institucional e político.

Se levarmos em consideração a tipologia mais detalhada elaborada por Blanke (2006), podemos nos situar em dois ou três diferentes tipos de história da historiografia, ou seja, nos inserimos, por exemplo, na chamada *história dos historiadores*, ao passo que analisamos o trabalho de tais profissionais, sobretudo os que atuaram no NDIHR e no Departamento de História da UFPB a partir de fins da década de 1970. Mas, não são apenas os historiadores em suas trajetórias acadêmicas e intelectuais que nos interessam, mas quais suas relações com a formação de uma espécie de “disciplinaridade” do conhecimento histórico como saber que deveria ser prioritariamente produzido pelas instituições universitárias, o que nos aproxima do que o autor alemão chamou de *história da disciplina*. Outra área da história da historiografia que a presente dissertação se inscreve é a chamada *história dos problemas*, uma vez que nos dedicamos em compreender como uma determinada problemática foi sendo definida como algo a ser tratado historicamente, ao passo que percebe-se a História Regional se tornou o elemento agregador do conjunto de operações que se fez no sentido de definir quem deveria ser considerado historiador e o que deveria ser nomeado por conhecimento histórico.

Em segundo lugar e, sobretudo, a partir das teorizações promovidas por Certeau, Koselleck, Rüsen e Jacques Le Goff, mas também por Malerba, Wehling, Mastrogregori e Blanke, parece-nos importante definir qual o lugar que a teoria da história ocupano tipo de história da historiografia que planejamos desenvolver. Vimos que alguns autores como Jorn Rüsen (2010a) e Wehling (2006) percebem a história da historiografia como matéria auxiliar da teoria da história, no caso do alemão a abordagem historiográfica permitiria refletir acerca da razão histórica, mas suas aplicações devem ser desenvolvidas em sentido mais teórico, sobretudo quando se analisa as questões tanto referentes à sua *pragmática*, quanto à sua *científica*, ou seja, tanto no que se refere à constituição do pensamento histórico na vida prática, como no que diz respeito à constituição metódica da ciência “da” história.

Em termos semelhantes, Wehling (2006) propõe que a história da historiografia seja empreendida como uma espécie de “laboratório” da epistemologia histórica, o que significa que a principal função dessa abordagem é a de servir de pilar para o entendimento epistêmico

da história²⁰. Acreditamos que um ponto forte desse tipo de perspectiva é a consequente alerta para a proximidade entre história da historiografia e teoria da história, sobretudo no que diz respeito à potencialidade daquela para a reflexão desta, ou seja, o exercício das pesquisas historiográficas corresponde, potencialmente, à um exercício de reflexão teórica, que toca em âmbitos variados, que vai desde a questão da natureza do conhecimento histórico, passando pelas relações entre subjetividade-objetividade no processo de escrita da história, e chegando à abordagem da maneira pela qual os historiadores se relacionam como o tempo histórico, tal como pareceu propor Koselleck (2006).

Entretanto, se a história da historiografia também é um exercício de reflexão teórica não deve se confundir com a teoria da história, sobretudo em um aspecto pouco discutido pelos historiadores analisados: Sua abordagem mais empírica, ou seja, que toma as obras historiográficas (artigos, dissertações, teses, livros, etc.), os congressos e eventos de historiadores (e também de outras áreas), as instituições históricas (tal como as universidades, ou o NDIHR) ao mesmo tempo como fontes históricas e objeto de análise. Nesse sentido, o resultado do trabalho dos historiadores deve ser compreendido como “documento-monumento” (LE GOFF, 1996) e, desta forma, abordado em sua particularidade, levando em consideração a maneira como foi se produzindo, a quem se dirige, quais as relações com o tempo histórico do presente, como agem no sentido de instituir uma determinada leitura do passado em oposição a outras possíveis, quais seus determinantes políticos e sociais, como funcionam segundo os jogos de permissão e proibição de um determinado lugar social (CERTEAU, 2008).

Uma das operações mais difíceis de ser realizada na história da historiografia é justamente a de incorporar a obra histórica como documento histórico e o historiador testemunha de um determinado processo histórico, principalmente quando o objeto em análise trata-se de um lugar social em que as “regras do meio” e os “segredos da tribo” ainda se encontram em vigência e na qual a memória outrora produzida ainda se constitui como linha de inteligibilidade do processo em análise. Uma dificuldade operacional, por exemplo, é de abordar um determinado historiador por vezes como objeto de análise (e seus textos como fontes históricas) e, em outras oportunidades, utilizar sua produção como referência bibliográfica que nos auxiliem na problematização do processo histórico que foi ao mesmo tempo testemunha, sujeito e intérprete. Isso ocorreu, sobremaneira, com os textos de Rosa Maria Godoy Silveira, que tanto foi personagem histórico e testemunha privilegiada do

²⁰ Esse tipo de abordagem pode ser caracterizada no que Blanke (2006) chama de *história da historiografia teoricamente orientada*.

processo de constituição da historiografia acadêmica na Paraíba, quanto é uma das principais intérpretes desse processo, cujos textos oferecem valiosa avaliação do estado da arte em que se encontra a historiografia na Paraíba.

Desse modo, distinguir sujeito e objeto é uma operação complexa e, na maior parte do tempo, impossível, o que nos imprime certa necessidade de elaborar alguma forma de tratamento que leve em conta a especificidade de nosso objeto. De maneira didática e incompleta, acabamos por optar por empreender uma divisão dos textos utilizados em dois sentidos: 1º) Aqueles textos que foram produzidos na temporalidade analisada (1976-1990) são tomados exclusivamente como fontes históricas e seus escritores como personagens históricos; 2º) Os textos que analisaram posteriormente (1991-2011) o processo de constituição da historiografia acadêmica na Paraíba foram incorporados ora como referências bibliográficas e ora como fontes históricas.

De qualquer forma, o tipo de abordagem que empreendemos foi elaborado em torno de textos produzidos por historiadores, geógrafos, sociólogos e cientistas políticos. Nesse sentido, a tomada dos textos, artigos, teses, dissertações e livros produzidos por profissionais ligados à universidade indica a especificidade da história da historiografia, sobretudo em suas interfaces com a história do conceito, a história da “disciplinaridade histórica” e a história das instituições históricas, o que torna o texto histórico o principal material sobre o qual nos debruçamos.

Portanto, a história da historiografia que elaboramos tem a ver com a análise de produções em muito esquecidas, e sua apropriação pode contribuir naquilo que Mastrogregori (2010) chamou de “tradição das lembranças”, ou, de outra maneira, diante da necessidade incontornável do historiador lidar com sua historicidade e com a contribuição daqueles que o antecederam, tal como defende Malerba (2010). De alguma forma, a interpretação historiográfica tem relação com aquilo que Le Goff (1996) entende por “cultura histórica”, não que acreditamos que o historiador é necessariamente o melhor intérprete de uma dada forma como as sociedades se relacionam com o seu passado, mas defendemos que a análise do resultado de sua obra é um dos caminhos possíveis para alcançar tal objetivo.

CAPÍTULO II

2 A HISTORIOGRAFIA ACADÊMICA NA PARAÍBA: O NDIHR E O PROCESSO DE PRODUÇÃO DO LUGAR SOCIAL (1976-1981)

2.1 UNIVERSIDADE E DITADURA: AS CONDIÇÕES DE POSSIBILIDADES PARA A IMPLANTAÇÃO DO NDIHR NA UFPB

Na segunda metade da década de 1970 o Brasil vivenciava um momento político e social singular. Se por um lado ainda estava sob o jugo do regime que se iniciou em 1964, por outro havia uma crescente expectativa de sua dissolução. É nesse momento que o governo Geisel (1974-1979) inicia um processo “lento, gradual e seguro” de abertura política, cuja perspectiva foi circunscrita segundo a teoria da distensão continuada, o que significou que o regime militar deveria empreender um projeto de liberalização política, a partir de estruturas mais permanentes e flexíveis, assegurando, com isso, o afrouxamento da tensão sociopolítica.

Para o governo militar o processo de distensão deveria ser obtido em estágios bem planejados, que se iniciaria com a suspensão da censura prévia, passando por reformas eleitorais e chegando à revogação de medidas coercitivas mais explícitas. Nesse sentido, a teoria da distensão significou uma última busca de legitimação do Estado, que desde o golpe de 1964 tinha se caracterizado a partir dos usos de mecanismos de repressão política, ou seja, “tratava-se de um programa de medidas de liberalização cuidadosamente controladas definido no contexto do slogan oficial ‘continuidade sem mobilidade’”. (ALVES, 2008, p. 224).

A segunda metade da década de 1970 não só se caracterizou pela mudança de cálculo político por parte do regime então vigente, mas foi um momento no qual diversos setores da sociedade civil começaram a se (re) organizar em torno da possibilidade de redemocratização²¹. Alguns setores da sociedade civil tornaram-se lugares privilegiados de atuação da oposição, foi o caso de organizações como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e da Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Segundo Alves:

²¹ Esse momento também foi marcado, segundo Carlos Teixeira da Silva (2007), por uma mudança na política internacional norte-americana, já que o governo Carter (1976-1980) se caracterizou pelo discurso de incentivo aos Direitos Humanos, de crítica aos regimes militares na América Latina, e de tentativa de construção de uma imagem mais democrática dos Estados Unidos da América no cenário internacional.

O silêncio então imposto à sociedade foi lentamente rompido, passando a imprensa a publicar debates sobre questões econômicas e denunciar casos de abuso de poder, corrupção ou violência de Estado. Rompido o silêncio, a sociedade civil respondeu, e os cidadãos começaram a recorrer ao novo foro público para manifestar seu apoio contra a brutalidade governamental (ALVES, 2008, p. 270)

A noção de *democracia forte* foi o paradigma que regeu a posição dos militares em torno do tema da liberalização política²², pois “os parâmetros da ‘democracia forte’ eram definidos de modo a limitar a participação de setores da população até então excluídos e permitir que o Estado determine qual é a oposição aceitável e qual é intolerável”. (ALVES, 2008, p. 273). Dessa maneira, ao distinguir a oposição aceitável da intolerável, os militares pareciam querer definir quem poderia ou não se constituir como agente político no processo de abertura²³.

A disputa política em torno de projetos de abertura distintos parece ser a tônica desse momento, o crescente esvaziamento de representatividade do Regime Militar, somada a iminente crise econômica, favoreceram a irrupção de projetos de redemocratização alternativos. Os eventos políticos do final da década de 1970 podem ser entendidos dentro desse contexto, tanto as vitórias eleitorais da oposição, quanto às greves do ABC paulista²⁴ parecem indicar um crescente descontentamento com o regime implantado a partir de 1964, tal como podem ser tomados como sintomas de um processo mais abrangente de um esvaziamento, ainda que parcial, da sua representatividade política e social²⁵.

No que diz respeito ao grau de interferência que o Regime Militar operou em instituições educacionais, em especial nas universidades, a partir de março de 1964, a situação parece bastante complexa. Segundo Rodrigo Patto de Sá Motta (2014), a universidade brasileira vivenciou durante esse período um momento paradoxal, já que se por um lado foi um espaço cuja Doutrina de Segurança Nacional buscou, energicamente, repreender os atores que considerava alinhados às ideologias de esquerdas, sobretudo, os tidos como comunistas,

²² Para Francisco Carlos Teixeira da Silva (2007), o projeto de abertura empreendido pelo governo militar, tendo como principal mentor intelectual Golbery do Couto e Silva, visava à formação de um Estado de Direito e não, necessariamente, um processo de democratização ampla e irrestrita.

²³ Foi o caso do governo Figueiredo (1979-1985) que, preocupado em delimitar o campo da oposição, situou os movimentos camponeses e operários como uma oposição inaceitável (ALVES, 2008).

²⁴ SKIDMORE (1988) e ALVES (2008) apontam para importância da formação de novos eixos de oposição ao regime militar em fins da década de 1970. Para o historiador norte-americano, as greves operárias podem ser entendidas como elemento agregador de um conjunto significativo da sociedade civil, a classe operária, que ganharam notável visibilidade. Já Alves observa que as sucessivas vitórias eleitorais do MDB elevaram esse partido ao status de uma oposição legítima no final do sistema eleitoral bipartidarista implantado pelo regime militar, agregando um conjunto heterogêneo de setores de oposição.

²⁵ Narrando os desafios dos trabalhadores no processo de abertura política, Thomas Skidmore percebe que para os estrategistas tanto de Geisel como de Figueiredo “A abertura só poderia ser bem sucedida se os trabalhadores fossem mantidos sob controle” (SKIDMORE, 1988, p. 435).

produzindo, assim, um ambiente de repressão, triagens ideológicas, perseguição política, aposentadorias compulsórias etc. Por outro lado, as instituições universitárias atravessaram um processo de relativa modernização e de inegável expansão. Ou seja, a universidade no Brasil se encontrou na linha tênue que separa a repressão política empreendida pela Doutrina de Segurança Nacional, e o projeto de modernização e expansão, caro ao governo militar, principalmente no que diz respeito à necessidade de legitimação do regime.

Vale ressaltar que, os investimentos realizados nas universidades foram consequência direta dos acontecimentos políticos ocorridos no pós-1964. A “Operação Limpeza”, empreendida no primeiros meses após o golpe, que buscou expurgar os possíveis inimigos do regime, teve como alvo imediato os sindicatos e as organizações de trabalhadores rurais, além das instituições universitárias²⁶.

Passados os primeiros meses do regime, quando o clima político parecia mais ameno, os estudantes ocuparam o lugar de oposição, atuando como agentes políticos e protagonizando denúncias e resistência ao regime então instaurado. Naquele momento, o que se percebia era um crescente processo de “esquerdização” dos estudantes²⁷, tornando um problema a ser enfrentado pelos órgãos repressores do regime militar.

Incapaz de impedir a influência dos grupos radicais nos meios estudantis universitários, tampouco de fazer vingar as lideranças ‘democráticas’ que apoiava, e tendo experimentado estratégias que variavam doses diferentes de repressão e cooptação, o regime militar encontrou no problema estudantil um dos principais desafios à sua política universitária. As forças de repressão eram obcecadas com a ideia de que os professores faziam as cabeças dos alunos, levando-os a atitudes radicais e rebeldes. Daí, parte da preocupação em afastar docentes esquerdistas das salas de aula. Entretanto, fontes da época mostram que a esquerdização da juventude era processo mais complexo [...] Em certas circunstâncias, ocorreu o contrário do imaginado pela polícia, ou seja, os estudantes é que influenciaram as opiniões dos professores. (MOTTA, 2014, p. 62)

É no contexto de pressão estudantil, juntamente com as necessidades econômicas e a busca de legitimação do regime que, o governo militar inicia um processo (autoritário) de implantação da Reforma Universitária visando ao mesmo tempo modernizar essas instituições

²⁶ Nas universidades, por exemplo, foram instituídos órgãos de investigação, como os Inquéritos Policiais-Militares (IPMs) e a Comissão Geral de Investigação (CGI), órgão este que foi planejado para reunir os inquéritos provenientes de todas as regiões “tentando ordenar um processo que levou centenas de demissões país afora, entre servidores civis e militares” (MOTTA, 2014, p. 49).

²⁷ Para Rodrigo Patto Motta, algumas pesquisas mostram que apesar de haver um interesse cada vez maior por ideologias de esquerda, poucos se interessavam pelo comunismo ao estilo soviético, mas um grande número “era simpático a reformas sociais e a algum tipo indefinido de socialismo.” (MOTTA, 2014, p. 63).

e, de certa forma, controlar uma juventude que em vez de estar na rua protestando pudesse “se ocupar em laboratórios”²⁸.

Nesse sentido, o ano de 1968 parece emblemático, já que marca tanto o início dos chamados “anos de chumbo” da Ditadura, com a promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), quanto a implementação da Lei n. 5.540 que normatizava sobre a propalada Reforma Universitária. Nesse ano as manifestações estudantis se intensificaram, a pauta principal passou a ser orientada pela denúncia à violência repressiva. Segundo Motta (2014, p. 100), “a gravidade da situação estudantil causou certa consternação nos círculos de poder, cujo maior temor era que à rebeldia estudantil viesse se juntar os operários, que fizeram greves de peso em 1968”. A possibilidade de perda do controle da situação pode ter sido uma das justificativas para o recrudescimento do regime, proporcionando aos setores da “linha dura” argumento para implantação do AI-5.

Essa situação também pareceu favorecer os setores do regime que propunham maior investimento nas universidades, a perspectiva dos militares nesse aspecto pode ser sintetizada no lema “segurança com desenvolvimento”, já que essas instituições eram vistas tanto como canal para o desenvolvimento, quanto por ser uma área sensível para a “segurança nacional”, pois além dos estudantes se caracterizarem como opositores de primeira ordem, nesse espaço circulavam ideias e valores de esquerda de variadas matizes. Nesse sentido, “as universidades significavam um desafio político para o comando militar. Encontrar estratégias mais adequadas para lidar com o ensino superior tinha importância para os planos de desenvolvimento, porém, tratava-se também de derrotar o inimigo”. (MOTTA, 2014, p. 102).

Portanto, a lei n.5.540/1968 representou ao mesmo tempo uma ligação entre sugestões modernizadoras e perspectivas autoritárias²⁹.

²⁸ Motta (2014) cita o caso do Projeto Rondon, criado com o lema “Integrar para não entregar”, buscou incutir na juventude valores patrióticos e autoritários do regime, o autor explica também que esse projeto sugere que na visão do comando militar, o tema da reforma universitária adquiriu status de urgência. Ver: Motta (2014, p. 87-95). Essa frase expressa também a visão de Golbery de Couto e Silva, influente líder do período, que percebia que as universidades não absorviam os jovens, pois as atividades acadêmicas eram precárias, por isso era necessário reformas, para mantê-los ocupados. (MOTTA, 2014, p. 102)

²⁹ Em síntese, essa lei pautou os seguintes pontos: Extinção do sistema de cátedras; Prewia o fortalecimento das instituições centrais das universidades, sobretudo das reitorias, que passariam a receber mais verbas; Os reitores seriam escolhidos a partir de listas sêxtuplas e a representação estudantil foi fixada em 1/5; Foi proposta a unificação dos vestibulares, deixando de ser exames e passando a ser concursos classificatórios; Foi estabelecido o regime de trabalho em tempo integral, com meta inicial de 3 mil professores, priorizando áreas estratégicas; Também era previsto um incentivo à pós-graduação, compreendida como instrumento de fortalecimento da pesquisa; Por último, havia a proposta de estruturação da instituições universitárias em torno da chamada estrutura departamental (MOTTA, 2014, p. 106-107).

Entretanto, a perspectiva modernizadora dos militares e de alguns de seus aliados tinha viés inexoravelmente autoritário e repressor, por vezes influenciado por matizes conservadoras. Tais paradoxos eclodiram de maneira aguda com a edição do AI-5. O ato de força promulgado em dezembro de 1968 abriu nova onda repressiva, responsável por ceifar quadros importantes para o sucesso da modernização. Porém, ao mesmo tempo, ele ofereceu recursos de poder capazes de erradicar os obstáculos à reforma. Modernização e repressão, ao mesmo tempo. Forças que se alavancavam mutuamente, mas que também impunham-se limites. (MOTTA, 2014, p. 107)

No que se refere à Universidade Federal da Paraíba (UFPB) a história não foi diferente. A face repressora do regime militar se fez presente logo nos primeiros dias após o golpe, quando o então reitor Mario Moacyr Porto foi exonerado e em seu lugar foi nomeado Guilardo Martins Alves, cujo reitorado se estendeu até 1971.

Segundo os dados disponibilizados pelo *Relatório da Comissão Estadual da Verdade*³⁰, já em meados de abril de 1964 a perseguição se instalou na UFPB, sendo excluídos na primeira onda repressiva pelo menos nove professores. Em maio daquele mesmo ano onze alunos foram expurgados, estes responsabilizados pelos acontecimentos (anteriores ao golpe) ocorridos na Faculdade de Direito³¹. Após o AI-5, em 1968, os expurgos e perseguições se intensificaram, alunos e professores foram duramente reprimidos, os diretórios acadêmicos sofreram intervenção, discentes foram impedidos de se matricularem³².

Essas ações se estenderam para a unidade de ensino, como a exoneração do coordenador do Instituto Central de filosofia e Ciências Humanas (ICFCH), professor Paulo Pires Braga (...). Professores alinhados ao regime tiveram a renovação de seus contratos de trabalhos facilitados, enquanto os professores que questionavam as novas determinações impostas tiveram seus salários cancelados. (BEZERRA, 2007, p. 73)

³⁰ Essa comissão foi instituída pelo Governo do Estado da Paraíba em março de 2013. No dia 31 de março de 2014 a Comissão Estadual da Verdade, presidida pelo professor Paulo Giovanni, apresentou o relatório parcial que apresenta os resultados obtidos até então. Os dados que aqui utilizaremos são frutos do Grupo de Trabalho “Perseguição dos órgãos de segurança ao setor educacional”, coordenado pela professora Lúcia de Fátima Guerra Ferreira, que ficou responsável por investigar a ação do regime militar nas instituições universitárias e educacionais.

³¹ Esses acontecimentos se relacionaram aos protestos que ocorreram em função da anunciada presença de Carlos Lacerda (UDN) na cidade de João Pessoa, este que era governador do estado de Guanabara e que era um duro adversário do governo João Goulart. No dia 3 de março de 1964 e, portanto, antes do golpe, os estudantes universitários e secundaristas entraram em confronto com as forças oficiais e ocuparam o prédio da Faculdade de Direito. Esse acontecimento foi significativo por se inserir entre os eventos que demarcaram os conflitos entre diferentes setores da sociedade paraibana no período anterior ao golpe.

³² No Relatório da Comissão Estadual da Verdade é apresentado várias listas de perseguidos, entre eles: 17 professores sem contratos renovados; 10 professores com pagamentos suspensos temporariamente; 55 alunos, de diferentes faculdades, impedidos de se matricularem por tempo indeterminado.

A partir de 1969, ainda no reitorado de Guilardo Martins, a UFPB já contava com um serviço de segurança e informação. Em 1971 foi estabelecido oficialmente uma Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI) que, a partir de 1975, ficou conhecida como ASI. Esta assessoria deveria ser um órgão subordinado ao reitor e encarregado de auxiliá-lo nos assuntos relativos à segurança nacional e informação e “graças ao seu pioneirismo, a Aesi/UFPB foi uma das mais bem organizadas e atuantes na primeira metade dos anos 1970, quando seu regimento interno servia de modelo para agências congêneres”. (MOTTA, 2014, p. 194).

Por outro lado, a UFPB também foi alvo de investimento e de relativa expansão. Durante a gestão de Guilardo Martins Alves, a universidade experimentou um crescimento do corpo docente e discente, “sendo que os alunos passaram de 1.625 em 1964 a 5.620 em 1971, Alves também se engajou na implantação da reforma universitária, e por essa razão foi guinado à presidência do Conselho dos Reitores das Universidades Brasileiras”. (MOTTA, 2014, p. 270).

A ambiguidade desse processo também é estudada por Francisco Chaves Bezerra (2007), na dissertação intitulada *O ensino superior de história na Paraíba (1952-1974): aspectos acadêmicos e institucionais*. Para o autor, a Reforma Universitária empreendida pelo governo militar em 1968 seguiu o modelo implementado pelo Regime Militar como um todo. Nesse processo, foi determinado mudanças na organização da universidade, com ênfase na racionalização de recursos e na execução de atividades de ensino e pesquisa. Uma das principais mudanças foi que cada unidade universitária deveria ser estruturada em departamentos, no qual era possível reunir disciplinas afins, que poderiam ser oferecidas a diversos cursos ao mesmo tempo. A Reforma Universitária objetivava, em geral, tornar o sistema educacional mais produtivo, além de buscar garantir a reprodução da força de trabalho.

Por parte do Regime Militar, no que diz respeito ao desenvolvimento da Reforma Universitária, havia todo um cuidado para que se processasse sem que houvesse uma maior participação social, sendo empreendida uma série de iniciativas no sentido de desmobilização, pois a “prioridade política era disciplinar a vida acadêmica, racionalizar a universidade e expandir o Ensino Superior”. (BEZERRA, 2007, p.79). Além da desmobilização, outro objetivo declarado era avaliar a crise e sugerir mudanças para o sistema universitário, passando à sociedade uma imagem de eficiência e inovação.

Também para Bezerra (2007) a participação da UFPB nos “debates” acerca da Reforma Universitária foi intensa. Segundo o autor, foram realizadas reuniões no Rio de

Janeiro e em Juiz de Fora, onde se pautou os problemas básicos da reforma a ser implantada, e a participação da comissão dos professores da UFPB foi notável, pois:

É importante salientar que a UFPB, além de ter sido uma das primeiras Universidades do país a implantar as diretrizes da Reforma Acadêmica, antecipando-se a outras universidades brasileiras, muito contribuiu para a sua efetivação a nível nacional, fornecendo sugestões tais como: **um Primeiro Ciclo Geral de Estudos (dividido nas fases diferenciada e indiferenciada), a introdução da disciplina Metodologia das Ciências (a ser oferecida em todos os cursos) e a conceituação por crédito (correspondente a 15 horas-aula por semestre)**, acatadas nacionalmente. [Grifos do autor] (BEZERRA, 2007, p. 90. *apud*. RODRIGUES, 1986, p. 122)

Entretanto, esse relativo quadro de expansão da UFPB e de sua importância no cenário nacional, não correspondeu completamente ao salto qualitativo que seus ideólogos procuravam ressaltar, sobretudo nas áreas ligadas às Ciências Humanas e Sociais, que permaneceram, pelo menos até o reitorado de Lynaldo Cavalcanti (1976-1980), à margem dos investimentos realizados nessa instituição.

Com a Reforma Universitária e todas as alterações que demandou, a universidade brasileira continuou a estabelecer uma distância entre o pensado e o realizado. Um dos exemplos que Francisco Bezerra (2007) nos oferece é como deveria se processar o ingresso no magistério superior após a extinção do sistema de cátedra, já que o critério da carreira acadêmica passaria a ser pela promoção-ascensão relativa aos títulos universitários. Ou seja, em tese, é evidenciada uma maior valorização profissional ligada aos títulos apresentados na disputa por uma vaga na docência superior, mas na prática nem a questão do título, nem mesmo a exigência de concurso público eram respeitados. Isso se verificou, por exemplo, na contratação dos docentes do curso de história.

De 1952 a 1973 (da FAFI ao ICFCH) todos os professores do Curso de História foram indicados por alguém dessas instituições, em seguida, tivera seus currículos avaliados pela Congregação (até 1961) e pelo Conselho Departamental (de 1961 em diante). Foram contratos para executar as atividades da disciplina necessitada (num período de um ano, com renovação por tempo indeterminado). Por fim, eram conduzidos aos postos de catedráticos. (BEZERRA, 2007, p. 114)

Segundo Monique Cittadino (1993):

O Golpe de 64 não alterou a prática então vigente na UFPB de se contratar os novos docentes sem a prestação de concurso público ou de qualquer outro tipo de seleção dos candidatos. Estes eram admitidos mediante a indicação dos nomes pelas escolas interessadas. (...) O máximo a que se chegou, em termos de modificação dos critérios de contratação de professores, foi a aprovação pelo CONSUNI de um Projeto de Resolução visando introduzir algumas modificações no processo de indicação dos candidatos. Esse novo projeto estabelecia que o preenchimento dos cargos de professor se daria mediante a inscrição dos candidatos com os seus respectivos documentos, seguindo da análise pelo Conselho e “indicação” do nome que tinha sido homologado. Em outras palavras, a mesma prática apadrinhadora e clientelística anterior seria mantida, pois, a bem da verdade, o nome homologados pelo Conselho seria o do candidato dos diretores das escolas. Além disso, torna-se óbvio que aqueles candidatos que por algum motivo (principalmente os de ordem político-ideológica) não comungassem com os “ideais” do Estado de Segurança Nacional dificilmente seriam contratados, configurando-se o processo como um eficaz mecanismo de triagem ideológica. (CITTADINO, 1993, p.25-26).

Outra questão importante, que não sofreu mudança (pelo menos nas áreas de ligadas às Ciências Sociais e Humanas) com a Reforma Universitária, constitui-se na separação entre ensino e pesquisa, o que pode ser observado na própria relação entre ensino e pesquisa de história na Paraíba.

O primeiro Curso de História que se tem registro na Paraíba foi o que integrou a Faculdade de Filosofia (FAFI), instituição criada em 1949, mas que só foi implantada em 1952. O Curso de História (implantado em 1955) tinha como principal característica a formação de profissionais voltada para a docência. Num contexto onde as Faculdades de Filosofia eram criadas no intuito de produzir docentes para o “ensino primário e secundário. Na área de humanas, o referido curso foi formulado tanto segundo a intenção ‘de formar a alta cultura paraibana e realizar pesquisas em vários domínios’” (BEZERRA, 2007 p. 103), quanto dentro da lógica de formar profissionais direcionados para o exercício do magistério. Entretanto, verificou-se na FAFI (que depois de federalizada passou a ser chamada de UFPB), a realização só do segundo objetivo, ou seja, o que se efetivou como prioridade foram as atividades relacionadas à formação profissional docente, esta desvinculada da pesquisa³³.

³³ Esse foi um aspecto que atravessou as várias transformações que este curso sofreu, ou seja, que tanto esteve presente em 1955, quando o curso de História fora criado ligado ao curso de Geografia; em 1960, no processo de federalização das Faculdades de Filosofia; em 1968, a partir da Reforma Universitária empreendida pelo Governo Militar; até 1974, ano que se desenvolveu o processo de departamentalização da Universidade Federal da Paraíba (BEZERRA, 2007).

A UFPB, em seus cursos na área de humanas (de forma geral) e no Curso de História (especificamente), não incentivava a prática de pesquisa e os possíveis vínculos que poderia possuir com o ensino. Quando se falava em pesquisa, pensava-se nas atividades produzidas pelas áreas de Bio-Ciência e Tecnologia³⁴. Em História³⁵ o máximo que se aproximava da pesquisa eram as atividades de monitoria, que depois da Reforma Universitária, com a extinção do sistema de cátedra e o suposto incentivo ao critério de títulos e de concurso público para o ingresso na carreira docente superior, se tornou algo indispensável para os profissionais que intencionavam se tornar professores da Universidade Federal da Paraíba (BEZERRA, 2007).

No período em que se verificou ao mesmo tempo um processo de abertura política e iniciativas de modernização das instituições universitárias no Brasil, alguns reitores ficaram lembrados como “empreendedores” de um processo mais abrangente de reformulação das universidades (MOTTA, 2014). Caso de Lynaldo Cavalcanti, homem com prestígio entre os círculos de poder que ocupavam o MEC naquele momento, em especial com o ministro da educação Ney Braga, a quem serviu como diretor-adjunto no Departamento de Assuntos Universitários (DAU-MEC) antes de assumir a reitoria da UFPB, cargo este que ocupou entre os anos de 1976 e 1980³⁶. A trajetória acadêmica e intelectual de Lynaldo Cavalcanti está fortemente vinculada aos órgãos estatais, nos quais ocupou cargos e funções em diferentes instituições. Formado em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Pernambuco (1955), além de ter sido Reitor da Universidade Federal da Paraíba (1976-1980), foi diretor da Escola Politécnica da UFPB (1968/1971), membro do Conselho Diretor da Fundação Universidade Regional do Nordeste (1966/67) e reitor dessa instituição, entre os anos de 1973 e 1975 (atualmente a Universidade do Nordeste é a Universidade Estadual da Paraíba). Outra função que ocupou foi a de representante do Ministério da Educação e Cultura no Conselho

³⁴Para se ter uma ideia do quadro em que se encontrava a pesquisa na UFPB, no ano de 1974 a UFPB possuía o número de 76 pesquisas contabilizadas, sendo que o Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA) possuía um total de nove pesquisas e destas apenas uma era na área de história. Por outro lado, percebe-se a concentração de pesquisas entre o Centro de Ciências e Exatas e da Natureza (CCEN), e no Centro de Ciência e Tecnologia da UFPB de Campina Grande, ambos com vinte e três projetos. Dados encontrados no texto de SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. Considerações para uma história da pesquisa no Nordeste. *Revista Horizonte*, João Pessoa, UFPB, ano 2, nº5, p. 256-286, jul/dez de 1977. Para a formulação do quadro em que dispõe esses dados a Rosa Godoy do documento da própria UFPB, intitulado: *Pesquisas - ano de 1974*, publicado pela Coordenação de Pós-Graduação e Pesquisa da Própria Reitoria para Assuntos Didáticos, 1975.

³⁵ Entre as poucas pesquisas elaboradas por professores do Departamento de História da UFPB anterior a 1976 estão: *A contribuição historiográfica de Frei Vicente Salvador*, escrito por J.P Nicodemos; *A fortaleza de Santa Catarina*, escrito por Vilma dos S. C. Monteiro; *Fontes para a história da Paraíba em arquivos portugueses*, escrito por Elza Regis Oliveira. Conferir: *Projeto de Implantação de Centros de Documentação e Informação Histórico Regional – Cuiabá – MT – João Pessoa – PB*. [ca. 1975] (Documento mimeografado.)

³⁶ Depois de sua saída da Reitoria da UFPB, Lynaldo Cavalcanti foi alçado a diretor do CNPq, cargo que ocupou entre os anos de 1980 e 1984.

Deliberativo da SUDENE (1974/78), o que pode sugerir que na própria compreensão que Lynaldo Cavalcanti possuía de universidade havia uma estreita ligação entre o lugar das instituições universitárias e à perspectiva desenvolvimentista, ou seja, de que as instituições de ensino superior deveriam ser entendidas como mecanismo de desenvolvimento, algo que vai ficar evidenciado nas ações empreendidas junto à reitoria da UFPB³⁷.

O reitorado de Lynaldo Cavalcanti ao passo que mudou a orientação em termos de repressão, sendo marcado por certa flexibilidade e tolerância ideológica, deu continuidade à expansão que vinha acontecendo desde a gestão de Guilardo Martins Alves, “deu continuidade e ampliou o ritmo dessa expansão, ajudando a transformar a UFPB em uma das principais universidades do Nordeste e uma das maiores do país, com 21 mil alunos e 2.600 professores, no ano de 1980”. (MOTTA, 2014, p. 270)³⁸.

Segundo Rodrigo Patto Motta (2014), o sucesso e o prestígio alcançado pela UFPB se deram graças à política de contratações, pois atraiu profissionais competentes e dinâmicos para a universidade, mesmo professores suspeitos aos olhos dos órgãos de segurança, “que consideravam o novo reitor leniente em relação aos riscos à ‘segurança nacional’”. (MOTTA, 2014, p. 270).

Em entrevista concedida à Adeilma Bastos, em julho de 2007, Rosa Godoy Silveira avalia a gestão de Lynaldo Cavalcanti, ressaltando a expansão característica desse reitorado.

O Lynaldo veio como uma pessoa forte do ministro Ney Braga, ele e o reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, salvo engano Diógenes Cunha Lima, foram assim, duas pessoas que tiveram muito apoio para realizar o processo de modernização nas suas universidades, e foi feito isso [...] vamos a alguns indícios dessa expansão: primeiro foi o quadro docente, ele trouxe cerca de 1.500 pessoas de fora, procedentes de vários lugares do país e do exterior, mas também gente da própria Paraíba. Ele procurou trazer gente titulada, então mudou muito o quadro da universidade. (Informação verbal)³⁹.

Sobre a questão da pós-graduação, Rosa Godoy Silveira, na mesma entrevista, diz que ocorreu um crescimento inquestionável, já que antes da gestão de Lynaldo Cavalcanti havia cerca de um ou dois cursos, número que saltou para perto da casa dos trinta até 1980.

³⁷ Informações disponíveis em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?metodo=apresentar&id=K4798382H9>. Acessado em 11 de agosto de 2014.

³⁸ Para Adeilma Bastos (2009) pelo menos quatro pontos caracterizaram o reitorado de Lynaldo Cavalcanti: 1º) Aquisição de quadros intelectuais; 2º) Criação de cursos de pós-graduação; 3º) Incorporação de faculdades isoladas existentes no interior do Estado (Além de João Pessoa, Campina Grande e Areia, foram incorporados os campi de Bananeiras, Cajazeiras, Sousa e Patos); 4º) Criação de Núcleos de Pesquisa.

³⁹ Entrevista concedida por Rosa Maria Godoy Silveira à Adeilma Bastos. [17 de julho, 2007]. (Entrevista transcrita)

Entretanto, nem todos os cursos tinham condições mínimas de funcionamento, “caso de Ciências Sociais, por exemplo, criou um mestrado onde não havia sequer uma graduação”⁴⁰.

Segundo Motta (2014), apesar de críticas pontuais, de maneira geral a imagem era positiva, inclusive sendo reverberada pela imprensa, caso da matéria da revista *Veja*, em setembro de 1980, elogiosa ao “liberal” Lynaldo Cavalcanti que teria transformado a UFPB “na principal universidade nordestina, com trinta cursos de pós-graduação e duzentos professores contratados de fora da região, sendo maioria da região Sudeste. A habilidade do reitor era louvável também por ter conseguido transformar o orçamento da universidade no segundo entre as federais: Cr\$ 4 bilhões em 1980. Para que se tenha ideia do significado desse valor, o orçamento do estado da Paraíba era de Cr\$ 7 bilhões.” (MOTTA, 2014, p. 270-271).

Além da questão das verbas para pesquisa, da implantação de várias pós-graduações e da incorporação de alguns *campi* do interior da Paraíba à UFPB, parece notável a política de criação de núcleos de pesquisas, tal como o Núcleo de Documentação e Informação Histórico Regional (NDIHR). Para Rosa Godoy Silveira, esses núcleos tinham uma intenção clara: “quebrar o ranço dos Departamentos, quebrar assim, as fronteiras entre os departamentos e constituir grupos interdisciplinares de pesquisa”⁴¹.

Foi criado cerca de quatorze núcleos de pesquisa nesse período⁴², em áreas diferentes, como o Núcleo de Pesquisa de Recursos do Mar (NEPREMAR), o Núcleo de Pesquisa de Produção Alimentar (NUPPA), o Núcleo de Pesquisa e Documentação da Cultura Popular (NUPPO) e o Núcleo de Documentação Cinematográfica (NUDOC).

Para Adeilma Bastos (2009), que estudou o NUDOC, esse foi um momento de intensa produção intelectual, no qual seus quadros estavam atentos para outra concepção de universidade, em que pesquisa, ensino e extensão deveriam ser articulados numa prática comum. A título de exemplo, o NUDOC poderia representar algo semelhante para a cinematografia paraibana ao que significou o NDIHR para a historiografia na Paraíba.

O Núcleo de cinematografia da UFPB surge com o intuito de documentar a realidade social na Paraíba e da região Nordeste para que, a partir dos registros, houvesse uma reflexão mais sistêmica das condições sociais e de vida dos indivíduos residentes no Nordeste, em especial, na Paraíba. (BASTOS, 2009, p. 53)

⁴⁰ Entrevista concedida por Rosa Maria Godoy Silveira à Adeilma Bastos. [17 de julho, 2007]. (Entrevista transcrita)

⁴¹ Entrevista concedida por Rosa Maria Godoy Silveira à Adeilma Bastos. [17 de julho, 2007]. (Entrevista transcrita)

⁴² Segundo Francisco Bezerra (2007), citando Claudio José Lopes Rodrigues (1986), nessa gestão foram implantados 36 núcleos e laboratórios, que se juntaram aos dois já existentes.

Perguntada sobre a importância dos núcleos para a UFPB, Rosa Godoy Silveira diz que, entre outros aspectos⁴³, possibilitou o aprendizado dos próprios docentes, já que em sua maioria eram jovens, com pouco tempo de formados e com pouca vivência na pesquisa, apesar de já possuírem títulos de mestrado e doutorado, “então foi aprendizagem, assim, aprendizagem do fazer pesquisa em conjunto, porque muitos tinham aprendizagem individual de fazer mestrado, mas não aprendizagem coletiva do trabalho em grupo, ainda mais do trabalho interdisciplinar.”⁴⁴.

Além das questões de caráter institucional e acadêmicas, Rosa Godoy Silveira afirma que a vivência dos núcleos de pesquisa também viabilizou um ambiente de debate político, alinhado, inclusive, com as demandas da época. Segundo a historiadora, o NDIHR foi um “centro de agitação”, abrigando, por exemplo, a primeira greve de bolsistas por atraso de pagamento. Além disso, sediou várias reuniões prévias da fundação da associação docente e para a fundação do sindicato dos funcionários.

Porém, as mudanças promovidas na UFPB, a partir de meados da década de 1970, não se realizaram sem a presença de conflitos. Ao empreender um processo de modernização das estruturas acadêmicas e institucionais na UFPB, Lynaldo Cavalcanti e os profissionais que vieram de vários lugares do país sofreram resistência de determinados setores da universidade. Sobre esse assunto, Silveira afirma, em entrevista concedida aos organizadores do projeto *NDIHR 20 anos: Resgate e Construção de uma história*, realizada em 1998, que era costumeiro a contratação de professores por indicação, muitos deles eram ex-alunos, “escolhidos sem concurso (...) por indicação de outras pessoas”⁴⁵. Dessa maneira, na medida em que se contratavam pessoas vindas de outras regiões, houve certa reação, realizada por setores cujos privilégios estavam sendo cerceados⁴⁶. Essa reação ficou conhecida como a “crise xenófoba”, em que alguns professores “da terra” se opunham publicamente aos recém-

⁴³ Outra questão importante, que a experiência dos núcleos de pesquisa possibilitou, foi o da formação de alunos, pois os núcleos possuíam bolsistas de iniciação científica, contribuindo para além da formação inicial, com a continuidade nos estudos de muitos. Nessa mesma entrevista, Rosa Godoy Silveira diz que muitos ex-alunos do NDIHR foram para o mercado de Tocantins. A questão da formação de uma geração na experiência dos núcleos de pesquisa e os destinos que tiveram esses pesquisadores é uma questão aberta, que futuramente deve ser objeto de pesquisa, para avaliar o impacto da criação dos núcleos, tanto na formação de pessoal capacitado para pesquisa, quanto na ressonância em outros espaços institucionais. Como indício disso pode-se exemplificar o caso das professoras Regina Célia Gonçalves e Lucia Guerra, que fizeram parte das primeiras leva de bolsista e anos depois passaram a exercer a docência no Departamento de História da UFPB.

⁴⁴ Entrevista concedida por Rosa Maria Godoy Silveira à Adeilma Bastos. [17 de julho, 2007]. (Entrevista transcrita)

⁴⁵ Entrevista concedida por Rosa Maria Godoy Silveira à Ataídes Cassimiro da Silva, Georgina Alves da Fonseca e Vera Lucia da Silva. [21 de maio, 1998]. Projeto NDIHR 20 anos: Resgate e Construção de uma história. (Entrevista transcrita)

⁴⁶ Segundo Rosa Godoy (1998), na mesma entrevista da nota ³⁴, essa reação se deu por que tirava do “pessoal da terra” e “principalmente das mãos das oligarquias que eram quem escolhiam fulano, beltrano”.

chegados, fazendo, inclusive, denúncias em jornais locais. Segundo Francisco Bezerra, “a incorporação de profissionais de fora da Paraíba, no entanto, trouxe sérios problemas para a administração da universidade. Tanto no interior da instituição como fora dela, surgiu certa reação xenófoba contra todo e qualquer professor que não fosse paraibano.” (BEZERRA, 2007, p. 57).

Este clima teria provocado a cisão dos docentes em dois blocos, “caricaturados nos ‘tradicionais’ (representados, principalmente, por um grupo de professores veteranos da terra) e os de ‘fora’ (adventícios, contando com a simpatia com os da terra, principalmente os mais jovens). Em pouco tempo as posições foram se polarizando e a animosidade entre os dois polos se avultou”. (RODRIGUES, 1986, p. 168, *apud*. BEZERRA, 2007, p. 58).

A conhecida “Querela Xenófoba da UFPB” pode ser interpretada como uma experiência geracional que marcou boa parte da trajetória acadêmica dos professores e pesquisadores que chegaram à Paraíba no final dos anos 1970, constituindo-se, inclusive, como mote de investigações de suas interfaces históricas, sociais e ideológicas (como veremos adiante com a tese de Rosa Godoy Silveira), tal como possibilitou um movimento de reexame crítico daquela experiência, a exemplo do texto de Rubens Pinto Lyra que procurou desconstruir o discurso xenófobo que se acometeu na UFPB. Segundo Lyra (1981), o período administrativo encabeçado por Lynaldo Cavalcanti foi marcado por profundas modificações na vida da Universidade e, sobremaneira, no equilíbrio de forças entre setores modernizantes que passaram a deter os principais órgãos de comando da Universidade e os grupos conservados, “dominados por docentes paraibanos”⁴⁷.

Entre estes, vale sublinhar a presença marcante de um grande número de medalhões, desalojados dos cargos que detinham anteriormente na alta administração universitária, assim como de uma varada gama de profissionais liberais, cuja principal fonte de renda se situa fora da Universidade, que para eles, funciona apenas como um “gancho” a mais para complementar os seus proventos. (...) Este é o pano de fundo de uma campanha de coloração nitidamente xenófoba que desde meados do mês de março passado (justamente logo após a saída do professor Lynaldo e sua substituição por um reitor mais conservador), vem ocupando lugar de destaque na imprensa local⁴⁸. Os arautos do xenofobismo mostram-se

⁴⁷ Segundo Lyra (1981), o pano de fundo que assentou a nominada “Querela Xenófoba da UFPB” esteve vinculada a perda de espaço que a política clientelística promovida na admissão de novos docentes sofreu com a chegada de professores de outras regiões, destituindo dos setores mais conservadores da Universidade o que lhe permitia manter sua base social em que se assentavam o seu poder no âmbito universitário. Ainda de acordo com Lyra (1981), o intuito do discurso xenófobo era a de funcionar como justificação ideológica, no âmbito da UFPB, na tentativa levadas a cabo pelos “setores mais reacionários” de promover a marginalização e o progressivo expurgo dos docentes mais engajados na luta pela democratização da Universidade.

⁴⁸ A “imprensa local” a qual se refere Lyra é a coluna semanal do Jornal o Norte, intitulada de “Linha Direta”, que, entre março e julho de 1980, veiculou alguns artigos que procuravam denunciar a chegada dos

inconformados com a presença massiva de docentes de outras regiões, que passam a ser pejorativamente taxados de “estrangeiros” e, até mesmo, de “perigosos alienígenas”. (LYRA, 1981, p. 52)

É justamente nesse sentido que a gestão de Lynaldo Cavalcanti pode representar certo desdobramento na história recente da UFPB, descontinuidade que foi orientada segundo uma específica concepção de universidade. Para Silveira, representou um momento de “grande virada”, no qual o modelo oligárquico, que vigorava nas universidades nordestinas até então, estava em vias de questionamento. Nesse sentido, percebe-se que Lynaldo Cavalcanti possuía uma visão muito pragmática da administração pública, em sua perspectiva a universidade deveria estar a serviço de projetos modernizantes, “a própria concepção dele de Ciências Humanas, era uma visão pragmática que deveria estar a serviço de grandes projetos organizadores do Nordeste”⁴⁹.

A concepção pragmática do reitor acerca do papel que a Universidade deveria desenvolver é importante de ser ressaltada. Em seu discurso de posse, Cavalcanti afirmou que iria “contribuir para o desenvolvimento, em nosso Estado, de um sistema de ensino superior moderno, dinâmico e capaz de enriquecer o nosso patrimônio cultural e nossa economia”⁵⁰. Segundo Adeilma Bastos, “depreende-se disso uma crença por parte do reitor segundo a qual a universidade seria o agente do progresso, a mesma até hoje muito difundida, ou seja, a fé no poder ‘necessário da educação’”. (BASTOS, 2009, p. 51-52).

É nesse sentido que se empreendeu uma série de transformações na UFPB, a partir de uma visão em que compreende as instituições universitárias como mecanismos do desenvolvimento e instrumentos do progresso. O modelo tecnocrata-modernizante que balizava a concepção de Lynaldo Cavalcanti correspondia às expectativas do regime militar no que se refere ao tipo de universidade a ser implantada no Nordeste, “por que até para desenvolver esse projeto de modernização via SUDENE, e outros órgãos federais, era necessário ter pessoas apropriadas para isso, com qualificação para isso, que lidasse com

“alienígenas” à UFPB que, entre outros argumentos, estava retirando dos “da terra” o direito de trabalharem em “sua universidade”. Não tivemos ter acesso a esses jornais, mas o texto de Lyra expõe os principais argumentos e discursos xenófobos que são de todo muito pesados e agressivos, uma das passagens que revela o tom do discurso xenófobo é a seguinte: “essa mistura de culturas heterogêneas que vem comprometendo perigosamente os nossos padrões culturais e que se chova profundamente com o nosso comportamento tradicional.” (LYRA, 1981, p. 56).

⁴⁹ Entrevista concedida por Rosa Maria Godoy Silveira à Adeilma Bastos. [17 de julho, 2007]. (Entrevista transcrita)

⁵⁰ Esse trecho do discurso de posse de Lynaldo Cavalcanti é citado por Adeilma Bastos (2009), a partir da leitura de Claudio Rodrigues (1986).

certos temas que a academia não trabalhava, e então, o modelo era o modelo mesmo desenvolvimentista-modernizante, mas numa ótica conservadora do regime militar”⁵¹.

Ainda segundo Lynaldo Cavalcanti, ao se referir sobre o papel da universidade:

Acreditamos, conseqüentemente, que o objetivo principal da Universidade é o de formar o homem integral, **consciente do sistema em que vive e atua**, apto a desempenhar a sua **tarefa social**, mas também capaz de **adaptar-se** a novos papéis na sociedade futura, ou mesmo de **adaptá-la a novos esquemas de valores** que provém ser mais **eficazes** para o benefício do próprio homem. [Grifos nossos] (CAVALCANTI, 1976, p. 6)

Nesse trecho observa-se uma visão ao mesmo tempo conservadora e adequada ao regime político então vigente. Conservadora quando se pensa o papel da universidade ligado à noção de “adaptação”, no sentido em que “desempenhar a sua tarefa social” deveria estar vinculado a uma ação não transformadora da realidade, mas de se relacionar com aquela realidade de modo a adaptar-se a ela, desempenhando sua respectiva “tarefa social”. É adequado aos ditames ideológicos da época ao passo em que sugere a noção de “eficácia” que, como já vimos, atende à perspectiva de uma universidade voltada para a modernização, que deveria estar envolvida com os grandes projetos modernizantes.

Para Rodrigo Patto Motta (2014), a relação entre conservadorismo e modernização está inscrita na cultura política brasileira, na qual a *modernização conservadora*⁵² é um aspecto importante da história do Brasil, e que fica mais evidente nos momentos em que se vislumbrou algum tipo de alteração do seu ordenamento social e político, estando, assim,

⁵¹ Entrevista concedida por Rosa Maria Godoy Silveira à Ataídes Cassimiro da Silva, Georgina Alves da Fonseca e Vera Lucia da Silva. [21 de maio, 1998]. Projeto NDIHR 20 anos: Resgate e Construção de uma história. (Entrevista transcrita)

⁵² Por modernização conservadora Motta (2014) entende um traço marcante da cultura política brasileira que tendeu conciliar medidas modernizadoras à práticas conservadoras, caso mesmo do que ocorreu na relação entre Universidade e Regime Militar, em que havia um projeto de modernização das universidades brasileiras empreendidas de forma autoritárias. O próprio termo modernização conservadora tem a ver com a leitura que se estabeleceu a partir dos estudos de Barrington Morre Junior, acerca da raiz do fenômeno sociopolítico conservador com implicações econômicas, tecido entre a burguesia nascente e a oligarquia terra tenente, fenômeno político originalmente na Alemanha e no Japão, que acarretou a edificação de uma sociedade capitalista, mas totalitária e autocrática. Esse termo foi importante para o pensamento sociológico e político no Brasil dos anos 1970 e 1980, sobretudo por problematizar o caráter daquilo que Florestan Fernandes chamou de “Revolução Burguesa” brasileira, tal como na análise das forças históricas que levaram ao Golpe de 1964. Algumas leituras vão se espalhar a partir da apropriação da noção de “modernização conservadora”, sobretudo quando se analisou o fenômeno da estrutura fundiária brasileira. Sobre a origem do termo modernização conservadora e suas implicações no Brasil ver.: PIRES, Murilo José de Souza; RAMOS, Pedro. O termo modernização conservadora: sua origem e utilização no Brasil. Revista Econômica do Nordeste (REN). Vol. 40. Nº3. Julho-Setembro, 2009. No que se refere a produção do NDIHR as pesquisas que irão analisar a estrutura de poder regional parecem discuti-la em termos semelhante, sobretudo quando Andrade (1987) analisa o neo-coronelismo, como veremos no próximo capítulo.

explícito no contexto de distensão continuada, marcado pela lógica da abertura “lenta, gradual e segura”.

A noção de uma universidade mais eficaz, atenta aos projetos modernizadores, tal como pregava os setores da burocracia estatal, foi um elemento que esteve presente no próprio processo de criação de centros de documentações, sobretudo, a partir da década de 1970. Nesse sentido, o *Projeto de Implantação de Centros de Documentação e Informação Histórico Regional – Cuiabá-MT – João Pessoa –PB*⁵³, documento encaminhado ao Departamento de Assuntos Universitários (DAU-MEC), em 1975, que contava com Lynaldo Cavalcanti como diretor adjunto, pode viabilizar a percepção de como no próprio processo de implementação de centros de documentação havia uma política que visava ao mesmo tempo contribuir para os anseios modernizantes do governo militar e redimensionar a historiografia como área capaz de instrumentalizar os respectivos projetos de modernização⁵⁴.

No que se refere ao NDIHR-UFPB⁵⁵, sua história estaria associada ao processo de institucionalização de centros de documentações vinculadas às universidades, que ganharam forma no momento em que se disseminou uma política específica em torno dos lugares de memória na década de 1970. Segundo Moraes (2012), até os anos 1960 a pesquisa histórica e

⁵³ Segundo Rosa Maria Godoy Silveira, em entrevista concedida à Ataídes Cassimiro da Silva, Georgina Alves da Fonseca e Vera Lucia da Silva. [21 de maio, 1998]. Projeto NDIHR 20 anos: Resgate e Construção de uma história. (Entrevista transcrita), trata-se de um projeto que foi elaborado pela Universidade Federal de Mato Grosso, *campus* Cuiabá, encaminhado ao Departamento de Assuntos Universitário do MEC: “Na ocasião quem dirigia, em 1975, esse departamento era o professor Lynaldo Cavalcanti e ele já estava com a perspectiva de ser reitor aqui e achando a ideia boa ele encampou a ideia, do ministério apoiar a implantação do Núcleo do Mato Grosso, desde que também um Núcleo similar fosse implantado na Universidade Federal da Paraíba. De fato quando ele começou isso em março, ele desde o início começou essa implantação, em março mesmo de 76.” Na mesma entrevista, Silveira relata que o professor Nicodemos, professora Ivanice Frazão e a professora Marta Pimentel, Osvaldo Sevá, Arnaldo Richa, Ângela Ortiz de Sousa foram do primeiro conselho de implantação do NDIHR na UFPB. Sobre o NDIHR da UFMT, em uma nota do texto intitulado *Notas Sobre a Produção Historiográfica Acadêmica de Mato Grosso*, seus autores informam que o NDIHR-UFMT “teve seu projeto elaborado e aprovado no ano de 1975, tendo na equipe de elaboração Célia Camargo de Simone, Therezinha Arruda, Maria Cecília Guerreiro, Osvaldo Sevá e consultores: Ana Maria de Almeida Camargo, Célia Camargo De Simone e Raquel Glezer.” (PERARO (et al), 2011, p.161)

⁵⁴ Na própria redação do referido projeto, percebem-se as ligações entre a criação de centros de documentação e o contexto do Programa de Cooperação Técnica entre o Governo Brasileiro e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), e da formulação do II Plano Nacional de Desenvolvimento, do II Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e do II Plano Setorial de Educação e Cultura. Segundo o respectivo documento o que liga todas essas iniciativas governamentais à perspectiva de criação do CDIHR na UFPB e na UFMT é a ênfase nas atividades de pesquisa e extensão, tal como já estava prevista na Reforma Universitária de 1968. Cf. *Projeto de Implantação de Centros de Documentação e Informação Histórico Regional – Cuiabá – MT – João Pessoa – PB*, [ca. 1975], p. 2.

⁵⁵ O projeto de implantação de dois centros de documentação, um na Paraíba e outro em Mato Grosso, refere-se inicialmente a esses órgãos como Centros de Documentação e Informação Histórica Regional (CDIHR), é no seu processo de implantação e institucionalização na Universidade Federal da Paraíba que será renomeado como Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR), de acordo com a política de implantação de núcleos de pesquisas e extensão a partir de 1976, com o reitorado de Lynaldo Cavalcanti. Nesse sentido, utilizaremos CDIHR quando nos referirmos ao projeto de implantação e, por outro lado, NDIHR, quando tratarmos especificamente das atividades realizadas por esse órgão após seu processo de implantação.

documental no Brasil se desenvolveu em torno de uma dificuldade operacional, já que em grande medida as instituições responsáveis por promover certa organização e sistematização dos arquivos eram quase que totalmente desprovidas de estrutura⁵⁶.

Nesse momento ocorreu uma maior dinamização das pesquisas sobre o Brasil, realizados, principalmente, pelos chamados *brasilianistas*⁵⁷, a partir disso se evidenciou a diferença de tratamento dado a os estrangeiros e aos pesquisadores brasileiros, demonstrando a precariedade que estes últimos sofriam no desenvolvimento de suas pesquisas, o que possibilitou, inclusive, certo confronto entre eles. Nesse sentido,

Toda essa querela em torno dos brasilianistas aponta/desnuda as péssimas condições de pesquisa dos pesquisadores brasileiros, as quais se revelam na infraestrutura – a falta de espaços apropriados para realizar as pesquisas; nos estudos universitários, os cursos de graduação visavam apenas formar professores, e não, pesquisadores; ausência de profissionais habilitados em pesquisas; a pós-graduação pouco ou quase nada existia e as poucas ou raras agências de fomento que financiassem a pesquisa. Pode-se acrescentar, ainda, que o governo federal, assim como os estaduais e municipais, não apresentavam interesse em salvaguardar ou preservar a documentação histórica nacional, o patrimônio arquivístico. (MORAIS, 2012, p. 47)

Essa tensão foi relatada no *Projeto de Implantação dos CDIHRs*. Ao tratar do *Panorama geral da pesquisa histórica no Brasil*, o primeiro ponto que foi ressaltado se refere à diferenciação entre pesquisa histórica no Brasil e pesquisa histórica sobre o Brasil, sugerindo com isso duas linhas de análises. Fala-se em termos de cooperação técnica internacional, que viabilizaria, em longo prazo, uma pesquisa histórica no Brasil, desenvolvida prioritariamente por brasileiros. Entretanto, em outra passagem, são ressaltadas as disparidades entre as condições de trabalho dos pesquisadores nacionais e estrangeiros.

⁵⁶ Ainda no *Projeto de Criação dos CDIHRs* é realizado um diagnóstico relativo às dificuldades que enfrentava a pesquisa histórica no Brasil, entre elas a questão das grandes dimensões do território nacional; a velocidade dos movimentos históricos regionais que se observa desde o início da colonização; a dispersão das fontes e o desconhecimento de sua existência por parte da comunidade acadêmica; a mobilidade de certos tipos de documentos, que mudaram junto com as populações; a destruição e roubo de objetos e documentos. Ainda se reconhece o problema das documentações dispersas em outros países (Portugal, Espanha, Holanda, Inglaterra e França), como fruto do processo colonizatório que sofreu o Brasil.

⁵⁷ Para Arruda e Tengarrinha (1999), a expressão *brasilianista* deve ser entendida como fruto de um movimento específico da historiografia norte-americana sobre o Brasil, contando com a presença de sociólogos, politólogos, antropólogos, economistas e literatos, algo importante a ser notado é que a presença dessa historiografia norte-americana no Brasil cresce nos anos de exceção “atendendo, de um lado, o renovado interesse norte-americano por nossa história recente, e, por outro, pelas restrições impostas aos historiadores nativos o consequente facilitamento para os estrangeiros.” (ARRUDA; TENGARRINHA, 1999, p.64). Segundo Astor Diehl, a partir de fins da década de 1970 “faz-se sentir uma crítica aos estudos brasilianistas, promovida por uma nova geração de historiadores, sociólogos e antropólogos, entre outros, que visualizavam nas pesquisas dos brasilianistas as vértebras de sustentação das intenções político-econômicas e o perigo do então chamado ‘imperialismo cultural’” (DIEHL, 2004, p. 19).

Segundo depoimento dos pesquisadores brasileiros, os estrangeiros chegam munidos de credenciais que abrem portas normalmente fechadas aos próprios brasileiros, com apoio financeiro e profissional de suas instituições de origem, e, com prazos de permanência de alguns semestres, voltam para a Europa e a América do Norte, fartamente equipados para produzir seus trabalhos, os quais leremos, aqui no Brasil, anos depois, em língua estrangeira, ou em caso mais raros, traduzidos para o português. Os brasileiros, em geral, deslocam-se da região onde residem (...) em licenças especiais, e quase sempre obrigados a pesquisar em tempo parcial, prevendo a complementação de seu tempo disponível em algum outro emprego parcial. Fatos como estes têm causado ressentimentos por parte do pessoal brasileiro, e têm sido objeto de manifestações⁵⁸.

Nesse sentido, percebia-se a importância estratégica da História como área capaz de preservar documentos históricos, observando a necessidade de centros de documentações, capazes de proporcionar uma estrutura adequada para a pesquisa histórica no Brasil, pois os arquivos e centros de documentações até então existentes funcionavam como “arquivos mortos”, nos quais objetos e documentos eram apenas guardados, sendo raras as instituições especializadas e que chegavam a ter funcionários dedicados às responsabilidades de aquisição, tombamentos, registros, catalogação, transferência e agrupamento de material. Em vez disso, era comum a prática de pesquisas individualizadas, nas quais os próprios pesquisadores executavam as várias modalidades de trabalhos de pesquisa e documentação, tornando o processo moroso e desarticulado.

Junto a isso, ainda visualizava-se um quadro em que os principais “recursos humanos” da historiografia brasileira eram quase que exclusivamente autodidatas, havendo muitos profissionais de outras áreas, sendo poucas as pessoas com qualificação técnica no que diz respeito ao manuseio de documentos.

E, principalmente, há enormes dificuldades na formação de grupos equipes que se comprometam, nas instituições, a trabalho de prazo maior, de vários anos. Dada a dimensão temporal da pesquisa, descrita anteriormente, vê-se que esta dificuldade chega a bloquear totalmente iniciativas mais complexas e mais relevantes, ficando os grupos sempre com caráter transitório e instável, prejudicando a continuidade e a sistematização da produção científica⁵⁹.

⁵⁸*Projeto de Implantação de Centros de Documentação e Informação Histórico Regional – Cuiabá – MT – João Pessoa – PB*. [ca. 1975]p. 7. (Texto mimeografado)

⁵⁹*Projeto de Implantação de Centros de Documentação e Informação Histórico Regional – Cuiabá – MT – João Pessoa – PB*, [ca: 1975], p. 6. (Texto mimeografado)

A preocupação relativa à pesquisa histórica no Brasil, tal como com a criação de centros de documentação que pudessem garantir recursos estruturais mínimos para seu desenvolvimento, só começou a ser empreendida, em âmbito governamental, como consequência da preocupação com o desenvolvimento científico no final da década de 1960, através do Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), estabelecido para o período de 1968-1970, e que previa:

O fortalecimento dos mecanismos financeiros de amparo a seu desenvolvimento, além de recomendar o das instituições nacionais de pesquisa; o incentivo à formação de pesquisadores; a reorientação do ensino universitário, com ênfase na pós-graduação, aliado a uma política de amparo aos pesquisadores. (MOREIRA, 1990, p.71. *apud.* MORAIS, 2012, p. 47).

Nesse contexto, também foi elaborado o decreto Decreto-lei nº719 de 1969, que criava o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), através do qual se daria apoio aos projetos considerados prioritários para o desenvolvimento científico e tecnológico (sobretudo para as áreas tecnológicas, entendidas como estratégicas no processo de desenvolvimento econômico) a partir da articulação estabelecida entre as universidades e os centros de pesquisa, as instituições de pesquisas tecnológicas e a iniciativa privada.

Os centros de documentações são criados em diversas regiões do país, respondendo ao intuito do Governo Federal de captar informações de diferentes partes do Brasil, é nesse momento que são implantados o Centro de Documentação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade de Campinas (1971), o Centro de Memória Social Brasileira - CMSB, do conjunto Universitário Cândido Mendes (1972), e o Centro da Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas (1973), entre outros⁶⁰.

Advém daí a necessidade de se resgatar informação e recuperá-la, porque estava literalmente espalhada pelos quatro cantos do país, jogada em qualquer porão coberta d poeira, fungos e excrementos de insetos em qualquer banheiro sem uso. [...] Para tanto, era preciso criar mecanismos para pesquisar, salvar organizar, recuperar, disseminar e publicizar a informação. Assim, surge a ideia de criar, nas Universidades brasileiras, um órgão que pudesse desenvolver esse trabalho, formando equipes interdisciplinares para recuperar as informações e analisar, sob vários olhares, essas memórias históricas, esse patrimônio nacional. (MORAIS, 2012, p. 48)

⁶⁰ MOREIRA, 1990, p. 66. *Apud.* MORAIS, 2012, p. 49.

A inserção da política de criação de centros de documentações em áreas sem tradição de ensino, pesquisa e extensão, esteve relacionada à política de “Integração Nacional” promovida pelo governo militar, assim como foi uma das prerrogativas do Projeto RONDON⁶¹, cujo objetivo chegou a ser sintetizado no lema “Integrar para não entregar”⁶².

No que diz respeito à ligação da perspectiva integracionista ao *Projeto de Implantação dos CDIHRs*, o documento relata que esse “projeto cumpre parte importante como uma atividade de integração das áreas periféricas no processo de desenvolvimento do país”⁶³, sendo a História um instrumento importante nesse processo, pois na medida em que atentaria para o passado e o presente das regiões Nordeste e Centro-Oeste, poderia fornecer os “parâmetros essenciais, através de resultados de investigações e análises, para a política social, cultural e educacional a ser adotada nas duas regiões”⁶⁴.

Os CDIHRs, portanto, deveriam ser ao mesmo tempo instrumentos da política de integração nacional e mecanismo de desenvolvimento regional. O argumento era de que se fosse considerá-lo apenas numa perspectiva econômica e da infraestrutura produtiva, não haveria a necessidade de uma historiografia organizada e, por consequência, seria dispensável um instrumento como o CDIHR. Nesse sentido, busca-se explicitar um conceito mais abrangente de desenvolvimento regional, numa clara retórica de legitimação do regime, tal como pode ser observado na passagem a seguir:

Ampliando-se, porém, como é a tônica do atual governo, seu entendimento como um processo ao mesmo tempo social e político, a compreensão da evolução e do estágio atual de uma região começa a se tornar essencial para que o progresso material realmente integre as populações, melhore o padrão de vida de forma extensiva e aperfeiçoe o regime político⁶⁵.

⁶¹ O Projeto RONDON também é citado no *Projeto de Implantação do CDIHR*, afirmando que uma das atividades que deveriam ser articuladas no processo de implantação dos referidos centros de documentação era a que visava o cadastramento e recuperação de Arquivos em zonas isoladas e de colonização recente. Porém, segue a constatação que até a data da elaboração do *Projeto de Implantação do CDIHR* não consta contatos formais entre o Departamento de Assuntos Universitários (DAU-MEC) e a Operação RONDON sobre esse assunto.

⁶² Segundo Motta (2014), esse lema foi muito sagaz, pois ao mesmo tempo em que captou a imaginação nacionalista de muitas pessoas, era fiel ao pensamento militar da época, além de poder ser lido como uma manifestação próxima à perspectiva anti-imperialista de esquerda.

⁶³ *Projeto de Implantação de Centros de Documentação e Informação Histórico Regional – Cuiabá – MT – João Pessoa – PB*, [ca: 1975], p. 33-34. (Texto mimeografado)

⁶⁴ *Projeto de Implantação de Centros de Documentação e Informação Histórico Regional – Cuiabá – MT – João Pessoa – PB*, [ca: 1975], p. 34. (Texto mimeografado)

⁶⁵ *Projeto de Implantação de Centros de Documentação e Informação Histórico Regional – Cuiabá – MT – João Pessoa – PB*, [ca: 1975], p. 35. (Texto mimeografado)

⁵⁴ Nesse sentido, parece ser exemplar o discurso que se refere à necessidade de implantação da linha “Tecnologia de Sobrevivência e Exploração do Sertão”, pois: “Delimitado pela extensão do sertão paraibano e suas ramificações e comunicações, inicialmente com os Estados limítrofes, e futuramente estendendo para toda

Entretanto, apesar do discurso que se elaborou em torno de uma perspectiva mais abrangente de desenvolvimento regional, o que fica claro, em outras passagens do mesmo documento, é a tentativa de enquadramento de tal conceito a partir de uma perspectiva marcadamente tecnicista, na qual a historiografia deveria ser instrumentalizada no sentido de atender as exigências dos projetos modernizantes que, por sua vez, possibilitariam o desenvolvimento econômico do Nordeste.

Esse viés tecnocrata-modernizante aparece mais em evidência no *Projeto de Implantação dos CDIHRs* quando passa a sugerir a forma pela qual deveria se desenvolver as atividades nos respectivos centros de documentações. Nesse sentido, é vislumbrada a possibilidade de realização de diversas pesquisas a partir da criação de eixos temáticos. Entretanto, o projeto não apenas afirma a necessidade da implantação de linhas de pesquisa, mas aponta quais os possíveis eixos que deveriam ser implementados, o que sugere a existência de uma estratégia de direcionamento da atuação futura do CDIHR alinhada às demandas governamentais⁶⁶. A escolha dessas linhas fornece alguns indícios importantes que permite perceber qual o tipo de historiografia que oficialmente era interessante de ser instalada no Nordeste, a partir da criação do CDIHR na UFPB.

Em primeiro lugar, nota-se a preferência por temas ligados à possibilidade de serem instrumentalizados por uma política voltada para o desenvolvimento econômico, ao contrário do que foi dito sobre o conceito de desenvolvimento regional a ser implementado, percebe-se uma perspectiva muito mais econômica, do que política e social, ficando evidente, por exemplo, no que se refere “à história das fronteiras agrícolas”, da “pecuária nordestina”, da “economia pesqueira” e das “relações comerciais paraibana”.

As preocupações demográficas também parecem ser uma tônica, refletida a partir da questão dos deslocamentos populacionais dentro e fora do Nordeste, na “relação entre demografia nordestina e as demografias das demais regiões brasileiras no ciclo de borracha, nas grandes secas, na industrialização de São Paulo, na implantação de Brasília e na implantação da Transamazônia”⁶⁷.

região sertaneja, ou para o polígono das secas, envolvendo registro e reprodução de técnicas empíricas de habitação, marcação territorial. Transporte humana e de cargas, cultivo e extração vegetal, aproveitamento de flora, fauna, subsolo e água”. *Projeto de Implantação de Centros de Documentação e Informação Histórico Regional – Cuiabá – MT – João Pessoa – PB.* p. 36.

⁶⁵*Projeto de Implantação de Centros de Documentação e Informação Histórico Regional – Cuiabá – MT – João Pessoa – PB, [ca: 1975], p. 37. (Texto mimeografado)*

Outro recorte recorrente entre as linhas de pesquisas selecionadas é relativo a uma abordagem geográfica, cuja preocupação é com a formação dos territórios. A concepção de espaço geográfico que é vislumbrada se relaciona com a ideia de espaço como algo fixo, quase que natural, em que existe apenas como palco para as ações humanas se desenvolverem, assim é compreendido “a formação da rede urbana” e “a exploração do sertão”. Nessas duas linhas também se observa a necessidade de um recorte mais regional do que estadual, tais como a seca ou a questão da formação urbana⁶⁸.

Se a presença de temas econômicos, de uma abordagem demográfica e uma ênfase geográfica parecem ser a tônica do que deveria ser futuramente trabalhado no CDIHR, segundo as pretensões oficiais, os temas de natureza político e social, aliados a uma postura de crítica ao ordenamento político, econômico e social então vigente, são praticamente ausentes.

A historiadora Rosa Maria Godoy Silveira (2011), ao tentar analisar o contexto de institucionalização da historiografia acadêmica na Paraíba, entende que o processo de institucionalização do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR/UFPB) ao mesmo tempo em que demarcou o início da produção acadêmica na Paraíba, foi inserido no contexto de expansão da UFPB que correspondeu a um processo mais abrangente de modernização do Estado brasileiro. Desse modo, “a valorização da História, pela direção da universidade, se fazia sob uma perspectiva tecnicista, sendo o conhecimento histórico concebido como instrumentalizador de projetos desenvolvimentistas”. (SILVEIRA, 2011, p. 241).

Segundo a referida historiadora, além da UFPB se destacar quanto à criação de núcleos de pesquisa e extensão com perspectiva interdisciplinar, buscando romper as instâncias departamentais, a atuação de muitos dos docentes e pesquisadores que compuseram tais núcleos se deu no confronto com a mencionada visão instrumentalizadora da história, “propondo-se uma visão mais crítico-social”, já que:

Muitos deles vinham de experiências no movimento estudantil durante a ditadura e haviam experimentado o autoritarismo do regime militar. Viviam-se, então, a fase final do regime e a universidade participava ativamente do

⁶⁸ Nesse sentido, parece ser exemplar o discurso que se refere à necessidade de implantação da linha “Tecnologia de Sobrevivência e Exploração do Sertão”, pois: “Delimitado pela extensão do sertão paraibano e suas ramificações e comunicações, inicialmente com os Estados limítrofes, e futuramente estendendo para toda região sertaneja, ou para o polígono das secas, envolvendo registro e reprodução de técnicas empíricas de habitação, marcação territorial. Transporte humano e de cargas, cultivo e extração vegetal, aproveitamento de flora, fauna, subsolo e água”. *Projeto de Implantação de Centros de Documentação e Informação Histórico Regional – Cuiabá – MT – João Pessoa – PB*, [ca: 1975], p. 36. (Texto mimeografado)

processo de fortalecimento da sociedade civil, havia muitos anos amordaçada. Dessa época data a fundação das associações docentes da UFPB, em João Pessoa e em Campina Grande; a Campanha pela Anistia, a criação do primeiro grupo feminista da Paraíba em tempos recentes, com a questão de gênero abrindo espaço na academia. Em todas essas questões, o grupo docente do NDIHR/UFPB estava inserido, abrindo lugares de acolhimento dessas expressões de retomada da vida política. (SILVEIRA, 2011, p. 242)

Como veremos mais adiante, o NDIHR vai se encontrar entre a missão oficial de desenvolver projetos de cunho modernizante-tecnocrata, e, por outro lado, desenvolver pesquisas capazes de promover uma “crítica-social” voltada para as denúncias dos elementos conservadores da realidade regional. Essa é uma ambiguidade que vai estar presente nas primeiras atividades realizadas por aquele núcleo, que criado no seio de um regime autoritário - cujas perspectivas conservadoras e modernizantes não se excluía, mas pareciam combinar-se, sobretudo no que se refere à sua relação com as instituições universitárias, conforme explica Rodrigo Patto Motta (2014) – tinha como integrantes quadros comprometidos com a denúncia daquele mesmo regime.

Essa é uma questão que tentaremos discutir mais a frente, já que a expectativa oficial não se traduziu nas experiências acadêmicas e políticas desenvolvidas pelo NDIHR, pois, em grande medida, as atividades que foram produzidas no seio deste núcleo ficaram marcadas pela sua ênfase na crítica à tradição política, e a narrativa histórica passou a ser compreendida não apenas como instrumento de projetos modernizantes, mas meio de ação política, algo que pode aparentar uma contradição, já que mesmo sendo capitaneado pelos órgãos oficiais, o NDIHR abrigou um conjunto de pesquisadores que se mostravam adversos ao regime militar, mas que faz sentido, tanto no que diz respeito a maior flexibilidade operada no reitorado de Lynaldo Cavalcanti, quanto no que se refere ao momento vivenciado a partir do final dos anos 1970, com o processo de abertura política.

Portanto, o processo de implantação e institucionalização do NDIHR esteve marcado tanto pelo contexto político-ideológico de fins da década de 1970, em que os projetos modernizantes pareciam se mesclar ao regime autoritário, quanto, por outro lado, testemunhou, na própria UFPB, o processo em que diferentes perspectivas disputavam qual a concepção de universidade que esta instituição deveria assumir. Sendo assim, os primeiros anos de atuação do NDIHR vão se realizar dentro desse impasse: o de operar uma historiografia voltada para as demandas oficiais, de eixo tecnocrata-modernizante - já anunciadas pelo Projeto de Implantação dos CDIHRs, a partir das linhas de pesquisas sugeridas e perceptíveis a partir da criação de pesquisas, no NDIHR-UFPB, alinhadas ao

projeto original - ou, por outro lado, direcionar o conjunto de práticas acadêmicas e políticas no sentido de questionar a própria validade das exigências governamentais.

2.2 IMPASSES E DISCUSSÕES NAS PRIMEIRAS ATIVIDADES DO NDIHR: DAS EXPECTATIVAS OFICIAIS ÀS EXPERIÊNCIAS INICIAIS

Entre os anos de 1976 e 1981 o Núcleo de Documentação e Informação Histórico Regional (NDIHR) experimentou suas primeiras atividades como órgão ligado à UFPB que procurou provocar uma mudança significativa na pesquisa histórica realizada na Paraíba.

A definição de seu enquadramento institucional foi a primeira questão discutida pelos pesquisadores do NDIHR⁶⁹. Ao menos entre os anos de 1976 e 1979, o NDIHR não ocupou um claro lugar frente à burocracia universitária, já que a estratégia adotada pela reitoria se deu a partir da orientação segundo a qual primeiro deveria se processar a implantação do respectivo núcleo de pesquisa e, só após o acúmulo de experiências, poder-se-ia promover o processo de institucionalização, no qual seu lugar frente a estrutura burocrática seria determinado. Segundo o *Relatório Geral de Atividades do NDIHR (1976-1980)*, escrito pela então coordenadora Rosa Godoy Silveira, esse foi um dos principais problemas vivenciados naqueles anos, havendo uma série de razões práticas que tornava urgente a institucionalização do NDIHR⁷⁰.

O processo que vai da implantação do NDIHR (1976) à sua institucionalização (1979)⁷¹ revela o esforço que havia no sentido de viabilizar tal núcleo como órgão capaz de

⁶⁹Em função da nomenclatura do NDIHR tanto poderia estar vinculado ao Departamento de Filosofia e História, quanto ao Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Além disso, foi visualizada a possibilidade de haver uma vinculação à Biblioteca Central, se situando como um setor desta. Cf. SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. *Relatório de Atividades do NDIHR (1976-1980)*. MAIA, Neiliane. (Org.), João Pessoa, abr. 1980. (Datilografado).

⁷⁰O que se procurava era a possibilidade de uma maior estabilidade institucional para a realização das tarefas outrora propostas no *Projeto de Implantação dos CDIHRs* e no que estava sendo sugerido pelo regulamento do NDIHR, que fora discutido e escrito entre 1978 e 1979. As medidas visualizadas como urgentes foram: Definição de responsabilidades, por parte da reitoria e do NDIHR; Confirmação profissional e unidade departamental; Mecanismos mais organizados de gerência de recursos com relação a convênios; Facilitação da divulgação das atividades do NDIHR. Cf. SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. *Relatório de Atividades do NDIHR (1976-1980)*. MAIA, Neiliane. (Org.), João Pessoa, abr. 1980. (Datilografado).

⁷¹Em abril daquele de 1979 a CONSEPE, a partir da resolução nº 26/79, resolve criar o Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional, estando esse confirmado como “Órgão Suplementar” da reitoria, “destinado à atividade de documentação e pesquisa da História Regional, de apoio à integração ensino-pesquisa e à comunidade, na área científica considerada.”. Por fim, em maio deste ano, o Conselho Universitário lança a resolução de nº 169/79, aprovando o regulamento do NDIHR e, conseqüentemente, encerrando o processo de institucionalização deste núcleo junto à UFPB.

realizar-se como um centro de pesquisa e documentação atento aos ditos “problemas regionais”.

Em março de 1979, o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), através da resolução n. 15/1979, resolve fixar normas para a criação de Núcleos de Pesquisa e Extensão. Alguns pontos dessa resolução são importantes por conterem as normas que os núcleos deveriam desenvolver para poderem ser institucionalizados.

Art. 3º Os Núcleos deverão desenvolver atividades multidisciplinares, direcionadas para temas de importância ao desenvolvimento científico, cultural, social e econômico.

Art. 4º Os Núcleos deverão apoiar a extensão, a pesquisa e o ensino estimulando a participação de docentes e discentes em todas as suas atividades.

Art. 6º Os Núcleos deverão gerar e desenvolver temas de trabalhos compatíveis com a ação educacional da Universidade, produzir serviços, divulgar seus resultados e manter intercâmbio com entidades congêneres no País e no exterior.⁷²

No *Relatório de Atividades (1976-1980)*, há um movimento de busca de uma definição conceitual e institucional do NDIHR, estando a montagem dos setores, tal como a divisão de tarefas e responsabilidades, entre as experiências realizadas no sentido de corresponder aos objetivos propostos no momento de sua implantação. Duas são as principais diretrizes que já estavam presentes no *Projeto de Implantação dos CDIHRs* e que pautariam as respectivas atividades do NDIHR:

A História Regional como objeto de estudo, entrevista através de linhas temáticas estruturadas em torno de problemas cuja documentação análise e interpretação possibilitem o entendimento da realidade nordestina atual; A informação como proposta de expressão dos resultados anteriores – a de documentar e de pesquisar – e de forma de repasse dos conhecimentos aos estudos de um modo geral.⁷³

No que diz respeito ao conhecimento histórico, verifica-se o esforço de dotar a universidade como espaço legítimo de sua produção, enfatizando a ideia de que a instituição poderia tanto atender às exigências científicas contemporâneas, quanto de se ocupar com as questões político-sociais emergentes, procurando aliar, em torno do campo universitário,

⁷² Sobre competência social e competência científica ver: BOURDIEU, Pierre. *Homo academicus*. Trad. Ione Ribeiro Valle; Nilton Valle. Rev. Téc. Maria Tereza de Queiroz Piacentini. 2. ed. Florianópolis: Ed. UFSC, 2011. p. 95-101.

⁷³ SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. *Relatório de Atividades do NDIHR (1976-1980)*. MAIA, Neiliane. (Org.), João Pessoa, abr. 1980, p. 2. (Datilografado).

*competências científicas e competências sociais*⁷⁴, como estratégia de legitimação do saber ali produzido.

Para se alcançar os objetivos de compreensão da História Regional, a partir de linhas temáticas que possibilitassem o entendimento do que então se compreendia por “realidade nordestina atual”, tal como o de se preocupar com os aspectos carentes dessa realidade no tocante a pesquisa e a atividade de documentação, o NDIHR foi estruturado a partir de quatro programas básicos, são eles: *Programa de Pesquisas Temáticas e Projetos Especiais*; *Programa de Documentação*; *Programa de Ensino e Extensão*; *Programa de Informação e Divulgação*.

Tais programas circunscrevem o processo que vai desde a pesquisa (que fora estruturada em torno de linhas temáticas) – estas deveriam ser associadas às atividades de ensino e extensão dentro de uma concepção de universidade que, até então, não era vislumbrada na UFPB - passando pelo processo de organização e sistematização da documentação (muitas vezes realizadas como resultado das pesquisas temáticas), chegando até as atividades de informação e circulação, tanto dos resultados das pesquisas, quanto da documentação então sistematizada, “juntos, os programas do NDIHR proporcionam uma gama de serviços que dão acesso às informações contidas as fontes documentais e nos resultados elaborados por cada projeto de pesquisa, com o fim de preservar a memória/história regional, divulgar a informação e gerar conhecimento científico”. (MORAIS, 2012, p. 20).

É justamente na relação entre *pesquisa-documentação-treinamento-informação* que é constituído uma primeira tentativa de conceituação do conhecimento histórico a ser desenvolvido pelo NDIHR, alinhada à formatação institucional que se buscou realizar logo em seus primeiros anos. Desta maneira, a História deveria ser operacionalizada através de demandas oriundas da própria realidade regional e comprometida não apenas com o conhecimento em si, mas tanto com os aspectos relacionados ao treinamento de profissionais capacitados para desenvolver a pesquisa histórica, quanto com relação à necessidade de divulgação e circulação dos resultados das pesquisas que pudesse ser capaz, inclusive, de agregar não apenas a comunidade científica, mas, também, a comunidade em geral, ou seja, o NDIHR ao se constituir como órgão de socialização de informações históricas e historiográficas, como procura mostrar Laudereida Moraes (2012), acabou por iniciar a

⁷⁴ Sobre competência social e competência científica ver: BOURDIEU, Pierre. *Homo academicus*. Trad. Ione Ribeiro Valle; Nilton Valle. Rev. Téc. Maria Tereza de Queiroz Piacentini. 2. ed. Florianópolis: Ed. UFSC, 2011. p. 95-101.

definição do seu lugar social não apenas enquanto instituição que produziu uma determinada escrita da história, mas que pudesse fazer circular os saberes ali formulados.

O *Programa de Documentação e Memória Regional* procurou atuar como suporte para as pesquisas temáticas e na prospecção de fontes históricas. Segundo Moraes (2012, p. 68), entre os anos de 1976 e 1999, os objetivos básicos desse programa foram:

- a) **Revigorar a política de estudo e as reflexões do Programa** sobre a proteção do patrimônio arquivístico, para estimular o debate e a troca de experiências, visando fortalecer os projetos de ensino, pesquisa e extensão;
- b) **Concluir a organização documental** das atividades-fim desenvolvidas pelo NDIHR em seu arquivo permanente, registrada em diferentes suportes;
- c) **Promover seminários mensais** sobre temas indissociáveis, como História, Memória e Patrimônio Documental;
- d) **Dotar alunos de História e de Biblioteconomia**, que atuam como bolsistas e como auxiliares de pesquisas (voluntários), de conhecimentos teórico-metodológicos nas áreas de História e de Arquivologia, como ponto de partida para a pesquisa histórica.
- e) **Organizar os arquivos setoriais da UFPB** e capacitar servidores para organizarem arquivos e aplicarem a TTD da Reitoria, para atender satisfatoriamente à demanda institucional. [Grifos da autora]

Para a realização desses objetivos, as ações do *Programa de Documentação e Memória Regional* foram divididas em três linhas básicas: Levantamento/referenciação de fontes históricas; capacitação de recursos humanos; Organização de arquivos⁷⁵.

Esse programa permite a visualização do esforço de instituir no NDIHR em elaborar um conjunto de *práticas* que evidencia a forma como cada sociedade se pensa historicamente, através dos instrumentos que lhe são próprios (CERTEAU, 2008). De alguma forma, o NDIHR assistiu ao desenvolvimento de um conjunto de *práticas* que fizeram esse movimento colonizador de transformação da natureza em cultura. Desde os primeiros momentos de

⁷⁵ Moraes (2012) faz uma lista dos projetos e propostas que objetivavam fazer um levantamento/referenciação de fontes históricas. Entre os anos de 1976 e 1997 foram realizadas 19 propostas nesse sentido, das quais 17 foram concluídas e/ou executadas total e/ou parcialmente, e oito foram publicadas, quais sejam: Memória fotográfica das comunidades pesqueiras do estuário do Rio Paraíba (1976); Levantamento dos Acervos Cartoriais do estado da Paraíba (1976-1977); Organização de um Catálogo dos Documentos referentes à História da Paraíba existente no Arquivo Ultramarino de Lisboa – Portugal (1976-1979); Projeto de levantamento de documentação paraibana em arquivos portugueses (1979); Memória da Universidade Federal da Paraíba (1980); Aquisição de relatórios de Presidente de Província da Região Nordeste e catalogação dos relatórios paraibanos (1988); Levantamento dos resultados eleitorais da Paraíba entre os anos de 1945 e 1990 (1990); Catalogação das obras raras do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (1997). Por outro lado, na ação de organização de arquivos, o NDIHR, entre os anos de 1976 e 1988, promoveu pelo menos vinte e quatro projetos (alguns por diferentes razões não se realizaram), ação que estava diretamente vinculada à capacitação de recursos humanos, sobretudo, relacionados às áreas de Biblioteconomia e História, já que foram essas atividades que puderam capacitar uma série de alunos no trato direto com acervos diversos.

implantação já havia a presença de discussões em torno das técnicas que deveriam ser utilizadas, das abordagens metodológicas, além de uma preocupação com a constituição de um acervo documental⁷⁶, que para além de se fazer justificável em função de ser o NDIHR um centro de documentação, operou segundo a necessidade de definir quais os materiais que deveriam se constituir como instrumentos indispensáveis no processo de elaboração de uma nova historiografia para a Região Nordeste. Já se verificava, então, a necessidade de “trabalhar sobre um material para transformá-lo em história”. (CERTEAU, 2008, p. 79).

Mas o historiador não se contenta em traduzir de uma linguagem cultural para outra, quer dizer, produções sociais em objetos de história. Ele pode transformar em cultura os elementos que extrai de campos naturais. Desde sua documentação (onde ele introduz pedras, sons, etc.) até seu livro (onde plantas, micróbios, geleiras, adquirem o estatuto de objetos simbólicos), ele procede a um deslocamento da articulação natureza/cultura. Modifica o espaço da mesma forma que o urbanista, quando integra o campo no sistema de comunicação da cidade, o arquiteto quando transforma o lago em barragem, Pierre Henry quando transforma o rangido de uma porta em tema musical (...). Modifica o meio ambiente através de uma série de transformações que deslocam as fronteiras e a topografia interna da cultura. Ele “civiliza” a natureza – o que sempre significou que a “coloniza” e altera. (CERTEAU, 2008, p. 80).

Desta maneira, já nos primeiros anos de atuação do NDIHR se desenvolveu uma série de pesquisas que empreenderam a seleção do material a ser trabalhado, transformando o natural em utilitário⁷⁷. Os *Cadernos de Estudos Regionais*⁷⁸, primeiro conjunto de publicação do NDIHR, proporcionaram a publicação de instrumentos de pesquisas, sobretudo o primeiro

⁷⁶ Ainda nos primeiros anos do NDIHR, a historiadora Joana Neves escreveu um texto intitulado *Subsídios para a estruturação do setor de acervo do NDIHR*. Com a intenção de corrigir os equívocos realizados nos primeiros anos do NDIHR, aponta a separação entre acervo e pesquisa como um dos mais graves, pois sugeriria dois pressupostos que seriam superficiais, já que primeiramente apontaria para ideia de uma função puramente instrumentalizadora do acervo, além de pensar este desligado de um projeto de pesquisa. Para Neves (1979a, p. 2): “A formação de um acervo, no nível que está a ciência histórica atualmente, constitui-se em uma tarefa altamente interpretativa e crítica, na qual a seleção e organização do material apresenta uma postura científica face ao processo histórico gerada, ao mesmo tempo, das indagações demandam a pesquisa e das fontes que a possibilitam.” [Grifos da autora]. Nesse mesmo texto a autora enfatiza que o documento recolhido é resultado de uma seleção.

⁷⁷ Como exemplo de discussões em torno da forma como uma mesma documentação pode ser utilizada em sentido diverso, ver: NEVES, Joana. A Documentação Cartorial: utilização e abordagem teórica na História. *Cadernos de Estudos Regionais*: Arrolamentos de acervos cartoriais para a história da Paraíba – Série Documentação, João Pessoa: UFPB/NDIHR, 1979b. E GALIZA, Diana. Uma experiência de pesquisa com base em Documentação Cartorial. *Cadernos de Estudos Regionais*: Arrolamentos de acervos cartoriais para a história da Paraíba – Série Documentação, João Pessoa: UFPB/NDIHR, 1979.

⁷⁸ Entre 1976 e 1981, o NDIHR iniciou o processo de publicações de suas pesquisas através dos chamados *Cadernos de Estudos Regionais*. O primeiro número, publicado em 1976, foi uma espécie de experiência realizada em um momento em que o Programa de Publicação e Divulgação não estava estruturado. Os outros quatro números, publicados entre 1979 e 1981, correspondem à um projeto mais sistematizado deste programa, além de divulgar as primeiras atividades realizadas pelo NDIHR. Nesse sentido, nossa análise se pautará a partir do segundo volume.

número que se divulgou as pesquisas empreendidas nos arquivos cartoriais na Paraíba⁷⁹. Nos outros números dos *Cadernos de Estudos Regionais* também se dispõe de documentações produzidas/coletadas, sobretudo no terceiro e quarto volume que, ao tratar do Estuário do Rio Paraíba, do Porto de Cabedelo e da Pesca da Baleia, foram produzidas fotografias sendo dispostas nas respectivas publicações, constituindo um acervo não apenas de documentos escritos, mas também de natureza imagética. Além das fotografias e dos documentos disponibilizados, houve a utilização de entrevistas, tanto nos volumes citados, quanto no último número, que tratou da Questão Agrária no Nordeste, no qual participantes das Ligas Camponesas e de movimentos agrários foram entrevistados. Além disso, chegou-se a discutir a utilização do cinema como recurso possível para tratar as questões regionais, em específico, a pesca da baleia⁸⁰.

Essas práticas de pesquisas apesar de serem elaborados no intuito de servir à melhor compreensão da realidade regional, significaram uma *redistribuição do espaço*, pois o estabelecimento das fontes se dá, conforme explica Michel de Certeau, com o gesto de separar, de reunir, de transformar em documentos certos objetos distribuídos de outra maneira. Nesse sentido, as técnicas de pesquisa não se desenvolvem de modo a “resgatar” no passado as informações pertinentes ao presente, mas de produzir tais documentos “pelo

⁷⁹ O projeto de pesquisa que consiste no levantamento do acervo cartorial na Paraíba foi estimulado a partir das necessidades documentais da pesquisa de mestrado que Diana Galiza, então professora do Departamento de História da UFPB, estava desenvolvendo junto ao Curso de Mestrado em História da Universidade Federal de Pernambuco⁷⁹. Segundo Rosa Godoy Silveira (1979), deve-se registrar o caráter absolutamente experimental dessa pesquisa, que ao ser proposta em 1976, portanto no ano de implantação do NDIHR, foi desenvolvida entre os anos de 1976 e 1977. As publicações contidas nesse número dos Cadernos de Estudos Regionais foram: *Tipologias e Cartórios na Paraíba*, apresentadas por Neiliane Maia, que demonstra o que são os documentos cartoriais, quais suas funções, e quais os registros que oferecem ao pesquisador, além disso, descreve o funcionamento, organização e regulamentação dos Cartórios no Brasil, atentando para sua normatização jurídica e mostra, também, a função dos profissionais que trabalham nos cartórios e dispõe uma lista dos cartórios existentes em trinta e duas cidades na Paraíba; *Levantamento Documental*, que apresenta tanto sínteses históricas dos municípios pesquisados, realizados por Antônia Batista do Carmo, e uma organização do levantamento, operada por Ruston Lemos de Barros, ambos professores do Departamento de História e pesquisadores do NDIHR. Nesse trecho, são dispostas listagens (algumas completas, outras não) da documentação levantada, contendo a localização da documentação (maço), o nome do inventariante e do inventariado e a data dos inventários levantados, compreendendo, sobretudo, os séculos XIX e XX; *Subsídios para a elaboração do Projeto*, escrito por Marileuza Fernandes de Brito, ex-bolsista do NDIHR e no momento de publicação do referido texto estava fazendo mestrado em História na USP. Esse texto contém as discussões iniciais que deram base ao desenvolvimento do referido projeto de levantamento da documentação cartorial; *Alguns Modelos de Fichas para coletas de dados*, que dispõe de fichas diversas, que seriam utilizados no levantamento de dados junto aos arquivos cartoriais. Por último, há ainda um apêndice que dispõe de alguns documentos cartoriais de interesse para a História da Paraíba, tais como: Carta de alforria; Termo de Soldada; Procuração e um Processo Criminal. Estes documentos foram fotocopiados e dispostos em seu estado “original”.

⁸⁰ Moacyr Madruga (1980c) relata que se tentou produzir um filme sobre a pesca da Baleia na Paraíba, tendo como resultado final um documentário de 35 mm chamado “Oro”. Sobre a discussão da relação entre Cinema, Universidade e pesca da baleia ver texto: *A questão da Baleia: Da luta ecológica à Exploração Humana*, em especial o “Anexo: Universidade, cinema e baleia.” (p. 112-115).

simples fato de recopiar, transcrever ou fotografar estes objetos mudando ao mesmo tempo o seu lugar e o seu estatuto”. (CERTEAU, 2008, p. 81).

O que se verifica no NDIHR, observando, por exemplo, a pesquisa nos arquivos cartoriais, é a combinação de um grupo, de lugares e de certas práticas, cuja origem já estava presentes, segundo Certeau (2008), na própria emergência dos arquivos modernos. Uma indicação de um complexo técnico que inaugurado no Ocidente com as “coleções”, a partir do século XVI, “se conjugam a criação de um novo trabalho (“coleccionar”), a satisfação de novas necessidades (a justificação de grupos familiares e políticos recentes, graças à instauração de tradições, de cartas e de “direitos de propriedade” específicos), e a produção de novos objetos (os documentos que se isolam, conservam e recopiam) cujo sentido, de agora em diante, é definido pela sua relação com o todo (a coleção)”. (CERTEAU, 2008, p.81). É no estabelecimento de fontes que nasce a ciência histórica, recebendo desta instituição técnica sua base e suas regras.

É certo que o projeto institucional do NDIHR se difere em natureza e forma com relação às “coleções” do século XVI, mas mantêm com estas uma ligação no que diz respeito ao gesto fundador que é o da combinação de um lugar, de um aparelho e de técnicas que caracterizam o que Michel de Certeau chama de “estabelecimento das fontes”, pois:

Primeiro indício deste deslocamento: não há trabalho que não tenha que utilizar de outra maneira os recursos conhecidos e, por exemplo, mudar o funcionamento dos arquivos definidos, até agora por um uso religioso ou “familiar”. Da mesma forma, a título de novas pertinências, constitui como documento utensílios, composições culinárias, cantos, imagens populares, uma disposição dos terrenos, uma topografia urbana, etc. Não se trata apenas de fazer falar estes “imensos setores adormecidos da documentação” e dar a voz a um silêncio, ou efetividade a um possível. Significa transformar alguma coisa que funciona diferentemente. (...) Um trabalho científico é quando se opera uma redistribuição do espaço e consiste, primordialmente, em se dar um lugar, pelo “estabelecimento das fontes” – quer dizer por uma ação instauradora e por técnicas transformadoras. (CERTEAU, 2008, p. 82-83).

Entre os programas do NDIHR, percebe-se que foi conferido um papel de importância ao *Programa de Publicação e Divulgação*, cujo objetivo central era o de divulgar os resultados das pesquisas, tal como as atividades ligadas ao *Programa de Documentação e Memória Regional*. Apesar de contar com inúmeros problemas, sobretudo, de ordem financeira, é perceptível o esforço deste núcleo de publicar e fazer circular suas pesquisas, o

que levou Laudereida Moraes (2012) a entender o aspecto de socialização do conhecimento sua característica fundamental.

Houve perceptível regularidade no processo de publicação das atividades elaboradas pelo NDIHR⁸¹. Segundo Moraes (2012), as produções que eram realizadas se caracterizaram pela constituição de três tipos de publicação: *Periódicos* (Cadernos de Estudos Regionais; Textos UFPB/NDIHR e Debates Regionais) *Instrumentos de pesquisa* (Séries NDIHR documentos e Instrumentos de Pesquisa) e *Livros* (Materiais didáticos e mais a publicação de dois livros avulsos)⁸².

Entretanto, apesar da existência de uma tentativa de formatação do modo como se deveriam ocorrer as pesquisas no interior do NDIHR, faz-se necessário a análise de como a estruturação institucional possibilitou as atividades de pesquisas ali realizadas, como também a abordagem das possíveis contradições que permearam o processo de implantação e institucionalização do NDIHR. Para tanto, é necessário analisar o conjunto das obras que possam corresponder a uma espécie de “cartão de visitas” de tal instituição (Schwarcz, 1993). Nesse sentido, o Programa de Publicação e Informação, através dos *Cadernos de Estudos Regionais*, nos permite acompanhar o processo pelo qual se constituiu um conjunto de operações historiográficas em torno do NDIHR, tal como os impasses enfrentados nos primeiros anos de sua trajetória.

⁸¹ Para contornar a ausência de recursos e financiamento, chegou-se a improvisar, operando uma espécie de publicação simples, “caseira, com os TEXTOS UFPB-NDIHR. Contudo, mesmo para a publicação desses textos, precisava-se de tecnologia (equipamentos de reprodução) e de uma mão de obra que não se encontrava no NDIHR. Segundo Ednaldo Alves, jornalista funcionário do NDIHR, em conversa informal, muitas vezes, o Núcleo teve que recorrer a equipamentos do CCHLA para imprimir os textos.” (MORAIS, 2012, p. 77).

⁸² Segundo os dados oferecidos pela autora, do período entre 1976 e 1999 foram publicados 67 volumes, sendo que quase a metade desse número (30 volumes), foram publicações realizadas através dos chamados *Textos UFPB/NDIHR*, que possuiu como característica editorial a publicações de trabalhos (que em sua maioria eram frutos das pesquisas temáticas) em edições de baixo custo e de fácil publicação. Por outro lado, os *Cadernos de Estudos Regionais* tiveram cinco publicações e os *Debates Regionais* três. No que diz respeito à série *Instrumentos de Pesquisa*, foram publicados 18 volumes, divididos em diferentes séries, tais como: NDIHR/DOCUMENTAÇÃO; Instrumento de Pesquisa do Arquivo Eclesiástico da Paraíba (AEPB) da Arquidiocese Paraibana; Instrumentos de Pesquisa do IHGP; Instrumento de Pesquisa sobre Arquivos privados. Ainda existe a publicação dos livros. A maior parte foi publicada por atividades ligadas à Linha *Educação e Sociedade*, sobretudo pelo *Projeto de História Local*, que promoveu pesquisas em diferentes municípios com a participação da população local, e como conclusão dessas pesquisas foram organizados livros didáticos que buscavam contar a história do município. Como consequência desse projeto, foram publicados seis livros de diferentes municípios paraibanos (Patos, Ingá, Pedras de Fogo, Cabedelo, Areia e Conde). Além desse projeto, no ano de 1999 foram publicados quatro volumes da chamada *Coleção de História Temática*, que objetivava servir como instrumento que auxiliasse os professores da educação básica no tratamento da História da Paraíba, a partir de temáticas importantes para a sua compreensão, tais como: Trabalho; Atividades produtivas na Paraíba; Questão urbana na Paraíba; Estrutura de poder na Paraíba. Por último, ainda se verificou a publicação de dois livros avulsos. O primeiro intitulava-se “Clientelismo e Máquina Estatal”, escrito por Maria Antônia Alonso de Andrade, cuja pesquisa estava vinculada à linha temática Estrutura de Poder e consistia na análise das eleições de 1982. O segundo livro avulso foi publicado em 1996, organizado por Joana Neves e que apresenta textos do historiador Silvio Frank Alem, intitulado “E, no entanto, se move”.

É a partir do terceiro volume dos *Cadernos de Estudos Regionais* que pode-se perceber a centralidade ocupada pelas linhas temáticas⁸³, além da sua relação com o Programa de Informação e Publicação. Nesse sentido, as relações entre os programas institucionais do NDIHR elaboradas com a centralidade do Programa de Pesquisa, que por sua vez foi organizado em torno de linhas temáticas, deveriam funcionar da seguinte forma:

Enquanto áreas temáticas definidas, recortadas do processo histórico regional, não constituem espaços de trabalho apenas onde se efetiva a pesquisa do tema (sua análise), mas onde se prospecta fontes para o tema (sua localização e recuperação), e onde se produzirão resultados sobre o tema com vistas a divulgação para os estudiosos (comunidade científica) e para os não estudiosos (comunidade em geral), implicando ainda em ser o espaço onde se capacita pessoas (seu treinamento) no trabalho científico mediante a sua prática especificada em um determinado tema.⁸⁴

Um primeiro impasse que vai atravessar as primeiras experiências do NDIHR, e que se faz presente já em suas primeiras pesquisas e publicações, aparece na perspectiva de que a historiografia deveria atender às expectativas dos projetos modernizantes operacionalizados pelo Estado brasileiro, cujos contornos ideológicos estavam ao mesmo tempo circunscritos pela Doutrina de Segurança Nacional e pela ótica desenvolvimentista que caracterizaram o regime militar. Nesse sentido, a prerrogativa de se elaborar uma historiografia atenta ao modelo tecnocrata-modernizante, pareceu significar a tentativa do poder instituído de determinar a natureza dos órgãos que estava capitaneando.

É perceptível, neste ponto específico, a situação paradoxal em que se encontrava o NDIHR, ao menos nos seus primeiros anos. Se por um lado havia uma demanda oficial, por outro os pesquisadores envolvidos em seu processo de implantação e institucionalização não necessariamente estavam alinhados a essa prerrogativa. É nesse sentido que a análise de Rodrigo Patto Motta (2014) parece significativa, já que procura explicar essa ambiguidade, a partir do entendimento de que as medidas autoritárias e modernizantes se mesclaram tanto no

⁸³ As linhas de pesquisas desenvolvidas ao longo de toda a trajetória do NDIHR foram: Formação histórica da rede urbana; Economia Pesqueira do Nordeste; Questão Agrária; Estrutura de Poder; Indústria e Trabalho; Educação e Sociedade; Manifestações Culturais; Sexo e relações de gênero; Movimentos Sociais. As “Formação da Rede Urbana” e “Economia Pesqueira do Nordeste” foram “sugeridas” pelo *Projeto de Implantação dos CDIHRs*. Por outro lado, são as linhas “Indústria e Trabalho”, “Estrutura de Poder” e “Educação e Sociedade” que estão entre as linhas temáticas que mais se destacaram pelo volume de publicações e pelo número de projetos de pesquisas, linhas estas que foram implementadas ao longo da década de 1980 e cuja perspectiva se diferenciavam das que era observada no Projeto de Implantação dos CDIHRs.

⁸⁴ SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. *Relatório de Atividades do NDIHR-UFPB (1976-1980)*. MAIA, Neiliane. (Org.). João Pessoa, abr. 1980.p. 67. (Datilografado)

que se refere à necessidade de legitimação do regime, quanto no que diz respeito à outras questões de ordem pragmáticas⁸⁵.

Esse impasse foi uma das tônicas que marcou as primeiras experiências do NDIHR, ao menos no que se refere à relação entre as *ideias* históricas e sua sociedade, pois concordamos com Michel de Certeau que não é possível pensar uma operação historiográfica sem que realizássemos o movimento de ligar as ideias a um lugar e a uma sociedade, pois o próprio conhecimento histórico corresponde a um determinado processo social e político, já que:

Supor uma antinomia entre a análise social da ciência e sua interpretação em termos de história das ideias, é a falsidade daqueles que acreditam que a ciência é “autônoma” e que, a título de dicotomia, consideram como não pertinente a análise de determinações sociais, e como estranhas ou acessórias as imposições que ela desvenda. (CERTEAU, 2008, p. 73)

A relação entre a perspectiva oficial e as experiências desenvolvidas pelo NDIHR pode ser verificado na “escolha” das primeiras linhas temáticas, tal como nas atividades desenvolvidas por meio delas. Como já foi relato, no *Projeto de Implantação dos CDIHRs* já constava a indicação de pelo menos nove linhas a serem implementadas na UFPB, cuja perspectiva se ajustava ao modelo tecnocrata-modernizante que se planejava desenvolver nessa universidade. Destas, três foram implantadas logo nos primeiros anos de atuação do NDIHR, quais foram: *Formação histórica da rede urbana*, *Relações Comerciais da Paraíba* e *Economia Pesqueira do Nordeste*⁸⁶. A partir da análise mais atenta das atividades desenvolvidas por essas linhas, pode-se perceber como os pesquisadores do NDIHR se posicionaram frente às expectativas oficiais, tal como verificar o desenvolvimento das problemáticas que então eram interpeladas, sobremaneira no que diz respeito ao papel da universidade frente aos “problemas regionais”.

Para tanto, a linha *Economia Pesqueira do Nordeste* ao publicar suas pesquisas, discussões e resultados nos *Cadernos de Estudos Regionais* – volumes de números três e

⁸⁵ Uma dessas questões deve-se a impossibilidade de promoção de instituições ligadas às ditas Ciências Humanas, sem que houvesse a presença de intelectuais no mínimo suspeitos aos olhos dos órgãos de inteligência e repressão da época, ou seja, que em grande parte não fossem intelectuais ligados à perspectivas de esquerda, já que ao contrário do que esperava os órgãos repressivos da época, em vez do Regime Militar ter conseguido diminuir o número de intelectuais que atuavam nesse campo, pareceu, pelo contrário, tê-lo dinamizado. Rodrigo Patto Motta explica essa questão a partir do que ele chama de “jogos de acomodação”. Cf. MOTTA, 2014, p. 310-323.

⁸⁶ Deveria ser publicado um sexto número dos Cadernos de Estudos Regionais, com os resultados das pesquisas da linha temática *Formação histórica da rede urbana*, mas a publicação dos Cadernos de Estudos Regionais foi interrompida e esse número não saiu do prelo. Por isso optamos por tratar das Linha Temática Economia Pesqueira do Nordeste, por apresentar suas discussões, pesquisas e resultados em publicações realizadas pelo próprio NDIHR, fornecendo um exemplo da relação entre os programas anteriormente citados.

quatro, ambos publicados em 1980⁸⁷ - permite uma maior compreensão do desenvolvimento da pesquisa temática do NDIHR em seus primeiros anos de atuação, além de possibilitar a leitura dos impasses que acompanharam o processo de montagem de um lugar social - e da seleção de suas *regras do meio* - em torno dessa instituição.

Como exemplo da relação que essa linha possuiu com o modelo tecnocrata-modernizante, tal qual o papel que a universidade deveria desempenhar frente aos projetos governamentais, observa-se as discussões em torno do Porto de Cabedelo⁸⁸.

A análise acerca da conjuntura política e econômica relacionada ao Porto de Cabedelo vai ser mais bem discutida por Oswaldo Sevá⁸⁹. O texto *O Porto de Cabedelo: dos sinais de fraqueza às manias de grandeza* foi escrito a partir da tentativa da UFPB se envolver “num esquema de recuperação de valor econômico do Porto de Cabedelo”, e preparado, segundo relata o próprio autor, a partir da solicitação da Reitoria e com o apoio do NDIHR.

O texto de Sevá é um dos melhores exemplos do impasse que se encontrava o NDIHR naqueles primeiros anos, pois revela ao mesmo tempo uma visão que se queria crítica no que diz respeito a realidade regional, mas, também, uma tentativa de constituir a universidade como meio para o desenvolvimento econômico.

Escrito em um momento no qual o Porto de Cabedelo estava passando por um processo de decadência e sucateamento, ao mesmo tempo em que alguns setores da sociedade passaram a esboçar certa sensibilidade para com a necessidade de recuperação do valor econômico deste porto, já que se estava visualizando a construção e operação de um complexo industrial-portuário na Região Metropolitana do Recife, a partir do projeto SUAPE, o que teria despertado atenção e ressentimento em setores da elite paraibana interessados na retomada da viabilidade econômica do Porto de Cabedelo.

Dentre os setores paraibanos interessados e capazes de elaborar e conduzir uma jogada para o porto de Cabedelo, estaria a UFPB, conforme o interesse já manifesto de alguns docentes e do Reitor, havendo alguns estudos

⁸⁷ Nestes *Cadernos de Estudos Regionais* apresentam-se algumas pesquisas e discussões que foram empreendidas pela linha temática *Economia Pesqueira do Nordeste*. O primeiro volume publicado em 1980 tratou da pesquisa “O Estuário do Rio Paraíba”, o segundo “O Porto de Cabedelo” e “A Pesca da Baleia”.

⁸⁸ Essa questão foi o objeto da primeira metade do segundo volume publicado em 1980. Nesse volume quatro capítulos se empenharam em discutir essa questão: *À Guisa de reflexões sobre o Porto na Paraíba*, escrito por Ana Glória Cornélio Madruga e Antônio Moacyr Madruga; *O Porto de Cabedelo: dos sinais de fraqueza às manias de grandeza*, escrito por Arsênio Oswaldo Sevá; *Convênio Porto de Cabedelo/UFPB; Memória de um Esforço Perdido*, de Maria Cândida Rodrigues Gonçalves; *Levantamento Fotográfico do Porto de Cabedelo*, também elaborado por Ana Glória Cornélio Madruga e Antônio Moacyr Madruga.

⁸⁹ Nota-se que Oswaldo Sevá chegou à UFPB junto com Lynaldo Cavalcanti e apesar de sua formação ser na área de engenharia e ser docente do Departamento de Tecnologia Química e de Alimentos, foi um dos principais incentivadores da implantação do NDIHR na UFPB, além de ter realizado pesquisas nesse Núcleo na linha temática Formação da Rede Urbana.

preliminares já realizados e outras pesquisas em andamento. Tendo analisado alguns destes documentos e esclarecimentos preliminarmente alguns valores e circunstâncias deste caso de política científica e tecnológica, elaborei o texto que se segue, pretendendo encaminhá-lo aos interessados. Exatamente por ser uma avaliação preliminar, foi concedida para provocar um debate no qual os participantes aprofundem e ofereçam alternativas para este possível envolvimento da UFPB com o esquema de capitalização instrumentado pelo porto de Cabedelo. (SEVÁ, 1980, p. 22)

Esse trecho evidencia o tipo de projetos que a UFPB deveria estar atenta, compreendendo a universidade como veículo de promoção de projetos modernizantes, tal como de espaço preocupado com o desenvolvimento econômico local. O NDIHR, nesse sentido, poderia se constituir em uma instituição em que as pesquisas temáticas se pautassem nas questões econômicas vivenciadas pela Região Nordeste e na própria Paraíba. Importante notar como havia o desejo de que a UFPB participasse dos debates relacionados a questões de interesses governamentais, ultrapassando seu caráter de instituição de ensino e pesquisa, e aprofundando a dimensão de mecanismo de desenvolvimento.

Após fazer um rápido levantamento histórico-econômico da Paraíba, observando as dificuldades enfrentadas por esse estado e como as irregularidades apresentadas no porto de Cabedelo representam uma situação de desequilíbrio da economia paraibana, sendo que “algumas delas resultantes diretas de decisões políticas e econômicas a nível federal e internacional e outras mais relacionadas com questões estruturais e institucionais da sociedade nordestina”. (SEVÁ, 1980, p. 25), Oswaldo Sevá percebe algumas alterações presentes na realidade paraibana, mudanças por ele definida como “sinais expressivos dos tempos atuais, ostensivamente esperançosos”, tais como:

Na paisagem da BR-230, dois marcos interessantes: num trecho entre João Pessoa e Cabedelo, onde constroem cada vez mais moradias improvisadas e miseráveis, e onde crescem vilarejos marginais, motéis e pequenas fábricas, destaca-se uma estrutura metálica bastante corroída e semi-destruída, com os dizeres “NÓS ACREDITAMOS NO NORDESTE” compondo um painel com o nome do estabelecimento industrial aí localizado, uma empresa de construção naval falida há cerca de 10 anos, e cujas imediações foram instaladas outras duas empresas que faliram posteriormente; e suspensa sobre a BR, à entrada da cidade, uma placa com os dizeres “BR-230 – INÍCIO DA TRANSAMAZÔNICA” ao lado de outra “CABEDELLO – CIDADE PORTUÁRIA”; este último slogan da campanha do MDB para a prefeitura municipal de Cabedelo em 1976, cujo vencedor, o atual prefeito, lançou o tema de recuperação da pesca e do porto para os eleitores e para as autoridades estaduais e federais. (SEVÁ, 1980, p. 26)

O relativo otimismo do autor é exposto conjuntamente com o diagnóstico das dificuldades enfrentadas pela população local e pelas dificuldades econômicas verificadas na Paraíba. Além disso, é perceptível a utilização das questões que envolvem o porto de Cabedelo como tema político eleitoral, algo que até os dias atuais é empreendido, tanto no que diz respeito às dificuldades estruturais enfrentadas por esse porto, quanto no que se refere à dependência econômica da Paraíba com relação à Pernambuco⁹⁰.

Como num jogo de espelhos, as elites paraibanas reivindicam para Cabedelo o papel destinado a SUAPE como porto regional [...] Agravou-se um pouco a competição entre os Estados quando pequenas encenações (e talvez surpresas de última hora) foram percebidas na ocasião da última reunião do Conselho Deliberativo da SUDENE, quando o presidente Geisel em pleno Hotel Tambaú assinou a liberação de maiores verbas para o projeto Suape. (SEVÁ, 1980, p. 30)

Nesse sentido, o esforço de Oswaldo Sevá se dá na tentativa de formatar na UFPB uma cultura de reflexão de temas que fossem capazes de articular e elaborar projetos que pudessem ultrapassar os interesses estritamente acadêmicos, alcançando parcerias com instituições estatais, como a SUDENE. Entretanto, o autor percebe os limites do alcance da UFPB frente às demandas governamentais, afirmando que esta universidade, apesar de contar com relativa experiência de estudos e projetos na área de saúde, agricultura e tecnologia, não estaria preparada para enfrentar de imediato a elaboração de um projeto complexo como o proposto pelo Governo do Estado em 1975.

Não creio que ela seja o escritório de projetos adequados para esse fim, mas que deva se transformar cada vez mais em local de reflexão e de avaliação sobre problemas cruciais da população e da economia em sua área de influência. E, por obrigação de ofício, se responsabilizar pela preparação e pelo recrutamento de pessoal técnico especializado e de consultores que seriam necessários para a elaboração, implantação e operação de qualquer

⁹⁰ A problemática da relação de dependência política e econômica entre a Paraíba e Pernambuco se constituiu como um tema recorrente na historiografia paraibana, presente, pelo menos, desde a produção do IHGP quando se investiu na construção de uma narrativa histórica que buscava apreender a singularidade do homem paraibano, através da ideia de *paraibanidade*, na qual foi recorrente a referência a dependência da Paraíba à Pernambuco como obstáculo para o desenvolvimento deste Estado, mas confirmando que mesmo sob esta situação dependência, havia uma especificidade que demarcava a singularidade do paraibano, algo que teria a ver com sua natureza de bravura e resistência. Sobre esse assunto ver: DIAS, Margarida Maria dos Santos. *Intrepdaab origine: O instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a produção da história local- 1905/1930*. João Pessoa: Almeida Gráfica e Editora LTDA, 1996. Entre os pesquisadores do NDIHR, percebe-se uma certa preocupação com esta questão, algo que pode ser observado, por exemplo, no debate acerca do processo de urbanização e modernização na Paraíba, no texto escrito pelas professoras Irene Rodrigues da Silva Fernandes e Laura Helena Baracuh Amorim, intitulado *Os melhoramentos urbanos e o processo de modernização na Paraíba: século XIX*, publicado na Revista de Ciências Humanas da UFPB, no quarto trimestre de 1980.

projeto que seja desencadeado para reativar a economia paraibana. (SEVÁ, 1980, p. 32)

No que diz respeito ao NDIHR, Sevá parece percebê-lo como órgão capaz de servir de instrumento às demandas governamentais, sendo necessário empreender como prioritário as questões econômicas e articular a historiografia como instrumentalizadora dessas necessidades.

Entretanto, essa perspectiva não é exclusiva no que diz respeito às atividades realizadas nos primeiros anos de atuação do NDIHR. A leitura dos *Cadernos de Estudos Regionais* nos permite visualizar a complexidade que envolvia a constituição de um *lugar social* em torno daquele núcleo, já que assiste ao processo de seleção das perspectivas através das quais pudesse se constituir um conjunto de *regras do meio* capaz de distinguir o tipo de abordagem considerada ideal da percebida como desnecessária e/ou não adequada. Dessa maneira, alguns outros textos publicados nos volumes dos *Cadernos de Estudos Regionais* que tratam além da questão do “Porto de Cabedelo”, de pesquisas realizadas sobre “A Pesca da Baleia” e sobre “Estuário do Rio Paraíba”, apresentaram outras alternativas de abordagem acerca das “questões regionais”, que, de alguma forma, passaram a competir no processo de elaboração de uma identidade institucional e científica para o NDIHR, algumas das quais apresentando problemáticas, abordagens e sugestões que vão ser mais aprofundadas ao longo da década de 1980, outras, por outro lado, serão abandonadas ou consideradas inadequadas segundo a compreensão que se passou a ter do papel que o NDIHR deveria desempenhar.

O número dos *Cadernos de Estudos Regionais* que trata do *Estuário do Rio Paraíba* possibilita a compreensão desses outros elementos presentes nas primeiras atividades do NDIHR. Em primeiro lugar, é importante notar que apesar de haver a formação de uma equipe interdisciplinar⁹¹ para tratar do tema, os trabalhos desenvolvidos na linha *Economia Pesqueira do Nordeste*⁹², em especial a pesquisa sobre o Estuário do Rio Paraíba, houve um esforço maior por parte dos geógrafos, que acabaram por realizar um trabalho de mapeamento das dificuldades enfrentadas pelas populações do litoral paraibano, no que diz respeito tanto às questões naturais e físicas, como, sobretudo, às questões econômicas e sociais.

⁹¹ Equipe formada por Arnaldo Richa (Departamento de Ciências Sociais), Ana Glória Cornélio Madruga, Antônio Moacyr Madruga, Marcelleuze Tavares (Departamento de Geociências), Ruston Lemos de Barros (Departamento de História) e Tereza C. Frota de Abreu (Departamento de Geociências), contando ainda com estagiários ligados aos cursos de História, Ciências Sociais, Economia e Geografia.

⁹² A ausência de uma análise mais sistemática sobre o espaço que compreende o estuário do Rio Paraíba e as populações que ali residiam, possibilitou, também, a utilização de um recurso metodológico diferenciado. Segundo os autores do *Estudo Sócio-Econômico do Estuário do Rio Paraíba*, a metodologia aplicada foi a da *observação exploratória*, que implicava na coleta de dados empreendida diretamente na realidade, a partir de entrevistas, fotografias, conversas informais, estudos geográficos, etc.

Em um primeiro texto, intitulado *Considerações Gerais em torno da temática “Economia Pesqueira do Nordeste”*, escrito por Antônio Moacyr Madruga, é elaborada uma visão geral dos procedimentos a serem desenvolvidos por aquela linha temática. Nesse texto já se verifica a presença de elementos que não estavam presentes no trabalho de Oswaldo Sevá. O primeiro desses é relacionado ao fato de que a abordagem proposta além de ser, sobremaneira, a partir de preocupações estritamente econômicas, dever-se-ia adotar uma perspectiva econômica-social.

Assim, Madruga (1980a) tenta mapear o processo de ocupação do litoral e descrever como esse espaço se encontra na contemporaneidade, verificando que o processo de ocupação se deu de duas formas, através de dois modos de ocupação distintos. Se por um lado existe uma ocupação de tipo “anterior”, ou “tradicional”, empreendida ao longo do processo de povoamento do Brasil entre os séculos XVIII e XIX, geralmente desempenhada por uma população de origem “camponesa”, formada basicamente por lavradores, pescadores, pequenos comerciantes ou empresas familiares de manufatura artesanal. Por outro lado, existia a ocupação “atual” ou “capitalista”, desempenhadas por grupos econômicos nacionais ou multinacionais, interessados no espaço litorâneo para funções diversas, como lazer, construção de cidades, transportes, comércio, indústria, tendo em comum “a desorganização e a degradação do ambiente, tanto em relação ao espaço ‘natural’ como em relação ao homem que o habita”. (MADRUGA, 1980a, p.18). Nesse sentido, o autor acaba por notar a existência de conflitos entre os dois modos de ocupação, agravados pela ausência “de um planejamento mais eficaz”.

Assim sendo, por falta de um planejamento mais eficaz baseado na realidade sócio-econômica e espacial é que estes dois processos de ocupação do litoral estão permanentemente em conflito, porque os que aí se instalaram em um tipo de ocupação “tradicional” utilizam os recursos disponíveis de acordo com suas necessidades; e os elementos da ocupação “atual” usaram os recursos com o objetivo de maximizar seus lucros, e para isso não hesitam em levar esses recursos ao extermínio, eliminando também quaisquer outros empecilhos que se apresentem à consecução dos seus objetivos: entre eles o homem que ali se instalou em outro tipo de ocupação. (MADRUGA, 1980a, p. 19)

Essa passagem sintetiza bem os principais debates travados no NDIHR em seus primeiros anos. Se as questões de cunho econômicas deixariam de ser exclusiva, a abordagem do universo social foi empreendida a partir de uma compreensão dos atores sociais em disputa (camponeses x capitalistas) em um contexto de redefinição do espaço (ocupação tradicional x ocupação capitalista). O tom da narrativa de Madruga revela o comprometimento que a

universidade deveria ter nesse processo, ou seja, não apenas ser uma instituição cujo compromisso prioritário se resumiria aos projetos modernizantes e governamentais, mas, sobretudo, de crítica e denúncia ao sistema econômico e político vigente.

Entretanto, é no diagnóstico preliminar desenvolvido pela equipe interdisciplinar em março de 1978, intitulado *Estudo Sócio-Econômico do Estuário do Rio Paraíba*, que as críticas e denúncias são elaboradas com mais sistematicidade, no qual são observadas que as ações do processo de desenvolvimento nacional tem se pautado por uma frequente inobservância às características específicas dos espaços e populações que atinge, daí se originando as distorções e conflitos. Nesse sentido, o estudo da realidade socioeconômica local permitiria:

Contribuir para uma compreensão particular daquela realidade, podendo vir a se tornar elemento importante para orientar intervenções. Entende-se, contudo que tais intervenções, em regra, se pautam por condicionamentos políticos e econômicos, e que a viabilidade de aplicação prática dos conhecimentos adquiridos no estudo científico também está restrita aos limites impostos por esses condicionamentos. É nesse sentido que propomos um projeto de estudo sócio-econômico do Estuário do Rio Paraíba, voltado para a detecção de problemas básicos do desenvolvimento da área, seja do ponto de vista das intervenções no sentido de sua integração no processo de desenvolvimento nacional, seja do ponto de vista da dinâmica interna da vida das pequenas localidades que ali se configuram. (RICHA, MADRUGA, *et al.*, 1980b, p. 52).

Dessa forma, será ampliado o papel que o NDIHR e a universidade deveriam desempenhar frente aos ditos “problemas regionais”. Para além de contribuir com os projetos governamentais⁹³, a universidade também deveria ocupar o lugar de “crítica-social”, a partir da observação de espaços que estavam sofrendo com o avanço do capitalismo. As operações historiográficas desenvolvidas pelo NDIHR, em seus primeiros anos, buscaram localizar espacial e temporalmente questões que pusessem em relevo a dimensão conflituosa da realidade histórica contemporânea, nos quais certa parcela da “classe trabalhadora” estivesse sendo acometida por explorações de variadas espécies. A estratégia adotada foi a de analisar os espaços periféricos e locais para, a partir disso, compreender aspectos mais gerais da realidade brasileira e internacional.

⁹³ No Projeto de Implantação dos CDIHRs observa-se como objetivos dessa linha: “as atividades ainda praticadas no litoral do Ceará à Paraíba; registros e documentos das populações e aglomerações litorâneas; formas de exploração comercial; registro de venda interna e externa de pescado e crustáceo; técnicas de embarcações, captura e conservação; hábitos alimentares e consumo de pescado e crustáceo.”. Nesse sentido, verifica-se que o trabalho realizado pela equipe interdisciplinar e, conseqüentemente, seu respectivo relatório destoam significativamente do que outrora fora planejado.

A linha temática *Economia Pesqueira no Nordeste* evidencia a aparente contradição, permeada por uma demanda oficial que pretendeu imprimir no NDIHR um viés mais tecnocrata-modernizante, e, por outro lado, um conjunto de atividades acadêmicas e científicas que foram realizadas em parte na contramão das expectativas iniciais, oferecendo uma alternativa de abordagem crítica aos “problemas regionais”.

Como já se tratou anteriormente, esse paradoxo pode ser compreendido a partir das discussões empreendidas por Motta (2014), que explica como foram se dando os *jogos de acomodação e resistências* no interior do regime militar, que, de alguma forma, possibilitou o surgimento de instituições e a incorporação de intelectuais responsáveis por desenvolverem atividades não alinhadas à perspectiva autoritária e antidemocrática empreendida desde 1964. Parece significativo que mesmos as linhas temáticas que tinham sido propostas desde o processo de implantação do NDIHR foram apropriadas numa direção diferente daqueles que visualizavam o papel de um núcleo ligado estritamente às atividades de documentação e através de uma perspectiva em que a historiografia deveria ser área instrumental dos projetos governamentais.

Vale ressaltar que, a percepção da necessidade de abordar temas mais voltados para a problematização da realidade regional, cujo tom do discurso fosse eminentemente crítico, mantém certas conexões com a conjuntura histórica da época. O que se percebe, por exemplo, que mesmo em plena ditadura militar, sobretudo no contexto de distensão e abertura política, é que de forma paradoxal se testemunhou o crescimento da influência dos valores marxistas nas universidades públicas brasileiras, pois “com a distensão política e o começo da abertura, na segunda metade da década de 1970, a adoção de conceitos marxistas e de outras ideias na contracorrente dos valores dominantes tornou-se mais intensa, pela sensação de que os riscos políticos haviam diminuído”. (MOTTA, 2014, p. 279).

À medida que se aproximava a década 1980, com o esgotamento cada vez maior do regime militar, a universidade se tornou um celeiro oposicionista (MOTTA, 2014), sendo observados alguns debates mais diretamente críticos ao regime então em vigor. O NDIHR, em 1979, promoveu um Seminário sobre a “Questão Agrária no Nordeste”, apresentando uma série de textos, debates e entrevistas que se propõe a discutir o “Conflito Social no Campo” estando o regime militar no *front* oposto ao dos pesquisadores que participaram desse evento.

Além de possibilitar um aparato institucional para o desenvolvimento de pesquisas exclusivamente voltadas para a sistematização da documentação histórica, o NDIHR, através de seu Programa de Ensino e Extensão, que envolveu as atividades de estágios, extensão e apoio ao pesquisador. Nesse sentido, foram desenvolvidas atividades como encontros

científicos, cursos e seminários que se destinaram a qualificar pesquisadores do NDIHR e divulgar as diversas atividades do órgão. Também eram incentivados cursos de curta duração, que tinham como objetivos:

Debater temas sobre problemática espacial (questão regional), políticas de documentação, mercado de trabalho, ocupação do espaço agrário; formas de posse; propriedade e uso da terra; conflitos por causa de terras; formação de sítios históricos; tipologias das cidades; estuário do Rio Paraíba; formação cultural das cidades; historiografia e literatura; atividades econômicas; movimentos culturais; educação; mulher e política; políticas de saúde; classes médias e representação; história oral das elites políticas; produção artesanal têxtil; ações da Igreja; memória; memória de artesão e muitos outros. (MORAIS, 2012, p. 75).

Os resultados do seminário “A questão Agrária no Nordeste” foram publicados no quarto volume dos *Cadernos de Estudos Regionais*, número especial, em 1981, resultado de um convênio com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Na apresentação desta publicação, o historiador Sílvio Frank Alem, então supervisor do Programa de Extensão do NDIHR, resume bem o que se tratou nas atividades empreendidas no referido seminário e que foram apresentadas na respectiva publicação dizendo que:

Ao concretizar esta edição em convênio com o CNPq, o NDIHR seguramente presta mais um serviço aos pesquisadores e estudiosos em geral preocupados com a compreensão da realidade regional. Realidade que, tratada sob um de seus mais relevantes aspectos, mostra a persistência de problemas cruciais, revestidos de novas roupagens, ainda que nem sempre vividos por novos personagens. Avança ainda, o NDIHR, no sentido de mostrar possível um trabalho acadêmico preocupado com a realidade social, interdisciplinar e que não teme o debate. (ALEM, 1981, p. 13)

No caso desse volume dos *Cadernos de Estudos Regionais* o aspecto que era considerado “relevante” para a compreensão da realidade regional trata-se da questão agrária, que evidenciava “problemas cruciais” persistentes naquela espacialidade, mesmo que atualizada com “roupagens novas”. No centro dessa problemática se colocava “personagens” que, apesar de não serem novos no processo histórico brasileiro, sua incorporação, em termos de objeto de estudos, estava sendo realizada só recentemente.

A seleção de quais os personagens, os temas e as temporalidades que deveriam ser trabalhadas pelo NDIHR é significativa do processo pelo qual esta instituição atravessou no sentido de se produzir determinadas *regras do meio*, através das quais se elencava questões

tratadas como urgentes, definindo, ao mesmo tempo, o que poderia ou não ser considerado uma obra histórica de valor. Nesse sentido, o trabalhador rural como personagem central e as desigualdades e injustiças por eles vivenciadas numa temporalidade imediata são tratados nesse volume dos *Cadernos de Estudos Regionais*⁹⁴ como objetos de análise.

Dos três textos publicados⁹⁵ é o escrito por Maria Cândida Rodrigues Gonçalves⁹⁶, intitulado *O Capitalismo Selvagem e o Conflito de Grande Alagamar*, que reúne alguns dos elementos que são exemplares do conjunto de operações historiográficas gestadas no interior do NDIHR.

O trabalho de Gonçalves (1981) apresenta o processo de luta pela posse da terra, tomando como objeto de estudo o conflito que se estava travando na região de Grande Alagamar (situada no brejo paraibano), no final da década de 1970. Segundo a autora, apesar de pesquisar um conflito específico, o que procurava era a melhor compreensão dos acirramentos e disputas no campo que ocorria “em todos os recantos de nosso território”.

Nesse sentido, assim como já aparece timidamente nos textos de Moacyr Madruga, a estratégia metodológica se circunscreve na tomada de um evento local para a compreensão de elementos mais abrangentes, não apenas da realidade regional, mas, até mesmo, do próprio “modo de produção capitalista” como um todo.

O jogo de escala operado é traduzido a partir da consideração que a explicação de um fenômeno local, que mantém profundas conexões com uma realidade mais abrangente, deveria ser produzida através da análise das *lutas de classe* no meio rural, “luta esta, que não

⁹⁴ Essa publicação fornece um rico material para o estudioso que pretende tratar da questão agrária, já que além dos textos e artigos apresentados, dispõe uma vasta documentação a respeito deste tema, que se compreende desde entrevistas sobre as ligas camponesas e sobre os conflitos de terra na Paraíba que estavam ocorrendo naquele momento, até a disponibilização de uma lista de matérias de jornais que tratam das ligas camponesas. Vale ressaltar que boa parte dos jornais que se refere tal lista foram selecionados e organizados por Francisco Julião, ex-líder das Ligas Camponesas, que em seu exílio no México desenvolveu tal atividade, sobretudo no que diz respeito ao periódico “A Liga” e referente ao período de 1962/1964. A seleção geral desses textos foi feita pela professora Bernadete W. Aued, então docente do Departamento de Ciências Sociais de Maringá-PR, que colaborou com a organização da documentação sobre “movimentos sociais no campo”.

⁹⁵ Os outros dois textos são: *A concorrência: O trabalho sob o capital*, escrito pelo também pesquisador do NDIHR, Mauro Guilherme Pinheiro Koury, que no início da década de 1980 desempenhará um importante trabalho no NDIHR, sobretudo como coordenador da linha de pesquisa Indústria e Trabalho; *Tensão Social e lutas populares na Paraíba (1962-1964)*, escrito pelo professor José Octavio, então docente do Departamento de História.

⁹⁶ Algumas das principais atividades realizadas no referido Seminário e publicadas no respectivo Caderno de Estudos Regionais, foram realizadas pela pesquisadora do NDIHR Maria Cândida Rodrigues Gonçalves, que também fazia mestrado em Sociologia Rural na UFPB. Pelo que aparenta, a partir da leitura do conjunto de textos desse volume dos *Cadernos de Estudos Regionais*, essa pesquisadora foi uma das principais organizadoras do seminário que trata essa publicação, não apenas por ter organizado e disponibilizado a documentação citada, mas também por ter escrito um dos textos ali dispostos, o qual apresentou algumas discussões que vinha desenvolvendo na referida pós-graduação.

percebemos se dar apenas na base destas relações, mas também constitutivas das relações de produção”. (GONÇALVES, 1981, p. 41).

Após uma nota introdutória⁹⁷ que a permitiu situar o problema acerca da questão da “renda da terra” como parte da teoria do modo de produção capitalista, Gonçalves busca compreender “não apenas a realidade brasileira, mas também, a realidade latino-americana como todo. Achamos que é a partir destas análises que poderemos entender melhor ‘a apropriação capitalistas de relações não capitalistas’ no campo brasileiro”. (GONÇALVES, 1981, p. 42).

Importante observar que há uma tentativa de conferir à leitura marxista um grau elevado de legitimidade acadêmica e científica. Entretanto, esse movimento de apropriação dos estudos marxistas (que não é exclusivo de Gonçalves, mas que faz parte de todo um conjunto de questões ideológicas, políticas e sociais) permitiu a problematização de pontos caros à realidade política e social que então se vivenciava no Brasil, ou seja, se traduziu não apenas como uma operação acadêmica e intelectual, mas, também, política e social. A crítica ao sistema capitalista, realizada a partir dos conflitos sociais no campo, também é uma forma de aprofundamento da reflexão em torno do papel que as Ciências Sociais deveriam ocupar frente aos problemas políticos e sociais existentes. Uma maior aproximação entre conhecimento e realidade histórica, entre sujeito e objeto, tal como era definida pela noção marxista de *praxis*, contribuiu para o debate de uma questão que parecia elementar no processo de definição do NDIHR como lugar de sociabilidades. Ou seja, participou da discussão de qual o papel da universidade frente aos conflitos sociais emergentes e, como consequência, qual a função social do conhecimento histórico, produzido pela academia.

Segundo Gonçalves (1981, p. 43), todo trabalho de investigação deve desenvolver-se em dois campos de atuação “a partir de estudos concretos e comprometidos politicamente; a partir dos esclarecimentos das categorias e estudos teóricos, que nos permite interpretar o material empírico.”. É nesse sentido que é elaborada uma determinada leitura marxista, possibilitando a circulação, no âmbito do NDIHR, de uma compreensão de que a problematização do tempo histórico deveria ser balizado por um fundamento teórico bem

⁹⁷ Para tratar das questões referentes às “lutas de classe no meio rural”, Gonçalves passa a se inscrever dentro do debate presente na cultura historiográfica brasileira de linha marxista, que buscou considerar tais questões a partir da definição de qual o modo de produção em que o Brasil se inseriu, tendo como cânones dessa discussão o texto de Nelson Werneck Sodré, *Formação Histórica do Brasil*, e, por outro lado, o não menos importante *A Questão Agrária no Brasil*, de Caio Prado Junior. Se por um lado havia a tese de que as relações de produções no Brasil se davam a partir de certas “relações feudais”, por outro, havia a afirmação de que tais relações são capitalistas, ainda que de forma disfarçada. Para Gonçalves, tomando como referência o trabalho de José de Souza Martins, intitulado *O cativo da Terra*, a polarização entre essas duas vertentes de pensamento serviriam apenas para entravar o processo de transformação da realidade.

acabado; de forma a possibilitar que o trabalho intelectual sirva ao “comprometimento político”, algo que já parecia alavancar as observações de Moacyr Madruga⁹⁸ acerca do posicionamento que a academia deveria ter frente aos problemas sociais e nas próprias discussões travadas junto aos movimentos sociais.

Entretanto, o texto de Maria Cândida Gonçalves apresenta uma novidade se comparada aos textos de Madruga, havendo a presença de uma crítica nominal ao regime militar, caracterizando o movimento de 1964 como “Golpe Militar”.

A análise da realidade agrária brasileira, principalmente a partir do golpe de 1964, nos revela uma tendência desenfreada à concentração de terra, obedecendo à lógica do Capital como um todo articulado. A absorção de pequenas propriedades por grandes latifúndios, a expansão da empresa rural capitalista, que se dá em função de estímulos fiscais e financeiros incluídos nos “Planos Nacionais de Desenvolvimento Econômico” (previsto para a produção de álcool- PROALCOOL -, criação de gado, e cultura de exportação), levaram à expulsão de dezenas de milhares de camponeses pobres (pequenos proprietários, arrendatários, parceiros, meeiros) de suas terras, produzindo um grande número de assalariados temporários, despojados dos meios de produção, e que não contam, ao menos, com as garantias de trabalho previstas na legislação trabalhista. (GONÇALVES, 1981, p. 53).

Ao passo que o texto de Gonçalves aprofunda a análise acerca das relações de trabalho no interior do modo de produção capitalista, tratando os “conflitos sociais no campo” a partir de uma crítica ao movimento de 1964, a autora retoma uma questão que já está presente nos textos de Moacyr Madruga (sobre o estuário do Rio Paraíba e sobre a pesca da baleia), ou seja, a necessidade de historiar o processo de dissolução das formas tradicionais de trabalho, face ao avanço do desenvolvimento capitalista em espaços outrora relegados à segundo plano, tal como de tratar como esses trabalhadores passaram a sofrer um violento processo de readequação às novas exigências do capital. Se em Moacyr Madruga (1980c), através do exemplo da pesca da baleia, já percebemos uma crítica ao subemprego em que são submetidos os trabalhadores, com Gonçalves vemos a análise da forma como os interesses econômicos, capitaneados pelo regime militar, vão redimensionando o espaço rural e a forma de

⁹⁸ No debate sobre a pesca da baleia, Moacyr Madruga discute a relação entre movimentos sociais, em específico os ambientalistas, e a universidade. O contato entre crítica acadêmica e movimento social vai ser defendida por Moacyr Madruga como algo indispensável. Se por um lado a academia não deve preterir a ação política e social, contribuindo com estudos e pesquisas engajadas, por outro, os movimentos sociais devem se pautar em críticas mais científicas, pois, caso o contrário, seus argumentos são fragilizados pelo excesso de “sentimentalismo”, contribuindo, apenas, para àqueles contra os quais dizem lutar. O que está sendo colocado em pauta por este geógrafo é que a universidade deve ser um espaço de discussão política e atenta ao diálogo com os movimentos sociais. Estes, por outro lado, deveriam se apropriar do saber acadêmico, já que poderiam fundamentar os argumentos e ações de suas causas (MADRUGA, 1980c).

organização do trabalho, a partir de um processo cada vez mais brutal de concentração de terra.

Nesse sentido, a autora retoma as Ligas Camponesas para pensar como o processo de concentração de terras foi se agravando ao longo do regime militar, mostrando, ao mesmo tempo, uma *permanência histórica* vivenciada entre aqueles que participaram das Ligas Camponesas e os que estavam, no momento de elaboração dessa pesquisa, no embate em torno da polêmica do Grande Alagamar. A partir da citação a seguir poderemos compreender como Gonçalves trata essa questão:

O Estado da Paraíba, berço do latifúndio, não fugiu ao processo concentracionista da terra, nestes últimos anos. Muito pelo contrário, ele aqui ocorreu de forma brutal e violenta, verificando-se a expulsão de suas parcelas dos pequenos proprietários e arrendatários. O Golpe de 64, ao lado do processo de “desmobilização” política dos trabalhadores rurais (camponeses), após o massacre das Ligas Camponesas – propiciou aos grandes latifundiários os meios e garantias para ocuparem as terras dos pequenos proprietários e expulsarem os arrendatários, sem que fossem molestados em nenhum momento. Contando, ao contrário, com a ajuda do Estado, através, inclusive, das tropas da Polícia Militar. (...) As o diferente nos dias recentes, coisas não nos parece muito diferente nos dias recentes, quando os camponeses da Grande Alagamar foram atacados pela polícia, a mando dos “proprietários” utilizando-se até de gás lacrimogêneo. (...) Usando a força de que dispunham e do terror implantado com o golpe, os latifundiários aproveitaram, como aproveitam ainda hoje, para expulsar milhares de arrendatários e se apossarem de suas terras e benfeitorias gratuitamente. Decorrentes destas expulsões, grandes concentrações humanas se formaram às margens das rodovias nos municípios de Cajá e Sapé, as maiores, entre as centenas que se disseminaram por todo o Estado. (GONÇALVES, 1981, p. 54-55)

A relação estabelecida pela a autora entre os conflitos estabelecidos em Grande Alagamar e o as experiências das Ligas Camponesas, tal como o crescente processo de concentração de terra e violência a partir do golpe de 1964, evidencia o tipo de compreensão que circulou nos debates empreendidos pelo NDIHR acerca do *tempo histórico*. A temporalidade que ora era dimensionada observa as relações entre presente e passado quase que de modo indissociável, na qual se tentará proceder a uma abordagem historiográfica atenta às chamadas *permanências históricas*. Os eventos ocorridos no presente eram considerados como mote de abordagem das experiências históricas passadas, estas que deveriam ser orientadas segundo a pretensão de problematização do próprio tempo presente. O que se percebe, ao observar o conjunto das publicações do NDIHR, é que há um número

substancial de trabalhos que toma para análise uma temporalidade mais próxima⁹⁹, algo que já correspondia às tendências historiográficas brasileira da época¹⁰⁰, mas que era pouco usual dentro da historiografia realizada na Paraíba.

Esse interesse cada vez maior por temporalidades mais próximas pode ser relacionado a diversos fatores, tal como a forte influência que as Ciências Sociais ocuparam no interior do NDIHR, ao menos no que se observa a partir da leitura do texto de Gonçalves (1981). Uma outra explicação plausível é a de que o ambiente intelectual situado em um contexto de abertura política, cujos horizontes de expectativa estavam se alargando, possibilitou um ambiente mais propício à crítica social e política, no qual o próprio regime militar passaria a se situar como objeto privilegiado desta. Havia, nesse sentido, uma tentativa de observar no espaço de experiência provocado pelo regime militar um fator determinante para a explicação dos problemas do tempo presente, sobremaneira aqueles que se relacionavam com a violência e injustiças que os trabalhadores estavam sofrendo. No caso do trabalho de Gonçalves essa relação entre presente e passado de forma diretamente proporcional é possibilitada pelos acontecimentos vivenciados em Grande Alagamar a partir de 1976. O que ocorreu naquele momento foi o processo de expulsão de centenas de famílias que há mais de quarenta anos arrendavam as terras situadas no Grande Alagamar. Essas expulsões se intensificaram a partir de 1975, momento no qual o proprietário veio a falecer, e seus herdeiros venderam as terras para usineiros oriundos de Pernambuco, que passariam a explorar aquelas terras na perspectiva do PROÁCOOL, ou seja, a partir dos incentivos governamentais. A região de Alagamar deveria expandir o cultivo da cana de açúcar, mudando a forma como se exploraria a terra, levando a seus novos proprietários a iniciarem o processo de expulsão daqueles que ali residiam. Além da expulsão, segundo Gonçalves (1981), a consequência imediata seria transformar os trabalhadores rurais em trabalhadores assalariados, destituindo-os de seus

⁹⁹ As pesquisas que mais observam essa questão foram às realizadas pela linha “Estrutura de Poder”, coordenada pela pesquisadora Maria Antônia Alonso de Andrade, que procurou ao longo da década de 1980 analisar as eleições, municipais e estaduais na Paraíba, observando o fenômeno eleitoral dentro da perspectiva das estruturas de poder tradicionais que permaneciam ativas na Paraíba, mesmo em um contexto de abertura política. Como trabalho exemplar dessa análise, em 1986, a pesquisadora publicou pelo NDIHR o livro “Clientelismo e Máquina estatal nas eleições de 1982”, além de diversos textos na coleção chamada TEXTOS NDIHR/UFPB.

¹⁰⁰ O historiador José Roberto do Amaral Lapa (1985), ao procurar analisar a historiografia produzida no período pós-64, percebe um aumento cada vez maior de pesquisas que pretendem trabalhar com temporalidades mais próximas. Segundo Lapa, durante muito tempo, o estudo do presente ou do passado mais próximo foi postergado, o passado apresentava-se como refúgio para o historiador, entretanto “o passado histórico deixava de monopolizar a viabilização da verdade e o presente passa a ser resgatado na permanente dialética que ambos oferece. Finalmente, o presente foi exorcizado e seus fantasmas vão sendo aos poucos espantados. Agora, justamente, era necessário assumir posições no exame e na crítica dos fatos e personagens, ao enfrentar os desafios da compreensão do presente e de sua interpretação através de um conhecimento elaborado.” (LAPA, 1985, p. 73-74).

meios de produção. Houve toda uma polêmica em torno dessa questão, na qual movimentos ligados à sociedade civil, sobretudo alas mais progressistas da Igreja Católica, passaram a se organizar no sentido de defesa dos direitos dos trabalhadores rurais. Além disso, houve resistência por parte dos usineiros, o que incentivou um clima de forte tensão e violência naquele espaço.

Nesse sentido, seminários como o que fora realizado em 1979 possibilitaram a inclusão de discussões que não apenas tratavam de interesses estritamente acadêmicos, mas que pudessem provocar o engajamento da universidade face aos problemas experimentados numa temporalidade imediata. O caso de Alagamar é significativo porque possibilitou a articulação de vários movimentos sociais e representantes da sociedade civil em torno da defesa dos trabalhadores rurais, formando um “Comitê de Apoio aos Agricultores de Alagamar”, que teve como função denunciar à opinião pública a situação destes trabalhadores, “tentando ainda mostrar que a luta se dá entre explorados e exploradores”. Tal Comitê reuniu movimentos dos mais diversos, tais como: MDB-Jovem Campina Grande, Movimento Pró-Partido dos Trabalhadores, Associação dos Docentes da UFPB-João Pessoa, DCE, Associação do Magistério Público da Paraíba etc.

Desta maneira, o discurso científico acaba por se confundir com o discurso engajado e político, tal como aparece na passagem a seguir:

É desta forma que entendemos a luta que ainda continua, ou que poderá continuar por muitos e muitos anos ainda na Grande Alagamar. E em momento nenhum podemos negar que a terra, seja em Alagamar, ou em qualquer parte do território brasileiro deva pertencer a quem nela trabalha – e esta é uma bandeira de luta que não apenas deve ser pensada em si mesma, mas que se insere na luta mais geral pela transformação radical do modo de produção capitalista. (GONÇALVES, 1981, p. 68)

O arranjo institucional que foi pouco a pouco ganhando forma e conteúdo evidencia o processo pelo qual um *lugar social* é produzido, ou seja, nos mostra - que longe de ser natural ou destituído de um processo histórico - como a constituição de um espaço de produção do saber científico, produzido em torno do NDIHR, se tornou possível a partir das relações de sociabilidades que lhe são próprias. Como mostra Michel de Certeau “o nascimento de ‘disciplinas’ estão ligados à criação de grupo”. (CERTEAU, 2008, p. 69), isso pode ser observado ao longo de toda história da ciência moderna em que aparece a relação entre uma instituição social e a definição do saber.

As experiências iniciais do NDIHR proporcionam a visualização de elementos importantes para a compreensão do ambiente intelectual que se constituiu em seu interior, fornecendo informações de como os seus primeiros quadros se posicionaram frente a questões de ordem burocráticas, institucionais, acadêmicas, políticas e sociais. Por outro lado, explicita o movimento de estabelecimento de prioridades em torno de questões políticas e sociais que, certamente permitiram aos historiadores discutir além da função do conhecimento histórico, qual a história que deveria ser escrita, qual o *métier* do historiador. É nesse sentido que tentaremos perceber as específicas operações que os historiadores estabeleceram nesse primeiro momento e quais as atividades empreendidas no sentido de constituir, em torno da produção historiográfica da universidade, um grau maior de legitimidade científica e social. Analisaremos, assim, os discursos de legitimação e a *luta de classificações* articuladas pelos historiadores no sentido de definição de determinadas *regras do meio*.

2.3 “A LUTA DO HISTORIADOR” OU “COMO SE ESTUDA HISTÓRIA”: ESTRATÉGIAS E CLASSIFICAÇÕES NA DEFINIÇÃO DAS REGRAS DO MEIO

Na Paraíba, junto com o processo de institucionalização do NDIHR e com a chegada de um conjunto de historiadores entre os quadros de professores da UFPB, observa-se o esforço, mais ou menos sistematizado, de conceder à historiografia veiculada pela universidade um papel de destaque em meio às instituições que produziam o conhecimento histórico nesse Estado. A criação de uma instituição com as características do NDIHR trouxe à tona uma série de questões que ultrapassaram o próprio espaço de atuação deste núcleo, alcançando, inclusive, o debate sobre o *métier* do historiador que se procurava formar por meio do curso licenciatura em História da UFPB. Ao menos no período que trata esse capítulo, entre os anos de 1976 e 1981, ocorreu uma tentativa constante de tornar o NDIHR um centro de pesquisa histórica, que ao permitir pesquisas interdisciplinares, pudesse contribuir, sobremaneira, com a formação dos profissionais de história (pesquisadores e professores) e com o desenvolvimento do conhecimento histórico na Paraíba¹⁰¹.

¹⁰¹ Isso vai ficar mais ou menos claro no *Relatório Geral do NDIHR (1976-1980)*, quando a então coordenadora Rosa Maria Godoy Silveira procurou relatar as experiências institucionais e científicas que permearam o NDIHR em seus primeiros anos. Talvez, não seja casuístico afirmar, que o próprio papel desempenhado por Silveira como coordenadora deste núcleo tenha se confundido com o seu lugar de historiadora, ao dizer que o conhecimento histórico, ao lado do conceito de região, são os dois principais objetos de atenção do NDIHR. Entretanto, desde o *Projeto de Criação do CDIHRs*, a História ocupou lugar de centralidade com relação aos objetos propostos para o CDIHR.

Apesar de este ser um núcleo de pesquisa cuja perspectiva era romper com as barreiras departamentais e provocar uma maior aproximação disciplinar entre as diferentes áreas das chamadas Ciências Humanas e Sociais, permitindo a promoção de pesquisas em que a abordagem deveria se dar de forma interdisciplinar, há uma tentativa de tornar o conhecimento histórico como ponto unificador das várias óticas de abordagem que viabilizasse o tratamento de um determinado tema¹⁰².

Portanto, é nas relações em que se procurou estabelecer entre o Departamento de História (DH), o Curso de História e o Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR), por professores como Maria do Céu Medeiros, Ruston Lemos de Barros, Gisafran Jucá, Silvio F. Alem, Zeluiza F. Silva Brandão, Joana Neves, Inês Caminha Lopes Rodrigues, Irene Rodrigues da Silva Fernandes, Elza Régis de Oliveira, Rosa Maria Godoy Silveira, Maria Helena B. Amorim, entre outros, que podemos tentar compreender quais as linhas de debates e perspectivas que estavam sendo agenciados.

A comemoração dos vinte cinco anos do Curso de História da UFPB¹⁰³, em 1980, pareceu ser um momento oportuno para se discutir a possibilidade de renovação do perfil tanto dos profissionais em formação, quanto das relações entre pesquisa e ensino de história. Adotou-se uma estratégia de fazer um levantamento das insuficiências presentes e, a partir disso, sugerir mudanças, discutindo questões que iam da estrutura curricular do recém-criado Curso de Bacharelado em História no campus de Campina Grande¹⁰⁴, passando pelas condições de ensino na área de Ciências Humanas¹⁰⁵ na UFPB e pela problemática dos “Estudos Sociais”¹⁰⁶.

¹⁰² SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. *Relatório de Atividades do NDIHR-UFPB (1976-1980)*. MAIA, Neiliane. (Org.). Datilografado por Nancy Azeredo da Silva. João Pessoa, abr. 1980.

¹⁰³ É importante ressaltar que não foi no conjunto da produção veiculada pelo NDIHR, através do seu programa de informação e divulgação, que foi publicado grande parte dos debates acerca do lugar que o conhecimento histórico deveria ocupar, mas através de outros periódicos produzidos na própria Universidade Federal da Paraíba, caso, por exemplo, do número especial de História da *Revista de Ciências Humanas* do Centro de Ciências Humanas Letras e Artes (CCHLA), publicada no último trimestre de 1980, em ocasião da comemoração dos vinte e cinco anos do Curso de História. Nesse volume são apresentados textos e discussões que permitem dimensionar a natureza das problemáticas que estavam sendo levantadas em torno do papel do curso de História frente aos desafios então emergentes, tal como o que se deveria conceber por conhecimento histórico e quais os aspectos relevantes a serem ressaltados no que diz respeito ao tipo de profissional que então se almejava formar.

¹⁰⁴ Josemir Camilo escreveu em texto intitulado *O Bacharelado de História em Campina Grande*, uma espécie de relatório das atividades que estavam sendo empreendidas a partir da criação do referido curso, fala sobre a grade curricular, e cita as discussões no sentido de implantação de uma subcoordenação do NDIHR em Campina Grande.

¹⁰⁵ A professora Laura Helena Baracuh Amorim, relata em curto texto, uma mobilização por parte de profissionais da área de História e Geografia em função da iniciativa do Conselho Federal de Educação que visava rebaixar as referidas disciplinas ao “nível disciplinar de disciplinas de caráter puramente doutrinário, tais como Educação Moral e Cívica e O.S.P.B.; separa ensino e pesquisa, tornando-os partes estanques de um processo que deve ser único e indissociável; transforma o ensino em repasse vulgar de conhecimentos, sem

Ao relatar as experiências empreendidas pelo NDIHR, a então coordenadora Rosa Godoy Silveira afirma que um dos gargalos mais evidentes para o desenvolvimento das atividades daquele órgão era a ausência, por parte dos estagiários e bolsistas, de uma formação básica que atendesse às exigências mínimas para a realização da pesquisa histórica nesta instituição.

Na experiência concreta de estagiários do NDIHR durante o tempo em que vem atuando, outro ponto bastante delicado tem sido o de sua formação acadêmica insatisfatória. Não domina determinados conceitos essenciais ao seu curso, é desprovido de uma formação metodológica adequada e desconhece uma bibliografia mais atualizada. (...) Não se trata de treinar orientado pelas demandas de uma determinada pesquisa em específico, mas treinar para suprir lacunas de formação que devia teoricamente ser considerada, no momento da seleção, como concretizada em grau mínimo¹⁰⁷.

Segundo Rosa Godoy Silveira (1980b), em texto intitulado *A pesquisa histórica na UFPB: Implantação de um Centro de Documentação*, é notória a importância dos profissionais de História na formação de quadros do NDIHR, presentes em praticamente todos os programas que foram implementados, “é o fato também de que a maioria dos estagiários-bolsistas na categoria de Iniciação Científica que vem sendo selecionados para as pesquisas, são oriundos dessa área de formação acadêmica; e, finalmente, é o fato de que o Departamento de História tem-se constituído na unidade departamental com que o NDIHR mantém articulações mais constantes, embora não exclusivas”. (SILVEIRA, 1980b., 260-261).

O NDIHR deveria ser tomado por uma espécie de “laboratório para o exercício concreto da teoria e do conteúdo da História ministrado em sala de aula, o órgão pode viabilizar amplamente a relação ensino-pesquisa em vários níveis”. (SILVEIRA, 1980b, 261), ao passo que a formação de um acervo de História Regional, colocando à disposição fontes outrora pouco trabalhadas, permitiria sugerir reinterpretções da “realidade nordestina”, tendo disciplinas como “História da Paraíba” e “Formação Econômica e Social do Nordeste” possibilidades de realizar-se diretamente com as fontes. Além disso, seus programas

conduzir a uma reflexão científica e crítica, pelo modo como a disciplina Estudos Sociais é entendida pelo relator; permite que o ‘licenciado em Estudos Sociais possa assumir o seu magistério independente da habilitação cursada’, implicando na má qualidade do ensino de 1º e 2º graus.” (AMORIM, 1980, p. 223).

¹⁰⁶ Gisafran Nazareno Mota Jucá apresenta, no referido número da Revista de Ciências Humanas, uma espécie de projeto de uma série de seminários com a finalidade de discussão das condições de ensino na área de Ciências Humanas, propondo discussões acerca da “reflexão sobre como definir o profissional que se almeja formar”; de “sugestões técnicas a respeito dos Conteúdos Curriculares da área de Ciências Humanas”.

¹⁰⁷ SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. *Relatório de Atividades do NDIHR-UFPB (1976-1980)*. MAIA, Neiliane. (Org.). Datilografado por Nancy Azeredo da Silva. João Pessoa, abr. 1980, p. 18.

permitiriam tanto o contato com os resultados das pesquisas, como poderia apoiar o curso de História, oferecendo-lhe atividades extracurriculares¹⁰⁸.

Ao envolver professores e alunos nas pesquisas temáticas e documentais do setor, capacita recursos humanos para um melhor desempenho profissional, mediante a sua vivência não só do conteúdo de tais atividades, mas também de formas de viabilizá-las. Além disso, aprofunda a sua formação na área específica e, mediante a prática interdisciplinar, fornece-lhe uma melhor compreensão das relações dessa área com as demais áreas científicas. Essa prática tem um efeito que retroage dinamicamente sobre os cursos, na medida em que se questiona a adequação dos conteúdos apreendidos, implicando, em última instância, em uma reflexão sobre as respectivas estruturas curriculares. (SILVEIRA, 1980b, 261-262)

Rosa Godoy Silveira, a partir de seu duplo lugar (professora do DH e pesquisadora do NDIHR), buscou assegurar uma vinculação mais íntima entre o NDIHR, o DH e o Curso de História.

Preciso remarcar a relação entre Núcleo-Departamento-Curso é dinâmica nos dois sentidos, de onde se infere, pois, que as atividades desenvolvidas naqueles setores revertem sobre a atividade do NDIHR. Se o ponto básico da contribuição deste último órgão é o conjunto pesquisa-documentação, o ponto básico do retorno que o Departamento lhe dá é a operacionalização de programação conjunta ou afim – de extensão -, e ao passo que o Curso lhe reverte fundamentos concretos da atividade de ensino. Em outras palavras, o desempenho de diversas disciplinas do Curso pode suscitar problemas e temas a serem investigados e/ou documentos pelo NDIHR; em determinados momentos da pesquisa, o NDIHR pode valer-se de determinadas disciplinas do Curso para fornece-lhe apoio teórico-metodológico e de conteúdo específico. (SILVEIRA, 1980b, 262)

Joana Neves¹⁰⁹, ao relatar as atividades realizadas na disciplina “História da Paraíba I”¹¹⁰, no primeiro semestre de 1979, relaciona o problema das fontes e da produção historiográfica, como problema do próprio ensino de História. Ao lado da inexistência de

¹⁰⁸Id, 1980c, p.260-261.

¹⁰⁹ Nesse volume da *Revista de Ciências Humanas*, Joana Neves dispõe dois textos, intitulados *Como se estuda a História* e *O Estudo de História da Paraíba: O problema das fontes*, ambos objetivando redefinir o papel do ensino de História, compreendendo-o como fundamento indispensável para qualquer renovação que se planeje empreender no âmbito da historiografia a ser realizada na Paraíba. Parece importante afirmar o estilo de escrita de Neves em ambos os textos, evidenciado, assim, uma escrita ao mesmo tempo didática e combativa, procurando explicitar os problemas e equívocos que circundavam os vários âmbitos do processo de ensino e pesquisa em História.

¹¹⁰ Alguns relatos sugerem que o fato de uma professora “de fora” lecionar a disciplina História da Paraíba, teria provocado polêmica, já que se considerava que “história da Paraíba só paraibano poderia ensinar”. Este teria sido um dos eventos que marcou a chamada “crise xenófoba” da UFPB no final da década de 1970. O que torna os textos de Joana Neves na respectiva revista um instrumento político em busca do combate institucional que se estabelecia naquele momento. Sobre a questão da reação xenófoba ligada a resistência de professores de “fora” lecionarem história da Paraíba, ver: Silveira (1996).

obras historiográficas que possibilitassem uma melhor visão da história local, percebe-se uma dificuldade operacional no que diz respeito ao uso de fontes e documentos históricos no próprio fazer do ensino de História da Paraíba, devido, sobretudo, ao problema da “inexistência de uma política de documentação que fundamentasse um trabalho contínuo e sistemático nessa área de modo que os pesquisadores possam ter acesso às fontes devidamente preservadas e arquivadas em instituições públicas”. (NEVES, 1980b, p. 229). O NDIHR estaria a cargo de resolver tais problemas, já que ao procurar romper com a dualidade entre organização de documentação e a pesquisa histórica, tal núcleo de pesquisa e documentação viabilizaria o agenciamento das várias etapas do conhecimento histórico e suas respectivas apropriações por parte dos estudantes, professores e pesquisadores de história na Paraíba.

Assim o Setor de Acervo e as Temáticas do Núcleo são as respostas concretas para a sua dupla função de Documentação e Informação operando como setores que se interpenetram e se completam, orientados ambos por uma política geral de pesquisa que se define a partir da ideia de se rever a própria historiografia nordestina, no que ela tem de lacunas e distorções. (NEVES, 1980b, p. 232)

No texto *Como se estuda história*, Neves ressalta que tanto o ato de pesquisar indica uma prática didático-pedagógica, quanto seria impossível pensar que o ensino de história possa carecer da prática de pesquisa. É nesse sentido que a autora responde a questão de “como se estuda a história”;

O fazer (ação) histórico produz o estudo (saber) histórico, que por sua vez interpreta, compreende e modifica o fazer histórico. **Fazer** e **estudar** interagem reciprocamente e essa interação é mediada por procedimentos de pesquisa (entendida genericamente como busca de conhecimento), que podem ser organizados em etapas específicas e sucessivas que vão se tornando cada vez mais complexas e elaboradas conforme os níveis de compreensão que se pretende atingir. [Grifos da autora.] (NEVES, 1980a, p. 68-69)

A mesma pesquisadora caracteriza a forma como se deve proceder com o estudo de História nos diversos níveis de ensino¹¹¹. No que se refere ao estudo de história empreendido

¹¹¹ Joana Neves promove uma série de discussões acerca do tipo de conhecimento e dos instrumentos a serem utilizados nos diferentes níveis de ensino, que vai desde o 1º grau até o Ensino Superior em História, o que tenta defender, entre outros aspectos, é a necessidade do ensino de História como algo indispensável. Em nossa pesquisa não trataremos especificamente de suas propostas acerca do papel que o ensino de história deve possuir no que se refere ao ensino básico, mas perceber como as discussões pela autora levantadas se dão no sentido de empreender um certo perfil para o profissional formado em História, sobretudo no que se refere ao ensino que é articulado no próprio Curso de História da UFPB, o qual a autora está intimamente vinculada. Se a escrita de *Como se estuda História* buscou apreender, em linhas gerais, argumentos que pudessem garantir

no curso de licenciatura, discute desde o lugar das aulas expositivas, passando pela questão dos estudos de textos, da pesquisa bibliográfica, de trabalhos realizados em grupos, chegando à discussão acerca dos processos avaliativos, montando um verdadeiro roteiro que buscava orientar a forma como o ensino e o estudo de história seriam promovidos pela universidade.

Para além de um texto com finalidades didático-pedagógicas, *Como se estuda a história* é uma espécie de carta programa que visava dimensionar o que deveria ser estudado em história e, sobretudo, como se procederia tal estudo. Um texto político que, ao demarcar as características específicas do ensino de história, especificava o conhecimento histórico a ser gestado pela universidade. A preocupação não é apenas com o ensino de história, mas como o próprio *métier* do historiador, como a autora deixa claro ao se referir sobre a importância da análise de documentos em sala de aula, que juntamente com a pesquisa bibliográfica, seriam “o motor didático-pedagógico do curso de história”, e “a condição de treinamento básico para ‘métier’ do historiador”. (NEVES, 1980a, p.78).

O que se objetivava com a produção do roteiro de atividades proposto em *Como se estuda a História*, tal como com o relato das experiências obtidas através das atividades empreendidas na disciplina de História da Paraíba I, em 1979, era alinhar a formação superior de História a uma concepção de conhecimento histórico que já vinha se discutindo no interior do NDIHR, e que se afirmava mais adequada às “exigências contemporâneas”, em contraposição às perspectivas historiográficas entendidas como tradicionais, que por não tratarem de questões do próprio tempo presente passaram a ser anacrônicas graças ao “próprio caráter desta enquanto produto forjado em outra época.”¹¹². Em sentido semelhante, Joana Neves percebe como fundamental a inserção do estudante na própria realidade social, pois:

Retornando à colocação feita no início sobre a relação de reciprocidade existente entre o **fazer** e o **saber histórico**, todo e qualquer estudo de História só se efetiva a partir da posição que o estudante assume face a vida. Ou seja: o estudante de história se torna sujeito do próprio estudo na medida em que se conscientiza do seu papel de agente do processo histórico e essa tomada de consciência define sua atuação como estudante. (NEVES, 1980a., p. 82)

um melhor ensino e “estudo” de história, sendo elaborado de forma teórica (mesmo que a autora afirme que suas discussões são frutos das reflexões oriundas do próprio acúmulo de experiência em seus anos de sala de aula), buscando propor um roteiro de estudo a ser empreendido. No texto *O Estudo de História da Paraíba: O problema das fontes*, Joana Neves não apenas projeta, mas relata uma experiência. Nesse sentido, os dois textos acabam por se combinar, já que enquanto o primeiro, no plano da teoria, buscou projetar a forma como se deveria “estudar a História”, o segundo relata como, em uma determinada situação, foram desenvolvidos tais estudos.

¹¹² SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. *Relatório de Atividades do NDIHR-UFPB (1976-1980)*. MAIA, Neiliane. (Org.). Datilografado por Nancy Azeredo da Silva. João Pessoa, abr. 1980, p. 66.

A problematização do que deveria ser compreendido por “fazer” e “saber histórico” parece ocupar o cerne do processo que visava garantir à universidade espaço privilegiado de produção do conhecimento histórico na Paraíba. Ao mesmo tempo em que buscava constituir uma especificidade para a historiografia produzida no âmbito da UFPB, percebia-se como finalidade última do próprio conhecimento histórico a sua consequente posição frente às demandas políticas e sociais do seu tempo. Nesse sentido, a pergunta do “*para que estudar História*” ocupou um lugar de importância diante da definição do “*o que é História*” e “*quem pode ser considerado historiador*”¹¹³.

Isso pode ser visualizado através de outro documento produzido por professores e alunos do Curso de História da UFPB, que na ocasião do II Encontro Estadual de Reformulação de Cursos de Formação do Educador, ocorrido em 1984, procuraram discutir estudos e propostas para a reformulação da Licenciatura em História daquela universidade. Essa foi uma das atividades desenvolvidas por discentes e docentes em meio ao “estado de greve” que aquela universidade experienciou no primeiro semestre daquele ano. Neste documento, intitulado de *Licenciatura em História: estudos e propostas*¹¹⁴, em que pode se observar algumas construções conceituais que relacionam ensino de história, pesquisa histórica e ofício do historiador, o que envolvia a própria natureza das discussões em torno de qual deveria ser o perfil do profissional de história formado pela Universidade, este profissional sendo considerado ao mesmo tempo “educador” e “historiador”.

Ao se propor construir um novo currículo para o curso de história, procurou-se, ao mesmo tempo, mapear às várias concepções de História presentes no currículo implícito, tais como: *Concepção de papel memorializador*, que veicula uma concepção de conhecimento como algo automatizado e destituído de espírito crítico; *Concepção diletantista ou culturalista da história* que veicula uma valoração negativa da ciência histórica na medida em que, segundo o discurso explícito, a História não tem utilidade prática; *Concepção moralista da História*, que veicula uma espécie de padrão mimético, no qual o homem deve agir

¹¹³ Algo que não foi específico dos historiadores, mas que parecia fazer parte de todo um debate empreendido pelo conjunto dos pesquisadores do NDIHR, tal como se percebeu nas discussões de Madrugá (1980a.) e Oliveira (1981).

¹¹⁴ A equipe de professores e alunos que ficaram encarregados pela elaboração dos textos foram: Rosa Godoy Silveira, Joana Neves, Silvio Frank Alem, Maria do Céu Medeiros, Zélia Cavalcanti de Melo, Antônia Batista do Carmo e Gustavo Tavares. Além desses, entre os membros de estudos se encontravam: Irene Fernandes, Laura Helena Amorim, Ariane Sá, Paulo Gaião, Mario Sérgio Araújo, Lúcio Flavio Vasconcelos, Severino França Silva, Maria Alves da Silva, Roberto Jorge Chaves Araújo, Zeluiza Formiga Brandão e Maria do Socorro M. Falcão. Alguns dos alunos (como Ariane Sá, Gustavo Tavares, Lúcio Flávio e Regina Rodrigues) depois acabaram se tornando professores do Departamento de História da UFPB, o que indica também uma outra forma de arregimentação baseada na construção de um perfil acadêmico voltado para a pesquisa em grupo e debates que fossem considerados relevantes no que diz respeito a historicidade contemporânea.

segundo a ação dos “grandes homens”; *Concepção da História como o registro dos vencedores*, que reproduz como visão natural o que é um conhecimento, manipulado e apropriado pelas classes dominantes. Além disso, com relação ao currículo explícito, tentou-se rediscutir o viés “eurocêntrico”, “passadista”, “linear” e “fragmentado” que balizava o currículo em exercício.

Depois de compor esse quadro de crítica às visões que circunscrevem o currículo (implícito e explícito) de História e suas respectivas práticas de ensino, o documento (com base na proposição elaborada nos anos de 1979/1980 por Joana Neves, Rosa Godoy Silveira e Silvio Frank Alem) procura definir uma proposta para a reforma da estrutura curricular do Curso de História da UFPB, algumas observações preliminares são significativas, já que se alinham aos já citados textos de Rosa Godoy Silveira e Joana Neves. Nesse sentido, visualizava-se que a principal tarefa para a qual o professor deveria estar preparado é a de assumir-se como crítico do sistema educacional, devendo haver espaço na formulação de um currículo mais atual para as discussões em torno das questões gerais de política educacional. Dessa maneira,

É preciso que os cursos estejam à altura dos novos desafios das ciências, das ciências humanas em particular, para os quais a Universidade deve propor as soluções mais adequadas e nesse sentido uma das suas propostas básicas é a integração entre a pesquisa e o ensino (...) Com a mesma finalidade a Universidade criou Núcleos específicos para a realização de programas de pesquisa, inclusive não ligados diretamente a preocupações acadêmicas. Com relação às Ciências Humanas, o NDIHR representa um esforço original de realizar um trabalho de pesquisa interdisciplinar no qual a História ocupa o polo nuclear (...) Por outro lado é necessário que o curso de História se atualize face às novas posições adotadas pela UFPB. Esta, como se sabe, definiu linhas básicas para sua atuação – por exemplo: Regionalização e preocupação com os *problemas locais atuais*. A partir do que foi colocado, se impõe uma nova estruturação curricular do curso de História, que deverá enfatizar a *abordagem regional*, preocupada com os problemas locais e atuais. (...) A diretriz básica da proposta é, em função do exposto, a preocupação com o homem enquanto *agente do processo histórico* – e que, como tal, deve assumir conscientemente, *seu papel de transformador da sociedade*. (SILVEIRA, NEVES, ALEM, et. Al., 1984, p. 41).

Nesse sentido, a concepção de História¹¹⁵ que embasou aquela proposta é a de que não deve se distinguir o “fazer História” e “estudar História”, pois se reconhece que existe um

¹¹⁵No que se refere a concepção teórica de História o texto nos fornece um significativo indício quando propõe o conceito de modo de produção como critério de periodização, tratando o método dialético, e os níveis econômico, político, social e ideológico como base para se contrapor àquilo que é denominado como visão tradicional de história, tal qual a positivista cuja visão linear fazia-se presente no currículo então em curso. Desta maneira, como representação de modernidade da História alguns conceitos marxistas foram então

indissolúvel compromisso entre *ciência histórica* e o *processo histórico*. Na busca de uma conceituação de História que alinhe conhecimento e experiência histórica o texto a defini como: O *estudo do homem*, este objeto e meta da história, percebido como ser social e compreendido enquanto agente do processo de interação entre homem-homem e homem-natureza, tal como agente da compreensão dessas relações; O *estudo do homem real*, concretamente localizado no tempo e na sociedade, apresentando-se na história como componente de uma dada classe social, portanto a ação dos grupos sociais, que se relacionam dialeticamente, se constitui no elemento objetivo de elaboração científica dos historiadores; A *história é a História da afirmação da libertação do homem*, ou seja, da realização das potencialidades e das qualidades “intrínsecas” e “indiscutivelmente” humanas, tais como a consciência, a criatividade e a liberdade.

Da mesma forma que o homem concebido historicamente é o homem real, a liberdade em que se acredita deve ser concebida como uma forma concreta de organização da vida. O mundo da liberdade humana será construído a partir das conquistas que deverão resultar em uma organização social na qual a todos se garantem condições de uma vida digna, plenamente humana. Organização onde a todos estarão assegurados os recursos materiais e orais para a efetivação da *liberdade como forma de vida*. A História deve ser o caminho pelo qual a liberdade deixará o espaço etéreo das utopias. (SILVEIRA, NEVES, ALEM, et.al., 1984, P.43).

Para além da busca de fronteiras disciplinares, que pudesse garantir uma identidade segura e bem demarcada à História em relação às demais Ciências Humanas e Sociais, foi a partir das relações de sociabilidades e das próprias práticas de pesquisa que se agenciaram no interior do NDIHR que se estabeleceu a priorização em torno da problemática de qual a função do conhecimento histórico, ao mesmo tempo em que o contexto sócio-político de fins da década de 1970 fornece elementos significativos para sua compreensão, uma vez que o processo de reabertura política assistiu a uma intensificação das discussões políticas e das lutas sociais.

Pode-se observar, a partir da leitura dos textos de Joana Neves e Rosa Silveira Godoy, que frente ao desafio de organização do colégio dos historiadores - cujo espaço privilegiado de atuação deveria se constituir em torno da universidade - pelo menos duas questões foram apontadas como fundamentais: A necessidade de estreitar os vínculos entre o ensino e a

apropriados nesse sentido. O texto termina com uma sugestiva pergunta: “Quem diria que, até no periodizar a História, mostramos nosso posicionamento a favor da imobilidade ou da mudança social! Perguntamos então: onde está a neutralidade do professor de História?” (SILVEIRA; NEVES; ALEM. et al. 1984, p. 53).

pesquisa de história; O entendimento de conhecimento histórico e de seu ensino como instrumento de ação social e de posicionamento político.

Nesse sentido, procurava-se indicar quais os procedimentos, as características e os fundamentos que dizem respeito ao *métier* do historiador. Isso fica mais explícito em outro texto de Rosa Godoy Silveira, intitulado *A Luta do Historiador*, no qual se discutiu a prática profissional do historiador. Segundo Silveira, aos cientistas sociais, mas, sobretudo, ao historiador, cabe “vigiar” e “participar”, “Não perder o bonde da História. Não vê-lo simplesmente passar na rua. Entrar no bonde, olhar para dentro e fora da janela, descer do bonde. Olhar de onde veio, para onde vai, por onde passa. Mais do que tudo, saber dos companheiros de viagem o porquê e o como estão ali.” (SILVEIRA, 1980a, p. 13). A partir dessa metáfora, Silveira propõe um “posicionamento histórico-filosófico”, capaz de gerar o historiador “que estabeleça a ponte entre o vir-a-ser e o ter sido da condição humana, mediante o ser agora, presente, vigilante e participante”. (SILVEIRA, 1980a, p.14).

O historiador, portanto, deveria se comprometer com a realidade histórica, não havendo nem conhecimento histórico, nem historiador neutro. Num tom cada vez mais belicoso, Silveira passa a “assentar as bandeiras”, definindo os “inimigos” da História¹¹⁶.

Na verdade, só há um inimigo, acantonado em todas as trincheiras adversárias apontadas – o historiador que se posta ao lado dos poderosos do dia e faz a anti-história, não porque aborde as classes dominantes como tema de seus estudos, mas porque as aborda como se a História fosse elas (generalização de uma parte do todo como se fosse o todo), como se na História só elas houvessem (a perda do sentido da História) e como se pairassem num tempo irreal porquanto imutável (perda da noção do tempo histórico, enquanto transformação, vir-a-ser). Todos os demais aspectos compõem a face desse Janus devorador, mascarado sob que artimanhas para fazer crer que a única História é a que se idolatra em seu altar. (SILVEIRA, 1980a, p. 15-16)

A partir de uma espécie de pauta negativa, num discurso que busca indicar, na negação de certos perfis e características de historiadores enquadrados como “inimigos”, o que deveria

¹¹⁶ Sendo assim considerados: o historiador burocrata, que põe a História única e exclusivamente relativa ao seu expediente de trabalho, como se vida pessoal e profissional pudessem se separar; o historiador que proclama uma única verdade histórica, destituindo a história e a historiografia de sua historicidade; o historiador que invoca a neutralidade, como se os conflitos não existisse no seu país “onde tais eventos se sucedem jamais”; o historiador que ao proclamar a isenção da História, a entende como ciência apenas de método dedutivo, capaz de extrair dos documentos os fatos verdadeiros do passado; o historiador que “ao perder o bonde da História”, busca no passado o lugar seguro de sua atuação, entendendo-a como ciência do passado; o historiador para quem a história é construída por heróis; o historiador modernizado, para quem a pesquisa histórica deve servir de instrumento aos projetos de dominação econômico-social, esvaziando enquanto consciência crítica do social (SILVEIRA a., 1980, p. 14-15).

ser compreendido como qualidades a serem apropriadas pelos historiadores, dimensionando um determinado *métier* a partir de *jogos de permissões* e, sobremaneira, de *proibições*.

Os textos de Rosa Godoy Silveira e Joana Neves acompanham o duplo movimento do lugar social, pois revelam tanto a iniciativa de fabricação de um lugar, como o processo de formulação de suas regras.

Antes de saber o que a história *diz* de uma sociedade, é necessário saber como *funciona* dentro dela. Esta instituição se inscreve num complexo que lhe *permite* apenas um tipo de produção e lhe *proíbe* outros. Tal é a dupla função do lugar. Ele *torna possíveis* certas pesquisas em função de conjunturas e problemáticas comuns. Mas *torna* outras *impossíveis*; exclui do discurso aquilo que é sua condição num momento dado; representa o papel de uma censura com relação aos postulados presentes (sociais, econômicos, políticos) na sua análise. Sem dúvida, esta combinação entre *permissão* e *interdição* é o ponto cego da pesquisa história e razão pela qual ela não é compatível com *qualquer coisa*. [Grifos do autor] (CERTEAU, 2008, p. 76-77)

Nesse sentido, os próprios textos de caráter teórico-metodológicos podem ser abordados segundo a perspectiva de se tentar compreender não apenas *o que* em determinado momento se falou acerca do conhecimento histórico, mas no sentido de entender *qual a* História se desejava produzir, haja vista que esse discurso é fruto de um trabalho de seleção de perspectivas, abordagens, métodos, objetos e objetivos determinados.

Nesse primeiro momento são os elementos relacionados à problemática da função social do conhecimento histórico que parecem pautar as discussões em torno de qual o *métier* privilegiado do historiador. Algumas “limitações” eram vistas enquanto prioritárias “para que os estudiosos da História elaborem um quadro real e preciso sobre as suas condições de trabalho e se posicionem”, tais como:

1. Como vem sendo produzida atualmente a História no e do NE?
 2. Quais as limitações enfrentadas pelo historiador em seu trabalho?
 3. Que tipo de História é produzida e quais as implicações de tal produção historiográfica para a compreensão da realidade nordestina?
- (SILVEIRA, 1980a, p. 17)

Silveira percebe que o campo universitário possui dois modelos historiográficos contra os quais a “luta do historiador” deveria se concentrar, classificando-os como: a “vertente oligárquica” e a “vertente tecnocrática”.

A historiografia oligárquica era aquela que encontrava nos Institutos Históricos espaço de atuação, situando-se, inclusive, nas universidades, já que eram as elites dominantes que

formaram os primeiros quadros docentes das Faculdades de Filosofia. Apesar de ter sério comprometimento com o tempo histórico, pretendia camuflar seus vínculos com o presente a partir de uma visão passadista e conservadora. Os atores da história são os próprios grupos oligárquicos, tanto os temas, como recorte temporal, são mediados nesse sentido. As espacialidades operadas confluem para a dimensão espacial dessas mesmas elites oligárquicas, produzindo uma história fragmentada, “estadualizada” e até “municipalizada”, cujos “contornos da divisão administrativa camuflam na análise historiográfica as diferenciações de classe e as contradições internas da região”. (SILVEIRA, 1980a, p. 18-19). O Nordeste, ou aparece como região isolada do conjunto da formação social brasileira, ou como bloco homogeneizado, “como se ao camponês expulso da terra em Alagamar (PB) se irmanasse o latifundiário que o expulsa. [...] O discurso tem uma intenção clara: a bandeira regionalista oculta o real problema dos confrontos sociais”. (SILVEIRA, 1980a, p. 19).

Por outro lado, era nas Universidades Federais que se observava a forte presença da vertente historiográfica tecnocrática. Atrelada ao projeto social do Estado brasileiro, essa corrente guardaria algumas especificidades se comparada à vertente oligárquica, tanto no que se refere a uma maior articulação do espaço nordestino ao conjunto do espaço brasileiro, quanto no que diz respeito à declarada vinculação com o presente, já que a produção historiográfica era encarada como área instrumental, “sua função é justificar e legitimar, ideologicamente pois tal processo e o grupo de poder, refazendo a História sob a ótica de tal grupo, e, de forma pragmática, instrumentaliza projetos que concorram para aprofundar o processo de dominação do Nordeste e sua articulação com o mercado”. (SILVEIRA, 1980a, 19-20). Os temas são notadamente econômicos. As regiões consideradas como substâncias modernizadoras, “mais uma vez homogeneizadas, indiferenciando-se o real processo em ocorrência: a capitalização crescente da região, portanto, a apropriação violenta das classes dominantes, sob as mais diversas formas e nos vários níveis de realidade”. (SILVEIRA, 1980a, p. 20).

Entretanto, apesar de suas diferenças, Silveira nota as aproximações entre as duas vertentes, tais como:

Ambos impedem uma correta análise histórica: o quadro oligárquico pelo passadismo; o quadro tecnocrático, pelo presentismo. Ambos fragmentam e deformam a realidade quando a repassam de “cima para baixo”, como visão de uma classe, encarada através do privilegiamento aos temas político-administrativos ou aos temas econômicos no sentido estrito de politicagem e economicismo. Ambos distorcem a forma de analisar a região, um pela abordagem isolacionista, outro pela abordagem de inserção reflexiva no

processo histórico brasileiro, mas os dois ao encararem a região como bloco homogêneo. Na verdade, e mais importante do que tudo, ambos os quadros guardam um parentesco estreito entre si e a produção historiográfica tecnocrática é uma roupagem nova de uma velha produção historiográfica, que é a produção historiográfica dos dominantes. (SILVEIRA, 1980a, p. 20-21)

O estabelecimento de parâmetros de classificação e diferenciação das perspectivas que pareciam nortear as atuações no interior do campo universitário, funciona segundo uma estratégia de demarcação de território no qual a identidade do grupo deveria ser fabricada em oposição à um conjunto determinado de fatores. Assim, como sugere Pierre Bourdieu (2011), o campo universitário é um lugar de luta para determinar as condições e os critérios de pertencimentos e de hierarquias legítimos, é nesse sentido que tal campo se constitui em um espaço de “luta de classificações”, que “funcionam tanto na realidade das práticas como dos princípios de divisão e hierarquização”. (BOURDIEU, 2011, p. 33).

Em outros termos, a “classificação” que o trabalho científico por meio da delimitação de *regiões* do espaço das posições é o fundamento objetivo das estratégias classificatórias pelas quais os agentes visam conservá-lo ou modificá-lo e em nome das quais é preciso contar a constituição em grupos mobilizados com vistas a assegurar a defesa dos interesses de seus membros. (BOURDIEU, 2011, p. 41)

A oposição construída através da classificação das vertentes historiográficas que habitavam as universidades nordestinas e que compunham o quadro explicativo do conceito de região é ao mesmo tempo produto de uma “intenção realista” e procede a partir de “partições reais”. Porém, há um esforço contínuo de reconhecer nesses critérios de classificações e hierarquizações propriedades legítimas, a partir dos quais pensou o próprio campo em que se está inserido, tornando tais critérios como meio de explicitar a experiência histórica que sustenta os diferentes discursos que são articulados no interior das relações de posições do campo universitário.

Sendo assim, não é que inexistia a presença de perspectivas que se assemelhavam ao que era nomeado por vertentes oligárquica e tecnocrática, mas o posicionamento frente a essas funciona segundo a estratégia de tornar um tipo específico de conhecimento ao mesmo tempo diferente do que até então se produziu e possuidor de um grau maior de legitimidade científica e, sobremaneira, social.

Bourdieu (2011) percebe nesse “sistema de defesa coletivo”, uma luta cujos critérios e propriedades designados são ao mesmo tempo instrumento e aposta “que o pesquisador deve

integrar no seu modelo de realidade em vez de tentar excluí-lo artificialmente ao insinuar-se como juiz, único capaz de produzir o bom arranjo que põe todo mundo de acordo ao colocar cada coisa em seu lugar”. (BOURDIEU, 2011, p. 40).

Não se trata apenas de tomar o discurso de Silveira como mais uma perspectiva em meio a tantas outras, ou, ao contrário, como forma objetiva de descrever uma determinada experiência histórica, trata-se de pensá-lo como um dispositivo discursivo que funciona segundo um jogo de posições mais ou menos determinado. A retórica belicosa da autora parece evidenciar ainda mais esse aspecto, já que ao hastear a “bandeira” e declarar os “inimigos” a ser combatido, o lugar que a “luta do historiador” estava ocupando era o da luta por legitimidade institucional, pela definição das *regras do meio* e por uma discussão de qual o *métier* do historiador seria mais adequado.

Além de Rosa Godoy Silveira e Joana Neves, outras professoras participaram dessa luta de classificações, foi o caso de Elza Régis Oliveira, que no texto *A propósito da metodologia tradicional da História*¹¹⁷, articula tal luta a partir da oposição estabelecida entre a “historiografia moderna” e a “historiografia tradicional”¹¹⁸.

Interessada nas “grandes transformações” das ciências naturais e sociais, ocorridas no início do século XX, a partir do impacto que significou a teoria da relatividade, Elza Oliveira percebe que “velhos conceitos desabaram diante de novas evidências. Teorias até então aceitas perderam o seu valor, o que significa ser a ideia de progresso fundamental a toda atividade científica, deixando a ciência de ser estática”. (OLIVEIRA, 1980, p. 23). Mesmo assim, a História produzida até o século XIX, entendida como tradicionalista, “é ainda hoje operada em torno da sua metodologia. Só nos fins do século XIX foi que a História começou a se libertar desse esquema tradicionalista, numa longa marcha ainda não completada”. (OLIVEIRA, 1980, p. 24).

Portanto, os historiadores deveriam seguir “seu próprio rumo no aperfeiçoamento dos métodos e técnicas que permitem chegar a conclusões, o mais objetivamente possível, acerca do objeto estudado”. (OLIVEIRA, 1980, p. 26). Tal rumo seria o do distanciamento da

¹¹⁷ A professora Elza Régis de Oliveira, diferente de Rosa Godoy Silveira e Joana Neves, escreveu um texto mais alinhado às regras acadêmicas, utilizando-se o sistema de referência e citação, promoveu uma narrativa que visava ser mais “objetiva”, no sentido em que se tentava tratar da problemática da metodologia tradicional da História sem que transparecesse explicitamente o “nós” da fala, como foi, propositadamente, realizado por Silveira e Neves. Entretanto, mesmo esse artigo pretendendo ser o mais objetivo possível, não deixa de participar das discussões acerca do que deveria entender como “história tradicional” e, por oposição, a nova história, participando, assim, dessa guerra de classificações que fala Bourdieu (2011).

¹¹⁸ Nessa mesma revista, outros textos pareceram tratar da questão da relação entre tradicional e moderno na historiografia e nas ciências sociais, tais como: BARROS, Ruston Lemos de. O debate entre modernizadores e dependentistas transferido para as concepções weberianas e materialistas; FERNANDES, Irene Rodrigues da Silva. O relatório de retumba – Nova abordagem para a historiografia paraibana.

historiografia tradicional¹¹⁹, que, em grande medida, reduzia a história aos acontecimentos políticos, à história dos reis, das guerras e dos grandes personagens, realçando o papel dos “ilustres indivíduos”, como se fossem por si só o verdadeiro motor da história. Em oposição a essa historiografia tradicionalista, Oliveira declara que:

Hoje, não é preciso muito esforço para se compreender que muito mais do que a atividade das grandes personagens, a vida histórica deve ser vista em todo o seu conjunto, sobretudo agora que dispomos de novos métodos capazes de apreender a realidade social com maior eficácia. (OLIVEIRA, 1980, p. 27)

A relação entre tradicional e moderno é ilustrada a partir do fenômeno da Escola dos Annales¹²⁰, quando historiadores como Marc Bloch, Lucien Febvre e Fernand Braudel teriam operado um profundo desdobramento em relação à geração anterior, representada por historiadores como Langlois e Seignobos. Ao retomar a ruptura paradigmática realizada nas primeiras décadas do século XX, Elza Oliveira não apenas tratou objetivamente a historiografia francesa e sua importância para a ciência histórica, mas parecia recompor tal fenômeno a partir das demandas de seu próprio campo, utilizando-se o binômio “moderno *versus* tradicional” para refletir o seu lugar social, indicando, com essa representação, a necessidade de ultrapassar a historiografia tradicionalista, tal como foi realizado na França do início do século XX.

Procura-se montar um lugar social que tanto coibiria uma narrativa histórica de viés tradicionalista, factualista, preocupada exclusivamente com a história dos grandes homens e personalidades e cuja operação historiográfica se resumiria a descrever os fatos como reflexo do passado tal qual ocorreu, quanto permitiria a promoção de uma historiografia voltada para o debate da interdisciplinaridade, buscando no diálogo com as outras ciências sociais abalar as rígidas fronteiras disciplinares, para poder se apropriar de um conjunto mais amplo de fenômenos de modo a direcionar a ação política e social no presente.

A luta contra a historiografia oligárquica e tecnocrata é uma disputa em torno da questão do que poderia ou não ser tomada por uma obra histórica de valor, devendo superar

¹¹⁹ Dessa maneira, ao mesmo tempo em que se reconhece a importância de historiadores enquadrados como “tradicionalista”, sobretudo no que se refere à crítica das fontes, prática entendida como indispensável aos historiadores, se propõe a ampliação do seu universo, ultrapassando, assim, a história factual e tradicional. Entretanto, Oliveira procura deixar claro que o que se combate não é o factual, pois a “história faz-se com fatos”, mas o “factualismo”, ou seja, “o que não se pode é condicionar a história exclusivamente aos fatos, visto que ela não se reduz a isto.” (OLIVEIRA, 1980, p. 33).

¹²⁰ A referência a Escola dos Annales ao que se refere a relação entre nova história e história tradicional está presente, posteriormente, no texto de Lúcia de Fatima Guerra Ferreira, que trata do “Balanço da nova historiografia paraibana.”, publicado na revista Debates Regionais, em 1995.

tanto o passadismo da historiografia oligárquica, quanto o presentismo da historiografia tecnocrata, compondo uma nova versão sobre o tempo histórico, de forma a observar as intimas relações entre presente, passado e futuro. A história não seria a da classe dominante, como se toda história fosse seu produto, mas uma crítica às formas de dominação em operação ao longo do tempo.

Criticava-se, também, o economicismo tecnocrático, tal como a visão isolacionista cuja perspectiva espacial reduzia-se às próprias fronteiras político-administrativas que a ação das oligarquias se encerrava. Propunha-se, em sentido inverso, uma historiografia capaz de articular o espaço local ao regional e nacional, percebendo suas articulações e especificidades, não reduzindo os fatores sociais, políticos e econômicos a uma determinação específica, mas, assim que possível, articulando-os numa prática comum.

Essa luta de classificações vai se enraizar na própria análise historiográfica empreendida na Paraíba. Não se encerrou no diagnóstico de existência de uma oposição entre o “nós” e os “outros” no interior do campo universitário, mas esteve presente em pesquisas que objetivaram tratar como objeto de estudo a escrita da história elaborada na e sobre a Paraíba. Nesse sentido, ao longo das últimas décadas, um conjunto de trabalhos empreendeu uma sistemática crítica historiográfica, tendo como propósito analisar a produção que se situasse fora do espaço que circunscreve o seu próprio lugar social.

Buscou-se historicizar a produção “tradicionalista”, para reforçar na própria memória da historiografia acadêmica as diferenças existentes entre o que se produziu em termos de “nova historiografia paraibana” e a “historiografia tradicional da Paraíba”, entre a História produzida profissionalmente, elaborada no interior da Universidade, e a historiografia produzida por diletantismo, empreendida, sobremaneira, por intelectuais vinculados ao Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP)¹²¹.

Essa revisão historiográfica encontrou nas dissertações de mestrados¹²², mas também em artigos e livros, espaços de produção privilegiados, ao passo que procurou evidenciar o

¹²¹ Ver FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. Balanço da nova historiografia paraibana. *Debates Regionais: história e Identidade(s) Regional(is)*. n. 2, João Pessoa: Ed. Universitária/NDIHR, 1995.

¹²² Nos últimos anos, sobretudo com o Programa de Pós-Graduação em História da UFPB, verificou-se um esforço sistemático de pesquisas dissertativas que tratam como objeto a memória e a história na historiografia paraibana, a partir do conceito de Cultura Histórica. Como exemplo pode-se citar: Inventando tradições, construindo memórias: a “Revolução de 30” na Paraíba, escrito por Luciano Queiroz Aires (2006); O Ensino Superior de História na Paraíba (1952-1974): aspectos acadêmicos e institucionais, de Francisco Chaves Bezerra (2007); As contribuições de Maximiano Machado e Irineu Pinto para a Cultura Histórica sobre o período holandês na Paraíba (1634-1654), de Hérica Dayann Moraes Meneses (2009); Não apenas uma história, mas uma pátria biografia: Horácio de Almeida e a sua 'História da Paraíba, escrito por George Silva do Nascimento (2010); Os indígenas na primeira história da Paraíba: um estudo sobre a *História da Província da Parahyba*, de Maximiano Lopes Machado, de João Paulo Costa Rolim Pereira (2012).

que deveria corresponder como o “outro” da fala do historiador profissional. Essa produção pode ser pensada como sintoma de uma operação historiográfica em curso. Desde, pelo menos, a chegada de um novo quadro de professores e pesquisadores junto ao NDIHR e ao Departamento de História da UFPB, que buscaram se auto-representar; enquanto, produtores de uma historiografia “moderna”, “atual” e “nova”, em oposição àquela “tradicional”, “conservadora” e “anacrônica”, pois “ao elaborar um discurso de denúncia, elege um inimigo cuja existência se constitui em um impedimento à realização dos anseios que se anunciam como modernizantes”. (CORDEIRO JUNIOR, 2012, p. 75).

Trabalhos como o de Margarida Maria Santos Dias (1996), refletem os jogos de proibições e permissões que esse determinado lugar social operou, pois foi capaz de permitir determinadas pesquisas em função de conjunturas e problemáticas comuns, ou de “tornar outras impossíveis; excluindo do discurso aquilo que é sua condição num momento dado; representa o papel de uma censura com relação aos postulados presentes (sociais, econômicos, político) na análise”. (CERTEAU, 2008, p. 79).

Em Dias pode-se encontrar um indício de como se processou na própria análise da historiografia paraibana, uma prática de excluir do discurso do historiador aquilo que parecia ser seu limite. Porém, esse movimento de exclusão, ou de censura, tal como trata Michel de Certeau, não é o de silenciar aquilo a que se opõe, mas de tratar o campo adversário a partir de uma crítica sistemática a seus pressupostos e fundamentos, de modo a estabelecer ao mesmo tempo o adversário contra o qual se deve combater e o exemplo de historiografia a ser evitado. Nesse sentido, a crítica historiográfica à produção do IHGP não encontra no passado dessa produção sua finalidade exclusiva, mas é endereçada aos próprios pares, evidenciando o que não pode ser considerada uma obra histórica de qualidade.

Ao tratar da produção do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e sua respectiva produção da história local, pondo em relevo as relações entre o que se produzia em termos de escrita da história e os vínculos com o poder instituído, constituindo, assim, uma espécie de historiografia “oficial”, parecia dar continuidade aos debates outrora empreendidos por Rosa Godoy Silveira, Joana Neves e Elza Régis Oliveira, atualizando (agora não como artigo, mas através de uma pesquisa de mestrado que posteriormente se transformou em livro) a “luta” entre “moderno *versus* tradicional”, batalha esta que, para Margarida Maria Dias, é contemporânea, já que os efeitos da historiografia oficial veiculada pelo IHGP permaneceram presentes, encontrando recepção em espaços institucionais diversos, havendo, inclusive, uma forte interlocução entre os profissionais de educação e essa visão tradicional de história, reforçada por publicações que carregam consigo uma “arraigada” concepção do processo

histórico, ao mesmo tempo oficial, factual, heroicizante e mitificadora, “sem sujeito (a não ser os ‘grandes sujeitos’ nos ‘grandes momentos’) uma história de monumento, pensada e escrita para a contemplação, não para o engajamento e a inserção de sujeitos históricos”. (DIAS, 1996, p. 24).

Em nota, Margarida Dias elabora uma crítica a uma produção que foi publicada no âmbito das comemorações do IV Centenário, em 1985, que representaria a atualização do discurso tradicionalista veiculado pelo IHGP.

Com a justificativa de produzir um material simplificado, principalmente para atingir com maior facilidade os alunos da 1ª fase do 1º grau, o que vemos com publicações do tipo da Cartilha “História da Paraíba em Quadrinhos” dos cartunistas Deodato Borges e Deodato Filho é a perda do rigor histórico e, através das imagens, a difusão de visões preconceituosas, como, por exemplo, sobre o homem e a mulher, como a figura do indígena retratado como um primata, embora quando se trata do sexo feminino carregue toda a sensualidade. E a utilização da publicação para a propaganda do político de plantão. (DIAS, 1996, p. 24)

Na prática de “desmitificação” da historiografia oficial, Dias propõe como pressuposto de elaboração de uma nova história da Paraíba a promoção de uma narrativa histórica que não desvincule o processo histórico paraibano do processo histórico nacional e internacional, que ultrapasse a perspectiva político-administrativa, formulando uma escrita da história de forma ampla, a partir de seus vários aspectos, ao mesmo tempo reconhecendo como parte de um todo, e não fazendo “tábula rasa” de sua especificidade.

E essa especificidade deve ser conhecida não por tratar-se da Paraíba, mas para entender os mitos criados a partir desse espaço construído como tal, até para demonstrar que esse processo histórico específico não tem uma singularidade que leve a criar um ser humano *sui generis*, como nos fazem crer alguns autores. (DIAS, 1996, p. 26)

A percepção de que houve um investimento para conceder uma autêntica identidade ao homem paraibano, através da noção de *paraibanidade*, parece ser o ponto de culminância da crítica de Margarida Dias, já que ao desconstruir a produção do IHGP que foi elaborada em torno dessa noção, promove a desnaturalização da suposta singularidade do paraibano, até então qualificado como ser dotado naturalmente de inclinação para a paz, portador de bravura e resistência, além de ser adepto ao republicanismo que “em cada momento considerado, pelo IHGP, importante na história local existem exemplos sobre esse homem específico: o paraibano. Para contar essa história foram delimitados os fatos, as datas e os personagens que

merecem reverência, que merecem ser contemplados, aplaudidos e lembrados”. (DIAS, 1996, p. 63).

Dessa maneira, a narrativa que opõe a historiografia entendida como tradicional a uma nova historiografia elaborada na Paraíba pareceu ser a estratégia a partir do qual se discutiu tanto os jogos de permissões e proibições estabelecidos pelo lugar social organizado em torno da geração de historiadores que encontravam na UFPB e no NDIHR seu lugar de fala, quanto as discussões do *métier* que o profissional de História deveria assumir em suas *práticas* científicas e na própria elaboração de outra *escrita* da história da Paraíba.

Mais ou menos no mesmo momento de escrita e publicação da dissertação de Margarida Dias, outros historiadores se esforçaram - para além de histocizar a historiografia oficial - em indicar o momento de ruptura com a tradicional perspectiva de história que circulava na Paraíba, entre os textos que operaram nesse sentido é o de Lúcia Guerra Ferreira que acaba por sintetizar o conjunto dos elementos marcantes nesse processo, ao afirmar que:

A nova história paraibana vem sendo elaborada essencialmente pelos quadros da Universidade a partir de trabalhos monográficos, dissertações de mestrado, teses de doutorado e pesquisas. Alguns temas bastantes trabalhados são revisitados sob nova abordagem, ou novos temas surgem de forma inusitada. A exemplo de trabalhos sobre secas, a doença, o medo, o imaginário, o cotidiano, a sexualidade, entre outros. Embora a nova história já não seja tão nova, ela surgiu na Paraíba na década de 1980 e até agora são raros os livros publicados, predominando apenas na forma de artigos em revistas e exposições orais em eventos científicos. (FERREIRA, 1995, p. 115)

Nesse sentido, a dissertação de Margarida Dias significou um ponto de culminância das pesquisas que tomaram como objeto de análise a historiografia empreendida na Paraíba, pareceu reunir os vários debates que vinham sendo gestados, agregando a estes uma crítica ao próprio sentido de *paraibanidade*, que teria sido o elemento definidor da historiografia entendida como “oficial” e “tradicional”. Tornou-se, portanto, referência obrigatória, que de forma quase que automática foi apropriada em diversos trabalhos de pesquisas que procuraram entender as várias etapas do pensamento histórico na Paraíba.

Além das várias dissertações e teses¹²³ que tomaram o texto de Dias como referência para a formulação de uma crítica historiográfica no trato de um tema específico (e não

¹²³ Algumas pesquisas empreenderam uma revisão historiográfica na Paraíba, alguma das quais, para tratar de temas clássicos da historiografia paraibana, tomaram como referência – sobretudo na introdução de seus trabalhos - teses que outrora foram levantadas por historiadores que integravam a dita historiografia oficial na Paraíba. Um exemplo desse tipo de trabalho é a introdução da tese de Regina Celi Gonçalves, publicada em

necessariamente de uma pesquisa propriamente historiográfica), pode-se entender a presença das teses de *Intrepdaab Origine: O Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a Produção da História Local* em trabalhos que se preocuparam em tomar como objeto central a própria historiografia paraibana. Caso, por exemplo, da coletânea *Histórias da Paraíba: Autores e Análises sobre o século XIX*, organizada por Ariane Norma de Menezes Sá e Serioja Mariano (2003) e da dissertação defendida por Luciano Candeia (2002), intitulada *Comemoração, Memória e História no IV Centenário da Paraíba*.

A coletânea de textos *Histórias da Paraíba* parece indicar o grau de circulação que o debate outrora estabelecido por Margarida Dias obteve no interior do Departamento de História da UFPB e no Curso de Licenciatura em História da mesma instituição, pois foi resultado de um projeto de pesquisa, intitulado “Paraíba: da descolonização ao Império (1780-1889)”, desenvolvido junto ao NDIHR¹²⁴, estando a escrita dos respectivos textos a cargo tanto dos professores, quanto dos alunos.

Nesse sentido, ao analisar a produção intelectual de “historiadores” como Justiniano José da Rocha, Maximiano Lopes Machado, Irineo Joffily, Celso Mariz, Archimedes Cavalcanti e Horácio de Almeida, que contribuíram para a pesquisa histórica do Brasil e da Paraíba oitocentista, buscou-se enquadrá-los como precursores da historiografia oficial.

Da mesma maneira, Luciano Candeia procedeu na pesquisa sobre as comemorações do IV Centenário da Paraíba, ao observar que as ligações entre a história e memória veiculada naquelas comemorações corresponderam à uma visão tradicional de história, semelhante a que se procedia no interior do IHGP, pois as “obras que foram escolhidas como dignas de serem publicadas ou republicadas, estão em plena consonância com um modelo de história predominantemente factual, personalista e elitista.”, ou seja, “ratificou-se uma certa historiografia produzida no Estado, na medida em que esta ‘celebração literária’ significou a confirmação de uma ideia de processo histórico, uma interpretação dos principais acontecimentos, tendo em primeiro plano personalidades ‘historicamente’ cultuadas como ‘construtores históricos’ da Paraíba e, como tais, moduladores de um jeito de ser, pensar e agir, enfim, do sentimento de *paraibanidade*”. (CANDEIA, 2002, p. 104).

Ambos os trabalhos questionam o discurso legitimador da historiografia oficial. Entretanto, se em *Histórias da Paraíba* os textos indicam uma revisão das análises sobre o século XIX, o trabalho de Candeia trata diretamente da historiografia produzida na década de

livro com o título: *Guerras e açúcar: política e economia na Capitania da Parayba*, 1585-1630. Bauru, SP: Edusc, 2007.

¹²⁴ Informação concedida, na apresentação da obra, pelo professor Lúcio Flávio Vasconcelos, então coordenador do NDIHR/UFPB.

1980 na Paraíba, que, por sua vez, concorriam diretamente com a produção veiculada pela UFPB. Nesse sentido, o discurso crítico de Luciano Candeia participa da luta de classificações em curso desde, pelo menos, os debates empreendidos por Rosa Godoy Silveira, Joana Neves e Elza Régis Oliveira, no início dos anos 1980.

Em concordância com Lúcia Guerra Ferreira e Margarida Dias, tanto os autores de *Histórias da Paraíba*, quanto Luciano Candeia, reiteram a afirmação de que é com a fundação do NDIHR e com a chegada de uma nova geração de historiadores na UFPB, a partir de meados da década de 1970, que tem início uma “nova” História na Paraíba. Em um dos textos de *Histórias da Paraíba*, a então aluna do curso de História da UFPB, Nayana Mariano, relata que:

O que se percebe, é que, até meados da década de 1970, essa historiografia ainda é marcada por trabalhos que enfatizam as conquistas, a história política das camadas dominantes e por uma forte necessidade de consolidar a história local, criando heróis e reforçando mitos numa sequência factual e descritiva de acontecimentos. [...] Esse enfoque [historiografia oficial] é mudado a partir da criação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR), no final da década de 1970, objetivado uma história-problema e contrapondo-se à história oficial produzida pelo Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. (MARIANO, 2003, p. 118-119)

Esse marco possui significativo interesse para a história da historiografia, muito embora não esgote todo o processo que delineou a constituição da universidade como instituição legítima de produção do conhecimento histórico. Deste modo, a partir dos vários discursos que o tomam como ponto inicial para a renovação dos estudos históricos na Paraíba, o que se verifica é uma tentativa mais ou menos coesa e sistemática de garantir visibilidade à uma dada produção historiográfica em oposição à outros espaços de produção do conhecimento histórico na Paraíba e no próprio interior da UFPB. A função que essas análises possuem pode ser descrita, conforme teorizou Blanke (2006), como “função crítica”. No que diz respeito a história da historiografia, este autor diz que essa área pode servir como instrumento de verificação de padrões científicos, tal como com a verificação de posições ideológicas. O historiador alemão distingue duas funções principais: 1º) Função afirmativa; 2º) Função crítica. Na primeira, a afirmação de uma ideologia oficial ganha contornos de importância, a história da disciplina é apresentada segundo o critério de legitimação de uma determinada visão sobre a outra, ou seja, “uma determinada posição político-científica ganha as garantias da tradição assim como o seguro das explicações paradigmáticas e sistemáticas que mutuamente se apoiam.” (BLANKE, 2006, p. 33). O oposto do princípio de afirmação é o

esforço de escrever uma história da historiografia com a intenção de criticar princípios ideológicos: o objetivo é superar visões de mundo e posições políticas, portanto a função crítica da história da historiografia pode ser percebida de várias formas diferentes: “(a) como crítica explícita de modelos tradicionais, isto é, como destruição de uma tradição particular que é apresentada como suspeita e antiquada, e (b) como redescobrimto de autores real ou supostamente marginais e o redescobrimto de precursores esquecidos de algum historiador mais conspícuo.” (BLANKE, 2006, p. 34).

Nesse sentido, ao invés de análises objetivas e imparciais do estado em que se encontra a historiografia na Paraíba, o investimento numa crítica historiográfica na Paraíba obedece aos critérios estabelecidos por um lugar social, que visando conceder ao seu campo de atuação um grau maior de legitimação científica e social, procurou estabelecer em torno de tal prática um instrumento da “luta do historiador”, em função de uma determinada forma de como deveria se “estudar a história” na Paraíba.

Desta forma, Luciano Candeia promove um interessante debate a partir do texto *A História Viglada*¹²⁵, afirmando que o controle do passado sempre ajudou no domínio do presente, por isso a história é um campo em disputa. Nesse sentido,

O controle sobre o passado, ou a busca incessante de um passado para modelar o presente, foi esforço sempre pautado na agenda da Comissão do IV Centenário da Paraíba. Assim, temos em mente a ideia de que, por trás de uma escolha (de um autor e de um texto), também esteve presente o cuidado para não comprometer a imagem que a sociedade paraibana de então pretendia dar a si mesma. (CANDEIA, 2002, p. 106)

Entretanto, a história, como o próprio Candeia chega a afirmar, não é apenas viglada por conta da ação do Estado e dos governos, mas outros agentes se envolvem nessa disputa. O diagnóstico de que uma determinada produção historiográfica corresponde a um controle ideológico, não isenta o observador de participar dessa disputa em torno do poder de falar sobre o passado, mas explicita que ele mesmo participa desse processo de disputa.

Nesse sentido, a própria história que tanto Candeia, quanto Lúcia Guerra Ferreira, Margarida Dias, Rosa Godoy Silveira, Joana Neves e Elza Régis Oliveira narram são ao mesmo tempo produto de um lugar social e instrumento de combate para a reafirmação do seu campo de atuação em oposição aos outros. Se for verdade que a história produzida pelo IHGP e veiculada no âmbito das comemorações do IV Centenário é viglada, a própria crítica a esta

¹²⁵ Texto do historiador francês Marc Ferro. *A História Viglada*. Trad. Doris Sanches Pinheiro. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

vigilância corresponde a outro tipo de controle, obedece a um controle exercido pelo lugar social a partir do qual fala tais historiadores. Não há, portanto, neutralidade no discurso histórico e nem autonomia de um eu criador capaz de revelar a verdade do passado histórico de forma imparcial, mas há a existência de um sujeito coletivo que informa e subdetermina o que deve ser entendido, ou não, como obra historiográfica de valor.

Quando Candeia afirma que “o IV Centenário construiu uma representação do passado, fixando-o como padrão para o presente. Ao afirmar marcos de construção da memória social, no momento em que recuperou e divulgou algumas narrativas, empobreceu a história, fazendo-a cumprir a função cimentadora de uma ordem social estabelecida”. (CANDEIA, 2002, p. 108), não informa simplesmente que o que se produziu em oposição a tal “empobrecimento” da história é mais objetivo ou rico. Mas, indica que houve uma alteração nos parâmetros a partir dos quais se poderia exercer o julgamento do valor que possui uma obra histórica, ou, ao menos, que determinados critérios foram fabricados e conduzidos na tentativa de servir à disputa em torno do controle do passado e de sua narrativa.

Essa operação historiográfica, iniciada ainda nos primeiros anos de atuação do NDIHR, obedece à lógica segundo a qual são evidenciados espécies de “pares epistemológicos”, que, para Bourdieu (2011, p.152), “levam a crer que o universo dos possíveis está delimitado pelas duas posições polares, e impedem assim de perceber que cada um dos dois campos encontra a melhor justificativa de seus limites, nos limites do seu adversário”. Até certo ponto, pode-se afirmar que os historiadores tidos como “tradicionais” e a “historiografia oficial”, servem como “adversários cúmplices”, já que, ao menos sobre o ponto de vista da historiografia acadêmica, “os diferentes poderes são ao mesmo tempo concorrentes e complementares, isto é, ao menos sob certas relações, solidários: eles participam uns dos outros e devem uma parte de sua eficácia simbólica ao fato de nunca serem completamente exclusivos”. (BOURDIEU, 2011, p. 153).

Desta maneira, ao passo que a coerência narrativa dos trabalhos que demarcam tanto o perfil do modelo de história a ser superado, como o momento que deu início a seu desdobramento, revelam a existência de um conjunto de operações historiográficas que foram desenvolvidas e reforçadas em um processo em que o *métier* do historiador e a função do conhecimento histórico estiveram no centro das discussões. Os debates empreendidos ainda nos primeiros anos de atuação do NDIHR parecem revelar parcialmente a dinâmica desse processo.

Entretanto, não dizem respeito a todas as operações historiográficas que foram produzidas no interior da UFPB, pois se os trabalhos de cunho teórico-metodológicos como

os de Elza Régis Oliveira, Rosa Silveira Godoy e Joana Neves denotam um esforço inicial de sistematizar as “lutas do historiador”, foi ao longo da década de 1980 que se pôde verificar a promoção de um conjunto de atividades científicas¹²⁶ que favoreceram o empreendimento de fabricação de uma escrita da história na Paraíba produzida pela Universidade.

O que se percebe nesse primeiro momento, portanto, é a definição de um conjunto de critérios que deveria se opor ao que até então existia em termos de conhecimento histórico na Paraíba. Porém, uma das questões que já habitava os debates desde o processo de implantação do NDIHR na UFPB, se deu a partir do conceito “História Regional”, já anunciado, desde o *Projeto de Implantação dos CDIHRs*, como eixo norteador das futuras ações do centro de documentação que seria implantado.

Portanto, é a relação entre o conceito de História Regional e sua utilização em termos de escrita da história da Paraíba que tentaremos discutir no próximo capítulo, analisando em que medida os historiadores que participaram do processo de implantação e institucionalização do NDIHR, cujas pesquisas se iniciaram neste núcleo, puderam contribuir para elaboração de uma narrativa para a história da Paraíba, discutindo quais os temas que eram tratados como prioritários, as perspectivas observadas como indispensáveis, e os recortes temporais e espaciais então utilizados.

¹²⁶ Tais como: Promoção e participação de eventos; publicação de revistas; fortalecimento da seção regional da Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH-PB); produção de teses e dissertações, entre outros.

CAPÍTULO III

3 O CONCEITO DE HISTÓRIA REGIONAL: DA “QUESTÃO NORDESTE” À HISTÓRIA DA PARAÍBA

3.1 A HISTÓRIA REGIONAL E A “QUESTÃO NORDESTE” COMO EIXOS NORTEADORES DO DEBATE HISTORIOGRÁFICO NA PARAÍBA

As discussões em torno do conceito de História Regional ocupou, nas últimas décadas, um lugar de destaque junto à produção historiográfica gestada no interior das instituições universitárias na Paraíba, em especial na UFPB. Não é algo de se desprezar que uma das linhas do Programa de Pós Graduação em História (PPGH-UFPB) desta universidade (que funciona desde 2005 com área de concentração em “História e Cultura Histórica”) se dedica justamente a tratar tal problemática, com a justificativa de que “o processo histórico, com ênfase na historicidade regional (regionalidades, regiões, regionalismos, locais da cultura, da economia e da política) é um espaço de atuação que permite a formação de recursos humanos (historiadores) com melhor conhecimento de suas realidades e dos acervos documentais.”¹²⁷. Sabe-se que o enquadramento de perspectivas e abordagens historiográficas não é fruto de uma decisão individual ou destituída de historicidade, mas antes é engendrada no interior de uma instituição histórica cuja dinâmica se relaciona com um conjunto de operações historiográficas produzidas ao longo do tempo.

Nesse sentido, a institucionalização de uma linha de pesquisa pode representar um significativo indício da importância que determinada problemática obteve ao longo do processo de constituição da ciência histórica como disciplina acadêmica. Acompanhado disso, algumas pesquisas revelaram que o próprio Departamento de História da UFPB, antes mesmo da implementação de seu mestrado, já vinha se dedicando sistematicamente à abordagem da chamada História Regional. Em um levantamento preliminar, na qual se procurou sistematizar a produção científica dos professores ligados ao DH-UFPB, percebeu-se que a História Regional possuiu o maior volume de obras entre os anos 1979 e 1991 se comparado à “História do Brasil”, “História da América” e “História Geral”¹²⁸.

¹²⁷ Ementa da linha História Regional do PPGH-UFPB. Informações disponíveis em: http://www.cchla.ufpb.br/ppgh/selecao_ppgh_2013.html. Acessado em 01/02/2015.

¹²⁸ Segundo Francisco Chaves Bezerra (2000), em monografia de conclusão de curso intitulada “O Departamento de História: Um levantamento historiográfico (1979-1991)”, A História Regional possuiu ao longo do período estudado um total geral de 215 publicações, a História do Brasil 193, a História da América 06 e a História

Além disso, em 1983, a primeira pós-graduação promovida pelo DH-UFPB foi o “Curso de Especialização em História Econômica e Social do Nordeste Contemporâneo”, o que evidencia que desde pelo menos a década de 1980 os historiadores vêm se preocupando em tratar a “História Regional” atrelada à “História do Nordeste”, ou mesmo à “História da Paraíba”, caso dos eventos que ocorreram em 1985, com a comemoração do IV Centenário da Paraíba, na qual o DH-UFPB e a seção regional da ANPUH organizaram um curso de Extensão em “História da Paraíba” e um seminário intitulado “O Nordeste e a Questão Regional”, este último teve entre seus objetivos “Desenvolver atividades que permitisse a reflexão sobre a formação e organização do espaço nordestino e paraibano.”, “avaliar a produção historiográfica regional, suas linhas de interpretação, seus avanços e limitações.” e “propiciar a atualização daqueles que trabalham em História, nos três níveis de ensino, sobre temas de relevância para o conhecimento da realidade nordestina e paraibana”¹²⁹.

Entretanto, é possível afirmar que, a chamada História Regional e as questões a ela relacionadas (tal como a “História da Paraíba” e a “História do Nordeste”) foi alvo da atenção dos historiadores nas últimas décadas. Isso não quer dizer que é possuidora de um significado unívoco e destituída de complexidade, ao contrário, pois se foi tratada como ponto chave das operações historiográficas em curso na Paraíba o foi justamente porque em seu entorno se travaram inúmeros debates e embates teórico-metodológicos. Certamente, o conceito associado à História Regional que foi alvo de maiores discussões é o de Nordeste que contou com a contribuição de dois dos mais prestigiados historiadores que tiveram parte da sua trajetória profissional ligadas às universidades na Paraíba: Rosa Maria Godoy Silveira e Durval Muniz de Albuquerque Junior e suas respectivas teses publicadas em livros e intituladas: *O Regionalismo Nordestino: Existência e Consciência das Desigualdades Regionais* e *A Invenção do Nordeste e outras artes*.

Juntos, Rosa Godoy e Durval Muniz (como são mais conhecidos) protagonizaram alguns dos debates mais importantes para historiografia paraibana na contemporaneidade. Portadores de trajetórias intelectuais diferentes, expressas pela influência da produção uspiana por um lado e marcado pelas discussões empreendidas no interior da Unicamp por outro, tais historiadores podem representar duas das principais vertentes historiográficas em curso nos

Geral 43. É importante frisar que a referida monografia não define muito bem o que significa “História Regional”, o critério utilizado para delimitar os estudos dedicados a este tema é ligado a um recorte espacial específico, ou seja, a História Regional é referente àquela produção historiográfica dedicada à História do Nordeste e à História da Paraíba. Desta maneira, a dedicação ao levantamento da História Regional enquanto História da Paraíba e História do Nordeste é um exemplo de como se deu importância a essa temática, tal como da forma que se passou a entender o seu significado.

¹²⁹ Livro de ata do Departamento de História da UFPB, 1985, Apud. Bezerra, Francisco Chaves, 2000, p.9.

últimos anos não apenas na Paraíba, mas na própria historiografia brasileira como um todo, já que tanto a influência marxista que marcou a produção de Silveira, quanto o “efeito” que Michel Foucault ¹³⁰ provocou na escrita da história de Albuquerque Junior, são parte constituinte da cultura historiográfica brasileira na atualidade.

Ainda são poucos os trabalhos que se dedicaram a estudar, numa abordagem historiográfica, a importância da produção desses dois historiadores com relação à escrita da história produzida pelas universidades na Paraíba, ainda menos são os estudos que pensaram a ressonância que tanto o conceito de Nordeste, quanto a chamada História Regional, provocaram nesses espaços institucionais, mesmo contando com volumosos “documentos-monumentos” ¹³¹ que permitem cartografar suas linhas de territorialização no interior da historiografia acadêmica na Paraíba. Um dos poucos trabalhos escrito nesse sentido é o artigo da Joedna Reis de Menezes, intitulado *Discursos Historiográficos que se tecem: apropriações do conceito de Nordeste e de Industrialização*, que foi apresentado em 2008 no Encontro Estadual de História, organizado pela ANPUH-PB, evento este que possuiu como sugestivo tema “História e Historiografia: Entre o Nacional e o Regional”.

Nesse texto, Menezes(2010) procura discutir como a historiografia passou a considerar o conceito de “Nordeste”, analisando, inclusive, as obras de intelectuais do porte de Rosa Godoy Silveira, Durval Muniz Albuquerque Junior e Francisco de Oliveira. Este artigo fornece elementos valiosos da forma como o debate em torno do conceito de Nordeste circulou na Paraíba nos últimos anos, sobretudo depois da publicação de *A Invenção do Nordeste*, em meados dos anos 1990. Em pelo menos dois sentidos é importante: 1º) Colocam-se em relevo as diferenças teórico-metodológicas das teses de Silveira e Albuquerque Junior, de maneira que os opõe em polos diametralmente opostos; 2º) Ao tomar a defesa de *A Invenção do Nordeste* em oposição à produção marxista, expõe certo enquadramento que pareceu se tornar comum nas operações historiográficas que vêm tratando essas problemáticas nas últimas duas décadas.

¹³⁰ Ver: RAGO, Margareth. O efeito-Foucault na historiografia brasileira. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, 7(1-2): 67-82, outubro de 1995.

¹³¹ Em potencial todo o conjunto de publicações, teses, dissertações, encontros produzidas nas quatro últimas décadas na Paraíba podem ser incorporadas aos estudos historiográficos, já que a historiografia acadêmica vem sendo cada vez mais volumosa. No presente trabalho só há a cobertura de uma pequena linha desse processo, ainda são muitas as lacunas ainda não problematizada historicamente, sobretudo no que diz respeito ao que se produziu entre os anos 1990 e 2000. Desta maneira, entendemos como documento-monumento o conjunto de produção dos historiadores, já que a partir de Jacques Le Goff (1996) visualizamos que mesmo as análises destes profissionais são construções históricas e, como tais, são passíveis de serem abordadas numa perspectiva historiográfica.

Apesar de válido e possuidor de certa importância analítica, a abordagem de Menezes (2010), ao dispor tais produções de maneira polarizada, acaba por ofuscar as possíveis interconexões e complementariedades que certamente possuem¹³², ao mesmo tempo em que revela um lugar-comum existente nas abordagens que as tomaram como ponto de reflexão: A de que a problemática regional e o conceito de Nordeste teria ganhado uma versão final na escrita da história de Albuquerque Junior e, além disso, compôs um quadro explicativo no qual as análises de linha marxista estariam ultrapassadas mediante às recentes contribuições teórico-metodológico de linha culturalista, sobretudo com a influência dos estudos foucaultianos.

A deficiência desse tipo de exposição aparece no momento no qual se percebe que ao contrário da defesa de Menezes (2010) não há como afirmar que uma problemática relevante para as reflexões historiográficas na Paraíba possa ter um ponto final a partir de qualquer escrita da história. Mesmo levando em consideração que o próprio saber histórico no Brasil sofreu alterações paradigmáticas significativas a partir dos anos 1990, contando, inclusive, com uma multiplicação das suas temáticas, uma pluralização dos seus objetos e uma diversificação de suas abordagens.

A dedicação de Menezes (2010) em colocar *A invenção do Nordeste* como a leitura mais atual acerca do conceito de Nordeste parece significar antes um esforço de definir um tipo de leitura como a síntese dos critérios a partir do quais deverão ser formuladas as *regras do meio* de um determinado *lugar social*, ou seja, o texto da professora da Universidade Estadual da Paraíba pode ser compreendido como um discurso que planeja conceder legitimidade à uma determinada interpretação em oposição à outras, definindo o que deve ser considerado ou não como obra histórica de valor. O problema de tal abordagem é que põe de lado a historicidade do seu próprio lugar social ao centrar mais na suposta oposição de determinadas produções do que nos elementos históricos, sociais e institucionais que condicionaram tal diferenciação, o efeito disso é certo enquadramento no qual além de impor uma determinada leitura como “obrigatória”, “indispensável”, relega, ao que é tido como oposto, o rótulo de “ultrapassado”¹³³.

¹³² Em Mesa Redonda do Encontro Estadual de História, organizado pela ANPUh-PB em 2014, Durval Muniz Albuquerque Junior apresentou um texto dedicado a análise de *Regionalismo Nordestino* e um dos pontos que o historiador mais ressaltou é justamente a complementariedade que possuem ambas as teses.

¹³³ Essas expressões não são colocadas literalmente em nenhum dos textos que analisamos, porém não foram poucas as vezes que escutamos esse tipo de defesa, seja em sala de aula, seja nos debates realizados nos corredores das universidades. Apesar de não haver registro escrito, acho importante registrar aqui esse tipo de abordagem, já que podem ser entendidos como resultado de uma certa operação historiográfica ainda em curso.

O argumento que procura por em cheque a relevância da chamada História Regional, tal como de suas implicações epistemológicas, é mais bem formulado por Durval Muniz de Albuquerque Junior, em texto intitulado *As Malvadezas da Identidade: uma análise do lugar epistemológico da história regional*. Neste artigo, Albuquerque Junior (2008) questiona a História Regional afirmando que está por mais que se diga crítica ao discurso regionalista permanece presa ao “seu campo de dizibilidade.”, não constituindo, assim, uma ruptura com esse campo, mas apenas operando um deslocamento no seu interior, estando presa também, à rede de poderes que sustenta à ideia de região como referencial válido para instituir um saber, um discurso histórico, “ao invés de questionar a própria ideia de região, sua identidade e a teia de poder que a institui, ela questiona apenas determinadas elaborações da região, pretendendo encontrar a verdadeira.” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2008, p.223). Na esteira da crítica ao discurso histórico ligado à noção de verdade, Albuquerque Junior (2008) afirma que:

A “História Regional” tem sido a história do que aconteceu na região. História sobre a qual paira sempre a suspeita da inautenticidade, na qual se busca o estabelecimento de uma verdade primeira, definitiva, da qual a região apenas manifesta a ausência. Não é a região como história, como cruzamento de diversas práticas, como recorte espacial das relações de poder, que nela se aborda, mas é a procura de sua verdade, a busca de encontrar, na sua empiria, seus traços definidores, tomando esta empiria como a realidade regional, que estaria sempre aguardando o historiador que viria revelá-la em sua nudez sedutora. Há, inclusive, uma confusão entre os estudos de história local e a chamada “História Regional”: a região sendo definida como qualquer recorte espacial menor que o todo nacional, o que banaliza ainda mais o conceito. A justificativa destes estudos passa, quase sempre, pela ideia de que abordando um recorte espacial menor, se está mais próximo de se chegar à verdade e se é capaz de abordar de forma mais profunda esta totalidade. Nela, a região se torna causação, quando é efeito de superfície e, se torna “natureza” transhistórica, quando espacialização. (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2008, p. 225).

Entretanto, não é nosso objetivo trabalhar especificamente com tais publicações, que certamente devem ser alvos de pesquisas futuras, já que o nosso recorte temporal situa-se entre os anos 1976 e 1990, ou seja, anterior ao debate registrado acima. O que se leva em consideração é que ao passo que vai se enquadrando uma certa leitura, passou-se a marginalizar outras que ainda não foram devidamente analisadas, caso mesmo da produção historiográfica de linha marxista elaborada sobretudo na década de 1980. Por outro lado, o que os debates posteriores sugerem, seja com a institucionalização de uma linha de pesquisa de mestrado dedicada à História Regional, seja com a centralidade dada ao conceito de Nordeste, é que antes de serem analisadas em períodos mais recentes, deve se introduzir

problematizações acerca do processo que levou à História Regional e à “Questão Nordeste” ao centro do debate histórico e historiográfico na Paraíba, já que a sua definição não é destituída de uma historicidade própria, pois afirmar isso, como diria Michel de Certeau (2008), significa negar a própria particularidade do saber histórico.

O diagnóstico de que há uma sistemática dedicação em torno da História Regional e da “Questão Nordeste” surgiu no momento em que iniciamos a pesquisa no NDIHR quando se visualizou que grande parte de suas publicações traziam no título o termo “regional”, assim presente nas primeiras publicações intituladas “Cadernos de Estudos Regionais” e nos três volumes de uma revista acadêmica organizada por aquele núcleo no início dos anos 1990, chamado “Debates Regionais”, que contou, inclusive, com um número dedicado às *Identidade(s) Regional (is)*¹³⁴, publicado em 1995, abrigando artigos como o de Durval Muniz Albuquerque Junior *Nos Destinos de Fronteiras: A Invenção do Nordeste (A produção Imagético-discursiva de um Espaço Regional)*, que apresentava, antes mesmo da publicação em formato de livro, o resumo de sua tese. Outros textos revelam a importância concedida a questão regional, tal como: *O Nordeste em construção: Regionalização e poder local*, de Eliete Queiroz de Gurjão; *Cultura Global e Identidade Regional*, escrito por Flávio Lúcio Rodrigues Vieira; *Crise e Identidade Regional* de Martha Falcão de C. E. Moraes Santana;. Registraram-se também títulos que expressam a importância de estudar a história das cidades, como os textos de Antônio Clarindo Barbosa de Sousa, *Entre o Pão e a Poesia: O atendimento às reivindicações populares em Campina Grande entre 1982 e 1992*, e *Campina Grande: Primeiros passos na construção de uma cidade (1864-1945)*, escrito por Fábio Gutemberg Ramos B. de Sousa¹³⁵. Além disso, pareceu importante a atenção a outras

¹³⁴ Nesse número, como nos outros dois volumes de Debates Regionais, visualiza-se uma notável diversidade de temáticas, tais como “Teoria da História”; “Historiografia e Memória”; “História e Literatura”; “História e Sociedade”; “História e Política”; “Ensino de História”; “Questão Agrária”; “Indústria e Trabalho”; “Identidade Municipal”, estes quatro últimos como resultados das pesquisas empreendidas no interior do NDIHR. Parece importante salientar que foi na análise dos “Debates Regionais” que percebemos um desdobramento no interior da historiografia paraibana em curso na década de 1990, já que vai ser nesse momento em que outros temas, objetos e abordagens serão elaboradas, o que nos levou ao recorte temporal até o fim da década de 1980, quando a produção marxista tinha menos concorrência e quando o debate acerca da História Regional foi selecionado como critério de legitimação de uma obra histórica de valor.

¹³⁵ Mais tarde esses dois professores participarão do processo de criação do PPGH-UFCG, cuja área de concentração é “História, Cultura e Sociedade”, e que possui uma das linhas chamada “Cultura e Cidades” que se propõe: “aproximar as pesquisas e trabalhos que tenham como centro de seus interesses a cidade. Neste sentido, três aspectos dos estudos sobre a cidade aproximam os seus componentes: as mudanças culturais, as tramas e práticas político-econômicas e as relações e conflitos sociais.” Informações disponíveis em: http://www.ufcg.edu.br/~historia/ppgh/index.php?option=com_content&view=article&id=48&Itemid=34 Acessado em 03/03/2015. Mesmo com todas as diferenças que podemos apontar entre a produção da UFPB na década de 1980 e a do PPGH-UFCG na contemporaneidade, podemos perceber que a preocupação em se estudar a “história das cidades”, mesmo que numa perspectiva cultural, se relaciona com as próprias problematizações do espaço na operação historiográfica, tal como significou a abordagem da História

noções possuidoras de um esforço de delimitação espacial, assim como a ideia de se desenvolver um projeto do NDIHR ligado à linha de pesquisa *Educação e Sociedade* na qual se abordou “A História Local” e a “História dos Municípios”.

Toda essa produção, dos “Cadernos de Estudos Regionais” à “Coleção de História Local”; da abordagem do aspecto imagético-discursivo na produção do espaço regional, à discussão da regionalização e do poder local; da história local à história das cidades; da institucionalização do NDIHR ao surgimento do PPGH-UFPB, parecem dizer respeito ao esforço que a historiografia acadêmica elaborada na Paraíba teve em responder a seguinte pergunta: *Onde? Qual o espaço que o estudo de história na Paraíba deve se concentrar?*

Será em torno desse esforço de espacialização que se fundamentará parcela significativa das operações historiográficas na Paraíba. É nesse sentido que a produção do NDIHR deve ser considerada como fundamental no processo de institucionalização do discurso historiográfico nas instituições universitárias paraibanas, já que ao delimitar sua atuação em torno da “História Regional” e declarando como objetivo comum de suas investigações a análise da “realidade nordestina atual”, contribuiu significativamente para a incorporação da problemática espacial como eixo estruturante da produção histórica-historiográfica na Paraíba.

Com o processo de implantação e institucionalização de um centro de documentação e pesquisa histórica que objetiva tratar a dita “História Regional” no interior da Universidade Federal da Paraíba, através do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR-UFPB), os historiadores e demais cientistas sociais acabaram por se inserir em um debate que vinha marcando o cenário intelectual e acadêmico da época. As discussões sem torno do conceito de História Regional, tal como o problema do processo histórico de formação de regiões econômicas, do “regionalismo nordestino” e da “questão Nordeste” fizeram parte da agenda não apenas de historiadores, mas também de geógrafos, economistas, sociólogos, entre outros. O tratamento interdisciplinar que fora dado a tal conjunto de problemáticas pareceu algo em comum aos vários congressos, fóruns e encontros de maneira geral organizados com esse enfoque.

Como órgão que se planejava a partir de uma atuação interdisciplinar, o NDIHR, já em seus primeiros documentos, registrava a inserção dos seus quadros nos debates em torno dos “problemas regionais”, a partir do exame da “realidade nordestina atual” e da “questão Nordeste”. Entretanto, a operacionalização de tais conceitos não foi realizada inicialmente de

Regional, o que nos dá indício de afirmar que, a apesar de todas as diferenças teórico-metodológicas, a questão espacial é uma preocupação comum aos historiadores na Paraíba.

modo a definir com precisão o que significava e quais as implicações teóricas e práticas de sua apropriação. Havia, ao contrário, uma indefinição conceitual relativa ao que significaria a institucionalização de um núcleo de pesquisa histórica que versasse sobre a História Regional. Esta indefinição conceitual pode ser verificada desde o *Projeto de Implantação dos CDIHRs*, passando pelo *Relatório de Atividades do NDIHR (1976-1980)*, e chegando até os *Cadernos de Estudos Regionais*. Tais documentos, analisados no capítulo anterior, demonstram diferentes formas de tratamento do conceito de História Regional, tal como a perspectiva tecnocrática que demarcou a iniciativa oficial de implantação dos centros de documentações, na qual a ideia de fomentar a implantação de tais núcleos se ligava à política de integração nacional e que visualizava a história regional, em específico a história do Nordeste, como àquela referente ao espaço definido oficialmente em 1969 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) enquanto tal, demarcando o território que vai da Bahia ao Maranhão como espaço privilegiado de sua atuação.

Por outro lado, tanto nos documentos administrativos, quanto nas primeiras publicações do já implantado NDIHR, verifica-se um esforço comum para definir a “questão Nordeste” e a “realidade nordestina atual” como objetos comuns das várias pesquisas que se desenvolveriam naquela instituição. Entretanto, ao menos em seus primeiros anos de atuação, não há uma teorização em torno do que significaria tais questões, mesmo quando pesquisadores como Antônio Moacyr Madruga tenha se esforçado em direcionar a linha “Economia Pesqueira do Nordeste” de forma a privilegiar os aspectos sócio-econômicos da “realidade nordestina atual”, não fica totalmente explícito em que aspecto as ações daquele núcleo poderia se diferenciar da abordagem proposta oficialmente no tocante ao conceito de História Regional. A leitura dos documentos oficiais e institucionais permite a percepção de que havia, já nos primeiros anos de atuação do NDIHR, uma tentativa de diferenciação dos objetivos deste núcleo com relação ao que fora planejado oficialmente e, como tal, ao tratamento do conceito de “História Regional”, porém não é nesse primeiro momento que tal diferenciação será explicitada e abordada teoricamente.

O esforço inicial de elencar, mesmo sem uma teorização aprofundada, a “História Regional” e a “questão Nordeste” como elementos articuladores das várias pesquisas temáticas e interdisciplinares do NDIHR, aponta que o horizonte em torno de tais questões já era uma prática contemporânea e anterior ao seu próprio processo de implantação e institucionalização, ou seja, a utilização de tal aparato conceitual pode ser lida como indício de um debate que já estava se realizando em outras instituições e espaços de produção e circulação do saber acadêmico, ao mesmo tempo em que foi uma preocupação de amplos

setores da sociedade “desde o aparelho do Estado, passando por grupos empresariais que investem no espaço regional, alçando o roldão também as populações ali localizadas, atingindo os intelectuais.” (SILVEIRA, 2009, p. 18).

Segundo José Roberto do Amaral Lapa (1985), já no I Simpósio de Professores de História do Ensino Superior, realizado em 1961¹³⁶, a História Regional teria sido objeto de debates, mas foi só após o processo de expansão das pós-graduações, a partir da década de 1970, que tal área de estudos vai se projetar como uma das principais tendências historiográficas no Brasil das décadas de 1970 e 1980, “dada a acessibilidade das fontes, a facilidade de pesquisas, e a vivência que o pesquisador pode ter com a região, portanto, conhecendo-a mais e melhor, os cursos de Pós-graduação em História têm-se voltado, em seus programas, mais para as regiões (unidades políticas, estados da federação ou regiões geoeconômicas, no caso da Amazônia e do Nordeste principalmente) onde estão inseridos.” (LAPA, 1985, p. 47).

De fato, a partir da década de 1970 houve uma ampliação significativa no número de pós-graduação¹³⁷ em todo o país, o que contribuiu decisivamente para a institucionalização do conhecimento histórico nas universidades e para a produção e circulação dos chamados “estudos regionais”. No Nordeste, por exemplo, até a década de 1990 apenas a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) possuía uma Pós-Graduação em História, esta criada em 1974. Segundo Joedna Reis de Menezes (2005), o Curso de Mestrado em História da UFPE, no momento de seu credenciamento, em 1979, foi aprovado tendo como área de concentração a “História do Brasil”, com ênfase em “História do Nordeste”. Entretanto, já no período anterior ao credenciamento, entre os anos de 1974 e 1979, múltiplas linhas de pesquisas foram criadas¹³⁸, algumas das quais revelando que a questão regional e, sobretudo, a História do Nordeste foram as principais preocupações do recém-institucionalizado Mestrado em História da UFPE. É ainda importante frisar que o PPGH-UFPE ocupou um papel de importância para os pesquisadores que vinham no mesmo período redefinindo o lugar da universidade na

¹³⁶ Vinte anos depois, no XI Simpósio Nacional de História, organizado pela Associação Nacional dos Professores Universitários de História, em 1981, na cidade de João Pessoa-PB, a questão regional e a história do Nordeste tiveram relativo lugar de importância nos debates ali ocorridos, tendo, por exemplo, na abertura do encontro, a palestra do Professor Manuel Correia de Andrade, que versou sobre a “História do Nordeste”.

¹³⁷ Os primeiros cursos de Pós-Graduações em História criados foram: USP (1971); UFF (1971); PUC-SP (1972); UFPR (1972); PUC-RS (1973); UFPE (1974); UFGO (1974); UFSC (1975); UNB (1976); UNICAMP (1976); UNESP-SP (1980); UFRJ (1980). (MENEZES, 2006, p.44).

¹³⁸ As linhas criadas foram: “Arqueologia do Nordeste” (1975); “História Econômica e Social do Nordeste – Período Colonial” (1976); “História Econômica Social e Política do Nordeste: Transição ao Trabalho Livre” (1977); “Paleoantropologia do Nordeste” (1976-1977); “Arqueologia e Pré-História do Nordeste” (1977); “Pintura Rupestre no Nordeste” (1977); “Escravidão no Nordeste na transição do trabalho livre” (1978); “O Nordeste na República Velha” (1978) (MENEZES 2005, p. 62 apud, FICO E POLITO, 1992, p. 34-35).

produção historiográfica na Paraíba, tendo alguns professores do Departamento de História da UFPB e quadros do NDIHR produzido suas respectivas dissertações neste programa de pós-graduação¹³⁹.

É perceptível que apesar de haver uma concentração de estudos acadêmicos em torno da nomeada “História Regional” impulsionadas pelo processo de implantação-expansão das pós-graduações a partir da década de 1970, tal problemática não foi tratada exclusivamente nesse momento. Na verdade, a “questão regional” foi algo que esteve relacionado com o próprio processo de construção da historiografia brasileira que apresentou suas primeiras linhas desde, pelo menos, o século XIX com a formulação de uma *historiografia do nacional* a partir da implantação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado em 1838.

A questão de uma *história do regional* nasce conjuntamente com a problemática de elaboração de uma *historiografia do nacional*¹⁴⁰, que teriam se originado no século XIX com o processo de autonomia política do Brasil, já que até então a representação de nação e de nacionalidade unificadora que se apresentava na colônia portuguesa era aquela que versava

¹³⁹ Nas décadas de 1970 e 1980 os professores que ao mesmo tempo eram ligados ao Departamento de História da UFPB e ao NDIHR que fizeram suas dissertações de Mestrado no PPGH-UFPE foram: Laura Helena Baracuh Amorim “O Comercio Paraibano no processo de Formação do Mercado Nacional 1930-1939” (1987); Ruston Lemos de Barros “Embarcações e Frotas Portuguesas: Evolução e Atuação no Nordeste Brasileiro, até 1720.” (1982); Irene Fernandes Rodrigues da Silva “Comércio e Subordinação: A Associação Comercial da Paraíba no Processo Histórico Regional, 1889-1930” (1988); Maria do Céu Medeiros “Os Oratianos de Pernambuco: uma Congregação “ a serviço do Estado Português” (1981); (1978); Elza Régis de Oliveira “Autonomia da Capitania da Paraíba” (1982); Martha Maria Falcão de Carvalho e Moraes Santana “Nordeste, Açúcar e Poder” (1988). Alguns outros professores que não eram ligados ao NDIHR mas que eram vinculados ao Departamento de História da UFPB (seja de Campina Grande, seja o de João Pessoa) também produziram suas pesquisas no interior da UFPE, tal como: Josemir Camilo de Melo “A lavoura Canavieira em Pernambuco e a Expansão do Capitalismo Britânico”; Diana Doares de Galiza “O declínio da Escravidão na Paraíba” (1977); José Octávio de Arruda Mello “A Revolução Estatizada (um estudo de caso sobre a formação do centralismo em 1930)” (1982); Maria Martha Pimental Mello “O sincretismo na Mitologia Egípcia” (1977). Dados disponíveis em MENEZES, 2005.

¹⁴⁰ A abordagem em termos de “historiografia do regional” e “historiografia do nacional” é tratada por Silveira (2010) em texto apresentado no Encontro Estadual de História organizada pela ANPUH em 2008, intitulado *História e Historiografia: Entre o Nacional e o Regional*, no qual a autora busca apreender as articulações entre as narrativas historiográficas que se desdobraram em apreender como objetos determinadas territorialidades (nacional e regional), afirmando que: “consideramos inadequadas as denominações história nacional e histórias regionais para a abordagem do tema proposto. Tenhamos em mente que a história nacional é sempre produzida a partir de certa(s) territorialidade(s), a(s) dos autor(es) que faz(em) e essa nomenclatura expressa uma certa pretensão um tanto quanto megalômana de das conta de uma totalidade territorial tanto mais complexa do porte (não apenas físico-territorial) do Brasil. Do mesmo modo, as chamadas histórias regionais, assim tipificadas por serem produzidas em territorialidades particulares e, usualmente, fora dos centros hegemônicos, nem sempre tratam de suas particularidades. Nessa linha de pensamento estaremos utilizando as expressões história do nacional e histórias do regional/regionais, entendendo-as como comportando representações, respectivamente, sobre problemáticas nacionais (abrangentes referentes a um território mais amplo) e problemáticas regionais (mais circunscritas, referentes a um território particular, no âmbito de um território mais amplo).” (SILVEIRA, 2010, p. 10). Nesse sentido, ao elencarmos como foi se produzindo uma história do regional paralelo a história do nacional faremos uso dos termos de Silveira (2010), já que visualizamos em seu texto alguns pontos importantes no que diz respeito ao regresso histórico da problemática regional no Brasil, que estará sendo redimensionada nos anos 1970 e 1980.

sobre uma unidade luso-brasileira, ao mesmo tempo em que se iniciou, a partir de fins do século XVIII, a circulação de “percepções, representações e declarações particularistas, explicitando os muitos Brasis internos à América Portuguesa, que, a muitos olhares, se apresentassem como se unificada fosse.” (SILVEIRA, 2010, p. 11).

A *historiografia do nacional*, cujo lócus de produção mais significativo foi IHGB, propunha “a síntese dos Brasis”, utilizando uma dupla estratégia na elaboração do “nacional brasileiro”: “em relação ao plano interno ao Estado nacional, procedeu pelo apagamento das regionalidades e sua integração subordinada em uma nacionalidade unificadora, enquanto, no plano externo, demarcava a sua singularidade distintiva em relação aos países constituídos da fragmentação da América Espanhola.” (SILVEIRA, 2010, p. 12). Por outro lado, mesmo que não traduzida historiograficamente, as expressões regionais já se manifestava historicamente através de construções identitárias como a “pernambucaneidade”, a “baianidade” e a “mineiridade”, que vão se reforçar ao longo do Império e ganharão suas representações historiográficas a partir das implantações dos institutos históricos e geográficos locais, cujo marco inicial se deu em 1862, com a fundação do Instituto Arqueológico e Histórico e Geográfico Pernambuco (IAHGP).

Com a institucionalização de uma historiografia baseada em um referente regional, mesmo contando como aportes teóricos-metodológicos os padrões do IHGB, suas temáticas serão singularizadas pelas territorialidades em que estão inseridas, adquirindo materialidade em Histórias provinciais e, posteriormente com a República, estaduais¹⁴¹. Em resumo, a historiografia do regional elaborada, sobremaneira a partir da segunda metade do século XIX, se enquadra em duas perspectivas possíveis: “ou reproduzem os mesmos e notáveis acontecimentos, geralmente políticos; já erigidos em fatos pela historiografia *do nacional* mas territorializando-os especificamente; ou representam acontecimentos e os constroem como fatos, de uma determinada territorialidade, de forma isolada da territorialidade *do nacional*.” (SILVEIRA, 2010, p. 14).

Com o advento da República federalista e consequente autonomia dos estados-membros que acabou por conferir maior espaço político aos grupos regionais oligárquicos, a historiografia do regional ganhou um renovado vigor, sendo os institutos históricos estaduais “os seus lugares de preservação de memória social e de construção de História” (SILVEIRA,

¹⁴¹ As diferenças entre as abordagens particularistas dos institutos históricos e geográficos locais para com o discurso fundados ihgbiano, não representaram rupturas políticas, nem discursivas radicais, na tessitura do nacional, mas “As representações elaboradas não só por operações historiográficas, mas históricas, ao sabor dos movimentos sociais do Império, parecem ter sido mais enfáticas em certas rupturas com o *nacional*, a exemplo daquelas proferidas por Frei Caneca.” (SILVEIRA, 2010, p. 13).

2010, p. 15). Foi neste momento e com estas inspirações que outras instituições dessa natureza foram forjadas, tal como o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, fundado em 1905, no qual a história colonial, imperial e outros marcos da história brasileira foram revisitados sob a ótica regional “em busca da identidade histórica específica de cada uma das unidades políticas, em suas relações com a nova ordem republicana. Tratava-se de promover uma releitura do passado em decorrência do novo *status quo*. A um ponto tal que, a um historiador paraibano, foi verossímil encontrar o republicanismo já no ato fundante da Paraíba!” (SILVEIRA, 2010, p.15).

Posteriormente, acompanhando o próprio processo histórico brasileiro, a historiografia do nacional e do regional vão se intercruciar em diferentes frentes e a partir de determinações culturais, políticas e sociais diversas. Entretanto, se não se pode afirmar que o problema da História Regional é fruto específico da produção intelectual e acadêmica das décadas de 1970 e 1980, pode-se, por outro lado, observar que a partir desse momento tal questão será tratada de outra forma. É aí que a periodização da história da historiografia do nacional e do regional começará a ser fundamentada, instituindo-se a partir de meados dos anos 60, firmando-se nos 70 e consolidando-se na década de 1980 (SILVEIRA, 2010).

Em 1977, Calos Guilherme Mota, então professor Livre-Docente de História Moderna e Contemporânea na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, escreveu um importante trabalho intitulado *Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)*, que pretendeu estabelecer alguns “pontos de partida para uma revisão histórica”. Mota (1985), ao tentar instaurar uma história das ideologias a partir das críticas às interpretações da chamada “Cultura brasileira”, procurou apreender alguns dos momentos mais significativos em que a intelectualidade brasileira se debruçou sobre si mesma tratando de formular o que seja uma cultura “brasileira”, “nacional”, “popular” etc., ou seja, o autor tenta rediscutir algumas matrizes das formas de pensamento histórico-historiográfico no Brasil.

Falando da forma como os estudos históricos foram sendo institucionalizados junto às universidades brasileiras, Mota (1985) afirma que nem mesmo a implantação de instituições de ensino superior, a partir dos anos 1930, modificou significativamente sua produção¹⁴², pois

¹⁴² Vale ressaltar que os critérios utilizados por Mota (1985) para definir as matizes do pensamento histórico brasileiro eram diferentes dos que são utilizados atualmente, já que até as décadas de 1960-1970 não se poderia falar de historiografia brasileira como o conjunto da produção realizada pelos historiadores profissionais (como é corriqueiro hoje em dia), pois só é a partir desse momento que a universidade brasileira vai iniciar suas pesquisas de forma mais sistematizada e requerer-se como espaço legítimo de construção do saber historiográfico. O que havia até a década de 1960, salve raras exceções, era uma historiografia basicamente elaboradas por não-historiadores de formação, encontrando nomes como Caio Prado Junior, Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Celso Furtado “interpretes do Brasil” (REIS, 2007), ou seja, que

“só mais recentemente, e de maneira quase que excepcional, a universidade produziu contribuição significativa, crítica, empenhada.” (MOTA, 1985, p.23). De maneira semelhante, José Roberto do Amaral Lapa (1976) diz que a marca quase que predominante da historiografia brasileira era seu apreço pelo “passadismo”, havendo pouquíssimos exemplos de uma produção historiográfica que levassem em consideração os problemas políticos, econômicos e sociais do seu próprio tempo.

Não será difícil, a partir dessa referência, afirmar que a historiografia brasileira é altamente elitizante, sua elaboração ficando nas mãos de um segmento social muito restrito, servindo no mais das vezes para recompor a saga das oligarquias em crise, ou justificar a ação política da hora. O oficialismo esterilizou em não poucas oportunidades o trabalho intelectual, propiciando o surgimento de uma historiografia cortesã – que diga-se de passagem, não foi privilégio do Brasil. (MOTA, 1985, p. 22-23).

No tocante à tentativa de periodização da historiografia brasileira, recortada a partir das visões sobre a “cultura brasileira”, sobretudo entre as décadas de 1930 e 1970, Carlos Guilherme Mota a divide em cinco momentos tidos como decisivos: a) Redescobrimento do Brasil (1933-1937); b) Primeiros frutos da Universidade (1948-1951); c) Era de ampliação e revisão reformista (1957-1964); d) Revisões Radicais (1964-1969); e) Impasses da Dependência (1969-1974). Essa periodização além de falar sobre o processo de produção do pensamento histórico no Brasil, diz muito a respeito sobre *o que é* tratado como prioridade na discussão historiográfica da década de 1970, ou seja, levanta uma série de indícios da composição intelectual que inspirou a própria escrita de Carlos Guilherme Motta, já que a formulação de uma periodização e o recorte cronológico não é livre das pressões do próprio tempo histórico em que é produzido.

Em primeiro lugar, a análise dos discursos a respeito da “cultura brasileira” é orientada de forma a percebê-la como parte de uma construção ideológica. Ao passo que Mota (1985) evidencia a necessidade de retomar os “clássicos” da historiografia nacional, os identifica a partir de seus comprometimentos ideológicos. Parece emblemático o esforço que este autor tem em buscar as “raízes” do pensamento crítico e radical em oposição ao pensamento “tradicional” e “conservador”¹⁴³.

contribuíram notoriamente para a construção de uma identidade do Brasil a partir da narrativa de seu passado histórico, mas que não possuíam o título universitário correspondente a um curso superior em História.

¹⁴³ No capítulo *Raízes do pensamento radical*, parece preocupado em situar os debates em torno da relação entre intelectuais e política, percebendo como a questão da “cultura nacional” no pós-segunda guerra foi apropriado ideologicamente em sentido diversos. Nesse momento, a figura de maior relevo para Mota é Antônio Candido, que ao cunhar uma das vertentes de pensamento radical no Brasil, conseguiu escapar das principais diretrizes em voga entre as décadas de 1940 e 1950, ou seja, vai além do “gilbertismo” e do “nacionalismo”.

Em segundo lugar, a busca pelas “raízes do pensamento radical” e a própria críticas aos mecanismos ideológicos da “cultura nacional” parecem esclarecer um ponto fundamental no debate intelectual da década de 1970: a importância de refletir sobre o papel político e social dos intelectuais. A figura-emblema que é usada para tratar a função do intelectual é Florestan Fernandes, especialmente na sua teorização a respeito do “intelectual e a democratização da cultura”, já que para ele não há diferença entre pensamento social e ação social, muito embora o primeiro não deva se submeter ao segundo, sendo necessário, na medida do possível, reunir “intervenção política movida por interesses de classe, e conhecimento social, movida pela busca da objetividade e verdade.” (REIS, 2007, p. 206)¹⁴⁴.

Não parece coincidência que esses temas foram largamente trabalhados por Mota (1985) justamente na mesma época em que se anunciava o processo “lento, gradual e seguro” de abertura política e que se começava a ganhar força às discussões em torno da liberalização política do país, seja no interior da cúpula do regime militar, seja no âmbito da “sociedade civil”. Algumas passagens de Florestan Fernandes citadas por este autor parecem revelar o tom do debate político-ideológico em seu próprio contexto de produção:

O intelectual terá de arcar com suas tarefas, misturar-se com a “plebe ignorante” e elevar-se com ela a um novo padrão de civilização. Democratização da cultura significa reconstruir a relação do intelectual com o mundo, pôr fim a um estado de coisas que faz do saber sistematizado um privilégio social e dar início a uma era de proscrição da ignorância como fonte de dominação do homem sobre o homem. (...) Isso significa, em outras palavras, que os intelectuais brasileiros devem ser paladinos convictos e intransigentes da causa da democracia. (MOTA, 1985, p. 197 e 2002, apud. FERNANDES, 1963).

Ao passo que Mota (1985) vai situando a emergência de uma revisão radical da história da “cultura brasileira” nos anos seguintes à implementação do regime militar no Brasil, este autor parece falar do próprio campo em que está imerso, ao argumentar que depois de 1964 as bases que se fundamentaram as principais teses da historiografia brasileira elaboradas até então vão passar por uma crise e uma consequente necessidade de serem revistas. Da mesma maneira, Silveira (2010, p. 19) afirma que:

¹⁴⁴ Para Florestan Fernandes a realidade social não é o que se deseja que ela seja, e não pode ser mudada com vontade moral, exige, ao contrário, conhecimento, pesquisa, investigação (REIS, 2007), esse é o conjunto de premissas que faz do seu pensamento uma chave para a compreensão tanto do movimento político e social do Brasil em tempos de ditadura militar, quanto da própria história intelectual brasileira naquele contexto, o que o tornaria, nas palavras de José Carlos Reis (2007), um “intérprete do Brasil”. Outros autores, como Daniel Pécaut (1990), também enfatizam a importância de Florestan Fernandes no que diz respeito à montagem das ciências sociais no Brasil sobretudo por sua influência junto à intelectuais do porte de Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni, tal como na forma em que procurou rediscutir os “dilemas” políticos, sociais e econômicos da “Revolução burguesa no Brasil”.

A ebulição político-cultural do início da década é atingida pelo golpe de 64. Esse acontecimento demarca novas territorialidades históricas e historiográficas, alavancando um processo de revisão crítica de interpretações sobre o país, /o nacional, fazendo emergirem estudos sobre os movimentos revolucionários, ideologias, Estado, militares, desenvolvimento, subdesenvolvimento. Esse revisionismo representacional, ainda hegemonizado por sociólogos e economistas, sobretudo os primeiros, resulta em análises dotadas de espessura diacrônica.

Apesar das diferenças significativas existentes no interior das análises sociológicas elaboradas no contexto imediatamente posterior ao golpe de 1964, parece ser comum a existência de uma desconfiança generalizada com relação aos esquemas explicativos em voga até aquele momento, sobretudo no que diz respeito à ideologia desenvolvimentista e ao nacional-populismo (PÉCAUT, 1990). Falando abertamente do momento de escrita e publicação da obra, Mota (1985) diz que se vive um período de “impasses da dependência”¹⁴⁵, que caracterizarão a reflexão historiográfica no Brasil, tais como:

Sobre a revisão crítica da situação dos estudos históricos, pode-se ter boa medida nos Anais do I Simpósio de Estudos Brasileiros (setembro de 1971, Universidade de São Paulo); algumas posições negarão francamente o papel das Faculdades de Filosofia no desenvolvimento dos estudos históricos, outros indicarão a necessidade de maior cooperação interdisciplinar (...), outras, ainda, pontuarão a falta de organização dos arquivos e a realização da maior parte de nossa produção historiográfica pelos chamados *brasilianists*, que assumiram papel de relevo nos debates sobre o conhecimento do passado. Se éramos marcados pela Historiografia francesa, se ao regime de cátedras correspondeu a orientação francesa, pode-se dizer, com um certo esquematismo, que à nova ordem (sistema departamental) corresponde o modelo americano. Não é de estranhar tal presença- que se manifesta em outros níveis, e bem mais acentuadamente. (MOTA, 1985, p.45-46).

Num contexto intelectual marcado ao mesmo tempo por “revisões radicais” e pela “dependência cultural”, a formulação de uma “crítica à ideologia da cultura brasileira” parece ter sido a tônica de alguns dos principais debates intelectuais da segunda metade da década de 1970. É a partir desse espaço de experiência que se reorientará as discussões em torno tanto do conceito de *nação*, como do de *região*. No que tange especificamente aos conceitos de “cultura brasileira”, “nacionalismo cultural”, “pensamento brasileiro”, “cultura popular”, entre outros, o autor de *Ideologia da Cultura Brasileira* explica que apesar de terem sido

¹⁴⁵ Nesse sentido, a questão da dependência estaria vinculada “aos desenvolvimentos do capitalismo monopolista e à emergência de regimes totalitários na América Latina. Com a emergência desses regimes totalitários tem acarretado o surgimento de certos traços nacionalistas, talvez não pareça estranho que a temática da dependência cultural esteja em foco, como está.” (MOTA, 1985, p.46).

tratadas em perspectivas diversas “dissolveu as contradições sociais e políticas reais quando estas afloraram ao nível da consciência dos agentes; numa palavra: a consciência cultural nunca incorporou sistemática e criticamente a implicação política de sua própria existência, e por esse motivo pouco auxiliou na elaboração e adensamento de uma consciência social.” (MOTA, 1985, p.286). Dessa maneira, a noção de “Cultura brasileira” teria servido não para a criação de uma consciência social, mas para ofuscar as tensões estruturais geradas na montagem de uma sociedade de classe e para mascarar a problemática da dependência. Trata-se aí de uma análise do discurso sobre a “cultura brasileira” como “função ideológica”, compreendendo ao mesmo tempo como instrumento de dominação de classe e uma das formas da luta de classes, ou seja, “a ideologia é um dos meios usados pelos dominantes para exercer a dominação, fazendo com que esta não seja percebida como tal pelos dominados.” (CHAUI, 1981, p. 86)¹⁴⁶. A utilização desse aparato conceitual pode ser exemplificada na passagem a seguir:

Em terceiro lugar, e ainda no plano dos conceitos, a noção de Cultura Brasileira, ao se vincular a tradição estamental – entendido que “os estamentos não foram extintos historicamente”, como demonstra Florestan Fernandes – colabora na manutenção de um sistema ideológico no qual se perde de vista o que é relevante, isto é, que a tendência dos processos social, político e cultural correntes dentro das premissas desse sistema tendem a eliminar os polos tensos e a escamotear os dinamismos efetivos dos processos de apropriação, a impossibilitar a compreensão das linhas de ordenação social na qual se desenvolvem os mecanismos da produção cultural, obscurecendo em consequência a situação de carência e dependência culturais. (MOTA, 1985, p.288).

É nesse sentido que a história regional e, em específico, a história do Nordeste, passou a ser alvo de uma rígida apreciação historiográfica, cujo tom se assemelha às análises acerca do conceito de “cultura brasileira”, sendo enfatizado o aspecto ideológico do chamado “regionalismo Nordestino”, que nas palavras de Roberto Martins (1984, p. 105):

¹⁴⁶ Parece ser uma tônica desses anos no Brasil, inclusive dentro do âmbito da teorização marxista, a utilização do conceito de Ideologia como utensílio da crítica historiográfica. As “revisões radicais” da historiografia brasileira serão elaboradas a partir de uma abordagem ideológica e a utilização das discussões alcançaram inspiração - entre outros teóricos marxistas - na obra de Antônio Gramsci, sobretudo no que concerne ao que o autor italiano entende por “intelectual”, “ideologia” e “bloco histórico”. Não deve ser por acaso que a obra gramsciana tenha tido uma maior apropriação no Brasil justamente em um momento em que parecia necessária a discussão do papel dos intelectuais e “seu vínculo orgânico entre superestrutura e estrutura. Esse vínculo, para Portelli, é o nó do bloco histórico, onde deve ser entendido o papel histórico dos intelectuais. Para o caso do Brasil essa afirmação parece relevante, se se atentar para o fato de que aos intelectuais têm competido – como alhures – o delineamento e instauração dos perfis interpretativos do processo histórico, bem como a retenção e manutenção da ideologia da memória coletiva, da consciência coletiva, ou da ‘memória social’, de que fala Gilberto Freyre. Em nome da qual, diga-se, se constroem outras tantas ideologias.” (MOTA, 1985, p. 285).

Compreende-se, assim, o regionalismo nordestino como um processo de ocultamento das divisões sociais na medida em que este processo de regionalização é agenciado ideologicamente passando a função de transferir a natureza das relações sociais (política e econômica) para um ser – a região –, como também estaria a transferir a natureza da problematização da Região para uma conceituação mais ou menos frágil, como é, por exemplo, a da chamada Questão Regional.

Passou-se aí a rediscutir as principais vertentes de análise da realidade regional, enfatizando, inclusive as diversas conotações do conceito de espaço que teriam se constituído nas linhas de interpretações geratrizes do Nordeste (SILVEIRA, 2009). Tal movimento revisionista se concentrou em compreender as vertentes do discurso histórico sobre o Nordeste, analisando temas, obras e autores já considerados “clássicos” na historiografia do regional e do nacional que concorreram no processo de conceituação dessas dimensões espaço-temporais. É nesse momento que a historiografia tida como “elitista” e “oficialista” dos institutos históricos são retomadas e duramente criticadas, numa abordagem que observa como a territorialização do espaço regional foi empreendida segundo as demandas das elites oligárquicas regionais. Segundo Silveira (2009), é a partir dessa noção de espaço que se fundamenta uma das vertentes mais importantes no que concerne às linhas de análise da realidade regional, nomeada pela autora como “Vertente Oligárquica”, que teria se estruturado ainda no século XIX, mas que se atualizou nas primeiras décadas do século XX, com a implementação da República Federalista.

Entretanto, não é apenas na produção ligada aos institutos históricos que residirão às críticas historiográficas, políticas e ideológicas. Outros intelectuais, que serão reconhecidos posteriormente como portadores de interpretações-chaves tanto da história regional, quanto da história nacional, serão revistos. Possivelmente um dos “adversário-cumplices” mais comentados no processo de revisão crítica da historiografia brasileira em gestação nos anos 1970 será Gilberto Freyre e sua obra “Casa Grande & Senzala”, considerado uma das matrizes do pensamento conservador brasileiro. Para Silveira (2009), Freyre alterou a vertente oligárquica de interpretação do regional, sem necessariamente romper com ela, ao compreender que o intelectual pernambucano mudou quando tratou a “compartimentação” das “raças”, fortalecendo, ao mesmo tempo, a ideologia da democracia racial¹⁴⁷. No que

¹⁴⁷ As teses críticas ao “mito da democracia racial” serão veiculadas nesse momento. José Carlos Reis (2007) ao analisar a obra de Florestan Fernandes diz que na sua visão radical do Brasil uma das categorias que mais caracteriza a especificidade do processo histórico brasileiro é o da escravidão, já que deixou marcas muito fortes nas relações sociais e na cultura do país. Nesse ponto o grande interlocutor de Florestan Fernandes foi o próprio Gilberto Freyre, a quem sua visão procurou se contrapor. Segundo Reis (1999, P. 211): “Com F.

concerne à questão regional, Freyre introduziu a categoria “região” como matriz de organização social, ultrapassando construções identitárias estadualizadas como, por exemplo, a “pernambucaneidade”, “a paraibanidade” e “alagoanidade”. Nesse sentido, o conteúdo freyriano de região alterou a perspectiva política-administrativa então vigente pondo em seu lugar uma substância sociológica: “o locus de um patriarcado agrário açucareiro, identificado com o projeto nacionalista e esvaziadora das relações contraditórias de classes e estamentos.” (SILVEIRA, 2009, p. 23). Nesse ponto Rosa Godoy Silveira se vincula a tese já anunciada por Carlos Guilherme Mota de que o movimento regionalista de fins da década de 1920 não significou uma contraposição ao projeto nacionalista, já que integrou à ideia de unidade nacional e à proposta de pacto das elites. Para Silveira (2009) e Mota (1985) o regionalismo freyriano possuía como finalidade político-ideológica mascarar a crise das oligarquias regionais apresentando-a como uma crise nacional.

Em suma: uma proposta de pacto das elites, compreensível à luz do *locus social* ocupado por Gilberto Freyre e do impacto econômico, social e político que o processo de articulação do mercado interno, em ocorrência na década de vinte, provocou no espaço regional nordestino. Consciente da descaracterização, engendrada por este processo, dos valores que denomina de regionais, mas que são regionalizados a partir da ótica de um determinado grupo responsável por sua elaboração, as oligarquias rurais, Freyre formula uma idealização saudosista de tais valores, tentando preservá-los das mudanças em curso. (SILVEIRA, 2009, p. 24).

Outro intelectual comentado por Rosa Godoy Silveira que se inscreve na vertente oligárquica é Djalma Menezes e sua obra “O outro Nordeste”, escrita em 1937. Segundo a historiadora, Menezes promove redimensionamentos teórico-metodológicos significativos, indo de abordagens culturalistas ao materialismo histórico, lançando mão de uma análise quantitativa, propondo uma percepção dialética entre homem-natureza e problematizando seu conteúdo interdisciplinarmente ao incorporar conceitos, métodos e técnicas das ciências biológicas, antropológicas e sociais. O “Outro Nordeste” recortado territorialmente pelo intelectual cearense circunscreve as áreas das secas que se estende entre os estados da Bahia, de Sergipe, de Alagoas, de Pernambuco, da Paraíba, do Rio Grande do Norte e do Ceará,

Fernandes à frente, os pesquisadores marxistas dos anos 1960 se oporão agressivamente a essa tese de Freyre. Para eles, não há como absolver o escravismo brasileiro. E os negros não eram adaptados, mas rebeldes, fugiam, suicidavam-se, atacavam os senhores. F. Fernandes e sua equipe enfatizarão a rebeldia escrava, o que significava tocar no núcleo da sociedade brasileira escrava passada e presente: a tese da rebeldia abordava criticamente o passado escravista e o presente de cidadania restrita. (...) Para Ianni, a tese da democracia racial, das relações suaves e ternas entre senhores e escravos, foi uma invenção cruel, uma aniquilação da presença negra e indígena, primeiro pela violência pura, depois, pela absorção gradativa em um branqueamento cultural.”

diferente do Nordeste açucareiro e litorâneo de Freyre. Sua análise capta a transformação operada na região, do Norte no século XIX, para o Nordeste no século XX.

Mesmo tratando a problemática das secas, do êxodo rural e criticando, inclusive, as elites regionais, Silveira (2009) afirma que política e ideologicamente o projeto de Djacir Menezes é conservador, correspondendo a manutenção das estruturas de poder em âmbito regional, nesse ponto somava-se ao autor pernambucano já que no pensamento de ambos a matriz ideológica autoritária-conservadora é a mesma, de base oligárquica.

Suas variações quanto ao espaço estudado não se contradizem; remetem, em última instância, às diferenciações entre o espaço açucareiro / a fração de classe que aí comandava o processo produtivo e o espaço pecuário-algodoeiro / a fração de classe que neste comandava o processo produtivo. O Nordeste freyriano era aquele da área canavieira, enfrentando a crise dos preços do açúcar, cuja oligarquia, na década de 30, atuava politicamente tentando articular uma reação à dominação dos “grandes estados”, através de uma intervenção do Estado. O “outro Nordeste”, de Djacir Menezes era a área de economia pecuária-algodoeira, enfrentando as secas e apelando também à intervenção do Estado para contornar uma situação de ameaça à organização do seu espaço. (SILVEIRA, 2009, p. 27).

Silveira (2009) afirma que a construção da ideologia espacial em torno do “regionalismo nordestino” corresponde a uma reação das oligarquias agrárias à crise experienciada e agravada a partir da década de 1920 e, sobretudo, na década de 1930 quando houve uma reformulação no aparelho estatal após a “Revolução de 1930”; e, das relações entre Estado e elites oligárquicas, promovendo não uma contestação da oligarquia como classe dominante, mas enquanto elite dirigente¹⁴⁸. Dessa maneira, “entre os discursos dos dois Nordeste, um ponto de articulação: a crise regional. E a mesma proposta: o recurso ao Estado nacional como forma de preservar intocada a organização do respectivo espaço regional sobretudo no que se refere à estrutura fundiária, às relações de produção e à estrutura de poder.” (SILVEIRA, 1986, p. 11). Essa reiteração do discurso regionalista, sob outra formulação, estaria ligada à nova etapa do processo capitalista no Brasil, com a redefinição da divisão regional do trabalho, já que por volta de 1930 o modelo agroexportador daria sinais de

¹⁴⁸ Foi desta contestação política que se seguiu, ao nível de aparelho de Estado, medidas de intervenção na divisão regional do trabalho, criando-se, por exemplo, no tocante à economia açucareira o Instituto do Açúcar e do Alcool (I.A.A), e no “Outro Nordeste” “o grupo que comandava a estruturação desse espaço conseguiria encampar o aparelho estatal aí localizado, criando e controlando de fato um órgão federal que atendesse aos seus interesses (reprodução da estrutura econômica e social) – o IFOCS, posteriormente transformado em DNOCS.” (SILVEIRA, 2009, p. 28). Todas essas articulações entre produção ideológica nas representações historiográficas e interesses reais das classes dominantes importam à medida que se diagnostica que é a partir desse momento que a “questão regional” aflora ao nível da consciência política de forma mais agravada, se atualizando nas décadas seguintes.

esgotamento de sua preponderância, esgotamento que já se fazia presente desde as décadas finais do século XIX e que culminou com a desorganização do espaço regional cafeeiro do Sudeste em consequência da crise de 1929, “ou seja: a maior parte dos proprietários ‘perde o espaço’ regional tal qual era estruturado na etapa anterior, pelas mudanças que neles se operam. E reage de forma saudosista, buscando mecanismo de preservá-los imune às transformações como forma de manter, em última instância, sua posição nesse espaço.” (SILVEIRA, 1986, p. 12).

Esse movimento de revisão historiográfica e crítica ideológica fez parte da dinâmica do próprio debate que se estabeleceu em torno da chamada “História Regional” e, como consequência, da “Questão Nordeste”. O aprofundamento desse debate pode ser observado em inúmeras pesquisas, encontros e publicações que ocorreram entre a década de 1970 e 1980, foi o caso, por exemplo, das coletâneas¹⁴⁹: *A Questão Nordeste: Estudo sobre a formação Histórica, Desenvolvimento e Processos Políticos e Ideológicos*¹⁵⁰ (1984) e *História Regional: uma discussão*¹⁵¹ (1987). Tais publicações além de evidenciar o interesse que a “História Regional” e a “Questão Nordeste” suscitavam, possibilita a leitura de como estas problemáticas não residia em uma única disciplina acadêmica, sendo tratada

¹⁴⁹ Vale ressaltar que não é nossa intenção discutir particularmente cada uma das teses apresentadas nessas duas coletâneas, algo que além de inviável seria impossível frente as nossas pretensões. O que se quer, ao elencar esse conjunto de debates, é observar algumas das principais teses que circularam entre as décadas de 1970 e 1980 nas universidades brasileiras, e que, de alguma maneira, contribuíram para a discussão histórica-historiográfica no processo de institucionalização do discurso histórico no âmbito das instituições universitárias na Paraíba nesse mesmo momento. Nesse sentido, percebe-se que há em curso todo um investimento intelectual que não apenas diziam respeito ao “Nordeste” e à “História Regional”, mas pareceu fazer parte da própria forma como se passou a escrever a história, tal como contribuiu na definição de parâmetros de abordagem de outras temáticas que a eles são interligadas como, por exemplo, a “História da Paraíba”, cuja reformulação foi consequência de uma operação historiográfica estabelecida em comunhão com tais discussões.

¹⁵⁰ Tal obra é uma coletânea, organizada por Silvio Maranhão, que reúne os diversos textos apresentados e discutidos no Seminário “Nordeste-Estrutura Econômica e Social, Desenvolvimento e Processos Políticos”, realizado em 1982 pelo Curso de Mestrado em Sociologia do Programa Integrado de Mestrado em Economia e Sociologia (PIMES) da Universidade Federal de Pernambuco. No que diz respeito à *Questão Nordeste*, pesquisadores como Gadiel Perruci, Manuel Correia de Andrade, Wilson Cano, Silvio Maranhão, Tania Bacelar Araújo, Roberto Martins e Olavo Brasil de Lima Junior, vão tratar desde a “Formação Histórica do Nordeste”, enfatizando a sua “Formação Econômica-social” e “Desenvolvimento Econômico e Poder Político”, as temáticas dos “Desequilíbrios Regionais no Brasil”, o papel do “Estado” e do “Planejamento Regional”, chegando até os “conflitos sociais, regionalismo e partidos.”.

¹⁵¹ Este livro foi publicado em 1987, através do Centro de Memória da UNICAMP, e suas discussões são resultados dos debates do Núcleo de Estudos Regionais (NER) que integrava o Centro de Memória da Unicamp e procurava se fundamentar como órgão interdisciplinar, que iniciou suas atividades em 1984. Além disso, parte dos textos dessa coletânea foi discutida na mesa-redonda “A questão Regional é relevante para as Ciências Sociais?” realizada no IX Encontro anual, na cidade de Águas de São Pedro, em julho de 1985. No âmbito dos debates realizados no Núcleo de Estudos Regionais do Centro de Memória da Unicamp, a “História Regional” foi tratada a partir de “sua importância para as ciências sociais”; da relação entre “Estado, Espaço e Região” e “Região, Estado e Capitalismo”, apresentados por Ademir Gebara, Paulo H.N. Martins e Hector Hernán Bruit, respectivamente

interdisciplinarmente, a partir da ótica das várias ciências humanas e sociais, tal como fora proposto pelos pesquisadores do NDIHR desde o seu momento de implantação, em 1976.

O conjunto de discussões, teses e críticas que esses volumes contêm permitem a visualização da forma como foi produzido e circulado o debate em torno da “Questão Nordeste” e da “História Regional”, já que são abordados desde a problemática ideológica, passando pela história política e econômica que possibilitou a emergência dos respectivos espaços regionais, e chegando as análises das instituições estatais como a SUDENE e seu lugar no cenário político, econômico e ideológico da época. Trata-se, de alguma forma, de uma “revisão radical” das bases e dos fundamentos sobre o qual se assentaram a problemática regional e, em específico, à “Questão Nordeste”.

Silvio Maranhão (1984a.), ao apresentar o livro *A Questão Nordeste: Estudo sobre a formação Histórica, Desenvolvimento e Processos Políticos e Ideológicos*, diz que a preocupação comum aos seus autores é a expressão de uma irritação intelectual com algumas questões vigentes sobre o Nordeste brasileiro, além da necessidade de elaboração de uma perspectiva analítico-crítica adequado àquela realidade, capaz colocá-la “em um quadro teórico mais amplo e apropriado” (MARANHÃO, 1984a, p. 8). Segundo Maranhão, os autores¹⁵² que se reuniram para discutir a “Questão Nordeste” fazem parte dos intelectuais que fizeram uma opção político-acadêmica de procurar elaborar o estudo e a crítica não oficial da “sociedade Nordestina”, de forma a desnudar os mitos, tabus, sentimentalismos e mistificações que envolvem tais conjuntos de problemáticas.

O Nordeste que se vê nesses textos não é um Nordeste harmonioso, comunitário, quase idílico, mistificado e “folclórico”. O Nordeste aqui discutido é um Nordeste fortemente diferenciado, parte integrante e

¹⁵² É importante deixar claro que apesar das linhas gerais das análises estarem bem próximas, sobretudo por seu fundamento na teoria marxista, há a presença de algumas diferenças de abordagem da “Questão Nordeste” e da “História Regional”. Na coletânea *História Regional: uma discussão é* perceptível, por exemplo, sutis diferenças entre Paulo H. N. Martins e Héctor Hérnan Bruit, no tocante ao conceito de região e à suas determinações históricas, já que se para Martins um ponto fundamental na discussão do conceito de região no Brasil é sua dimensão política abordada a partir da forma como o Estado se situou como agente na forma como se formulou as regiões no Brasil, para Héctor Bruit, por outro lado, o Estado deveria ser analisado em relação ao Modo de Produção Capitalista, o que significa que a abordagem política deveria ser feita a partir do primado do econômico. Desta maneira, Héctor Bruit ao analisar o discurso de Paulo Henrique Martins fala: “No Trabalho de Paulo Henrique Martins, ‘Estado, Espaço e Região: Novos Elementos Metodológicos’, há uma forte crítica aos autores que privilegiam uma variável só, particularmente econômica, para determinar a região e, ainda que todo o trabalho esteja inspirado na ideia de que região também está determinada por um conjunto de outras variáveis. A região desenhada está fortemente determinada pela variável política. (...) Passa-se do economicismo duramente criticado ao politicismo acrítico? Por que acrítico? Porque há uma clara separação entre o político e o econômico que não se justifica tratando-se do capitalismo.” (BRUIT, 1987, p. 58). Queremos mostrar com isso que esse debate não se deu de forma homogênea, mesmo que a nossa abordagem se preocupe mais em situar os seus aspectos gerais e tratando de relacioná-los ao que foi discutido no interior da historiografia acadêmica na Paraíba.

integradora da formação social brasileira, onde as associações e dissociações, alianças e conflitos de classe e grupos sociais marcam, por assim dizer, o ritmo e o compasso dos processos históricos que têm lugar na região. (MARANHÃO, 1984a., p. 9).

De modo geral, as publicações referenciadas acabam por indicar um esforço de temporalização da “história regional do Nordeste”. Percebe-se, nesse sentido, que pelo menos três temporalidades são tidas como fundamentais no seu processo de inteligibilidade: 1º) Década de 1930 e 1940: tratada a partir da discussão ideológica, sendo desnudado o problema do “regionalismo nordestino” como consequência da crise que as oligarquias regionais vinham sofrendo desde, pelo menos, o final do século XIX, mas agravado pelo reordenamento das estruturas do Estado no período varguista, pela crise do preço do açúcar e pela seca. A crítica ideológica é feita de forma a denunciar na narrativa histórica, como as de Djacir Menezes e Gilberto Freyre, o seu caráter de ocultamento das tensões reais e conflitantes no seio do próprio espaço regional; 2º) Década de 1950 e início dos anos 60: Pensado criticamente a partir da problemática do modelo nacional-desenvolvimentista, que orientou, por exemplo, a formulação de um conjunto de teses econômico, político e sociais que vinham a “questão regional” a partir da ótica dos “desequilíbrios regionais”, encontrando em Celso Furtado seu nome mais famoso, tanto pela sua atuação institucional junto a SUDENE, quanto por meio da produção intelectual vinculada ao que se convencionou chamar “teses dualistas”; 3º) Século XIX, sobretudo sua segunda metade: Esse é o momento histórico tanto da formação do Estado nacional brasileiro, quando da sua incorporação na divisão internacional do trabalho, no qual se processou, além da delimitação política-administrativa-territorial do Brasil, a formação de uma divisão regional do trabalho baseada em outra concepção de “espaço” e “região”, esta última sendo determinada por sua relação com o capital, ou seja, “região para e pelo capital”. O que se procurou, por meio desse regresso histórico, foi encontrar as “raízes” da questão regional no Brasil, buscando a explicação “real” para as “representações” regionalistas, observadas como ideológicas.

Se a já mencionada crítica à ideologia regionalista encontrou nos nomes de Gilberto Freyre e Djacir Menezes o exemplo representacional da chamada “Vertente Oligárquica”, será em torno do conjunto de teses intituladas “dualistas” que se ocuparão grande parte do exame crítico em torno do conceito de região. Para Silveira (2009), as teorias dualistas, preocupadas com a superação do subdesenvolvimento no marco da revolução burguesa, a partir do diagnóstico de um “desequilíbrio regional” no Brasil, formatando os elementos explicativos da disparidade regional estabelecida entre “Nordeste-agrário” *versus* “Sul-industrial”. O

principal intérprete dualista foi Celso Furtado, que se dedicou à superação do subdesenvolvimento e, a partir disso, o subdesenvolvimento do “Nordeste Arcaico”. A proposta dualista utilizaria do planejamento para promover o desenvolvimento no sentido neoclássico de uma intervenção estatal na economia, em busca de uma planificação econômica, tese que teria fundamentado, por exemplo, a criação da Sudene. A corrente dualista, neste sentido, formaria a segunda vertente de análise da realidade regional, classificada de “Vertente Liberal Neoclássica” (SILVEIRA, 2009)¹⁵³.

A crítica à visão dualista se constituirá como parte de uma nova teorização da forma como o Brasil se inseriu no Modo de Produção Capitalista, ou seja, dentro do debate da especificidade do Brasil e da América Latina na história do capitalismo moderno. Uma das questões mais discutidas pelas teses críticas ao dualismo refere-se a impossibilidade de observar enquanto antagônicas as relações de desigualdades entre as partes de uma dada realidade social, como é o caso das análises que tomam como algo revelador a divisão entre setores “atrasados” e “modernos” da economia nacional. O que se visualizava é que o capitalismo deveria ser tratado em sua totalidade e que as “desigualdades” entre as partes correspondem ao próprio ritmo “desigual e combinado” do desenvolvimento capitalista, pois:

Sendo o crescimento capitalista desigual e combinado os espaços sofrem sua atuação de maneira desigual embora, no conjunto, a lógica no crescimento sendo a mesma e única de sempre. Assim, o problema fundamental a ser enfrentado, aqui, constitui-se na identificação das funções que os espaços desempenham no processo de acumulação e reprodução capitalista, no rastreamento dos momentos e das raízes históricas que deram origem a tal processo e no papel que os agentes sociais, particularmente os grupos e as classes sociais, jogam em relação à apropriação do excedente e à hegemonia política. (PERRUCI, 1984, p. 14).

Tratou-se, então, de perceber como o geral é reproduzido no particular e quais as formas assumidas neste que “condicionam o que chamamos de processo histórico regional.” (PERRUCI, 1984, p. 19). O “determinante em última instância” é a própria pressão que o sistema capitalista fazia ante aos espaços nacionais e regionais, este (o capitalismo) seria o

¹⁵³ Juntas, as vertentes “Oligárquica” e “Neoclássica” teriam, apesar de suas diferenças, contribuído para o ofuscamento dos conflitos sociais em emergência. Para Francisco de Oliveira, citado por Silveira (2009), quando Celso Furtado advertiu sobre a importância de se discutir os “desequilíbrios regionais” diante da suposta ameaça que pairaria sobre a “unidade nacional” ele estava agindo a partir do “termos de um antagonismo entre classe trabalhadora e a burguesia do Centro-Sul, ameaçando a clivagem do espaço nacional, em suma ameaçando a expansão da forma capitalista de produção, encarada como a alternativa para o desenvolvimento brasileiro.” (SILVEIRA, 2009, p. 30).

geral a ser considerado em relação às partes (espaços nacionais e regionais). Nesse sentido, a história regional deveria ser inscrita no interior da própria história do capitalismo.

Outro fator acusado de “ilusão” estava calcado na forma como as teses dualistas legou um papel de importância estratégica ao chamado “planejamento regional” e o respectivo papel do Estado no combate aos “desequilíbrios regionais”. É nesse sentido que serão revistos como, a partir dos anos 1950, foi se elaborando, nos marcos do nacional-desenvolvimentismo, toda uma concepção de que o Estado deveria agir no sentido de restaurar um certo “equilíbrio regional”, ou seja, de que o papel do Estado seria o de realizar ações no sentido de “planificar” a economia, diminuindo ou alterando os fatores que supostamente provocaram os “desequilíbrios” entre as regiões.

Serão realizadas análises tanto das políticas-econômicas que foram implementadas, quanto das instituições correspondentes, no sentido de captar as ações políticas e suas respectivas construções ideológicas. Procurou-se, dessa maneira, estabelecer um verdadeiro “histórico das intervenções do Estado no Nordeste brasileiro”, tal como procedeu o estudo de Silvio Maranhão (1984b.), intitulado *Estado e Planejamento Regional: A experiência do Nordeste brasileiro*¹⁵⁴. Neste texto, o autor busca entender o contexto de implantação de uma política voltada para o “planejamento regional”, observando as ligações que o governo de Juscelino Kubtschek tinha com grupos reformadores que visualizavam na “ação planejada” a pré-condição para o crescimento econômico e a superação dos “desequilíbrios regionais”¹⁵⁵.

¹⁵⁴ Segundo Maranhão (1984b.), a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) representou a primeira política econômica realizada pelo Estado brasileiro especificamente para o Nordeste. Até então a intervenção que o Estado realizou se deu no sentido exclusivamente assistencialista, através da implantação da Inspetoria de Obras Contra a Seca (IOCS), em 1909, que posteriormente passou a ser chamado de Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca (IFOCS) e, por fim, Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS). Tal órgão, visando atender as exigências da economia algodoeira-pecuarista da região das secas, tinha como principal atribuição a construção de barragens, realizadas nos próprios latifúndios dos grupos oligárquicos. Além do DNOCS, outra instituição elaborada com o caráter assistencialista foi o Instituto do Alcool e do Açúcar, fundado na década de 1930 e com o objetivo de defender a economia açucareira do Nordeste e de suas respectivas elites em crise. Soma-se ainda a fundação da Comissão do Vale do São Francisco (CVSF), em 1948, e a implantação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), em 1952. Sendo assim, o DNOCS, o I.A.A, a CVSF e o BNB representam antes um esforço de racionalização do que uma atividade de planejamento, é no fim da década de 1950 que haverá uma percepção de que tais iniciativas significariam a presença de um Estado imobilista e capturado e que tais intervenções do Estado na economia não alteraram as relações sociais de produção, servindo apenas aos interesses dos grupos dominantes local na tentativa de manter economicamente o seu poder político.

¹⁵⁵ A partir da análise do Relatório do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), implantado em 1958, tendo como principal líder e articulador Celso Furtado, e que se constituiu como o documento-base para a implantação da SUDENE, Maranhão (1984b.) percebeu que tal documento ao propor uma política para o desenvolvimento econômico do Nordeste, tendo como tema principal a disparidade entre Nordeste e Centro-Sul, procurou avaliar suas causas e propor sugestões, entre elas as principais foram: O incentivo a industrialização do Nordeste como forma de modernizar a economia da região e através do modelo de substituição de importações; A Transformação das economias agrícolas, sobretudo, a partir do incentivo à sua modernização; A transferência de população superpovoada ao Maranhão. Era necessária, segundo o relatório GTDN, uma mudança na infraestrutura produtiva, de forma a articular a agricultura e a indústria

Depois de criada no final de 1959, a SUDENE foi alvo de muitos debates políticos e intelectuais. O que pesquisadores com Sílvia Maranhão estão colocando já na década de 1980 é a necessidade de ao mesmo tempo reexaminar tanto o que foi proposto, quanto o que foi realizado, analisando criticamente quais os pilares de sustentação político-ideológico da noção de “planejamento regional” e “desenvolvimento regional”; e das relações orgânicas que possuiu com o avanço do capitalismo no Brasil.

Segundo Silveira (2009), em oposição às teorias dualistas, se elaborou no contexto pós-1964, um esboço da chamada “teoria da dependência”¹⁵⁶, devendo-se sublinhar a importância da visão estruturalista da CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e o Caribe) para o pensamento latino-americano, pois a partir de suas avaliações que se construíram as bases para a chamada “teoria da dependência”, cujas teses, em resumo são: 1ª) Regularidade e articulação das relações entre classes, grupos, e instituições; 2ª) Estrutura é igual a processo histórico, ou seja, movimento assentado na própria articulação dos componentes do modo de produção; 3ª) Periodização significaria cortes entre estruturas, relações articuladas entre um período e outro a partir da construção de conceitos; 4ª) Dependência supõe articulação entre economia mundial e economia local, entre dominação internacional e dominação em cada país; 5ª) Definição da dependência no campo teórico da teoria marxista do capitalismo. Tais teses refutariam o pensamento dualista em várias de suas colocações, passando a ser consideradas “mascaradoras” as seguintes colocações: O diagnóstico de atribuir o atraso regional ao imperialismo do Centro-Sul; ao apontar a proposta de industrialização como via de desenvolvimento e a colonização agrícola como solução do excedente demográfico regional e ao atribuir o planejamento como possibilidade de superar o “desequilíbrio”.

A chamada “teoria da dependência” pareceu ter impactado não apenas as leituras acerca da “questão regional” no Brasil, mas teve importância no próprio processo de desenvolvimento das ciências sociais no país como um todo, sobretudo no período que se seguiu ao AI-5, em 1968. Segundo Pécaut (1990), com a implantação do regime militar a noção de desenvolvimento deixou de desempenhar o papel de lógica social, “inscrita no

como atividades coordenadas e unificadas, a partir da criação de um centro dinâmico de crescimento industrial. A análise dessas políticas (a partir do Relatório GTDN) fora também empreendida por outros autores, tal como Tânia Bacelar Araújo, em texto intitulado *Industrialização do Nordeste: Intenções e Resultados*, que também trabalhou na análise da forma como se processou toda uma política cuja proposta girava em torno da Industrialização do Nordeste.

¹⁵⁶ Segundo Silveira (2009) na elaboração da “teoria da dependência” concorreram três tendências: 1ª) Crítica aos obstáculos ao “desenvolvimento nacional”; 2ª) Atualizações, a partir da perspectiva marxista, das análises do capitalismo internacional da fase monopolista; 3ª) Análise da dependência em termos de relações de classe, ligando a política e a economia internacional aos seus correspondentes locais.

movimento do real e ideologicamente orientada no sentido da criação de uma nação soberana.” (PÉCAUT, 1990, p.202), ao contrário, tudo parecia evidenciar os “obstáculos estruturais” ao desenvolvimento e as distorções multiplicadas por este, pois “já não se trata mais só do freio das estruturas arcaicas, mas do freio inerente à condição das sociedades periféricas.” (PÉCAUT, 199, p.202-203). Nesse sentido, em um contexto de desconfiança generalizada para com o “desenvolvimentismo” “o golpe militar de Estado faz dele uma boa peça para um museu da ideologia.” (PÉCAUT, 1990, p. 220).

“Esgotamento da substituição das importações”; “obstáculos estruturais”, “contradições” explosivas: o conjunto desaparece por trás do “estrutural” (...) A fase do desenvolvimentismo, os economistas subscreveram a visão de uma racionalidade econômica sem falhas, concretizada no planejamento. Alimentaram também a esperança de uma homogeneização progressiva da sociedade à medida que avançasse o desenvolvimento (...) A interpretação do crescimento era indissociável dessa ideologia do desenvolvimento. Bastaria surgirem uma inflação e restrições à capacidade de importação para que a ideologia virasse em pedaços. (PÉCAUT, 1990, p.225)

Se entre 1964 e 1967 houve um movimento de investigação crítica dos “obstáculos” ao desenvolvimento, sendo formulados, inclusive, diagnósticos negativos com relação às classes sociais, ao se enfatizar suas “deficiências”, “carências” e “inconsistências” políticas, ainda existirá todo um esforço no sentido de relacionar os aspectos políticos às explicações econômicas. Porém, a partir de 1968, as reinterpretações elaboradas se farão a partir do primado das explicações econômicas em que o aspecto “estrutural” pouco a pouco vai se apoderando da esfera política e das análises de conjuntura. Para Pécaut (1990), além da implantação do AI-5, outros acontecimentos intelectuais que ocorreram a partir de 1968 serão de fundamental importância no processo de difusão da “teoria da dependência”: 1º) A difusão da teoria da dependência permitiu a articulação estreita entre o “estrutural”, a “economia” e a “política”; 2ª) Descoberta lenta, difícil e polêmica de que a economia não estava condenada à estagnação (como parecia acreditar parte dos intelectuais no período 64-68 que esperavam, com certa convicção, que as medidas do governo militar estariam fadadas ao fracasso e com isso seria possível sustentar esperanças de uma revolta política que permitiria retomar a via da industrialização), além de se reconhecer que uma maior inserção na economia internacional não conduz inevitavelmente ao “subdesenvolvimento”.

Um dos efeitos mais notáveis da incorporação da chamada “teoria da dependência” nas ciências sociais no Brasil foi a ênfase dada às explicações “estruturais” e ao caráter fundamentalmente “economicista” das suas respectivas análises. É na esteira da “teoria da

dependência”, tal como da ênfase dada aos elementos “estruturais” e “econômicos” do processo de formação histórica do Brasil no interior da dinâmica desigual e combinada capitalista que compôs uma das teses de maior repercussão em torno do debate acerca do conceito de “região”. Trata-se do ensaio de Francisco de Oliveira, publicado em 1977, intitulado *Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste. Planejamento e conflitos de classe*. Escrito por um intelectual que tanto trabalhou como auxiliar de Celso Furtado na Sudene, quanto, posteriormente, se incorporou ao quadro do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) em que teve como companheiros nomes como Fernando Henrique Cardoso (um dos principais intelectuais ligados à teoria da dependência), José Arthur Giannotti, Octávio Ianni, Paul Singer, Carlos Estevam Martins, entre outros.

A repercussão de *Elegia para uma re(li)giões* e deu de forma quase que instantânea, sendo rapidamente assimilado como um marco teórico na crítica ao dualismo (somando-se a outra obra do autor de 1973, intitulada *Crítica à razão dualista*), à noção de planejamento e, especificamente, ao papel da Sudene no interior das relações de classe e da própria dinâmica do capitalismo monopolista. Uma obra que ao mesmo tempo possui um caráter de autocrítica e de revisão historiográfica, já que pretendeu, numa análise da história do conceito de região, desconstruir as noção de “planejamento regional” e de “desequilíbrios regionais” que funcionaram como ponto de referência para a criação da Sudene.

É nesse sentido que tanto Silveira (1986, 2009), quanto Maranhão (1984b.) e Perruci (1984) visualizam na obra de Francisco de Oliveira uma referência incontornável nos “debates regionais”. Silveira (2009) chega a tratar a interpretação marxista de Francisco de Oliveira como a terceira vertente de abordagem regional nordestina, pois teria uma versão diferenciada do espaço, interna e externamente, já que com o autor de *Elegia para uma re(li)gião* as regiões “não são encaradas nem homogeneizadas, esvaziadas suas relações com as outras regiões. Luta de classe mais espaço somam-se na explicação do autor, muito embora a questão do espaço tenha merecido pouca elaboração teórica.” (SILVEIRA, 2009, p.36).

É a partir das teses estruturalistas da CEPAL, tal como com a influência da “teoria da dependência”, que teria ocorrido uma “grande virada” com relação à interpretação da formação histórica nordestina, provocado, sobremaneira, pelas obras de Francisco de Oliveira, já que o autor pernambucano propugnou uma ruptura radical com a teoria do subdesenvolvimento, ao perceber que esta contribuiu para a não formulação de uma teoria do capitalismo no Brasil, cumprindo uma função ideológica para marginalizar perguntas do tipo “a quem serve o desenvolvimento econômico capitalista no Brasil?”. Desta forma, ao analisar a problemática nordestina em sua fase mais recente, ressalta-se a crítica ao padrão capitalista

de “planejamento regional” das atividades econômicas a partir da experiência da Sudene, descartando o enfoque dos “desequilíbrios regionais” e ao se direcionar planejamento regional como prática subordinada ao capitalismo internacional, formula um conceito de região à luz da Economia Política, do processo de reprodução do capital, das formas como este processo assume, das estruturas de classe que lhe é peculiar e das formas de lutas de classes e do conflito social em escala mais geral (SILVEIRA, 2009).

Paulo Henrique Martins (1987) diz que houve um inegável crescimento do debate acerca do tema “questão regional”, sublinhando, inclusive, que se discutiu a “Questão Regional no Brasil” em um grupo de trabalho da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS). Tal crescimento teve como marco teórico os debates sobre espaço e região “revitalizados por contribuições histórico-estruturalistas, disseminadas em particular entre autores de formação marxista. As novas discussões retomam, portanto, com ênfase o papel do espaço na reprodução das relações sociais de produção e na divisão social do trabalho capitalista.” (MARTINS, 1987, p. 27). Ainda segundo Martins (1987), a ênfase dada às especificidades do conceito de região de Francisco de Oliveira desenvolvido nas Ciências Sociais no Brasil proporcionou um aprofundamento da chamada “questão regional”, pois:

Partindo de uma abordagem sociológica e de seu conceito de região econômico-político o autor veio inegavelmente influenciar toda a produção seguinte sobre os estudos regionais, até então praticamente monopolizada pelo pensamento geográfico. A partir disso, contudo, algumas confusões teóricas foram geradas a partir, principalmente, de sua ideia de homogeneização do espaço regional com a dominação monopolista que terminou por provocar uma certa vulgarização do conceito de região. (MARTINS, 1987, p. 34).

Nas palavras do próprio Francisco de Oliveira (2008):

O marco teórico desta investigação recusa, pelas considerações já expostas, a compreensão da emergência do planejamento regional no Nordeste do Brasil sob o enfoque dos “desequilíbrios regionais”, para examiná-lo sob a ótica de acumulação de capital e de homogeneização do espaço econômico do sistema capitalista no Brasil. O enfoque tradicional, inclusive aceito pelos diagnósticos que fundamentaram a criação da Sudene e que continuam a informar as políticas de desenvolvimento regional no Brasil e alhures, é tão somente um enfoque que parte de uma base estática, tomando como *dados* uma certa situação da divisão regional do trabalho para então desdobra-se na mediação de “desvio”, como é sobretudo uma abordagem que se centra sobre os *resultados* dos desenvolvimentos diferenciais inter-regionais, e não sobre o processo de constituição desses diferenciais. (OLIVEIRA, 2008, p.141-142)

Oliveira (2008) se esforçou para compreender os processos de constituição dos diferenciais inter-regionais, redimensionando o conceito de região de forma a percebê-lo a partir do “caráter diverso das leis de sua própria reprodução e pelo caráter de suas relações com as demais.” (OLIVEIRA, 2008, p. 143), pretendendo, assim, tratar o conceito de região em seu âmbito político e, sobretudo, econômico, além de propor teórico-metodologicamente privilegiar uma abordagem que se “fundamente especificamente na especificidade da reprodução do capital, nas formas que o processo de acumulação assume, na estrutura de classes peculiar a essas formas e, portanto, também nas formas de luta de classe e do conflito social em escala mais geral.” (OLIVEIRA, 2008, p. 145).

Para Oliveira (2008), a existência de regiões é uma evidência história irrefutável, desde que se trata de espaços econômicos que nasceram ou foram inseridos na divisão internacional do trabalho do capitalismo mercantil como reservas e produtores de acumulação primitiva e que, posteriormente, continuaram subjugados à divisão internacional do trabalho do capitalismo imperialista, ou seja, tais regiões teriam sua gênese histórica ligada ao comércio internacional de mercadorias, “sendo essa sua lei de reprodução no nível mais geral” (OLIVEIRA, 2008, p. 146). Em resumo:

Uma “região” seria, em suma, o espaço onde se imbrica dialeticamente uma forma especial de reprodução do capital e, por consequência, uma forma especial da luta de classes, onde o econômico e o político se fusionam e assumem uma forma especial de aparecer no produto social e nos pressupostos da reposição. É possível reconhecer a existência de espaços econômicos-políticos-sociais em que, por exemplo, o capital comercial comanda as leis de reprodução sem, no entanto, penetrar propriamente na produção; tal região se diferenciaria de uma outra onde o capital penetrou no próprio sistema produtivo, onde seria o capital industrial – em sentido lato, pois a agricultura capitalista também é uma indústria – o responsável pela reprodução do sistema; assim, sucessivamente, as diversas formas de reprodução do capital comportariam “regiões” distintas. (OLIVEIRA, 2008, p. 148).

É no sentido de compreender as especificidades de cada “região”, a partir das diferenças na divisão regional do trabalho, que o autor encontra terreno fértil para o entendimento das relações inter-regionais e para abandonar a abordagem dos “desequilíbrios regionais”. Aí reside a crítica política-ideológica à noção de “planejamento regional” como forma de intervenção do Estado sobre as contradições entre a reprodução do capital em escala nacional e regional, que tomaram a aparência de “conflitos inter-regionais”:

O planejamento não é, portanto, a presença de um Estado mediador, mas, ao contrário, a presença de um Estado capturado ou não pelas formas mais adiantadas de reprodução do capital para forçar a passagem no rumo de uma homogeneização ou, conforme é comumente descrito pela literatura sobre o planejamento regional, no rumo da “integração regional”. Nem ainda o planejamento é uma forma “neutra” dessa presença; ao contrário, ele é no mais das vezes uma forma transformada da própria luta de classes, tanto ao nível das contradições na reprodução global do capitalismo quanto no nível das contradições entre as formas diferenciadas, “regionais”, daquela reprodução e as mesmas formas das relações de produção. (OLIVEIRA, 2008, p. 149)

Apesar de considerar deficiente o conceito de região adotado por Francisco de Oliveira¹⁵⁷, Martins (1987) parece concordar com ele (e com Rosa Godoy Silveira citada textualmente pelo autor) no que diz respeito a periodização histórica das regiões no Brasil, que segundo o autor de *Elegia para uma re(li)gião*: “É possível constatar, sem recuar muito no tempo, que o Nordeste como ‘região’, tanto no sentido aqui proposto quanto no sentido mais corrente na literatura, na opinião pública e nas políticas e programas governamentais, somente é reconhecível a partir de meados do século XIX, e sobretudo no século XX.” (OLIVEIRA, 2008, p. 153).

Considerando essa perspectiva, na periodização pode ser estabelecida segundo os grandes momentos de transformação das articulações entre o desenvolvimento do capitalismo europeu e o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Nesse sentido, o marco central na formação das regiões no Brasil situa-se em fins do século quando grandes transformações tem lugar a nível interno e externo. A nível externo observa-se a emergência do capital financeiro no âmbito internacional, tomando mais complexas as relações de troca entre países centrais e periféricos. A nível interno verifica-se a constituição do mercado de trabalho livre, a expansão do capital industrial e o do Estado-nação. Até essa época, as regiões no Brasil, apesar de suas múltiplas diferenciações, podem ser chamadas, em termos genéricos, de regiões escravagistas. A partir dessa data, também em termos genéricos, regiões capitalistas. (MARTINS, 1987, p. 46).

A noção de “região para o capital”, nos termos de Francisco de Oliveira, aliado ao diagnóstico de que só a partir do século XIX, em especial na sua segunda metade, que se formaram as regiões econômicas como consequência da incorporação do Brasil à divisão internacional do trabalho em um contexto de reordenação do espaço nacional, parecem ter

¹⁵⁷ Sobretudo por uma ausência de aprofundamento do conceito de espaço numa teorização marxista - na qual a discussão da produção do espaço deveria ser tomada como resultado de “processos sociais”, e dimensionado em termos de articulação de espacialidade próprias a diferentes relações de produção, e não como “processos espaciais”, que camuflaria as relações sociais concretas que existem por trás da noção de processo. Nesse ponto Silveira (2009) parece concordar com Martins (1987).

marcado a tese de maior repercussão da História Regional no âmbito das instituições universitárias na Paraíba na década de 1980, ou seja, todo esse debate de fundo, que vai da crítica a “Ideologia da Cultura Brasileira” às variantes ideológicas que contribuíram no processo de significação da “questão regional”, aliadas ao contexto de avanço do capitalismo em sua fase monopolista e seu respectivo processo de “integração nacional” aprofundado no Brasil no período pós-golpe de 1964 e ao reexame das teses dualistas a partir da chamada “teoria da dependência”, se encontrarão como elementos constitutivos para a tese de doutorado de Rosa Maria Godoy Silveira, defendida na Universidade de São Paulo, em 1981, intitulada *Regionalismo, Ideologia do espaço*, e, posteriormente, publicada em formato de livro pela Editora Universitária da UFPB, em 1984, com o título *O Regionalismo Nordeste: Existência e Consciência de Desigualdade Regional*¹⁵⁸.

Segundo Albuquerque Junior (2014)¹⁵⁹, ao mapear o lugar social e institucional de Rosa Godoy Silveira, esta possui inquestionáveis relações com o ambiente vivenciado na USP, sobretudo quando se considera que sua graduação, mestrado e doutorado foram lá cursados, nas palavras deste historiador:

Ainda no plano institucional esse texto é inseparável de toda a trajetória de formação que a autora vivenciou na Universidade de São Paulo. O aparato teórico e metodológico que mobiliza, também bastante expressivo do momento em que o texto foi produzido, foi aprendido senão em sala de aula, pois Rosa Godoy fez a sua graduação no momento mais agudo da repressão, da censura e da tortura por parte do regime militar implantado em 1964, pois torna-se aluna da USP no ano de 1968, restando no Departamento de História poucas pessoas a falarem ou ensinarem o materialismo histórico, desde a aposentadoria compulsória da professora Emília Viotti da Costa, o que levou, num gesto de solidariedade à aposentadoria do professor Sérgio Buarque de Holanda. No entanto, é na USP, participando do movimento estudantil, morando na residência universitária, no bloco G, o único bloco misto, frequentando os cursos paralelos ministrados sob o patrocínio do DCE, que fez suas primeiras leituras no campo do marxismo. Tem a oportunidade de frequentar cursos e palestras de professores importantes da Universidade, professores em cujas aulas ou falas apareciam as categorias marxistas, como: Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Otávio Ianni, Juarez Brandão Lopes, Antônio Cândido, Alfredo Bosi, AzisAb’Saber. Essa presença em sua formação de uma gama de cientistas

¹⁵⁸ Iremos trabalhar com a 2ª edição do livro, publicado pela mesma editora em 2009, pois além de conter, sem alteração, o texto da primeira edição na íntegra, é composto de outros textos como o Prefácio *Vide, ainda, a região: regionalistas e regionalizadores*, escrito pelo também historiador e professor da UFPB Élio Chaves Flores, e que fornece indícios da forma como as teses contidas em *Regionalismo Nordeste* circularam e foram apropriados pelos historiadores na Paraíba. Esse, inclusive, foi o critério que nos fez selecionar o livro, ao invés da tese, já que o que importa aqui é o grau de circulação que a obra suscitou.

¹⁵⁹ Tal texto, intitulado *O Regionalismo Nordeste: acontecimento e dívida*, foi apresentado no Encontro Estadual da ANPUH-PB, em 2014, e ainda não foi publicado. Gostaria de agradecer ao professor Durval Muniz por ter disponibilizado o texto mesmo sem ter concluído e sendo ainda inédito para a leitura.

sociais, que irá se somar as leituras posteriores que fará de economistas, como Celso Furtado e Francisco de Oliveira talvez nos ajude a compreender o próprio estilo da autora, como o seu texto é vazado, um texto bastante abstrato e conceitual, em que as categorias assumem, em grande medida, o lugar dos agentes e dos sujeitos do processo histórico (esses autores também foram decisivos na minha formação na graduação).” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2014, p. 3-4).

Tal tese pode ser considerada elemento chave para a compreensão do processo de circulação e apropriação da “questão regional” na Paraíba devido ao alcance que teve, sendo, por exemplo, tratada como texto elementar em disciplinas de cursos de graduação¹⁶⁰, como leitura obrigatória em processos de seleção de pós-graduação¹⁶¹ e em encontros de historiadores¹⁶². Ao mesmo tempo, sua autora teve papel importante no tocante à implantação e institucionalização do NDIHR, nas discussões do *métier* do historiador na Paraíba- tanto através da sua atuação no Departamento de História da UFPB, quanto no processo de institucionalização da seção local da ANPUH na Paraíba.

Aliados, autora e obra, biografia e bibliografia, nos permite a condução por meio dos caminhos que se atravessou no processo mesmo de institucionalização do discurso histórico na universidade, ou, em outras palavras, na constituição das instituições universitárias como lugares privilegiados de produção do saber histórico-historiográfico na Paraíba. Se, como procuramos ressaltar no capítulo anterior, Rosa Godoy Silveira ocupou um inegável protagonismo ante aos acontecimentos fundamentais para a compreensão da revitalização historiográfica na Paraíba, tal como a implantação do NDIHR-UFPB, a obra *Regionalismo Nordeste* protagonizou as discussões que se travam acerca da “Questão Nordeste”, dos

¹⁶⁰ No segundo semestre de 2009, quando fazia a Graduação em História na Universidade Estadual da Paraíba, tive a oportunidade de estudar a disciplina *Construção da História Regional e Local* com a professora Luciana Calissi, naquela oportunidade tal disciplina obrigatória foi desenvolvida a partir de dois textos-base, que foram justamente o *Regionalismo Nordeste* e *A invenção do Nordeste*, na qual se procedeu uma análise comparativa e a partir do qual pude visualizar a importância dessa obra para a historiografia acadêmica na Paraíba. Esse foi um momento importante na elaboração da pesquisa que hora apresentamos, foi ali que diagnostiquei a ausência de estudos que objetivaram tratar a relevância do conceito de região na historiografia produzida na Paraíba.

¹⁶¹ No processo seletivo do PPGH-UFPB de 2012/2013, o livro *Regionalismo Nordeste* foi uma das obras obrigatórias cobrada na prova escrita dos candidatos à linha História Regional. Ver edital de seleção PPGH-UFPB 2013, disponível em: http://www.cchla.ufpb.br/ppgh/Edital_de_Selecao_PPGH-UFPB_2013.pdf. Acessado em 05/02-2015.

¹⁶² No XVI Encontro Estadual de História organizado pela ANPUH-PB, em 2014, ocorreu uma Mesa Redonda, intitulada “30 anos do livro O regionalismo Nordeste”, cujos participantes foram os professores Durval Muniz de Albuquerque Junior e Frederico de Castro Neves, esta mesa foi coordenada pela própria Rosa Maria Godoy Silveira, e seus palestrantes discutiram sobre a importância do *Regionalismo Nordeste* para a historiografia. Sobre a programação desse encontro ver: http://www.encontroestadualdehistoriaph.com/home/?page_id=48 Acesso em 05/02/2015.

“debates regionais” e da “História Regional” na Paraíba, impondo à própria historiografia acadêmica ali produzida um lugar de importância a tal conjunto de questões.

No próprio texto está inscrito como experiência relevante a vivência da autora nas atividades que vinha realizando, desde 1976, como professora do DH-UFPB e como coordenadora do NDIHR. Possivelmente, a lacuna teórica-conceitual em torno da noção de “História Regional” no âmbito do NDIHR, foi uma das razões que a levou a escrever sua tese, já que se observava a urgência da análise acerca da multiplicidade de critérios definidores do Nordeste e sua respectiva necessidade de revisão historiográfica, “Ou seja, na medida em que o NDIHR se definia enquanto órgão primordialmente de pesquisa, e, portanto, esta se constituindo no eixo condutor da prospecção de fontes, cabia resolver uma questão chave: a configuração de região Nordeste que passaria a ser o objeto de trabalhos a partir do que seriam delimitadas as áreas temáticas para investigação e registro documental.” (SILVEIRA, 2009, p. 19-20). Ainda se referindo ao problema da organização de um centro de documentação cujo foco circunscrevesse a História Regional, Silveira diz que:

Acreditamos que a conceituação que se tentou estabelecer para a região tem implicações práticas consideráveis, na medida em que poderá ensejar uma recomposição documental em novas bases, de maior alcance do que aquela orientada por critérios político-administrativos estadualistas. A História Regional não deverá mais ser, se se for consequente com a proposta de abordagem intentada, a História da Paraíba, ou de Pernambuco, fragmentada, isolada de suas articulações reais, ou mero reflexo das articulações mais amplas, como a aparece comumente na historiografia. A História Regional não deverá mais ser a História do Nordeste homogeneizado, em que se faz tábula rasa da diferenciação social e espacial interna. (SILVEIRA, 2009, p. 236)

A análise das “ideologias espaciais” próprias do “regionalismo nordestino” parece ter encontrado inspiração na própria experiência que a autora teve ao sofrer - junto com outros professores que vieram de diferentes cantos do Brasil para integrar o quadro da UFPB na gestão de Lynaldo Cavalcanti – com a conhecida “querela xenófoba da UFPB”, em que a polarização do antagonismo “os de dentro” versus “os de fora”, sendo colocada como contradição fundamental, reatualizava um discurso que parecia ser necessário desnudá-lo historicamente, daí a atualidade do tema, pois saltava aos olhos a importância de investigação sobre a “determinação matricial do regionalismo”, já que: “se hoje o contexto é outro, se é outro processo, os argumentos parecem os mesmos, retirados da memória ideológica regionalista e acrescentados de outros conteúdos, porque suscitados por outras mudanças ocorridas na região.” (SILVEIRA, 2009, p. 19).

Além dos elementos de caráter biográficos e do contexto intelectual em que a autora estava inscrita, a própria operação historiográfica que elaborou assinala a importância junto ao debate mais amplo ligado “a Questão Nordeste” e à “História Regional”, tanto do ponto de vista teórico-metodológico, quanto no que diz respeito à maneira que procedeu a sua escrita da história.

Silveira (2009) escreve uma longa introdução em que os elementos de crítica historiográfica, justificação e os fundamentos teóricos e metodológicos se cruzam. No que diz respeito a este último, a autora diz que a reflexão teórica-metodológica de sua tese encontra-se diante da análise sobre a “ideologia do espaço”, sendo esse o seu problema fundamental, estando sua tese estruturada a partir da concepção materialista histórica ao qual a teoria da ideologia estaria ligada. Para Silveira (2009), enquanto estrutura regional, a ideologia constituiu um sistema combinado de representação sob as mais diversas formas das práticas sociais e a construção ideológica tem existência material objetiva, na medida em que toda a sociedade e toda ação social necessitam de uma estrutura de sentido para se reproduzirem. Por fim, a ideologia é considerada ao mesmo tempo uma forma de conhecimento e uma estratégia de dominação.

Segundo Suely Robles Reis de Queiroz¹⁶³, a concepção teórica que norteia o *Regionalismo Nordestino* é a do materialismo histórico, mediada por Gramsci¹⁶⁴, em quem Silveira se apoia para caracterizar o espaço na sua dialética com o sistema social, econômico e político no qual se insere. Depois de uma ampla discussão acerca do conceito de ideologia em Gramsci, sobre as relações entre superestrutura e infraestrutura, além das análises dos elementos constitutivos do Estado, quando o autor italiano diz que este não é só sociedade política, mas também “sociedade civil”, Silveira (2009) sugere que a apropriação que pretende fazer se liga à perspectiva de caracterização da ideologia regionalista nordestina, configurando-a como ideologia dominante “na medida em que o discurso regionalista se

¹⁶³ Professora da USP, e orientadora da tese de doutorado de Rosa Godoy Silveira, Suely Queiroz escreveu o prefácio da primeira edição do livro *Regionalismo Nordestino*, no qual descreve as suas principais contribuições histórico-historiográfica. Vale ressaltar que Silveira utiliza como referência o livro de sua orientadora *Historiografia do Nordeste*, ao reafirmar a importância de se estudar a crise no Nordeste, em específico as raízes da crise no século XIX. Essa é uma referência valiosa, já que mantém uma íntima afinidade eletiva com os objetivos propostos por Silveira, que não coincidentemente desenvolveu tal análise.

¹⁶⁴ Para o professor Élio Chaves Fores, no prefácio da segunda edição, a obra de Silveira expressa uma concepção marcadamente gramsciniana, e para fortalecer a ideia de que a autora de *Regionalismo Nordestino* utilizou Gramsci na apreensão da “ideologia do espaço”, Flores cita o próprio filósofo italiano, quando o mesmo diz que: “A inovação fundamental introduzida pela filosofia da práxis da política e da História é a demonstração de que não existe ‘natureza humana’ abstrata, fixa e imutável (conceito que certamente deriva do pensamento religioso e da transcendência); mas que a natureza humana é o conjunto das relações sociais determinada, isto é, um fato histórico comprovável, dentro de certos limites, através dos métodos da filologia e da crítica.”.

interpõe simultaneamente a ocultação-explicitação da dominação e a ideia de transformação na sociedade (no sentido de superar a crise sem perder a dominação.).” (SILVEIRA, 2009, p. 42). Neste sentido, o nível da ideologia onde se realiza a ambiguidade simbólica é de natureza geográfica (Norte x Sul), com elaboração mais refinada através da categoria “região”, encontrando tal ambiguidade na ideia de diferenciação-homogeneização do real, tendo como efeito: a) Criar coesão e uma articulação com a classe dominada regional, e mascarando a diferenciação intra-regional; b) criar coesão com as demais frações da classe dominante no país; c) criar uma oposição na coesão, ou seja, uma espécie de desarticulação entre fração regional de classe dominante e as demais frações da classe dominante (SILVEIRA, 2009).

Ainda um outro conceito gramsciano é apropriado por Silveira e observado como fundamental na elaboração de sua tese, trata-se do conceito de “bloco histórico”, pois poderia tornar mais exequível a reflexão sobre a fração de classe, sua articulação no âmbito interno a classe que pertence e as suas relações com as outras classes sociais. No que diz respeito a noção de bloco histórico, esta historiadora parece se interessar pela relação entre estrutura-superestrutura, os vínculos que promove essa unidade e o papel que os intelectuais exercem na sua consecução. Em resumo, tal apropriação se dá em quatro níveis: a) Constituição da superestrutura de bloco histórico em “sociedade civil” e “sociedade política”; b) Organicidade das relações entre superestrutura e infraestrutura; c) A acepção dos intelectuais, em termos de função, como agentes da superestrutura, com atribuições de elaborar e difundir a ideologia da classe dominante de modo a assegurar a hegemonia sobre as demais classes sociais; d) Distinção entre os momentos de crise de um bloco histórico e a crise orgânica cujo resultado é a superação do bloco histórico, em suas palavras, tal apropriação se dá na “caracterização do bloco histórico na sociedade brasileira do Império e inserção, naquele bloco, da fração de classe dominante localizada no espaço que se nomeia Norte (...) Com o bloco histórico Gramsci condensa a relação infra-estrutural/superestrutural, sem privilegiar um outro nível, mas sem dúvida aprofundando o conteúdo teórico do nível superestrutural.” (SILVEIRA, 2009, p. 45).

Quando Silveira (2009) retoma a discussão teórica em torno das noções de “Ideologia”, “bloco histórico” e “intelectual”, operacionalizando-as na análise da forma pela qual, a partir da década de 1870, se formou um “modo de pensar regionalista” em reação a crise que tais elites passaram a enfrentar, acaba por contribuir para os debates em torno da “questão regional” no Brasil a partir do diagnóstico de que há uma forte ligação entre o “modo de pensar regionalista” e os “espaços regionais em crise”, ou seja, há uma relação entre a “representação do espaço” e o próprio “espaço real”. Tal diferença entre

“representação” e “realidade” parece caracterizar o tipo de problemática de linha marxista que orienta esta pesquisa, já que é nesse sentido que a análise da ideológica funcionou: ao mesmo tempo em que trata os discursos “regionalistas” como ideológicos, observando que sua existência estaria orientada para escamotear as verdadeiras relações de dominação, procura mostrar o que está por trás do discurso ideológico, evidenciando, assim, o “espaço real” e suas relações objetivas de dominação e produção. Ou seja, no eixo da representação do espaço, situa-se a forma como as classes dominantes representavam as condições de sua existência e como se encaravam nesse processo, transparecendo a proposta de expansão do sistema em que é dominante. Por outro lado, na análise do “espaço real”, estabelece-se a relação entre a visão do mundo regionalista em conformidade com a explicação da forma em que se procedeu as relações objetivas e materiais de produção, estas vinculadas, ao mesmo tempo, à base física em que ocorrem, às formas específicas de relações sociais de construção de outros espaços e ao modelo de acumulação dominante na formação social.

É a partir disso que se encontra análise empírica-documental de Rosa Godoy Silveira, já que se propõe em explicitar tanto a “representação do espaço” elaborada pelas elites regionais, quanto o “espaço real” a partir do qual se desenvolvem tais representações. Para tanto, três são as séries documentais utilizadas: 1ª) Pronunciamento dos deputados na Assembleia Geral do Império, especificamente os deputados da Paraíba e de Pernambuco 2º) Os relatórios da Presidência da Paraíba; 3º) Discursos no Congresso Agrícola de Recife, ocorrido em 1878. Ao explicar o porquê das escolhas documentais, sobretudo no que diz respeito aos discursos dos deputados¹⁶⁵, os motivos anunciados foram: a) Eram representantes das elites rurais das várias regiões nos termos da representatividade da Constituição de 1824; b) Os deputados articulavam os dois níveis (Província de origem x Corte); c) Eram ideólogos da classe dominante. A partir desse último ponto a autora discute o que entende por ideologia e como ver os deputados de acordo com a concepção gramsciana de “intelectual”, segundo a qual era possível enquadrá-los como agentes da superestrutura, uma camada social diferenciada que ao mesmo tempo se ligam a (infra)estrutura (ou às classes fundamentais do

¹⁶⁵ A escolha do segundo grupo de documentos, ou seja, dos “Relatórios da Presidência da Paraíba”, se deu no sentido de compreender a percepção do Estado (a partir do poder provincial) frente às mudanças em curso no espaço regional. E a escolha dos discursos proferidos no Congresso Agrícola do Recife se justifica em função de ser uma manifestação do posicionamento de um órgão de classe (Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco) diante da atitude supostamente excludente do Estado nacional. Alguns aspectos importantes desse encontro serão levados em consideração. A participação de proprietários das províncias da Paraíba, de Alagoas, do Rio Grande do Norte e da Paraíba ofereceu a oportunidade de captar a visão agrária, inclusive suas diferenças internas, vinculada ao espaço regional tal qual conceituada nesse trabalho. Além disso, permitiria captar até onde a mudança no cenário econômico e político altera o discursos das elites rurais.

domínio econômica), e são encarregados da superestrutura, responsáveis por fundamentar a homogeneidade e direção ao bloco histórico, ou seja:

Os intelectuais são células vivas da sociedade civil e da sociedade política: são eles que elaboram a ideologia da classe dominante, dando-lhe assim uma consciência de seu papel, e a transformam em ‘concepção de mundo’ que impregna todo corpo social. No nível da difusão da ideologia, os intelectuais são os encarregados de animar e gerir a ‘estrutura ideológica’ da classe dominante no seio das organizações da sociedade civil (Igreja, sistema escolar, sindicatos, partidos, etc.) e de seu matéria de difusão (mas media). Funcionários da sociedade civil, os intelectuais são igualmente agentes da sociedade política, encarregados da gestão do aparelho de Estado e da força armada (homens políticos, funcionários, exército, etc.). (SILVEIRA, 2009, p. 137, apud: PORTELLI, 1977, p.84)¹⁶⁶.

Ao tomar os representantes políticos das províncias na corte (os deputados) ao mesmo tempo como intelectuais, ideólogos e condutores do bloco histórico, a análise de Silveira (2009) se dedicará não apenas à compreensão de como a infraestrutura (nível econômico) determina a superestrutura (nível político e ideológico), mas enfatiza que no interior das próprias relações sociais e políticas historicamente datadas se constituiu uma espécie de “consciência da crise” que se liga ao discurso “regionalista”, ou seja, desloca a perspectiva de uma análise propriamente econômica para a compreensão dos elementos ideológicos e de relações de classe que fundamentou especificamente a raiz histórica do “regionalismo nordestino”.¹⁶⁷

Além do conceito de “bloco histórico” e da referência à Gramsci, Silveira diz que o segundo conceito estruturante do seu trabalho é a noção marxista de espaço, pois viabilizaria a reflexão simultânea sobre o nível explícito (geográfico territorial) e os níveis implícitos (econômico e político) da ideologia regionalista, e ainda o deslocamento, no discurso, dos últimos (nível real) para o primeiro (nível ideológico), possibilitando, portanto, pensar a

¹⁶⁶ A obra citada por Silveira é: PORTELLI, Hughes. Gramsci e o bloco histórico. Trad. De Angelina Peralva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. Esse texto parece ter sido fundamental para a recepção das ideias de Gramsci no Brasil, em especial no que se refere ao seu conceito de “bloco histórico”, esse é, inclusive o mesmo texto que Mota (1985) cita ao explicitar a relação entre “intelectual”, “ideologia” e “bloco histórico”, ver nota 146.

¹⁶⁷ Com a influência das ideias gramscinianas, se preocupa menos em determinar mecanicamente a subordinação da ideologia ao nível infraestrutural, do que perceber as complexas relações entre infraestrutura e superestrutura no que diz respeito tanto a formação de regiões para o capital, quanto à produção ideológica em torno desse processo. Não que o nível infraestrutural seja descartado (até porque a primeira parte da obra se preocupa com tal aspecto), mas seu papel condicionante não renunciaria, em termos de investigação histórica, se levar em consideração outros aspectos da realidade histórica. Nesse sentido, a apropriação das ideias de Gramsci no Brasil pareceu ter contribuído significativamente para a possibilidade de se perceber de forma menos mecanicista a relação entre infra e superestrutura, estando as noções de “bloco histórico”, “intelectual” e “ideologia” como instrumental teórico que viabilizará tal operação historiográfica.

infraestrutura em sua relação com sua base territorial sobre a qual se processam as relações de produção¹⁶⁸.

Silveira (2009, p. 48) afirma que é necessário “propor um conceito que permita apreender o espaço real implica considerar a realidade enquanto processo e produto do trabalho humano (práxis), daí advindo o seu caráter de totalidade permeada de múltiplas relações e inter-relações.”. Nesse sentido, o espaço no Modo de Produção Capitalista obedeceria às determinações, caracterizada pelas leis sociais vigentes, pela predominância das relações de produção e troca, e pela forma de propriedade capitalista dos meios de produção, “portanto, enquanto se engendra o processo de produção-circulação capitalista, engendra-se organicamente o espaço capitalista.” (SILVEIRA, 2009, p. 51). Para a autora, a região só será plenamente caracterizada se for analisada no seu complexo de imbricações e relações, sendo “o aspecto básico a ser vislumbrado é o nível de articulação das atividades produtivas da região ao modelo de acumulação dominante.” (SILVEIRA, 2009, p. 52), já que seu desenvolvimento combinado faz parte da lógica de acumulação capitalista, como estrutura e processo, e é desigual em termos sociais e espaciais. É por isso que o discurso dos “desequilíbrios regionais” passou a ser considerado equivocado, já que admite um ponto de “equilíbrio” do espaço, inexistente na forma de construção do espaço em um contexto de desenvolvimento capitalista.

Por fim, assim como já tratara Francisco de Oliveira (2008), a questão da formação social brasileira deveria ser analisada segundo sua incorporação à divisão internacional do trabalho que acabou por realizar a expansão capitalista em um sentido geográfico, tal como verificar a crise que aponta a ideologia regionalista.

Nesse sentido, a incorporação do conceito gramsciano de bloco histórico adicionado à perspectiva marxista de espaço possibilitou a Silveira (2009) caminhar em direção à superação das interpretações historiográficas em que o espaço representado aparece desvinculado do espaço real que o fundamenta e em que é homogeneizado. A análise que elabora se propõe a compreender como são articulados os aspectos ideológicos, nomeados como “regionalismo nordestino”, à suas determinações infraestruturais. Procede assim,

¹⁶⁸ Nesse debate, retoma a teorização de Milton Santos e suas críticas às várias percepções do espaço, seja pela sua usual visualização descritiva, que o pressupõe em uma situação de equilíbrio e como unidade isolada, sem que as relações entre seus objetos sejam estabelecidas, tal como ocorre no emprego de técnicas quantitativas, que omite os processos, ao focar nos resultados; seja na abordagem sistêmica de espaço, que mesmo o entendendo como um sistema, o teoriza como se portasse autonomia diante das relações socioeconômicas; ou, até mesma na chamada “Geografia da percepção”, a partir da qual se perceberia que cada indivíduo possui uma escala própria de espaço.

inclusive, na forma como organiza e divide as partes do livro¹⁶⁹ e seus respectivos capítulos, organizando uma sequência que vai da análise do modo de produção capitalista e suas diferenciadas dinâmicas no que concerne ao processo de organização do espaço, sobretudo no contexto de transição do capitalismo comercial para o capitalismo industrial (a nível externo) e da transição entre o Brasil enquanto colônia portuguesa e como Estado-nação independente (a nível interno), passando pela incorporação do Brasil na divisão internacional do trabalho, avaliando, inclusive, suas contradições, e chegando à reorganização dos espaços regionais a partir das reorientações econômicas sofridas a partir de meados do século XIX.

Na primeira parte da obra, a autora, através de um trabalho de revisão historiográfica, procura entender como se deu a inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho em um momento em que o capital industrial era o “determinante histórico”. Observa que tal inserção acabou por redefinir a divisão interna do trabalho, alterando o processo de constituição de região como um todo, embora desigual na configuração de cada um específico. Nesse processo, das várias regiões para o capital (açucareira, algodoeira, cacauieira, tabageira, cafeeira), apenas a cafeeira se desdobraria, no decorrer do século XIX, para configurar uma região plenamente capitalista. As outras reorganizaram seus espaços em função de uma dada situação de crise, no entanto, sem conseguir aprofundar a divisão social do trabalho, portanto: “É desta diferenciação entre regiões no processo que se infere a polarização geográfica nomeada entre Norte e Sul” (SILVEIRA, 2009, p. 94). A transição para o processo capitalista de produção teve entraves entre as províncias do Norte exportador, o que se manteve nesta região foi a manutenção das relações pré-capitalistas de produção, que vivia um momento de crise, evidenciada tanto pela questão da crise do preço do açúcar, quanto pelo problema da mão-de-obra (agravado na segunda metade do século XIX com a proibição do tráfico de escravos).

¹⁶⁹ O corpo da obra é dividido em duas partes e em cada uma há dois capítulos que são repartidos, por sua vez, em mais dois subcapítulos. Seus respectivos títulos fornece indício de como o instrumental teórico-metodológico referenciado acima foi operacionalizado na própria escrita da história de Silveira, que vai da influência do “capitalismo na organização do espaço no Brasil” ao “processo de configuração do espaço regional”, do papel da “divisão do trabalho no processo de constituição das regiões” à “intervenção do Estado no espaço” e da formulação da “identidade regional” ao “espaço regional no âmbito do Estado nacional”. Os títulos são: Parte “A: Capitalismo e Organização do Espaço no Brasil”, cujos capítulos são: “I: Divisão de trabalho e constituição das regiões”, (Que contém os subcapítulos: “1. O Brasil nos quadros da divisão internacional do trabalho” e “2. A divisão do trabalho no Brasil”) e “II: A intervenção do Estado no espaço” (cujo subcapítulos são: “1. O Estado mercantilista português e a regionalização”; “2. O Estado liberal nacional e a unificação do espaço”). Na segunda parte, ou “Parte B”, pretende-se tratar “A configuração do Espaço Regional”, com os capítulos: “III: A identidade regional” (cujos subcapítulos são: “1. O espaço representado: o Norte” e “2. O espaço real: a região para o capital em crise”) e “IV O Espaço regional no Estado nacional” (com os subcapítulos “1. A representação do espaço-obstáculo: o Sul e o Estado” e “2. O espaço-real: a região para o capital cafeeira subordina a região para o capital açucareira”).

É esse o processo que explicaria a diferenciação entre Norte e Sul, já que são originadas pela própria dinâmica do capitalismo entre o século XVIII e XIX, e como provocou alteração na forma de organização dos espaços, sejam eles regionais ou nacionais. Tratou-se, nesse sentido, de articular a perspectiva marxista de espaço ao problema da formação histórica das regiões no Brasil, avaliando como as relações de produção capitalistas então em curso agiram como “determinante histórico” desse processo. Nesse sentido:

A transição para um novo padrão de acumulação não ocorreu, no entanto, em outras regiões para o capital, sobretudo a açucareira e a algodoeira. É exatamente a diferenciação no processo de constituição de regiões, em decorrência da modernização, que explica o contraste entre Norte e Sul, perceptível no discurso regionalista dos parlamentares representativos da primeira área. (SILVEIRA, 2009, p. 91)

Além do capitalismo como determinante histórico, o Estado foi descrito como coordenador do processo de organização e formação das regiões para o capital, já que a alteração interna do espaço regional e a alteração das relações regionais no conjunto nacional se desenvolveram no momento mesmo da formação do Estado nacional. Para a autora de *Regionalismo Nordestino*, enquanto *locus* organizado para e pela produção, o espaço tem múltiplas relações econômicas e sociais. Como o espaço precisa ser apropriado, controlado e arranjado, de tal forma que se assegurem as condições para a reprodução daquele sistema produtivo, coloca-se a questão do poder no e sobre o espaço. No caso do Brasil, o século XIX assinala a transição de um estatuto de Colônia para o Estado nacional independente, processo que representou a superação das contradições entre o desenvolvimento das forças produtivas do espaço colonial brasileiro e as condições postas para o seu desenvolvimento.

Portanto, a mudança de modelo político significou mudança no próprio padrão de organização espacial, pois “todo o complexo em que se constituiu a implantação do Estado nacional acabou por redefinir a relação Estado-espaços regionais, resultando em uma nacionalização do espaço, mediante um processo de ajustamento que se desencadearia no Império, mas que se prolongaria além de seu desfecho em 1889.” (SILVEIRA, 2009, p. 117). Ao atentar para a forma como o Estado agiu no que diz respeito à formação de espaços para o capital, Silveira (2009) se questiona: “Qual a estrutura de poder substituiu o sistema colonial?”; “O que provocou a nacionalização do espaço?”; “Como se operou?”; “Como reagiram as regiões nesse processo?”. Em resposta, afirma que a independência política se realizou sem alterar a estrutura social e o Estado passou a ter como principal papel o de conciliador e o de mantenedor da ordem. Do ponto de vista político-econômico, deveria

garantir a eficácia da dominação política dos proprietários rurais, já que nacionalidade assumiu o significado de unidade de classe que conduziu o processo político, em torno dos seus interesses, sendo esse, inclusive, o maior mérito que se atribuiu ao Império, ou seja, o de ter realizado a unidade nacional e mantido a integridade territorial, o que significou que houve um sistemático esforço por parte do Estado de manutenção de uma certa unidade entre o bloco hegemônico de poder, assumindo, inclusive, certa tendência centralista¹⁷⁰. Nesse sentido, foi em torno do interesse de preservação dos eixos de estruturação e de dominação daqueles espaços regionais que se procedeu unificação do espaço nacional, não a partir da ampliação e aprofundamento da esfera de circulação com a constituição de um mercado interno, mas pela ação do Estado, o que provou um maior relacionamento entre espaços regionais, até então isolados entre si, com o nível político.

Garantida a unidade do território nacional, a partir de uma unidade das classes dirigentes, o principal desafio do Estado foi o de manutenção de certo “equilíbrio regional”. Entretanto, a partir da segunda metade do século XIX se desenvolverá o agravamento das tensões regionais, sobretudo em função do avanço da influência do capital industrial no Brasil e suas consequências no interior das relações de produção e circulação nesse país, aliados, ainda, à proibição do tráfico negreiro. É assim que vai se estabelece uma conceituação de “Norte geográfico”, se desvendando como um rótulo que encobre várias regiões diferentes, ao passo que imprime um caráter homogeneizador¹⁷¹.

A forma como Silveira (2009) organizou a sua *escrita da história* possibilita a visualização da maneira como procurou articular a “representação do espaço” ao “espaço real”. Organizando os discursos de uma maneira que fosse possível explicitar o conjunto de questões articuladas à própria representação do espaço, nomeado por suas elites (de forma homogeneizante) de “Norte”, percebe uma alternância na forma como esse espaço foi sendo representado ao longo do tempo: A distinção entre “Norte” e “Sul” passou de um sentido estratégico político-territorial no processo colonial para, no momento de emancipação política, ganhar uma nova conotação, à luz das respectivas estruturas produtivas de cada uma das regiões em relação ao Estado nacional, ou seja, enquanto o Norte significou a parte do território que primeiramente foram fieis a Portugal e depois encampou a luta federalista, o Sul

¹⁷⁰ A questão da centralização política no Império e suas relações com as províncias, em específico à Paraíba, foi alvo de constante preocupação de Silveira, no Curso sobre a História da Paraíba no Encontro Estadual de História de 1985, esta historiadora apresentou o curso *As relações da Província com o Poder Central: A reiteração da subordinação*, publicado na Revista Ciência Histórica em 1990.

¹⁷¹ Segundo Silveira (2009), o conjunto de discursos analisados guardaria três planos de leitura crítica: 1º) Delimitação que é feita do espaço regional e dos elementos que o identificam; 2º) As condições que existem no espaço regional naquele dado período; 3º) A posição que os autores que discursam se outorgam naquele espaço.

se caracterizava com uma maior identificação como o Estado nacional emergente. Por último, em uma terceira fase de elaboração da representação da distinção “Norte x Sul”, no momento em que ocorreu a substituição do braço escravo e ao mesmo tempo em que se confirmara a unidade nacional, o Norte procurava reiterar a sua “marca histórica de autonomia”.

A homogeneização discursiva correspondeu à uma homogeneização prático-política, que teve o papel de encobrir, inclusive, as diferenças internas à própria região¹⁷². Se o discurso em alguns momentos acaba por evidenciar que a região para o capital não é um todo homogêneo, ele carrega elementos que procura torná-lo assim, recorrendo, por exemplo, ao seu pretense passado comum. Silveira (2009) afirma que a luta pela preservação de classe faz com que os discursos proferidos se assentem em uma utopia do passado¹⁷³.

Durante todo esse processo, se ao Norte a denominação configura uma espécie de identidade global, pretensamente homogênea, a convivência com expressões correntes como as *províncias do Norte* demonstra que, afinal, a homogeneidade não existia, havendo mesmo, no interior do “bloco”, uma liderança indiscutível de Pernambuco, por vezes da Bahia ou do Maranhão, províncias em que mais fortemente eclodiram as revoltas sociais e políticas. Todos esses traços, modificados ou não, se transportaram para a imagem do Norte, elaborada na virada para a segunda metade do século XIX. (SILVEIRA, 2009, p. 153).

Enquanto a “classe dominante” percebe elementos de desorganização de seu espaço, visualiza-se se diferenciando com relação a dois “parceiros” da estrutura política: O Estado (nomeado como “Governo”) e a fração agrária vinculada à lavoura cafeeira (chamadas de “Províncias do Sul”). Nesse ponto do texto Silveira (2009) passa a contribuir diretamente na crítica às ideologias espaciais e às vertentes que balizaram a significação acerca do espaço regional do Norte/Nordeste, pois através de um conjunto de fontes empíricas, a autora consegue evidenciar como os discursos em torno das “desigualdades regionais” no passado estavam articulados às teses dos “desequilíbrios regionais”, tal qual apresentada no presente pelo pensamento dualista. Nesse ponto, *Regionalismo Nordestino* soma-se às obras que

¹⁷² Silveira cita a dependência da Paraíba à Pernambuco como exemplo de heterogeneidade que poderia contradizer a homogeneização em torno do conceito de “Norte”. Ver SILVEIRA, (2009 p. 162-163). Em outro texto está historiadora diz que uma das particularidades da história da Paraíba com relação no período anterior à Independência política-administrativa do Brasil é justamente sua dupla “dependência estrutural” (à Metrópole e à Pernambuco), algo que não parece ter mudado com a emergência do Estado-nacional, ao longo do século XIX. (Silveira, 1990).

¹⁷³ Segundo a autora, os outros elementos presentes no discurso ligados ao “regionalismo nordestino” seriam: A distinção do espaço regional, a partir da explicitação da superioridade com relação a outros espaços regionais, a partir da explicitação de supostas vantagens históricas, geográficas e econômicas; O espaço regional apresentado como vítima: ou como paciente dos acontecimentos, ou como vítima de infortúnios naturais como a seca; A personificação do espaço regional promove uma identificação entre o sujeito social (a classe) e o espaço regional (o Norte); Identificação entre a região Norte com a defesa dos interesses “pátrios”.

combateram intelectual e politicamente a noção de “desequilíbrio regional” como elemento explicativo das diferenças regionais, tal como Francisco de Oliveira (2008) já vinha alertando. Na passagem a seguir Silveira (2009, p. 200-201) demonstra todo o seu potencial crítico:

O equilíbrio, ou diríamos, o não afloramento conflituoso das contradições, que teria servido de suporte infra-estrutural sobre que se teria elaborado a noção de equilíbrio, a nível da visão de mundo de classe dominante, parece ter sido aquele espaço interno de uma determinada época, quando não havia ainda sido posta a desorganização do regime de trabalho e a concorrência de outros países pelos mercados internacionais do açúcar e do algodão. Em nosso entender, essa identificação *desigualdades espaciais* = *desequilíbrios espaciais*, adotando como pressuposto uma sociedade harmônica, é uma matriz vigorosa da ideologia regionalista: a mesma configuração regional aparece no pensamento freyriano e na escola dualista, esta última, inclusive, com uma proposta de intervenção no espaço cuja explicitação, no discurso, apareceu como sendo para restaurar um equilíbrio inexistente na realidade.

Nesse sentido, o discurso regionalista apresenta como elemento “desequilibrador” a predileção do “governo” pela parte do Império que lhe era mais próxima, ou seja, pelas “províncias do Sul”. O desequilíbrio era percebido em vários aspectos, que ia desde a política de crédito à política tributária, da política de inversões à política de substituição de mão de obra e na política de obras públicas¹⁷⁴.

Depois de analisar os vários discursos das elites regionais e de descrevê-los como representação de um espaço para o capital em crise, Silveira (2009) chega à algumas conclusões, entre elas: A representação do espaço regional formulado em relação a outros espaços (Norte x Sul) corresponde à consciência das estruturas regionais diferenciando-se no Estado nacional, diferenças que vão desde a falta de capital, passando pela decomposição da mão-de-obra num contexto de transição para o trabalho livre, e chegando às suas relações com o mercado exterior e aos seus problemas estruturais. Depois desse diagnóstico a autora passa a combater ¹⁷⁵à imagem homogeneizadora que tal representação procurou transmitir, afirmando que:

¹⁷⁴ Ao perceber as reivindicações das elites agrárias do Norte, Silveira (2009) entende que há duas questões subjacentes: 1ª) Política econômica entre o familiar liberalismo e um leve indício de reivindicação protecionista destinada a corrigir certas carências do espaço regional, procurando que “governo” atuasse na esfera da produção e circulação de mercadorias; 2ª) O comportamento autonomista da classe dominante regional se dá pela percepção de que a unidade nacional interfere no seu espaço político, onde que exercer a dominação soberana.

¹⁷⁵ É importante ressaltar que a retórica de Silveira (2009) não se resume à descrever as estratégias e funções do discurso “regionalista”, mas ao enumerar cada uma dessas o faz de forma a “desmascará-lo” explicando o que seriam os reais interesses por trás do discurso, tal como aparece na passagem a seguir: “O Norte defendia a utilização de elementos nacionais e é, aliás, essa identificação entre a “Região Norte” cristalizada no imaginário social da classe dominante regional e a ideia de brasilidade, de defesa dos “interesses pátrios”, um dos eixos mais vigorosos do pensamento regionalista. Com isso, **debaixo do rótulo de teor étnico, ficava**

O fato de se tratarem de duas identidades diferenciadas não deve fazer com que se omitam, sob o rótulo homogeneizador, reais desigualdades a cada uma das regiões: caso da Paraíba, na região canavieira, o caso de São Paulo na região cafeeira, apontam aí também estágios diversos das forças produtivas regionais, do mesmo modo que tais forças produtivas se diversificam uma das outras no âmbito do estado nacional. (...) O discurso explicita esta subordinação enquanto oculta a dominação da própria classe sobre as demais no espaço regional. Portanto, a ideologia regionalista não resulta de uma crise orgânica, no sentido de ruptura de bloco histórico, mas de resulta numa crise interna ao bloco, em um processo de rearranjo em sua composição. (SILVEIRA, 2009, p. 230-231)

É nesse sentido que a experiência que a autora teve quando afetada pela chamada “Querela Xenófoba da UFPB” pareceu marcar sua própria tese, já que ao desconstruir a ideia de um espaço homogêneo e ao denunciar o caráter mascarado da ideologia regionalista, percebe que a contradição (outrora observada como fundamental) entre “os de dentro” e “os de fora” não passa de uma estratégia ideológica utilizada para ofuscar as causas reais não só da desigualdade entre as regiões no Brasil, mas, também, “intra-regionais”.

A forma como se procedeu a operação historiográfica de Rosa Godoy Silveira é revelador, já que ao tratar de uma questão considerada atual (desigualdades regionais, discurso homogeneizador) a historiografia deveria se preocupar em “buscar” as raízes desse processo, por isso retornou ao Império “quando esse relacionamento entre as regiões, no âmbito do Estado nacional, começou a concretizar-se no plano real e do imaginário social, este real também. Procuramos identificar quem defendia o espaço regional, que espaço regional era esse e por que e para quem era defendido.” (SILVEIRA, 2009, p. 233).

As conclusões que a autora chega serão de fundamental importância no processo de revisão da história da Paraíba ao longo da década de 1980 e serão levadas em consideração no processo de institucionalização do discurso histórico nas universidades paraibanas, já que algumas das temáticas, temporalidades e espacialidades trabalhadas a partir desse momento se darão em conformidade com a problematização da “História Regional” e da “Questão Nordeste”, o que nos leva a visualizar na obra *Regionalismo Nordestino* e na própria Rosa Godoy Silveira interlocutores privilegiados entre o processo de redefinição historiográfica que atravessaram a produção dos historiadores ligados às universidades e, em específico, ao

obnubilado, em primeiro lugar, o vínculo internacional dos formuladores do discurso; e também os “interesses pátrios” da classe dominante regional em dispor da população existente em seu espaço produtivo, criando mecanismo para convertê-la em mão-de-obra livre, alternativa à crise de braços.” [Grifos nossos] (SILVEIRA, 2009, p. 176-177)

NDIHR, ao longo dos anos 1980 e aos respectivos debates político-intelectuais que se observava em outros espaços de produção e circulação de saber acadêmico naquele momento.

Ao relacionar a problematização da formação histórica das regiões no Brasil à discussão da questão da história dos países “dependentes”, Silveira (2009) visualiza uma persistência de formas não capitalista de produção, mas que são direcionadas para e pelo capital, dizendo que é necessário definir quais os efeitos que as mudanças no sistema capitalista engendram nos espaços subordinados, além de tentar caracterizar a perspectiva que a classe dominante regional teve no processo como um todo e a sua respectiva opção político-social. Nesse sentido, verifica-se que a fidelidade dos proprietários rurais com a unidade nacional é consequente com as condições objetivas do espaço regional daquele momento, abrindo-se mão da hegemonia nacional, rearranjando-se no espaço regional, sendo possível fazê-lo desde que se preserve a reprodução da classe dominante enquanto tal. Essa explicação leva à conclusão de que se por um lado o processo de constituição do Estado nacional e da posterior incorporação do Brasil no âmbito da divisão internacional do trabalho acarretou a perda da hegemonia nacional por parte das elites agrárias do Norte, por outro esse mesmo Estado nacional poderia auxiliá-las na manutenção da ordem, na coerção da população, para frear uma possível conversão social, daí a ausência de uma maior ênfase em torno de teses separatistas.

A historicização das relações de dominação no espaço regional parece ter sido um dos traços mais marcantes da historiografia acadêmica na Paraíba da década de 1980, já que há uma volumosa produção historiográfica que se esforçou em produzir uma história das relações de dominação, sejam elas econômicas, sociais, políticas ou ideológicas. Num momento em que outras perspectivas teórico-metodológicas já começavam a ter espaço nas discussões historiográficas brasileira, a historiografia acadêmica na Paraíba se preocupou, sobremaneira, em rediscutir o problema da dominação a partir da ação das “classes dominante”, esse é um enfoque que será registrado na obra de Silveira (2009) como o “maior resultado” que ensejou desvendar, ou seja, “a dominação que tem historicamente marcado a região Nordeste”, dominação está presente “onde tiver homens explorando outros homens”.

Aliado ao problema histórico da dominação, outras duas observações presentes em *Regionalismo Nordestino* parecem sintomáticas do tipo de produção historiográfica que se formatou no interior das universidades na Paraíba da década de 1980: 1ª) Ao perguntar: Quem é que opera a dominação no espaço regional? Quais são as forças políticas que tanto no passado como no presente exerceram tal dominação? 2ª) Ao propor: um “mapeamento regional do Brasil” a partir do qual pudesse “revelar muitos e reais Nordestes”, percebendo,

inclusive, como as “questões regionais” (como as relações de dominações) se fizeram presentes em diferentes localidades.

Em nosso entender, é um tal afloramento das raízes da problemática regional que poderá conduzir à compreensão da especificidade da História Regional, sem que ela se perca na generalidade do processo brasileiro ou no episódio político das histórias estaduais ou locais, mas estabelecendo, ao contrário, suas articulações orgânicas maiores e menores, em termos de espaço. Sem ignorar essa dinâmica de reciprocidade, entre centro e periferia, é preciso incentivar estudos que visualizem a questão a partir do espaço dominado, como intentamos fazer, com risco mesmo de não termos configurado, de forma mais exaustiva, os mecanismos de dominação externa. (SILVEIRA, 2009, p.235).

Nesse sentido, tanto a problemática das relações de dominações, como a questão do “estudo do espaço dominado” de modo a promover uma articulação entre os determinantes gerais e as especificidades locais, foram dois eixos de preocupação histórico-historiográfica dos pesquisadores do NDIHR ao longo da década de 1980. Se por um lado procurou-se analisar as “estruturas de poder”, por outro se verificou uma preocupação de localizá-las em uma espacialidade mais específica: a história da estrutura de poder na Paraíba, tal como a das relações de dominação construídas ao longo do tempo.

Portanto, apesar de haver uma certa clivagem entre “História Regional” e historiografia acadêmica na Paraíba, é a própria “História da Paraíba” que passou a ser tratada como objeto de atenção dos historiadores e demais cientistas sociais, o que demandou um esforço de ao mesmo tempo trabalhar a história das relações de dominação na Paraíba sem cair no “erro” de constituir uma historiografia semelhante ao que fora produzido pelos institutos históricos desde o século XIX, quando tomaram o território político-administrativo estadual/provincial como objeto de estudos, ou de forma a observá-la destituindo suas relações com outras espacialidades, ou de maneira a percebê-la como mero reflexo das determinações externas.

Por fim, parece que grande parte das operações historiográficas que serão realizados na década de 1980 se dará a partir do desafio de constituição de uma historiografia “da Paraíba”, cujo diferencial fosse o de historicizar as relações de dominação presentes ao longo do seu processo histórico e, com isso, criticando a própria historiografia “tradicional” e “oficialista” do IHGP no tocante ao seu comprometimento ideológico com relação às “classes dominantes”.

3.2 O NDIHR E A CRÍTICA ÀS PERMANÊNCIAS HISTÓRICAS DA ESTRUTURA DE PODER NA PARAÍBA: AS OLIGARQUIAS E O (NEO) CORONELISMO NA NOVA REPÚBLICA

O discreto movimento que atravessa a tese de Rosa Godoy Silveira (2009), que vai da noção de “região para e pelo capital” à investigação da ideologia regionalista formulada pelas elites agrárias do “Norte” em resposta à crise que se desenvolveu a partir da segunda metade do século XIX, parece significar um redirecionamento do tipo de abordagem que se elaborou ao longo dos anos 1980 no interior do NDIHR. Se a produção ligada à chamada “teoria da dependência” somada à tese do “capitalismo desigual e combinado” condicionaram boa parte das análises das ciências sociais no Brasil na década de 1970, com forte relevo às explicações estruturais e econômicas, deixando pouco espaço para o âmbito político (PÉCAUT, 1990), pouco a pouco, com o próprio processo de “distensão continuada” e “abertura política”, os intelectuais brasileiros vão retomando a discussão de elementos que são circunscritos às percepções conjunturais, sociais e políticas.

Nesse sentido, o próprio rumo do conceito de História Regional sofrerá uma discreta, mas importante reformulação. A tese *O Regionalismo Nordestino*, por exemplo, possui uma ambiguidade teórica¹⁷⁶, que nos parece bem representativa: Por um lado anuncia como conceito de região aquela que estava sendo veiculada por Francisco de Oliveira (2008), ou seja, a de que região deve ser entendida em suas articulações com as determinações estruturais do capitalismo, encontrando no comércio internacional de mercadorias sua “lei de reprodução no nível mais geral”, e sendo compreendida como espaço sobre o qual se fusionam uma forma especial de reprodução do capital e uma forma especial de luta de classes. Por outro lado, ao passo em que se desdobrou a compreender a especificidade da “ideologia regionalista” no momento de sua emergência, promove uma operação historiográfica que toma como base empírica a documentação referente às elites agrárias de Pernambuco e da Paraíba, o que

¹⁷⁶ Falamos em termos de ambiguidade teórica, não de contradição, já que os dois níveis de explicação empreendida por Silveira (2009) não deixa de se relacionar com o conceito de “região Nordeste” de Francisco de Oliveira (2008), que apesar de notar que há um “choque” entre a noção de região econômica e as abordagens que levam em consideração os limites político-administrativo ressalta que: “No caso sob exame, do Nordeste do Brasil, dificilmente se conseguirá evitar o ter de enquadrar a ‘região’ econômica e política nos termos dos limites territoriais-político-administrativos dos estados que compõem o Nordeste brasileiro. Entretanto, vale a pena também argumentar a favor desse enquadramento, não apenas pelo seu caráter inacabado e tentativo da proposta de ‘região’ que aqui contém, mas sobretudo porque os limites territoriais-administrativos dos estados que compõem o Nordeste brasileiro estão carregados da própria história da formação econômica-política nacional e de suas diferenciações; tão somente em períodos mais recentes é que o processo de ‘integração nacional’ impele no sentido de um progressivo distanciamento entre as determinações formais da reprodução do capital e aqueles limites político-administrativos.” (OLIVEIRA, 2008, p.152).

significa que mesmo com a crítica do conceito de “região para e pelo capital” que ultrapassaria as dimensões político-administrativas provinciais estas ainda são incorporadas como exemplares da forma em que se processou a formulação do “regionalismo Nordestino”. Portanto, dois níveis de explicações parecem se cruzar na análise de Silveira (2009), a primeira refere-se a uma abordagem de caráter estrutural e econômica, na qual o conceito de região encontraria sua gênese histórica ligada à dinâmica do próprio capitalismo. A segunda liga-se a análise da atuação política da classe dominante (mas não hegemônica) do Norte agroexportador, tal como a maneira em que tal dominação se relaciona à determinadas investidas ideológicas e à representações do espaço dominado.

Nesse sentido, além de região “pelo e para o capital” passou-se a considerar a noção de região como locus específico de dominação. No caso do Nordeste, um outro elemento se somará ao “capitalismo” como agente do processo histórico regional, trata-se das “Oligarquias” ou, simplesmente, do “poder oligárquico” no espaço regional. É desta forma que as palavras finais da tese de Rosa Godoy Silveira, quando trata a “história das relações de dominação” como sua principal contribuição historiográfica, podem representar a maneira pela qual se apropriou o conceito de História Regional no interior do NDIHR, já que ao considerar a dimensão política como demanda privilegiada de atuação passou a levar em consideração outras espacialidades sobre as quais se desenvolveram determinadas relações de dominação, seja em um sentido mais amplo, quando considerado o Nordeste, seja no sentido mais específico, quando se analisou a “História da Paraíba”. Por isso é que ao longo dos anos 1980, o NDIHR, além de falar abstratamente de uma “realidade nordestina atual”, passou a considerar suas pesquisas temáticas e documentais ligadas a certa delimitação política-administrativa, em uma operação no qual o próprio processo histórico-social-político da Paraíba será entendido como objeto de análise, formatando, assim, uma historiografia acadêmica *na* Paraíba preocupada com a “História *da* Paraíba”, ao mesmo tempo em que procurou se diferenciar do que até então se formulava no âmbito da “historiografia oficial”, tal qual o IHGP, que já possuía uma notável produção historiográfica e documental, mas cuja escrita da história era acusada de atender aos interesses das elites locais. Em resumo: Contra uma história “elitista” e “oficialesca” e a favor de uma história da dominação política-econômica-social na Paraíba, eis o carro-chefe do NDIHR na década de 1980.

Esse movimento que vai das análises das estruturas econômicas à abordagem das relações de poder e das ações políticas das classes dominantes não foi realizado de uma hora para outra. Se o primado do estrutural e do econômico - no qual se privilegiou os “obstáculos estruturais” relativos ao capitalismo dependente, desigual e combinado - ocupou o cerne da

produção das ciências sociais brasileira nos anos posteriores a 1968 e ao recrudescimento do regime militar, pouco a pouco se iniciou uma reformulação do próprio papel do intelectual no qual a dimensão política passou a ser novamente tratada em sua especificidade. Para Daniel Pécaut (1990), foi com a anunciada distensão continuada e abertura “lenta, gradual e segura” do governo Geisel, que se abriu espaço para a retomada do político no interior das discussões das ciências sociais no Brasil. A constituição dos intelectuais em “ator político” e suas respectivas teorizações não foi obra automática e supôs pelo menos três condições:

A primeira é teórica e diz respeito a revalorização da própria dimensão política. Nem a noção de “dependência”, nem explicação de “Estado autoritário”, nem a vulgata marxista caminham nesse sentido, mas tendem antes a obliterar a esfera política. A segunda condição refere-se à organização do meio intelectual, que deve ser capaz de preservar certa coesão a fim de opor uma frente comum ao poder. São vários os componentes dessa coesão. Acabamos de mencionar as estruturas institucionais e a ideologia profissionalizante. Mas a coesão não é um simples dado factual: depende também da capacidade de fazer política. Implica procedimentos de negociação e compromisso entre grupos ou indivíduos que estão longe de manifestar sempre as mesmas orientações. Logo, não se trata apenas de ressaltar a interferência entre o campo intelectual e o campo político. É preciso conceber o meio intelectual como um semi-partido político, com seus conflitos, seus locais de debates e seus poderes. A terceira refere-se às estratégias dos intelectuais diante do meio exterior, em relação com a sua participação nas eleições, suas alianças com os partidos ou forças sociais, suas atitudes face às mudanças nas regras do jogo e às incertezas que o regime não para de impor. (PÉCAUT, 1990, p. 281)

À medida que se aproximou o fim dos anos 1970 e mediante aos acontecimentos de larga envergadura, tais como as sucessivas derrotas eleitorais da ARENA, a reorganização das entidades de classe (como a OAB) ao se colocar na oposição ao regime, os movimentos grevistas do ABC paulista e a promulgação da Lei da Anistia, as ciências sociais se colocarão à disposição para discutir como pauta prioritária o âmbito da investigação política. Nesse sentido, se retomará, por exemplo, as análises acerca da história das organizações partidárias, das classes sociais, da “sociedade civil” e da “sociedade política”. É lógico que esse processo não foi retilíneo, nem apresentou uma voz uníssona, “em todo caso, as incitações à ruptura radical como as de Florestan Fernandes, ou à coalizão das organizações da sociedade civil como as de Fernando Henrique Cardoso, são maneiras de reencontrar os caminhos da politização.” (PÉCAUT, 1990, p. 285).

No âmbito específico da historiografia, o interesse crescente pelos temas políticos parece marcar sua atuação na virada dos anos 1970-1980. José Roberto do Amaral Lapa

(1985) ao se propor analisar as “tendências” historiográficas dos últimos vinte anos (no período que vai de 1964 a 1984, ou seja, do início ao fim do regime militar no Brasil)¹⁷⁷, percebe a área de especialização com o maior número volume de pesquisa é justamente a “História Política” (883 pesquisas, ou 19% do total), acompanhada pela “História Social” (777 pesquisas, ou 17% do total), “História Econômica” (767 pesquisas, ou 16% do total) e a “História Regional” (542 pesquisas, ou 12% do total)¹⁷⁸.

Segundo Lapa (1985), a tendência geral da preferência do público leitor brasileiro pelos títulos de política, sobretudo a partir de 1975, estaria ligada à uma específica motivação da sociedade brasileira, “particularmente do público leitor, que se tem voltado com interesse, na área de Ciências Humanas, para os títulos considerados políticos, representados pelos depoimentos e memórias dos agentes, pelas biografias e pela descrição das práticas e instituições, pela análise das ideologias, pelo confronto das classes sociais, etc.” (LAPA, 1986, p. 62-63). Somado a isso, Lapa ainda registra que o processo de redemocratização, “com a queda substantiva da censura, permitiu uma reação de interesse pelo Movimento de 64, tanto da parte de quem produz, quanto da parte de quem consome.” (LAPA, 1985, p. 63).

Resta ainda considerar que, apesar das restrições político-sociais que se abateram sobre a sociedade pelo regime que se estabeleceu em 1964, ou devido à resistência a sua repressão, na medida em que os espaços foram sendo conquistados, a politização ganhou novos níveis e dimensões. A prática dos deveres e direitos políticos por parte das categorias sociais respondia à maior conscientização do processo. Uma maneira de corresponder e mesmo tentar influir nessa prática é constituída pela produção intelectual na área de Ciências Sociais, à qual o conhecimento histórico não permaneceu indiferente, pelo que se verifica. (LAPA, 1985, p. 68)

Outras análises diagnosticaram esse movimento em direção à dimensão política da análise historiográfica, foi o caso da tese de Joedna Reis de Menezes (2005) que buscou

¹⁷⁷ Sua pesquisa é realizada a partir dos dados oferecidos pelo Arquivo Nacional do Rio de Janeiro entre os anos de 1970 e 1979 que segundo o autor ofereceriam um conjunto de dados sistemático para o mapeamento das pesquisas historiográficas nesse período, sobretudo levando em consideração: 1. Área de especialização dentro do conhecimento histórico; 2. Período político da História do Brasil.

¹⁷⁸ Entretanto, se no conjunto das pesquisas entre os anos de 1970 e 1979 não há tanta disparidade entre o número de pesquisas ligadas à História Política e à História Social e Econômica, quando o autor passa examinar a segunda metade da década de 1970 com relação ao número de títulos publicados no mercado editorial brasileiro percebe que há uma curva ascendente no que diz respeito ao número de publicações cujo título carrega consigo um tema político, entre os anos de 1979 e 1980 haverá uma radical alteração no quadro editorial brasileiro, já que em 1979 o número de publicações ligadas a Economia (168) era quase a mesma que a de Política (164), no ano posterior esse quadro passaria para 179 títulos ligados a temas políticos e menos de 5 títulos ligados a temas econômicos. Por fim, contando especificamente os livros de História publicados nesse período a História Política continuou bem a frente das demais áreas (Em 1979: 26 títulos contra 11 ligados à História Social; Em 1980: 32 títulos contra 8 da História Social).

sistematizar a produção do Programa de Pós-Graduação da UFPE. Neste estudo, Menezes (2005) diz que entre os poucos números de dissertações produzidas na década de 1970 houve maior relevância para a área de História Econômica, entretanto já na década de 1980 ocorreu uma notável inversão em favor da História Política que correspondeu à um volume de 31,57% do total de dissertações defendidas, contra 27, 63% da História Social, 26, 31% da História Econômica e 9,2% da História Cultural¹⁷⁹. Assim como Lapa (1984), Menezes (2005) entende que o interesse crescente pelo âmbito político esteve vinculado ao processo de liberalização:

Que as dissertações e teses do PPGH-UFPE da década de 1980 foram produzidas em um momento de crise política e econômica constante. Sentia-se, portanto, naquele período, a necessidade de encontrar alternativas para o Brasil e, conseqüentemente, o interesse dos historiadores pela História Política, Social e Econômica representava uma busca por respostas acerca dos problemas que sociedade brasileira levantava, convocando a universidade brasileira, os acadêmicos, a produzirem um saber que ajudasse na compreensão destas questões apontadas como também das questões sociais, que provocaram a emergência dos diferentes movimentos na sociedade. (MENEZES, 2005, p. 166)

A ênfase concedida à dimensão política do processo histórico brasileiro somou-se, na passagem dos anos 1970-1980, à discussão das manifestações regionais de poder, formatando, assim, uma sistemática operação historiográfica voltada para a compreensão do problema da relação entre “Regionalismo e Centralização Política” no Brasil, esse tema, inclusive, foi o título de uma publicação que apresentou os resultados de um projeto de pesquisa realizado no Centro de Pesquisa e Documentação em História do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), tal projeto, desenvolvido entre 1977 e 1979, e intitulado “Política, partido e Constituinte nos anos 30”, teve como objetivo principal estudar o momento de “instabilidade e diversidade política” que atravessou o governo Vargas entre 1930 e 1937, mas focando, sobretudo, no “processo de constitucionalização” que marcou o país nesse período, portanto: “interessávamo-nos de perto as questões que agitaram esta conjuntura política em que um regime revolucionário de exceção, legalmente sancionado, conduziu um processo de abertura política, buscando reformar e ampliar suas bases sociais de legitimidade.” (GOMES, 1980, p. 19).

¹⁷⁹ Segundo a autora, esse panorama será novamente alterado nos anos 1990, quando a História Econômica atendeu à 12,97% do total, a História Política 12,21%, a História Social 30,53% e a História Cultural 44,27%. A relevância dada à História Cultural em oposição à História Política e Econômica parece ser uma tônica desse momento, algo que já tínhamos percebido na própria análise da produção historiográfica na Paraíba desse período e que nos levou a delimitar nosso horizonte de estudos em um período anterior, quando as discussões acerca da Política e do Social foram mais relevantes.

Não parece coincidência que ao refletir sobre um processo histórico pretérito Angela de Castro Gomes, então coordenadora dessa pesquisa, tenha utilizado alguns dos termos que poderiam dizer respeito ao próprio momento político e social que estava vivenciando, o que sinaliza que a investigação historiográfica que coordenou foi se desenvolvendo de modo a relacionar presente e passado num horizonte de expectativa comum: o processo da abertura política. Não que haja uma identificação literal entre o processo de abertura política operada pelo regime militar e aquele outrora coordenado por Vargas, até porque os elementos sociais, políticos e econômicos são profundamente diferentes, mas a investigação que o grupo do CPDOC-FGV promoveu certamente visava rediscutir os termos do processo de abertura no presente a partir de um paralelo histórico passado. A partir dessa construção discursiva é que são enumeradas as duas principais ordens de problemas que exigiram suas atenções:

Em primeiro lugar, os referentes a todo um movimento de mobilização e reorganização político-partidária e de campanha eleitoral que antecedeu à instalação da Constituinte de 1934. Privilegiamos, neste caso, a emergência dos novos partidos e suas ligações com os interventores estaduais e com o governo central. Em segundo lugar, os problemas relativos ao próprio desenvolvimento dos trabalhos de elaboração da Constituição, atentando-se para alguns temas cruciais, tanto para os interesses das principais forças políticas em questão quanto para o próprio debate político que dominou a década de 1930. (GOMES, 1980, p. 19-20).

A questão do regionalismo associado ao problema da centralização política no período imediatamente anterior ao Estado Novo é abordada a partir da atuação das elites regionais¹⁸⁰ e, com isso, será levado em consideração as relações de poder que mantêm tanto no interior das regiões em que se baseia sua dominação, quanto suas articulações com outras elites regionais, sobretudo com o processo de elaboração da constituição de 1934, observando um certo embate entre as forças oligárquicas ainda presas à ambição federalista e a pressão tenentista afeita à um modelo político mais centralizado. Ao analisar os partidos políticos, as elites regionais e as interventorias estaduais essa pesquisa do CPDOC-FGV acaba por situar um outro tipo de abordagem espacial se comparada àquela de orientação estruturalista que teve no nome de Francisco de Oliveira seu intérprete mais conhecido, lançando mão de elementos históricos que não se reduzem a relação entre capitalismo e espaços regionais, mas

¹⁸⁰ O livro *Regionalismo e Centralização Política: partidos e Constituintes nos anos 30* estruturou-se segundo um plano de trabalho que procurou apresentar os problemas acima mencionados através de monografias centradas nas análises de “uma realidade política regional”, sendo integrado por quatro monografias que têm a mesma estruturação central: “a discussão do problema da rearticulação partidária nos Estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais, São Paulo e Pernambuco e a análise da participação destas bancadas regionais na Constituinte.” (GOMES, 1980, p. 20).

que pretendia entender a especificidade da ação política das diferentes elites regionais o que compreendeu um outro tipo de abordagem do conceito de “região”, esse muito mais político do que econômico, muito mais conjuntural do que estrutural, numa abordagem muito mais empírica do que analítica. O tipo de documentação utilizada, por exemplo, proporcionará esse tipo de deslocamento, já que se levará em consideração fontes como jornais e arquivos privados, que já vinham sendo arquivadas pelo CPDOC-FGV desde sua implantação, em 1973.

As pesquisas desenvolvidas pelo CPDOC-FVG serão importantes em pelo menos quatro sentidos: 1º) A adoção do nível político como explicação plausível da experiência histórica brasileira contemporânea; 2º) A adoção de um conceito de região muito mais política do que econômica, em que se pretendeu analisar as relações de poder das elites regionais em seus respectivos espaços de dominação, tal como nas suas articulações com outros agentes políticos nacionais e regionais; 3º) A priorização do “contemporâneo” como temporalidade privilegiada da abordagem historiográfica, enquadrando esta noção a partir da História da República, mas enfatizando, como não poderia ser diferente, o período pós-Revolução de 1930 (e, sobretudo, a “Era Vargas”) como momento-chave da história do Brasil contemporâneo; 4º) Para assinalar a importância do nível político, das regiões oligárquicas e da contemporaneidade, necessitou-se lançar mão de uma abordagem documental diferenciada, daí a utilização de arquivos privados e de periódicos como estratégia metodológica, o que tornaria o CPDOC-FGV uma referência entre os centros de documentação no Brasil.

A atuação do CPDOC-FGV serviu de referência, inclusive, para o NDIHR-UFPB, sobretudo a partir dos anos 1980 quando estas instituições farão um convênio em torno de um projeto que objetivou constituir um acervo de história oral das elites políticas entre os anos de 1930 e 1964¹⁸¹. De alguma forma pode-se assinalar que a produção do NDIHR na década de 1980 será, em grande medida, marcada por alguns dos pontos referenciados acima, sobretudo no que diz respeito ao foco no “contemporâneo” e na crítica à dominação realizada pelas “oligarquias regionais”.

É sempre importante ressaltar que além dos historiadores, o NDIHR contou com contribuição valiosa de pesquisadores de outras áreas, tal como sociologia, ciências políticas, geografia e arquitetura. Esse contato interdisciplinar foi importante no próprio processo de

¹⁸¹ Os primeiros contatos entre CPDOC-FGV e NDIHR-UFPB se deram ainda no final da década de 1970 e foi registrado no Relatório de Atividades do NDIHR (1976-1980), tal relação se aprofundou na década de 1980, e já é assinalado nos relatórios de atividades de 1983 e 1985. No *Relatório de Atividades de 1985* é registrada a promoção de um seminário promovido em parceria pelas duas instituições, no qual a pesquisadora Célia Camargo tratou sobre a *Política Nacional de Documentação*. Também nesse ano a referida pesquisadora do CPDOC-FGV assessorou o NDIHR na estruturação do seu setor de acervo.

elaboração de uma historiografia acadêmica na Paraíba, uma vez que entendemos o NDIHR como um *espaço de sociabilidades*, permitindo assim, afirmar que algumas das problemáticas pesquisadas em seu interior foram compartilhadas e discutidas pelo conjunto dos pesquisadores; havendo, inclusive, a necessidade de compreender quais as redes de conexões, ou, nas palavras de Pierre Bourdieu (2009), as relações de posições que se combinaram no sentido de definição de um determinado *habitus* científico.

Do ponto de vista dos historiadores que participaram deste espaço de sociabilidades pode-se afirmar que houve certa complementariedade entre suas pesquisas e as investigações realizadas em outros campos de análise das ciências sociais, tornando inevitável a investigação das operações historiográficas realizadas por estes. Na década de 1980 há outros fatores que determinam a urgência de análise acerca das pesquisas que ultrapassem a atuação dos historiadores no NDIHR: Em primeiro lugar os historiadores não foram maioria entre os coordenadores que essa instituição teve, mesmo contando com a participação ativa deles, ocupando posições estratégicas; Além disso, entre as publicações do NDIHR, visualizam-se os chamados *Textos UFPB-NDIHR*¹⁸² como a sua principal linha editorial, e verifica-se que a maior parte dos textos publicados não foi produzida pelos historiadores.

Somado a tudo isso, como tentamos mostrar anteriormente, a própria discussão em torno do conceito de História Regional e da “Questão Nordeste” fora obra desenvolvida pelas diferentes disciplinas acadêmicas, o NDIHR-UFPB também participou desse amplo debate em termos semelhantes, sua especificidade, entretanto, pode ser visualizada no esforço dos seus quadros em analisar a questão regional a partir de pesquisas documentais e temáticas cujo lócus de investigação se relacionasse com os limites político-administrativos do estado da Paraíba. Mesmo quando se tratando de uma investigação sobre o Nordeste as pesquisas tomaram esse tipo de abordagem espacial como ponto de partida para suas análises, talvez em função das dificuldades financeiras enfrentadas na década de 1980 que tornaria a investigação de um território mais abrangente algo inviável¹⁸³.

¹⁸² Com a crescente crise econômica que se agravou ao longo dos anos 1980 algumas atividades não tiveram tanta evolução como esperada, sobretudo no que dizia respeito a sua política de publicações. Neste sentido, a UFPB e o NDIHR já não dispunham de uma grande disponibilidade de recursos, como entre 1976 e 1980 na gestão de Lynaldo Cavalcanti. Uma alternativa que foi encontrada pelo NDIHR para sanar tais dificuldades foi a publicação de textos monográficos produzidos em formato A4, grampeados com capa padrão, o que baixou significativamente seus custos. Ao todo, entre os anos de 1983 e 1994, foi publicado o total de 30 volumes dos intitulados *Textos do NDIHR-UFPB*.

¹⁸³ Não são poucas as reclamações presentes nos Relatórios Gerais dos nos 1980 em que os pesquisadores do NDIHR relatam as dificuldades financeiras enfrentadas, como maior exemplo disso pode-se visualizar que não foi publicado o quinto volume dos Cadernos de Estudos Regionais. Esse tipo de dificuldade talvez dificultou a realização de pesquisas documentais realizadas em outros estados nordestinos, algo que estava previsto no *Projeto de Implantação dos CDHIRs*.

Entre os pesquisadores que tiveram atuação de destaque no NDIHR, institucionalizando linhas de pesquisas que não estavam prescritas no projeto oficial, além de terem sido coordenadores gerais deste núcleo¹⁸⁴, estão os professores Mauro Guilherme Pinheiro Koury e Maria Antônia Alonso de Andrade. Ambos lotados no Departamento de Ciências Sociais da UFPB, o primeiro com pesquisas mais voltadas para a sociologia, contribuiu na implantação da linha de pesquisa *Indústria e Trabalho*, a qual teve projetos que iam da análise da *Classe Operária e Industrialização no Nordeste (1889-1930)*, passando pela reanálise da legislação trabalhista das primeiras décadas da república, pelo interesse na *formação do empresariado* e pela articulação entre *processo de urbanização e industrialização*, chegando a organização de uma pesquisa documental chamada *Fontes para a história da Industrialização no Nordeste*. Por outro lado, Maria Antônia Andrade Alonso teve mais trabalhos ligados à Ciência Política, contribuindo para a implantação da linha de pesquisa *Estrutura de Poder na Paraíba*, que apresentou volumosa pesquisa ligada às eleições que ocorreram na década de 1980, acompanhando o processo de redemocratização e a forma como se rearticulou as tradicionais forças políticas na Paraíba face ao novo cenário que então emergia, objetivando, inclusive, a montar um mapa geopolítico deste estado.

Já no *Relatório de Atividades de 1984/85*, as linhas *Indústria e Trabalho* e *Estrutura de Poder* são apresentadas entre as que estavam consolidadas. Em abril de 1985, por exemplo, ocorreu uma série de seminários ligados a linha *Indústria e Trabalho*, na qual participaram pesquisadores e estagiários do NDIHR, neste evento se discutiu as seguintes questões: *Indústria e Trabalho no Nordeste*; *Indicadores da Evolução Industrial na Paraíba*; *Tentativa Fracassada de Preservação de Memória de uma Fábrica*; *o Homem Comum Pobre no Nordeste* e *A Vila Operária da Torre*, apresentados, respectivamente, pelos pesquisadores Jacob Carlos Lima, Lúcia de Fátima Guerra, Neiliane Maia, Mauro Guilherme Koury e Maria Cândida Gonçalves. No mesmo ano, em julho, apresentou-se o 2º Seminário Interno, neste Jacob Carlos Lima discutiu a *Formação do Operário Urbano no Nordeste* e Tamara Tania Cohen Egler apresentou *Moradia e Trabalho em Rio Tinto*¹⁸⁵.

No capítulo anterior relatamos que as primeiras linhas de pesquisa que foram implantadas no NDIHR respondeu a demanda oficial presente no *Projeto de Implantação dos CDIHRs*, que tinham como característica principal uma noção tecnocrática da pesquisa

¹⁸⁴Koury foi coordenador do NDIHR entre agosto de 1983 e setembro de 1984, Alonso exerceu o cargo de coordenação geral entre 1985 e 1989, antes deles apenas Neiliane Maia (1982-1983) e Rosa Godoy Silveira (1976-1982) tinha ocupado tal cargo. Informações disponíveis nos *Relatórios Gerais de 1983/83; 1984/85; 1985/86; 1986/87*.

¹⁸⁵ Infelizmente não encontramos os textos apresentados, estas informações estão contidas no *Relatório Geral de Atividades do NDIHR de 1985/86*.

histórica. Visualizamos também, sobretudo a partir da análise da linha *Economia Pesqueira do Nordeste*, que apesar de haver determinadas expectativas tecnocráticas as pesquisas desenvolvidas em seu interior não estavam necessariamente a elas alinhadas, havendo por parte de pesquisadores como Moacyr Madruga um ambíguo movimento de levar adiante as indicações iniciais e operar um desdobramento no próprio desenvolvimento das pesquisas, numa perspectiva que Silveira (1980a) chamou de crítico-social. Nos anos 1980, linhas como *Questão Agrária*, *Educação e Sociedade*, *Movimentos Sociais*, *Sexo e Relação de Gênero*, *Manifestações Sociais* e as já anunciadas *Indústria e Trabalho* e *Estrutura de Poder* vão ser implementadas e somadas às que já existiam anteriormente, tal como *Formação histórica da rede urbana* e *Economia pesqueira do Nordeste*. As linhas de pesquisas inauguradas após o processo de institucionalização do NDIHR procederam numa lógica conceitual diferentes das anteriores, estas não estavam já previstas no projeto inicial, e suas temáticas revelam o interesse por problemáticas sociais e políticas, diferentemente daquelas cuja perspectiva central residia no nível econômico.

O que esse movimento sugere está ligado àquilo que Bourdieu (2004) chama de processo de autonomização do campo intelectual/científico. Quando o sociólogo francês teoriza sobre “os usos sociais das ciências”, avaliando que o campo científico é uma espécie de mundo social, um espaço relativamente autônomo, que se relaciona de maneira específica com as determinações externas, dotado, inclusive, de leis próprias, acaba por afirmar que uma das principais questões que se coloca a propósito do campo científico refere-se ao grau de autonomia que ele usufrui, pois: “um dos problemas conexos será, evidentemente, o de saber qual é a natureza das pressões externas, a forma sob a qual elas se exercem, créditos, ordens, instruções, contratos, e sob quais formas manifestam as resistências que caracterizam a autonomia, isto é, quais os mecanismos que o microcosmo aciona para se libertar dessas imposições externas e ter condições de reconhecer apenas suas próprias determinações internas.” (BOURDIEU, 2004, p. 21).

A questão da autonomia do NDIHR é bastante complexa, porque envolve antes de tudo um contexto de transição entre um regime de exceção e um processo de retomada de direitos civis. Esse processo ainda contou com as discussões em torno da chamada “autonomia universitária”, o que significava maior liberdade de pensamento e ação acadêmica. Somado a tudo isso, se a autonomia deveria se dar em relação às pressões exercidas pelo Estado, o mesmo não deveria ocorrer com relação à sociedade e às demandas políticas, já que o próprio discurso que concedia legitimidades às suas pesquisas estava ligado à ideia de que a pesquisa histórica deveria ser entendida não apenas como conhecimento

científico, mas como meio de ação política, como *práxis*. Para Bourdieu (2004), uma das manifestações mais visíveis da autonomia do campo é sua capacidade de refração, retraduzindo sob uma forma específica as pressões ou as demandas externas. Portanto, quanto mais autônomo for o campo, maior será seu poder de refração e mais imposições internas serão reconfiguradas, “a ponto, frequentemente, de se tornarem perfeitamente irreconhecíveis. O grau de autonomia de um campo tem por indicador principal seu poder de refração, de retradução. Inversamente, a heteronomia de um campo manifesta-se, essencialmente, pelo fato de que os problemas exteriores, em especial os problemas políticos, aí se exprimem diretamente. Isso significa que a ‘politização’ não é indício de uma grande autonomia.” (BOURDIEU, 2004).

Seguindo o raciocínio de Pierre Bourdieu podemos afirmar que o NDIHR procurou se autonomizar no que diz respeito às pressões direta do Estado, encampando, inclusive, o discurso da “autonomia universitária”, porém esse processo de autonomização não foi radical, mas parcial, já que o interesse no discurso de autonomia não era um interesse substancialmente científico, mas antes político e social, ao passo que estes estavam se firmando como critérios de legitimação de uma obra histórica de valor, ou, nas palavras do sociólogo francês, nas leis internas do próprio campo. Em resumo, se a autonomia do NDIHR pode ser caracterizada como parcial, é na heteronomia que se encontra sua radicalização, tal como evidencia o interesse pelas capacidades politizantes do saber científico ali gestado. As pesquisas de Mauro Koury e Maria Antônia Alonso Andrade sugerem esse tipo de abordagens que serão compartilhadas pelos historiadores, pois: “no domínio da pesquisa científica, os pesquisadores ou as pesquisas dominantes definem o que é num dado momento do tempo, o conjunto de objetos importantes, isto é, o conjunto das questões que importam para os pesquisadores, sobre as quais eles vão concentrar seus esforços e, se assim posso dizer, ‘compensar’, determinando uma concentração de esforços de pesquisa.” (BOURDIEU, 2004, p. 25).

No primeiro volume dos *Textos NDIHR-UFPB*, Mauro Koury apresentou o artigo *Rastros da Tragédia*, que pretendeu fazer “uma análise parcial da luta e da opressão vivida pela sociedade civil no Estado da Paraíba, especialmente, das camadas populares de sua população” (KOURY, 1983, p.1). A partir de uma análise de jornais¹⁸⁶ de circulação nacional

¹⁸⁶ As fontes foram os Jornais Nacionais e locais de ampla circulação, tais como: “O Norte”, “Correio da Paraíba”, “A União” “Folha de São Paulo”, “O estado de São Paulo”. E também periódicos tidos como “Imprensa Alternativa”: “O Pasquim”, “Opinião” (nacional), Jornal do Povo, Questão de Ordem, O Momento (locais)

e local procurou elaborar um balanço das relações entre Sociedade Civil e Estado, entre 1964 e 1980.

Assim como já se observou em Moacyr Madruga (1980a.) e, sobretudo, com Gonçalves (1981.), esse é um dos textos que vão se propor a rediscutir a experiência do regime militar e os “rastros de tragédia” que proporcionou. Koury desenvolve uma narrativa combativa e crítica ao contexto que se seguiu ao golpe militar de 1964. Ao traçar um histórico da relação entre Estado e Sociedade Civil, o sociólogo vai percebendo como se deu as composições de forças que permitiram a emergência e consequente consolidação do poder operada pelos militares, interessando-se, sobretudo, pela opressão que o Estado promoveu, pois: “Campo e cidade na Paraíba, como em todos os demais Estados nordestinos, mostram-se, deste modo, em sua face única de miséria e opressão. Os trabalhadores urbanos e rurais vivendo dia-a-dia da incerteza do emprego, do mísero salário e de condição de vida (saúde, moradia etc.) avultantes.” (KOURY, 1983, p.18). Assinala, ainda, as dificuldades vivenciadas pelos trabalhadores, tais como “A não assinatura de carteira de trabalho, o não pagamento do salário-mínimo, uma carga horária de trabalho além das 10 horas diárias, nenhuma segurança de trabalho, fazem parte do cotidiano na vida de um operário da construção civil.” (KOURY, 1983p.19), ressaltando o seu caráter de sujeição: “A condição operária, ou em termos mais amplos, a condição daqueles que potencialmente aptos ao trabalho, engajados ou não no processo de produção, por si só significava se ver a si próprios como não possuidores de direitos, como excluídos ‘do privilégio’ da cidadania, o único vínculo que o liga à sociedade é o da sujeição, da humilhação permanente advinda da repressão do capital, e das forças policiais a seu serviço.” (KOURY, 1983, p. 36).

Chega a afirmar que, os trabalhadores ao incorporar subjetivamente a opressão diária tornam-se espécie de “bestas-de-cargas”, que ao mesmo tempo são pacientes, quando vulneráveis às ações de sujeição de toda sorte, e agentes, no momento em que suas próprias vidas são por si só uma forma de rebeldia para com o sistema, “luta pela reafirmação do ser humano à sujeição do ser coisificado imposto pela dinâmica do capital a toda hora e a todos os aspectos da vida dos trabalhadores.” (KOURY, 1983, p.44).

Preocupado com o tempo histórico presente, observa que no final da década de 1970, depois de passado o clima de terror que se seguiu a 1968, com a promulgação do AI-5, o Brasil como um todo e a Paraíba em específico assistem a um momento de retomada das lutas sociais. Desenha, assim, um quadro em que as colorações principais são as da luta por direitos na qual os personagens como trabalhadores, estudantes, intelectuais, organizações de classe passam a assentar a bandeira da redemocratização, colocando, inclusive, a UFPB como

protagonista desta retomada na Paraíba: “O apoio dos seguimentos médios da sociedade civil paraibana é reforçado, a partir de 1976, com o crescimento abrupto da Universidade Federal da Paraíba, a qual recebe um contingente de professores vindos de diferentes estados brasileiros, que passa a engajar-se de um modo contínuo na luta pela democracia interna da universidade e no apoio à organização às lutas dos setores dominantes na sociedade paraibana.” (KOURY, 1983, p.54)¹⁸⁷.

Por fim, assim como Silveira (2009), Mota (1985) e Oliveira (2008), Koury (1983) acusa o capitalismo monopolista e o “capturado” Estado brasileiro de provocar a tragédia que se visualizava naquele momento:

Demonstra, também, e de outra parte, que os rastros deixados pelo avanço do capital monopolista a nível nacional, numa região descapitalizada, como é o caso do Nordeste e da Paraíba, em particular, são rastros de destruição e de tragédia. Uma população, uma massa de homens, mulheres e crianças, entregues ao descaminho. Expulsos da terra, expulsos dos rios (agora mortos ou em vias de extinção); sem emprego nas cidades, nômades pela miséria e sujeição, entregues a um lento e gradual extermínio. Embora lutando... (KOURY, 1983, p.60).

Mauro Koury contribui, portanto, para a investigação das relações sociais e políticas de dominação, ao enfatizar a necessidade de perceber como os trabalhadores sofreram na contemporaneidade com o avanço do capitalismo. Indica, por outro lado, que é necessário não apenas observar as raízes do capitalismo no Brasil, seja em sua fase colonial ou no Império, como já vinha contribuindo Rosa Godoy Silveira, mas insiste na necessidade de se abordar uma periodização mais recente, seja na análise da legislação trabalhista do início da República, seja com os efeitos devastadores do avanço do capitalismo no Brasil no pós-1964. De toda forma, assim como observou várias vezes Joana Neves, Rosa Godoy Silveira, Maria Cândida Rodrigues Gonçalves e Moacyr Madruga, entre outros, deve haver um alinhamento entre as investigações do passado e as demandas sociais do presente, já que o critério de legitimação que se procurava ressaltar era o do engajamento, aproximando trabalho científico e práxis política.

Quando se observa que paralelo ao processo de redemocratização, acompanhado pelo *Movimento das Diretas Já*, e das discussões em torno da Constituição, foi se ampliando a necessidade de se analisar como as forças políticas outrora atreladas ao regime militar se

¹⁸⁷Koury (1983) afirma também o caráter intransigente de Lynaldo Cavalcanti para com as greves de professores e estudantes que ocorreram a partir de 1979. Monta um verdadeiro itinerário das lutas ocorridas na Paraíba no final da década de 1970, numa retórica que além de preservar a importância desse ambiente de mobilização social parecia pretender contribuir para sua permanência e difusão.

comportariam mediante à mudança de cenário político e institucional, aparece como uma problemática comum aos pesquisadores do NDIHR-UFPB àquela ligada à questão do tempo histórico, expressa, em síntese, nos seguintes termos: *Em tempos de “redemocratização” e de reordenamento institucional qual a temporalidade que marcará a estrutura de poder na Nova República? O tempo histórico do presente será marcado por mais permanências ou mudanças?*

Em torno destas questões haverá um esforço sistemático em definir quais as forças políticas e quais as práticas que alicerçam seu poder. O recorte espacial que se operou foi relativo ao próprio território político-administrativo da Paraíba, então entendido como exemplar de questões comuns ao Nordeste, cuja articulação histórica já poderia ser observada a partir das pesquisas estruturais e econômicas até então elaboradas, mas no que diz respeito a sua especificidade política só era possível se testada empiricamente através de uma análise sistemática de dados. É com a linha *Estrutura de Poder*, coordenada por Maria Antônia Alonso Andrade, que o NDIHR promoveu algumas das principais reflexões sobre o processo de redemocratização e as permanências históricas ali contidas.

No que se refere à problemática das relações entre *mudanças* e *permanências* alguns dos escritos de Andrade mostram a forma como percebia o tempo histórico então em curso, caso do texto *Relações de Trabalho e Relações de Poder*, publicado em 1987 através dos *Textos UFPB-NDIHR*. Neste ensaio a autora procurou fornecer subsídios na busca das relações entre mudanças e permanências das relações sociais de produção, tal como as formas de dominação política na Paraíba. Esse texto combina duas das principais preocupações dos pesquisadores do NDIHR nos anos 1980, ou seja, tanto o esforço de delimitar a dinâmica temporal que envolve determinadas as relações de poder e de trabalho, quanto à definição espacial “Nordeste” e “Paraíba” como o lócus de investigação daquela temporalidade. Verifica-se que tempo e espaço são objetos de atenção especial do NDIHR, e as atividades de historiadores e demais cientistas sociais serão marcadas por esse tipo de operação historiográfica.

Assim como Koury (1983) e Gonçalves (1980b.), Maria Antônia Alonso Andrade (1987a) diagnostica o processo perverso de expansão do capitalismo no Nordeste mediado pelo regime militar. Analisa também como se dão as relações de trabalho e de produção, enfatizando que se podem observar pelo menos dois quadros econômicos diferenciados, A *zona canavieira* que se estenderia do litoral ao brejo, e a *sertaneja*. Preocupa-se, sobretudo, com a concentração fundiária, que apesar de ser muito forte no litoral é mais extrema no sertão e, assim como Moacyr Madrugá (1980a.) e Gonçalves (1981), denuncia o fenômeno

cada vez mais presente de expulsão do campo, que no litoral é “brusca, violenta e maciça”, e no qual o processo de assalariamento é mais forte e rápido se comparado ao sertão, sobretudo em função da penetração de capital externo que teria redimensionado a forma como se relacionavam patrão e empregado, que diferentemente do sertão se apresentava de maneira muito mais impessoal, por isso: “sem nenhum álbi ou subterfúgios, o capital mostra sua verdadeira face. Se ainda resta uma visão ideológica e idealizada das antigas relações de trabalho que eventualmente sobrevive associadas e redefinidas pelas relações cada vez mais capitalistas de produção, não há como maquiari ideologicamente a brutalidade desenraizadora da capitalização” (ANDRADE, 1987a, p. 11). Por outro lado, observa que há um novo movimento sindical em curso, que teria deixado a velha linha assistencialista e se dedicado a duas frentes: Luta pela terra e luta por direitos trabalhistas. Cita como pontos históricos importantes a fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Partido dos Trabalhadores (PT), assim como Koury (que é citado no corpo do texto) ressalta a proliferação de conflitos, e analisa a 1ª Greve dos Canavieiros na Paraíba, em 1984.

Segundo Andrade (1987a), a diferenciação entre duas regiões, sertaneja e litorânea, do ponto de vista da evolução das relações de trabalho e da organização da classe trabalhadora, parece apontar para o surgimento de duas regiões geopolíticas com certas diferenças no comportamento eleitoral. A partir da investigação das eleições de 1982, a autora resume como as principais características da política sertaneja¹⁸⁸ os seguintes pontos: 1.) Existência de fortes oligarquias algodoeiro-pecuária; 2.) Longevidade do controle oligárquico, cujas raízes em alguns municípios remontam à República Velha ou até mesmo ao Império; 3.) Tendência para o governismo, só quebrado por interesses pontuais e conjunturais; 4.) Controle do voto oligárquico, independente do partido, evidenciando um esvaziamento ideológico; 5.) Inexistência de organização de massa camponesa; 6) Ação estabilizadora do intervencionismo estatal que acabou por consolidar a estrutura fundiária e procurou neutralizar eventuais tensões sociais. Assim como, no sertão, o comportamento eleitoral do litoral e do brejo também esteve sobre controle de oligarquias familiares cujo poder pode ser observado historicamente desde, pelo menos, a República Velha. Entretanto, diferentemente, na região brejo-litorânea as oligarquias são menos monolíticas, mais vulneráveis à penetração das lutas sindicais e da oposição, muito embora não se confunda com estas. De modo geral, as oligarquias, sejam elas sertanejas ou litorâneas, são visualizadas quanto à sua articulação na defesa de interesses comuns, sobretudo na manutenção da estrutura fundiária. Desta forma, o

¹⁸⁸ A autora estudou especificamente três cidades do sertão paraibano: Catolé do Rocha, Cajazeiras e Patos.

contexto de elaboração da Constituição da Nova República pareceu ser um momento chave de união em torno dessa bandeira.

As lutas pelos direitos trabalhistas, os proprietários têm respondido com o não cumprimento dos dissídios coletivos. À ameaça de reforma agrária da nova república, a resposta tem sido a fundação da UDR (União Democrática Ruralista), que congrega pecuaristas, proprietários de latifundiários e usineiros, na tentativa de não só defender a propriedade da terra, como de eleger representantes de seus interesses a todos os níveis, sobretudo na constituinte. (ANDRADE, 1987a, p. 20-21)

Para Andrade (1987a) o pacto histórico das elites brasileiras sempre esteve fundamentado na intocabilidade da estrutura agrária e da propriedade privada da terra “terra que até hoje é vista pela facção oligárquica fundiária como propriedade privada e não como meio de produção.” (ANDRADE, 1987a, p. 22). É nesse sentido que uma permanência histórica é observada como questão chave de inteligibilidade da história regional, já que se pode afirmar que se o coronelismo como sistema de governo teve fim a partir do movimento de 1930, a estrutura social e econômica baseado no poder oligárquico continua, alterando, no máximo, a forma em que se deu tal exercício de poder, mas preservando sua essência que é a própria dominação das elites regionais.

Pacto das elites, coronelismo, oligarquia, esses são os temas de outro texto de Andrade que pretende discutir como em um cenário de reordenamento institucional no Brasil as tradicionais forças políticas se reorganizaram na tentativa de preservação de seu poder econômico e político. O artigo *Neo-coronelismo e perspectivas eleitorais na Nova República* procurou entender as relações de poder na “região nordestina”, sobretudo no que concerne ao “coronelismo”. Opera, em primeiro momento, uma revisão historiográfica, na tentativa de definir conceitualmente o que é e qual seu papel para a história regional, tendo como pano de fundo a análise do realinhamento partidário e político do Nordeste no limiar da Nova República¹⁸⁹.

Como sistema ou como forma de poder, Maria Antônia Alonso de Andrade (1985) observa que a problemática histórica do coronelismo não perdeu atualidade, já que há um notável “continuismo” do poder oligárquico, ao se colocar como questão fundamental o seguinte ponto: “Até que ponto ele persiste, entrou em decadência ou sobreviveu com

¹⁸⁹ Andrade (1985) analisa as noções que observam no coronelismo uma forma específica de poder político que se relaciona com estrutura clientelista que já se encontrava, por exemplo, na Bahia do século XIX, tal como abordava Maria Isaura P. Queiroz, ou as que o percebe não como forma de poder, mas como sistema político da República Velha, na qual se estabeleceu uma relação de compromisso entre poder privado e poder público se caracterizando como tipicamente governista, como defendia Victor Nunes Leal.

algumas modificações?”. Ressalta, como resposta, a observação de Maria Isaura P. Queiroz de que as transformações no coronelismo se deram no sentido de “acomodação das novidades”, tal como pode ser deduzido a partir da Revolução de 1930, quando: “A oligarquia agrária seria atendida no seu interesse fundamental: a estrutura agrária permaneceu intocada e a legislação trabalhista dirigida ao operariado não beneficiou o trabalhador rural.” (ANDRADE, 1985, p. 7). Nesse ponto ressoa a conhecida tese de Boris Fausto de que não houve contradição entre interesses oligárquicos e burgueses nos acontecimentos de 1930, ou seja, os coronéis conseguiram se acomodar em meio a um cenário pretérito de reordenamento institucional.

Para Andrade (1985) o poder do coronel e das oligarquias não pode ser apreendido como fenômeno histórico decadente, ao contrário, é necessário observá-lo como um elemento constante da República, indissociável, inclusive, do sistema representativo. O que ocorre, no máximo, é certa alteração conjuntural da forma como se exerceu o poder, não da estrutura que concede base a seu exercício. É nesse sentido que se diagnosticou que a partir de 1964 se promoveu um “novo pacto das elites”:

No sistema pós-64, estabeleceu-se uma espécie de pacto não explícito entre o poder central e as elites nordestinas. O bloco regional funcionou como sustentáculo eleitoral do sistema, empreendendo-lhe legitimidade, legitimidade que não encontrava nas áreas mais desenvolvidas e politizadas do país, o que foi plenamente confirmada nas eleições de 1982. (ANDRADE, 1985, p. 7)

Ocorreu, assim, uma interdependência entre o poder central e oligarquias nordestinas, no qual se preservou o mandonismo local, reflexo das relações socioeconômicas desta região. Nesse sentido, a questão que parece urgente de ser analisada segundo o próprio contexto político e social de meados da década de 1980 é o grau de novidade ou não da chamada “Nova República”, para Andrade havia uma condição para isso: “a ‘Nova República’ será realmente ‘nova’ se realizar a Reforma Agrária” (ANDRADE, 1985, p. 12), já que a intocabilidade da estrutura agrária a qual se baseava o poder oligárquico, sobretudo no Nordeste, era observada enquanto um obstáculo à possibilidade de transformação real das relações de poder. Porém, com a realização das eleições indiretas para presidente da república e com a posterior posse de José Sarney (conhecido aliado do regime militar e um dos principais representantes das oligarquias nordestinas) parecia um sinal evidente “das contradições inerentes entre sistema político-social da Nova República que não é tão nova assim” (ANDRADE, 1985, p.14).

Se o presente apresenta elementos inegáveis de permanências históricas pareceu necessário entender as nuances desse processo. Dessa maneira, Andrade (1985) visualiza um “novo” personagem político na história recente da região Nordeste, que encarnaria ao mesmo tempo as permanências estruturais e as mudanças conjunturais do processo histórico regional em sua contemporaneidade, trata-se do “neo-coronel”. O neo-coronelismo¹⁹⁰, segundo nos conta a autora, é resultado direto do “duplo papel dialético” que o Estado no pós-64 operou, ou seja, como agente econômico, ao patrocinar a penetração capitalismo no Nordeste, e como agente político, que procurou sua legitimidade em sistema supostamente legal, no qual havia eleições, mesmo que estas “montava refinados casuísmos legais para escantear possíveis tendências oposicionistas” (ANDRADE, 1985, p.15).

Até o presente momento e contraditoriamente (...) as elites políticas nordestinas predominantemente familísticas, remanescentes das antigas oligarquias, tem sido habilidosas em manipular e reverter em seu favor todos os instrumentos econômico-financeiros que o Estado pós-64 implantou. (ANDRADE, 1985, p. 16).

Nesse sentido, as elites nordestinas teriam se aproveitado de vários programas governamentais de estabelecimento agrícola (PIN, PROTERRA, Polo Nordeste) no qual se reforçaram o enriquecimento dos médios e grandes proprietários, manipulando também as verbas de emergência, dando continuidade a histórica “indústria da seca”. É nesse contexto que surge a figura do “neo-coronel”, fruto das sucessivas adaptações do velho coronel às mudanças que se processou a partir do momento em que eixo econômico se deslocou do Nordeste para o Centro-Sul e cujo perfil se consolidou no pós-64¹⁹¹.

O neo-coronel, portanto, era um misto de empresário e coronel: “como empresário modernizou-se ou soube fazer uso dos instrumentos financeiros oferecidos pelo governo. Conservou, porém velhos traços do antigo coronel no que se refere às suas práticas políticas.” (ANDRADE, 1985, p.17). Este novo/velho personagem indicaria uma espécie de estrutura de poder “persistente”, já que usufrui de uma velha tradição política familiar e através de uma bem montada rede de composição política elege representantes de seus interesses nos níveis municipal, estadual e federal. Um traço fundamental do (neo)coronelismo é seu “governismo”, já que “o governismo nordestino é hoje praticamente compulsório, se

¹⁹⁰ Segundo Andrade (1986) o conceito “neo-coronelismo” foi cunhado na tentativa de se abordar a forma como as velhas oligarquias se acomodaram ao tipo de modernização proposto pelo Estado no pós-64, sendo importante, portanto, para perceber as relações entre *permanências* e *mudanças* na estrutura de poder regional.

¹⁹¹ Entretanto, segundo nos conta Andrade (1985), nem todos os antigos coronéis conseguiram se adaptar às novas condições, havendo uma espécie de “seleção natural” que alijou alguns indivíduos e/ou oligarquias tradicionais que não conseguiram se adaptar as novas condições históricas em curso.

fundamenta em profundas raízes estruturais historicamente constituídas, e é reforçado pela situação de dependência econômica dos governos a respeito do poder central.” (ANDRADE, 1985, p. 18).

Interessante notar o movimento analítico que fez as pesquisas de Andrade, sobretudo no que se refere à relação entre tempo e espaço. Se a temporalidade é marcada pela continuidade estrutural, acompanhada de conjunturais nuances, a percepção central é de que há mais permanência do que mudança e essa quando ocorre é no sentido de “adequação” à dinâmica externa, sobretudo com relação às vicissitudes que o capitalismo provoca no interior das relações de poder. Por outro lado, o esforço de espacialização relaciona as características do processo histórico nacional às linhas gerais da história regional, ao mesmo tempo em que quando trata o Nordeste o pensa a partir de temáticas que fossem possíveis de serem apresentadas como questões comuns às várias espacialidades que o compõe, caso de questões como “coronelismo”, “mandonismo local”, “poder oligárquico”.

O estudo das suas especificidades, na contramão das abordagens que tomam o Nordeste como algo homogêneo, se faz a partir da análise na qual procura dar conta das práticas políticas locais e estaduais, o que tornaria a história da Paraíba (e de alguns municípios) espacialidades estratégicas para a equação científica que ao mesmo tempo se propunha em analisar o Nordeste como contexto abrangente das várias histórias estaduais e o Nordeste cuja historicidade não fosse apresentada de forma homogênea. É nesse sentido que se apresentaram a análise das eleições que ocorreram na Paraíba no decorrer dos anos 1980, ao mesmo tempo como um estudo de caso que compunham um quadro mais amplo da “realidade nordestina atual” e que procurava atentar para suas particularidades. Desta maneira, a história regional que Andrade planeja construir é a história da Paraíba como ponto de partida para o entendimento do Nordeste em suas linhas gerais e, em ambos (na Paraíba e no Nordeste) os elementos temporais em relevo são os das permanências, da mudança conjuntural acompanhado da continuidade estrutural, essa, aliás, será uma operação que os historiadores irão promover, como veremos adiante.

Alguns outros *Textos do NDIHR-UFPB* se concentrarão em abordar as eleições na Paraíba, caso *Católé do Rocha Notas à Propósito de um Domínio Oligárquico*, escrito por Neiliane Maia (1986); *Cajazeiras o Domínio do Clientelismo Eleitoral*, de Francisco Sales Cartaxo Rolim (1986); *Reconstrução Histórica das Eleições na Paraíba (1945-1978)*, de Rosa Maria Godoy Silveira (1986); *As eleições de 1982 em Princesa Isabel: A reprodução do velho jogo político*, produzido por Maria Ângelo Sintonio Wanderley (1988); e os demais textos de Maria Antônia Alonso de Andrade: *As eleições municipais de 1985 em João Pessoa*

(1987b); 1986: *A vitória do PMDB* (1987c); *Notas sobre o perfil dos vereadores da área metropolitana de João Pessoa eleitos em 1982* (1988). Somado a todos esses textos ainda foi publicado pela editora da UFPB o livro *Clientelismo e Máquina estatal nas eleições de 1982*, que procurou analisar de forma mais ampla as eleições de 1982 e o modo como se reorganizaram, sobretudo no Nordeste, as forças conservadoras “fazendo um balanço final dos resultados eleitorais no país, mostra-se a existência de uma relação de interdependência entre o governo federal e a Região Nordeste: se os estados nordestinos dependem financeiramente do governo federal, este depende dos votos conservadores do Nordeste para preservar o regime político do pós-64, que as eleições de 1982 tentaram, sem êxito, legitimar.” (ANDRADE, 1986, p. 10).

Quando refletimos sobre o processo de constituição da historiografia acadêmica na Paraíba visualizando o NDIHR como um *espaço de sociabilidade* em que se formularam algumas das principais contribuições historiográficas nesse estado, percebemos que os trabalhos de pesquisadores como Moacyr Madruga, Mauro Koury, Maria Antônia Alonso Andrade, que não eram historiadores de formação e cuja dedicação não necessariamente estava circunscrita à historiografia, foram decisivos para o enquadramento das operações historiográficas realizados pelos próprios historiadores, talvez aí resida a importância de se estudar o NDIHR como instituição constitutiva da historiografia acadêmica na Paraíba. Certamente, os trabalhos que foram desenvolvidos no interior das linhas *Estrutura de Poder e Indústria e Trabalho* ressoaram na produção historiográfica e contribuíram para algumas das questões então encaradas pelos historiadores que compunham o quadro do NDIHR, tais como: Problematização da história regional, a partir da relação entre história da Paraíba e história do Nordeste; Ênfase concedida às chamadas *permanências históricas*, no qual se procurará historicizar as raízes dos problemas considerados atuais; Certo apreço por temporalidades mais próximas, mesmo que a história colonial e do império ainda tenha forte adesão; Discussão comum das relações de dominação no interior da estrutura de poder regional, no qual temas como oligarquias, coronelismo, clientelismo, passam a ser fruto de uma sistemática revisão historiográfica.

Esses elementos, somados à crítica à “historiografia tradicional” compõem as principais operações historiográficas então arquitetadas, e serão utilizadas como pautas positivas das *regras do meio* que se tentou estabelecer. Como os historiadores abordaram a problemática da história da Paraíba aliada à “questão Nordeste”, elencando alguns objetos de pesquisas em função de outros e procurando definir na própria pesquisa histórica o que seria a “nova historiografia paraibana” será algo que iremos tratar a seguir.

3.3 DA “QUESTÃO NORDESTE” À HISTÓRIA DA PARAÍBA: TEMAS E ABORDAGENS PARA UMA REVISÃO DA HISTORIOGRAFIA PARAIBANA

A historiografia brasileira de fins da década de 1970 em diante foi marcada por um processo cada vez mais acentuado de renovação. O ambiente intelectual esteve fortemente relacionado ao contexto político, econômico e social então em curso, tal como o tipo de produção que passou a elaborar, sobretudo no interior das instituições universitárias. Não são poucos os autores que avaliaram que nesse momento houve profundas alterações nos parâmetros de construção do conhecimento histórico, diagnosticando, inclusive, que os anos 1980 marca a emergência de uma cultura historiográfica diferenciada (DIEHL, 2004).

Entre o fim dos anos 1970 e início dos anos 1980 alguns historiadores se concentraram em analisar a historiografia brasileira, fazendo um balanço do tipo de produção que até então a caracterizou. O XI Simpósio Nacional de História, organizado pela ANPUH, que ocorreu em 1981 na cidade de João Pessoa, pode fornecer indício dessa crescente importância concedida à revisão dos parâmetros que se assentou a historiografia brasileira, já que o tema central do encontro foi “História, Historiografia e Historiador”¹⁹². Nesse simpósio foram discutidos, por exemplo, temas que iam do “Historiador e a realidade atual”, que deu o título à mesa-redonda composta por Fernando Novaes, Adalberto Marson, Francisco Falcón, Denis Bernadis e Ricardo Maranhão, passando pelo debate em torno do “Mercado de Trabalho do Historiador”, do “Currículo de História” e o “Livro Didático de História”, e chegando a problematização das “Tendências Atuais da Historiografia brasileira”, que contou como debatedores nomes como Maria Ifigênia Lage de Resende, Helga Piccolo, Gadiel Perrucci e José Roberto do Amaral Lapa.

Este último, inclusive, foi autor de inúmeros trabalhos que pretenderam colocar a história e a historiografia brasileira “em questão” e cujas pesquisas demonstram não apenas o estado da arte que se encontrava a historiografia brasileira, mas procurou utilizar a crítica historiográfica como um canal de crítica ao seu próprio tempo histórico, marcado, como procurou salientar, por uma profunda crise.

A história em questão: Historiografia brasileira contemporânea (1976) e *História e Historiografia: Brasil pós-1964* (1985), ambas escritas por José Roberto do Amaral Lapa. São

¹⁹² Elenco do XI Simpósio Nacional de História. Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH). Organizado pela profa. Dra. Alicer Piffer Canabrava com a colaboração do Núcleo Regional da ANPUH-PB. João Pessoa, 1981.

fundamentais para a compreensão do processo histórico-historiográfico que se estende entre 1976 e 1985, já que ao avaliar a historiografia das décadas de 1960 a 1980, Lapa acaba por discutir como os historiadores desse período, na própria prática de escrita da história, se situaram frente ao tempo histórico que estavam imersos.

A história em questão a ser contada por Lapa em 1976 é a história da crise da historiografia brasileira. O perfil dessa crise não se encerraria à defasagem conceitual e terminológica, mas envolve outros elementos, como a “desinstitucionalização do ensino de História, em todos os níveis, vem agora acentuar ainda mais essa conjuntura desfavorável, despojando a nossa ciência de uma motivação que a conduziu ao ponto que atingiu” (LAPA, 1976, p. 9).

Lapa (1976) parece alinhar a crise da historiografia a uma crise da própria experiência histórica, entendendo que a situação em que se encontra uma dada historiografia é reveladora da sociedade sobre a qual se debruça nesse sentido, narrar a crise da historiografia brasileira contemporânea seria ao mesmo tempo evidenciar a crise do Brasil no tempo presente. Esse alinhamento entre história e historiografia fica explícito na primeira epígrafe do livro, que abre o capítulo *Historiografia brasileira contemporânea*, dizendo:

É evidentemente, bastante claro que para compreender uma sociedade que movimenta lentamente, presa por séculos num ciclo de pobreza e tradição e moléstias, e ignorância, temos de estudar o terreno histórico e os mecanismos históricos persistentes de sua terrível limitação pela sua própria história. A explicitação desse ciclo, e da mecânica de cada uma de suas fases, exige uma análise histórica profunda. (MILLS, C. Wright. *Apud*. LAPA, 1976, p. 13)

O alinhamento entre o conhecimento histórico e a realidade histórica deveria ser estreitado dentro da prática compreendida por historiografia, ou seja, “a análise crítica desse processo de produção o conhecimento histórico e desse conhecimento enquanto conhecimento, isto é, um conhecimento científico que se perfila pelos métodos, técnicas e leis da ciência histórica” (LAPA, 1976, p. 15). Dessa maneira, a historiografia é entendida, pelo referido autor, como um dos melhores sintomas do grau de amadurecimento ou não da experiência histórica que a sustentou.

A questão da contribuição que os historiadores poderiam dar na resolução da propalada crise, devido ao grau de envolvimento demonstrado por Lapa entre a história como conhecimento histórico e história como realidade histórica, fica explícita no momento em que o autor discutiu *a dialética do subdesenvolvimento na história do Brasil*. Nesse capítulo, é

mostrado como a questão do subdesenvolvimento foi uma preocupação dos historiadores, que a partir de 1961 foi colocada em pauta a partir de uma reunião a âmbito nacional, realizada na Faculdade de Filosofia de Marília. Para José Roberto do Amaral Lapa, as reflexões e os debates ali realizados,

Confirmam a evidência do divórcio que existe no Brasil entre os estudiosos de história e a atual problemática do Desenvolvimento, isto é, a impressão que geralmente se tem é a de que o historiador nada pode oferecer da sua experiência científica acumulada, nada tem a dizer, em nada pode contribuir na comunhão com os demais cientistas sociais. (LAPA, 1976, p. 171)

Lapa forja uma dura crítica tanto à historiografia, quanto ao sistema de ensino e, mais especificamente, ao ensino de história, afirmando que pouco tem contribuído para a conscientização do problema do (sub)desenvolvimento, pois a História é ela própria subdesenvolvida, caracterizado como “livresca e academicamente formados, envoltos em erudição, engolfados pela massa factual, sem o embasamento teórico indispensável, perdem-se os professores numa História tipicamente subdesenvolvida” (LAPA, 1976, p. 171).

Para o autor, essas limitações devem-se aos próprios historiadores, que tímidos ou mal informados, sem maiores preocupações com seu preparo teórico “presos ao passado mais remoto, às descrições e enumerações cronológicas, mais fáceis de serem expostas, sem o risco do passado ainda vivo ou do presente” (LAPA, 1976, p.172), não se mobilizam para tratar a História como um conhecimento comprometido com a realidade histórica e a superação de suas mazelas.

Em *História e Historiadores*¹⁹³, o autor parece sentir-se mais à vontade para falar do regime que estava em processo de esvaziamento, mesmo afirmando que a precaução deve marcar “nossas passadas”, mas assumindo que tal cuidado não corresponde à natureza daquela que “tivemos que ter ao longo dessa caminhada de 20 anos, no espaço que nos é reservado ou no qual combatemos, nós historiadores” (LAPA, 1985, p. 7). Nesse momento o autor entende regime e militar como um perigo obscuro, por isso é necessário prudência, pois “perder de vista é o risco de uma ‘meia-volta-vol-ver’”.

¹⁹³ O objeto dessa obra parece se confundir com o texto de 1976, já que a relação entre história e historiografia é sua tônica principal, mas diferenciam-se em um ponto fundamental, em *A História em questão* os vínculos entre a crítica à escrita da história e a crítica à realidade histórica era algo que não era feito de forma explícita, literal, mas a análise historiográfica era usada como recurso de entendimento da realidade social, ou seja, o objeto de análise privilegiado da obra de 1976 é a historiografia brasileira contemporânea à época. Em 1985, a questão era outra, o texto que Amaral Lapa escreveu foi encomendado pela editora Paz e Terra com a finalidade de compreensão do Brasil pós-1964 a partir da relação entre história e historiografia, projeto que se estendeu não apenas à história, mas a outras áreas das Ciências Sociais, como Economia, Sociologia e Antropologia. Essas informações o Lapa oferece na Introdução de *História e Historiografia: Brasil pós-64*.

Deste modo, a narrativa que Lapa (1985) faz do movimento de implantação da Ditadura Militar, parece-nos revelador do tempo histórico que possibilitou a construção dessa obra. Num tom de denúncia, o autor entende que é necessária a análise crítica do desempenho científico e social dos historiadores nos vinte anos que separam a escrita de *História e Historiadores* à emergência do regime militar, percebendo uma indissociabilidade entre o que se produziu nesse período e a projeção do movimento político-militar de 1964. Se o golpe se caracterizou segundo modelo clássico “articulando internamente no bojo da conspiração político-militar, com certo e aparente apoio de massa, com financiamento e colaboração de grupos empresariais, seguindo a tomada repentina e ilegal do poder” (LAPA, 1985, p. 12), após “o movimento desdobra-se com a incorporação de setores tecnocráticos, convocados, sobretudo, nos quadros das Universidades para viabilizar um projeto econômico, uma vez que o político mostrava-se amarrado com a aliança político-militar-empresarial” (LAPA, 1985, p. 13).

O período que se segue a 1964 é caracterizado como complexo e contraditório, como exemplo pode-se citar a relação entre governo militar e historiografia, pois, apesar de ter empreendido fortes investidas, o regime e “sua produção ideológica não foi capaz de marcar o conhecimento histórico” (LAPA, 1985, p. 23). A estratégia era outra, se desenvolveu na criação de novos órgãos e na mobilização das agências ligadas ao Ministério da Educação e Cultura, “que então traça a política cultural a ser seguida” (LAPA, 1985, p. 24).

Um espaço privilegiado de construção ideológica do regime que emergiu em 1964 foi a Escola Superior de Guerra, cuja Doutrina da Segurança Nacional empreendeu as principais linhas ideológicas a ser veiculadas na sociedade, sobretudo através de uma nova política educacional, marcada por categorias como *Nação e Estado*. Para Amaral Lapa: “Está, portanto, nessa proposta certa concepção de história, cujos mecanismos são: Auscultar as “aspirações nacionais”, para apurar o caráter nacional brasileiro, atingindo uma prática política que responda a esses valores específicos.” (LAPA, 1985, p. 26). A concepção de história da Doutrina de Segurança Nacional se constitui na análise de elementos de natureza psicossocial que atuam sobre o poder nacional, tais como: população, estrutura social, opinião pública, moral nacional, etc. A história se resumiria na reprodução das relações do homem com a natureza “onde se relativizam quer o arbítrio humano quer o determinismo geográfico.” (LAPA, 1985, p. 28).

No mais, tenta-se recuperar a avelhantada forma de considerar a história como uma multiplicadora de ‘lições’, que se transmitem através de ‘fatores culminantes’, do comportamento dos grandes estadistas, das crises políticas, dos momentos decisivos que ensinam e condicionam o povo e o governo de uma nação. (LAPA, 1985, p. 28).

Portanto, a estratégia da ideologia de segurança nacional não necessariamente é de reprimir a construção de uma história que não atendesse a seus critérios, mas de criar um espaço intelectual alternativo, capaz de engendrar uma cultura histórica calcada na mentalidade que correspondesse aos anseios ideológicos da Doutrina de Segurança Nacional. Segundo Lapa (1985), não houve interferência sistemática à área específica de história, o tratamento foi o da indiferença¹⁹⁴, resultando em estagnação de certos temas políticos e sociais, que mesmo existindo algumas iniciativas inovadoras e grandes obras publicadas nesse período, a História acaba mergulhada no marasmo, mas “a noite não desceu totalmente sobre todos” (LAPA, 1985, p. 32), pois houve contínuo combate intelectual daqueles que continuaram no país, usando “táticas de camuflagens”, para poder alcançar seus objetivos científico.

Entre o marasmo de alguns e o combate de outros, entre a repressão política e a estratégia de indiferença, José do Amaral Lapa observa o fato de os “interlocutores” muitas vezes se ignorarem, pois se o governo deixa de perseguir os historiadores, estes acabaram por não tratar o movimento de 1964 numa reflexão sistemática.

Diferentemente, José Jobson Arruda e José Manuel Tengarrinha (1999) dizem que as condições impostas pelo regime militar no Brasil fizeram com que os temas preferenciais sofressem um redirecionamento, em favor de um debate “centrado nas chamadas questões nacionais: o capitalismo, a sociedade escravista, a industrialização, a burguesia, o desenvolvimento, os modos de produção, em busca de uma racionalidade conscientizadora e redentora, ao mesmo tempo.” (ARRUDA & TENGARRINHA, 1999, p. 58). Segundo os autores, a elaboração de uma história demográfica, econômica e a proliferação dos métodos quantitativos se deu devido ao momento no qual se inseria os historiadores naquele momento, pois “batida pela repressão, a comunidade dos historiadores refugia-se nos números,

¹⁹⁴ Lapa admite que houve interferência e certo controle intelectual, já que após a tomada de poder “o governo fez abater sobre a Universidade, através de pressões e repressões de diferente ordem, todo um processo castrador de pensamento, tendo à área de história, entre outras, sido vítima de IMPs, de triagens ideológicas, de cassações e aposentadorias compulsórias, de prisões e intimidações” (LAPA, 1985, p.30). Um exemplo de como os historiadores em algumas faculdades foram perseguidos pelo regime militar no processo de sua implantação em 1964, pode ser encontrado no texto *O lado escuro da força: a ditadura militar e o curso de história da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (FNFu/UB)*, de Marieta de Moraes Ferreira (2013), no qual a autora analisa como a FNFu/UB fora abalado pelo golpe de 1964, além de narrar a experiência de perseguição sofrida por historiadores como Maria Yeda Linhas devido a sua orientação política.

aparentemente inofensivos para o regime, mas que traduziam a profundidade da exploração econômica realizada no período colonial, uma forma nebulosa de se discutir o imperialismo” (ARRUDA & TENGARRINHA, 1999, p. 58)

De qualquer forma, para além da repressão política e/ou indiferença, entre os anos 1960 e 1970 a historiografia brasileira inicia um processo de reorientação do colégio de historiadores, que segundo Lapa (1985), pode ser visualizado desde à organizações de eventos, simpósios e encontros específicos da área, passando pela estruturação da Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH), chegando à uma primeira etapa de interiorização do ensino superior, além da crescente institucionalização nacional da política de Pós-Graduação.

Se os anos 60 marcaram a montagem de uma infra-estrutura organizatória, que inclusive viria contribuir para viabilizar a institucionalização geral que se seguiria, (...) pode-se afirmar que os anos 70 vão assinalar, como em nenhum outro momento de sua história, um esforço sistemático e centralizado de envergadura, na produção e reprodução do conhecimento histórico, o que aliás acompanhou o sucedido em outras áreas. (LAPA, 1985, p. 37)

Parece consenso¹⁹⁵ a percepção de que a partir da década de 1970, com o advento das pós-graduações, a historiografia brasileira vivenciou um momento de intensa dinamização, que se estende desde à construção de novas abordagens, metodologias e objetos à incorporação de uma multiplicidade de referências teóricas à prática da pesquisa histórica no país, verificando-se uma crescente profissionalização da história, refletida nas inúmeras associações e comunidades de pesquisas então fundadas. Também para Carlos Fico e Ronald Polito (1996), a ampliação do número de pós-graduações em História foi essencial no processo de profissionalização da área e de sua respectiva difusão, no mesmo instante em que ocorreu um relevante aquecimento no mercado editorial específico, uma multiplicação dos enfoques teóricos (sobretudo com um maior contato com a historiografia francesa), e um crescimento e amadurecimento das discussões metodológicas.

Fico e Polito (1996) fazem algumas observações importantes. Em primeiro lugar os cursos de pós-graduação em História no Brasil foram pensados levando em consideração modelos estrangeiros, o que ocasionou um descompasso entre a produção francesa e a leitura brasileira. Por outro lado, é notável a presença maciça do marxismo entre os historiadores, se

¹⁹⁵ Em todos os estudos que pesquisamos acerca da historiografia brasileira entre os anos 1970 e 1980 os autores ressaltam a importância da expansão das pós-graduações para a dinamização da historiografia brasileira nesse período.

caracterizando mais em termos de ambiente acadêmico do que em elaboração conceitual, sendo o contexto político fator relevante para a sua constituição. Além disso, Fico e Polito (1996) assinalam, ainda, a importância da presença dos *brasilianista* no quadro da historiografia brasileira. Em resumo, o ambiente acadêmico entre os anos 1970 e 1980 se caracterizou pelo predomínio marxista, pela incorporação teórico-metodológica francesa e pela presença norte-americana (FICO & POLITO, 1996).

Margareth Rago (1999) ao analisar as bases dessa nova demanda oferecida pela historiografia brasileira a partir da segunda metade dos anos 1970, relaciona à expansão dos estudos históricos ao contexto social e político da época, mostrando que a situação era paradoxal, pois ao mesmo tempo em que havia um processo de violência e repressão cultural exercida pelo regime vigente, “esta década irrompeu trazendo uma grande expansão dos estudos históricos, das pesquisas e publicações de livros, artigos e revistas, impulsionada pela criação dos inúmeros cursos de pós-graduação no País, pelo próprio crescimento do mercado editorial e, não menos, pela intensa pressão da resistência política organizada, forma e informalmente.” (RAGO, 1999, p. 73)

Um outro elemento importante na construção do que a autora chama de “*nova*” *historiografia brasileira* é a crescente participação de diferentes grupos sociais na vida pública, caso das mulheres, dos jovens, negros e operários que trouxeram múltiplas questões e reivindicações, pois:

As mulheres, principalmente, entraram agressivamente no mercado, participando dos cursos nas universidades, nas escolas em outras instituições, enquanto o movimento feminista levou grande número às praças públicas, exigindo novos direitos sociais e sexuais; os negros colocaram suas demandas na agenda pública, enquanto o movimento operário se reorganizava nos grandes centros industriais e propunha a criação de um importante partido político de massas. (RAGO, 1999, p. 74)

Em *Questão social e historiografia no Brasil pós-1980: notas para um debate*, Ângela de Castro Gomes (2004) concorda com Margareth Rago (1999) no que diz respeito à importância dos movimentos sociais na passagem da década de 1970 para 1980, ao perceber que “a década de 1980, no Brasil, foi a da anistia (1979), a do desenvolvimento dos movimentos sociais e uma luta rigorosa pelo fim do regime militar” (GOMES, 2004, p. 159), observa que os estudos históricos, em especial a área da história social do trabalho, sofreram alterações decisivas nas pesquisas sobre os séculos XIX e XX, entendendo-os como períodos estratégicos “pois corresponde ao enfrentamento de graves e abrangentes questões” (GOMES,

2004, p. 158). Essas reorientações também estiveram articuladas à intensa transformação teórico-metodológica da historiografia internacional¹⁹⁶.

Assim como Margareth Rago (1999), Ângela de Castro Gomes (2004) assinala que como consequência desse contexto político o interesse pelo tema dos movimentos sociais e urbanos, pouco a pouco é retomada a questão social, com abordagens que ressaltam variáveis políticas e culturais, sendo agenciados outros temas, tais como: *etnia, negociação e cultura política*. Astor Diehl (2004) também afirma que os aspectos sociais passam a predominar na década de 1980, substituindo pouco a pouco o econômico e concorrendo com o político¹⁹⁷, pois esse “é o momento de historiar os grupos minoritários, como o negro e sua cultura, a mulher e sua luta pela igualdade de condições. São abertos os espaços, em outras palavras, para a história dos eternos vencidos” (DIEHL, 2004, p. 20). Procurava-se, então, ressaltar a atualidade da ciência histórica¹⁹⁸ a partir dos vínculos estabelecidos com os movimentos sociais.

A *Cultura Historiográfica Brasileira nos anos 1980* para Astor Diehl (2004) foi marcada por um processo de ruptura com o que se fez até então na prática da escrita da história no Brasil. Segundo esse historiador, até a década de 1970 ocorreu o predomínio dos relatos e interpretações lineares, cujos interesses principais estavam ligados às questões “do Estado, da nação, das classes sociais, instituições políticas e dos grandes centros econômicos (...) procurou-se ainda, por meio de sínteses estruturais, ensaiar críticas ao regime político-militar, bem como à tradicional visão histórica que predominava naquele momento.” (DIEHL, 2004, p. 19). A partir de meados dos anos 1980 assistia-se à negação dos modelos

¹⁹⁶ Ângela de Castro Gomes (2004) e Margareth Rago (1999) em seus respectivos artigos ressaltam a importância da incorporação de novas perspectivas teórico-metodológicas, a partir da apropriação de novas referências que contam com historiadores como E. P. Thompson e seu conceito de classe social que se constituiu na crítica à “última instância do econômico” e Carlo Ginzburg, cujo paradigma indiciário aproxima a história da antropologia, além de possibilitar os debates acerca da micro-história. Essas aproximações se deram graças a um crescente interesse do mercado editorial que levou à publicações de obras de autores como Roger Chartier, Michel Foucault, além dos referidos acima.

¹⁹⁷ Fico e Polito (1996), entretanto, afirmam que apesar de haver uma demanda cada vez maior pelas questões de ordem social, a história econômica e, sobretudo, a história política não deixaram de existir, passando por poucas renovações, pois “muitos trabalhos de história política persistiram numa perspectiva linear de análises de individualidades ou da corriqueira sucessão de episódios da ‘pequena política’” (FICO & POLITO, 1996, p. 184).

¹⁹⁸ Outro aspecto importante relacionado à questão da atualidade do conhecimento histórico, deve-se ao crescente interesse pelo estudo da história contemporânea do Brasil que, segundo José Roberto do Amaral Lapa, em 1976, já apontava para um crescimento no número de publicações e poderia ser considerado como uma das tendências da historiografia brasileira, mesmo assim, segundo o levantamento que esse historiador fez a partir das teses de doutoramento defendidas entre 1934 e 1973, apenas cerca de 15, 2% referenciam-se ao período republicano (Ver Lapa, 1976, p. 39-42). Já em 1985, a partir de uma pesquisa no Arquivo Nacional entre 1970 e 1979, Lapa percebe que 30% das pesquisas nesse arquivo eram realizadas em torno do período republicano, segundo Lapa esse aumento se deu graças a necessidade de “assumir posições no exame e na crítica dos fatos e personagens, ao enfrentar os desafios da compreensão do presente e de sua interpretação através de um conhecimento elaborado” (LAPA, 1985, p. 74)

totalizantes, incitava-se a possibilidade de “se estudar a história do Brasil com base na realidade brasileira, numa especificidade histórica que dificilmente se deixará submeter às leis históricas gerais do desenvolvimento das sociedades” (DIEHL, 2004, p. 21).

Outra tônica dos estudos históricos esteve ligada a eminente problemática das especificidades históricas do Brasil, cujos aspectos ressaltados seriam o da singularidade dos eventos históricos, da multiplicidade de realidades pesquisadas, e da heterogeneidade das narrativas históricas possíveis. A cultura historiográfica brasileira na passagem dos anos 1970 aos anos 1980 é atravessada pela problemática dos estudos regionais, cujos efeitos se farão sentir nas linhas de pesquisa institucionalizadas pelo processo de expansão das pós-graduações (FICO & POLITO, 1996). José Amaral Lapa (1985) diz que a partir de 1975 houve uma maior projeção da História Regional, e confirma a tendência das pós-graduações voltarem-se mais para as regiões onde estão inseridas, já que:

Estamos ainda numa etapa em que se faz necessário e inadiável conhecer a realidade local e regional, desde que naturalmente essa vocação não se impermeabilize compartimentando a realidade numa atomização que nada tenha a ver com a formação econômica e social brasileira como um todo. (LAPA, 1985, p. 47)

Francisco Falcón (1996), historiador que também esteve no XI Simpósio da ANPUH em 1981, escreveu um interessante texto que procurou discutir a *Identidade do Historiador*, a partir de uma análise historiográfica que vai da década de 1950 ao início dos anos 1990, mostrando às vicissitudes em que se acometeu a escrita da história no Brasil, dando especial relevo à forma como o historiador foi compreendendo seu ofício. Se entre os anos 1950 e 1960 o dilema que marcou a historiografia esteve ligada à relação entre *inovação* e *tradição*, a partir do qual se produziu conflitos crescentes em função da radicalização de perspectivas e das disputas movidas por interesses e posições institucionais, nos anos 60/70 a essa oposição se somou a dicotomia entre *teorização* e *empirismo*. Segundo Falcón (1996), tal dicotomia foi importante na medida em que serviu para a tomada da consciência das diferenças entre a forma tradicional e a forma moderna de conceber a natureza do ofício do historiador e do próprio ensino de história, tomada de consciência que ainda teria sido favorecida devido ao contexto de pressão político-ideológicas autoritária e à institucionalização dos cursos de pós-graduação nas universidades brasileiras.

Nesta década [1970], faz-se mais e mais problemáticas a convivência pacífica entre os que possuíam da História uma concepção narrativa e factualista, descritiva por excelência, e os que preconizavam uma *Nouvelle Histoire*, em moldes *analistas*, numa História estrutural, totalizante, crítica, mas também inovadora em relação às fontes e, sobretudo, baseada em pressupostos teórico-metodológicos explícitos ou implícitos. (FALCÓN, 1996, p. 10)

Assim como Ângela de Castro Gomes (2004), Margareth Rago (1999), Carlo Fico e Ronald Polito (1996), Francisco Falcón (1996) situa a autodeclarada “nova história” em torno de dois eixos principais: A influência dos *Annales* e do Marxismo, adicionando ainda a crescente importância concedida aos estudos brasilianistas. Nos anos 1980, porém, esse quadro adicionará outros referenciais teóricos, caso do neo-marxismo de Thompson e do crescente interesse pelos estudos foucaultianos¹⁹⁹.

De qualquer forma, a respectiva associação entre novos métodos, abordagens e objetos de inspiração predominantemente “*annalistas*” e pressupostos teórico-metodológicos marxistas, mesmo que o fossem genericamente, produzem um tipo de historiador diferente daquele mais tradicional, forjando, inclusive, certo consenso na historiografia brasileira da década de 1980, que para Francisco Falcón significou o *realismo historiográfico*.

Tratava-se, em resumo, de um realismo historiográfico o qual, apesar de subdividido em várias vertentes, tinha sempre como vertente indiscutível o papel necessário e insubstituível das fontes documentais como ponte necessária entre texto histórico e o seu referente na ordem da realidade histórica. Enquanto evidência de algo que elas apenas apresentavam, restos em fragmentos sobreviventes, as fontes constituíam o território comum aos mais variados tipos de historiadores. (FALCÓN, 1996, p. 17)

As linhas gerais dispostas acima dizem respeito ao conjunto da historiografia brasileira entre os anos 1960 e 1990, mostrando os principais dilemas que estiveram presentes em seu bojo, mas fala pouco das especificidades que acompanhou o processo de institucionalização da pesquisa histórica produzida por cada uma das universidades brasileiras. Nesse sentido, o presente trabalho procura somar ao conjunto de textos, obras e autores que vem procurando cartografar a história da escrita da história no Brasil, apresentando como objeto específico a produção historiográfica ligada às instituições universitárias na Paraíba e, mais

¹⁹⁹ Na passagem dos anos 1980/90, haverá uma implosão das grandes teorias e com ele uma desconstrução aberta de um marxismo de tipo mecanicista e totalizante, o “novo historiador” neste momento passará a ser cético quanto às teorizações totalizantes, provocando, segundo Falcón (1996) uma crise da identidade do historiador, marcado pelo debate que teve como tema fundamental a relação da história-conhecimento que se escreve (que se produz) e história enquanto realidade (que se reconstrói).

particularmente, a UFPB e os historiadores ligados ao NDIHR. Como tal, algumas das teses referenciadas podem sintetizar o que fora produzido em termos de historiografia acadêmica na Paraíba, mas não são capazes de informar acerca das operações historiográficas que constituíram no processo de elaboração de uma escrita da história produzida pelas universidades na Paraíba, possivelmente essa é uma das contribuições que a presente dissertação pode oferecer²⁰⁰.

Como procuramos mostrar até aqui, o crescente interesse pelos temas sociais e, sobretudo, políticos fez parte da pauta dos historiadores e demais cientistas sociais do NDIHR, procurando demarcar um específico espaço na *cultura histórica* em que os aspectos das relações de dominação, da História Regional e das permanências históricas na estrutura de poder foram bandeiras assentadas no sentido de definir algumas das *regras do meio* da historiografia acadêmica na Paraíba²⁰¹.

²⁰⁰ Nos últimos anos algumas publicações se preocuparam em reunir alguns estudos das especificidades historiográficas locais, veiculando artigos de como a historiografia foi elaborada de diferente forma em diferentes lugares de produção do saber, caso da coletânea *Do Passado para o futuro: Edição Comemorativa dos 50 anos da ANPUH*, organizado por Raquel Glezer e publicado pela Editora Contexto em 2011, que contou com textos sobre a historiografia em várias regiões e estados do Brasil. Possivelmente nosso trabalho soma-se a esse esforço de revisão da historiografia no Brasil.

²⁰¹ Não podemos afirmar, porém, que houve homogeneidade em torno das tendências teóricas então em voga, já que entre os próprios historiadores acadêmicos houve influências que iam do positivismo, passando pelo marxismo e chegando aos Annales (mesmo sendo claro que a importância do marxismo na produção historiográfica paraibana da década de 1980 se sobrepôs às outras). Em texto que Silveira (2010) buscou analisar o conjunto da produção historiográfica na Paraíba dos últimos 50 anos, esta historiadora ressalta que não houve homogeneidade do ponto de vista teórico-metodológico, até porque ocorreu alguns embates entre os professores adeptos da História positivista e aqueles de uma concepção materialista da História que, em muitos casos, se mesclava com as abordagens dos *annalistes* da primeira e segunda geração. “Linhas teóricas da segunda fase: positivismo: a rigor, entre os principais trabalhos historiográficos acadêmicos do período, devido ao fato de se tratarem das dissertações e teses, não se pode vislumbrar uma linha positivista quase ‘puro sangue’. No geral, mesmo os que mais se aproximaram dessa corrente, mesclada com outras influências teóricas: Gisafran Nazareno Mota Jucá, Inês Caminha Lopes Rodrigues, Ivanice Frazão de Lima e Costa, Maria Martha Pimentel de Mello, Maria das Dores Limeira dos Santos, Maria Zélia Cavalcanti Mello, Ruston de Lemos Barros e Zeluiza Formiga; Annales, especialmente segunda geração: Diana Galiza de Andrade e Elza Régis de Oliveira; Materialismo Histórico, de diferentes formas, com outras vertentes: Eliete Gurjão de Queiroz e Silva, Irene Rodrigues da Silva Fernandes, Joana Neves, Laura Helena Baracuh Amorim, Lúcia de Fátima Guerra Ferreira, Marly de Almeida Gomes Vianna, Maria do Céu Medeiros, Martha Lúcia Ribeiro de Araújo, Martha Maria de Carvalho e Moraes San’tana, Michel Zaidan Filho, Rosa Maria Godoy Silveira e Silvio Frank Alem. Não enquadramos a produção de Durval Muniz de Albuquerque Junior, nessa época, em nenhuma dessas correntes porque reputamos que a mesma aponta a conjugação entre vertentes teóricas já consolidadas e novas abordagens. Novamente, é de excepcionalidade a obra de José Octávio de Arruda Melo: quanto aos aspectos teóricos, pode mais ser configurada como de um ecletismo de abordagem. Esta fase, em João Pessoa, é marcada pela atuação do Núcleo de Documentação e Informação Histórico Regional (NDIHR) na produção historiográfica, com certa influência de Joana Neves, Rosa Maria Godoy Silveira e Silvio Frank Alem, nas problemáticas de ensino de História, questão regional e movimentos regionais respectivamente.” (SILVEIRA, 2011, p. 258). Essa longa citação serve-nos para marcar distância com relação a possibilidade de elaborar um estudo historiográfico que foque nas orientações teórico-metodológicas, não que seja destituído de importância, mas percebemos na análise dos textos e artigos que a discussão da filiação teórica não fora prioritário nesse primeiro momento e que sua abordagem exigiria um trabalho mais vertical de análise de autores e obras mais específicas, algo que não visualizamos como possível.

Entretanto, concordamos com Falcón (1996) que um ponto de consenso se deu em torno do *realismo historiográfico*, esse, inclusive, pode ser considerado um fator que concedeu ao NDIHR protagonismo ante as instituições de pesquisa histórica na Paraíba, já que ao se constituir como centro de documentação e pesquisa histórica sua própria existência esteve condicionada à ideia de primado empírico no *métier* do historiador. Portanto, a *identidade do historiador* que se procurou fabricar possuiu forte vínculo com a ideia de que este profissional tem como ofício prioritário o trato com os documentos, considerados referenciais indispensável de qualquer operação histórica que se pretenda realizar. Foi nesse mesmo sentido que apesar a historiografia do IHGP ser duramente criticada e ter sido utilizada como “adversário cúmplice” da historiografia acadêmica, reconheceu-se a importância do seu acervo e do trabalho que desenvolveu ao longo do século XX no sentido de preservação da memória histórica paraibana através da organização de um acervo documental²⁰².

Portanto, o NDIHR se colocava como a instituição capaz de realizar não apenas uma “renovação” ante a escrita da história na Paraíba, mas de reorganizar suas bases documentais, já que:

O historiador não pode renunciar a uma das suas principais tarefas – a busca do documento – sob pena de caminhar no vazio. O recurso às fontes históricas é uma das principais etapas que terá de percorrer no seu trabalho, seguida de outras (análise, crítica, interpretação) que exigem não menos experiência do seu ofício. Dessa forma, faz-se necessário a preservação das fontes históricas como meio de construção da História. Como salientou Franklin de Oliveira, em sua obra, um povo que não cultiva o seu passado, as suas tradições, corre o risco de ser atacado de amnésia histórica e de perder o elo de sua continuidade histórica. (OLIVEIRA, 1986, p.5)

As palavras de Elza Regis Oliveira (1986), veiculadas no primeiro volume da *Revista Ciência Histórica*²⁰³ pode representar a síntese do esforço do NDIHR no que diz respeito à sua política de preservação documental. *Por uma política de preservação de documentos paraibanos* é um texto em que se busca mostrar a importância da questão documental

²⁰² Vale ressaltar, ainda, que um dos trabalhos relatados como de principal importância do NDIHR desde sua fundação foi justamente o que se concentrou em organizar o Arquivo do IHGP.

²⁰³ Periódico organizado pelo D.H-UFPB, cujo primeiro número foi publicado em parceria com a Comissão do IV Centenário da Paraíba, evento que ocorreu em 1985 e que pareceu ter sido de total importância para a análise da história da Paraíba, contando, inclusive, como mostrou Candeia (2002) com uma produção “vigiada” e com uma historiografia elitista, mas que também abriu espaço para a publicação de algumas poucas obras produzidas pela universidade, caso também do primeiro da História de Patos, que foi resultado de pesquisas que teve como idealizadora Joana Neves

mediante a memória histórica da Paraíba, e que ao relatar o estado calamitoso das instituições arquivista deste estado, propõe (em um momento que parecia oportuno, já que as comemorações do IV Centenário buscava “resgatar” a história da Paraíba²⁰⁴) que se revisse a política de preservação documental. Oliveira (1986) ainda reforça o papel do NDIHR nesse processo: “Em relação às atividades documentais ligadas à prospecção, à preservação, ao arrolamento e à sistematização de fontes, a Universidade Federal da Paraíba vem ocupando um espaço, desde a criação do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional – NDIHR, em 1986.” (OLIVEIRA, 1986, p. 12). Portanto, “preservar as fontes é uma tarefa de todos nós, sobretudo hoje, quando a História tenta se libertar de velhas concepções, buscando o estudo, a compreensão do homem na sua dimensão maior, em todas as formas e manifestações, bem como a compreensão do social em toda sua totalidade.” (OLIVEIRA, 1986, p. 15).

A operação historiográfica que vai da preeminência de considerar como inultrapassável o trabalho do historiador sobre as fontes à própria escrita de uma história que não fosse seduzida pelo canto da sereia do “elitismo”, do “tradicionalismo” e do “oficialismo” parece se relacionar com a ideia de Falcón quando trata o *realismo historiográfico* como um consenso entre os historiadores que se representavam como “modernos”. Essa operação foi significativa em um outro sentido: Possivelmente, foi no contato com as fontes e a partir da política de documentação operada pelo NDIHR que os historiadores acabaram por tomar como objeto de estudos de suas pesquisas a própria da história da Paraíba como ponto de partida para o entendimento da História Regional (e do Nordeste), pois parecia impossível realizar ao mesmo tempo uma política de preservação documental e a elaboração de uma escrita da história que levasse em consideração o Nordeste como um todo, como ficou sugerido no *Projeto de Implantação dos CDIHRs*. É importante ressaltar que esse tipo de procedimento não fora algo realizado de uma hora para outra, mas que foi se desenvolvendo no momento mesmo de institucionalização da pesquisa histórica na UFPB e que pareceu ser mais bem definido a partir meados da década de 1980, quando a maior parte dos quadros do NDIHR farão suas pesquisas de mestrado e doutorado e suas linhas de pesquisas e projetos em geral se mostraram mais fortalecidos. Portanto, não é em função de um projeto previamente elaborado que os historiadores na Paraíba descobriram como objeto de estudo a História da Paraíba, mas o foi em concomitância ao processo de formulação de suas

²⁰⁴ “Nada mais oportuno do que, nesse ano em que se comemora o IV Centenário da Fundação da Paraíba, voltar nossas preocupações para a situação ameaçadora em que se encontram os nossos documentos, seja pela má conservação, seja pelo descuido ou abandono, fato que constitui uma ameaça à pesquisa histórica a nível estadual.” (OLIVEIRA, 1986, p. 10).

respectivas *práticas* e *escritas*. Um primeiro momento desse desdobramento já esteve contido em *Regionalismo Nordestino*, quando Silveira (2009) procurou desconstruir a ideia de que o Nordeste é um todo homogêneo e, nas suas linhas finais, propôs a urgência de se elaborar pesquisas que fizessem aparecer “outros e reais Nordeste”.

Somado a isso, tanto a tese de Silveira, quanto as pesquisas vinculadas a linha *Estrutura de Poder na Paraíba* já iniciava um deslocamento conceitual no tocante ao conceito de região, que mesmo levando em consideração as contribuições estruturais e econômicas de trabalhos como o de Francisco de Oliveira (2008)²⁰⁵, passou a encarar outras concepções possíveis de região, sobretudo quando considerada ao seu nível político em que as delimitações político-administrativas estaduais poderiam ser tomadas como objeto de estudos, já que os efeitos históricos das relações de dominação deste território foram concebidos enquanto algo que não poderia ser deixado de lado, desde que não se repetisse as práticas historiográficas “elitistas” do IHGP, as quais abordavam tal delimitação político-administrativa de modo a naturalizar as relações de dominação e com o intuito de conceder legitimidade às elites estaduais. Ou seja, a própria crítica à historiografia paraibana “tradicionalista”, “oficialista” e “elitista”, utilizadas como “adversários cúmplices”, também contribuiu para a visualização da necessidade de revisão historiográfica, inclusive levando em consideração os marcos territoriais daquele modelo historiográfico, tipicamente oligárquico, mas invertendo os termos: ao invés da história dos “heróis” paraibanos passou-se a narrar as relações de dominações presentes ao longo da história da Paraíba, num tom crítico e, por vezes, de denúncia.

Essa tríplice operação – realismo historiográfico, história da Paraíba como História Regional e revisionismo historiográfico- esteve no centro das preocupações dos historiadores, e se tornaram elementos constituintes da historiografia acadêmica na Paraíba, já que até certo ponto esta historiografia sem deixar de lado a “questão regional” procurou se voltar para o estudo da história da Paraíba, ou da história da Paraíba como História Regional.

Individualmente, esse procedimento vai aparecer como eixo estruturante das teses e dissertações que serão construídas naquele momento. Um caso exemplar disso é a dissertação

²⁰⁵ É importante levar em consideração que as contribuições de Oliveira (2008) não serão criticadas, opondo-as às outras noções de região, mas serão expandidas e complementadas. A importância da obra do autor pernambucano vai estar presente em diversos textos dos historiadores estudados, sempre colocado como questão a ser considerada, sobretudo em seu caráter de contexto, ou seja, mesmo quando se analisa como objeto temáticas tidas como “regionais” que ultrapassam a abordagem estrutural e econômica contidas na explanação de Oliveira refere-se ao resultado de seus estudos como estrutura a ser considerada em última instância. Assim como no trabalho de Rosa Godoy Silveira a noção de “região para o capital” não se oporá as análises sociais, políticas e ideológicas de região, mas será abordada de forma complementar, como é o caso da dissertação de mestrado de Irene Fernandes (1988) que analisaremos nas próximas páginas.

de mestrado de Irene Rodrigues da Silva Fernandes, defendida em 1988 junto ao Programa de Pós-Graduação da UFPE (PPGH-UFPE) e cujo título foi *Comércio e Subordinação: A associação Comercial da Paraíba no Processo histórico regional (1889-1930)*. Essa pesquisa, assim como outras, nasceu como resultado de um período de reflexão e pesquisa em decorrência da participação de sua autora no processo de implantação no NDIHR da linha *Relações Comerciais da Paraíba com o exterior e o eixo Rio/São Paulo*, quando foi feito um levantamento bibliográfico e ficou evidente a fragilidade da historiografia paraibana e a dificuldade de pesquisa documental no tocante ao estudo da atividade econômica no espaço paraibano inserindo-se “no contexto mais amplo do capitalismo” (FERNANDES, 1988, p.1).

Assim como Silveira (2009) e Oliveira (2008), citados textualmente por Fernandes (1988), esta autora passa a encarar a necessidade de relacionar a região ao capitalismo:

Uma via explicativa que pretender ser profícua na apreensão desta questão, deve estar atenta que a forma de integração da região não passa, em princípio, pela homogeneização dos espaços divididos por fronteiras político-administrativas. Nesse quadro, revela-se de importância fundamental a atuação do grupo comerciante, uma vez que é na esfera da circulação que se processa a apropriação do excedente de produção. Por outro lado, é importante que se busque delinear o estabelecimento e as formas de permanências/mudanças das estruturas internas da organização espacial, sem o que poderá ficar prejudicado o entendimento da dinâmica de dominação de classe que permeia a constituição da região e da conteúdo à questão regional. (FERNANDES, 1988, p. 12)

Mesmo afirmando que a “integração da região não passa em princípio pela homogeneização dos espaços divididos por fronteiras político-administrativas”, o ponto de partida de sua análise será a história da Paraíba. Entretanto, ao contrário do que era criticado na historiografia “tradicionalista”, o que distinguiria essa “nova” pesquisa historiográfica é a capacidade do historiador relacionar as dimensões locais, regionais, nacionais e internacionais de um determinado fenômeno histórico, de forma a inter-relacioná-los numa análise que tem como objeto específico a história “local/regional” (Paraíba/Nordeste), mas que possui como elementos explicativos processos históricos mais abrangente, sobretudo quando trata-se da participação do Estado nacional e do capitalismo internacional, este último considerando como fator explicativo “em última instância”, tal qual era comum afirmar nos estudos de linha marxista.

Os estudos históricos regionais vêm sofrendo, nos últimos anos, mudanças substanciais enquanto objetos, métodos e problemas pesquisados. Esta nova perspectiva é, sobretudo, representada e tem sido difundida através de trabalhos monográficos que tem se preocupado em aprofundar questões importantes para a compreensão das histórias locais/regionais, com abordagem de caráter globalizante. (FERNANDES, 1988, p. 5)

Ao tratar de um tema econômico (história do comércio), numa temporalidade não tão recuada (1889-1930), de forma a relacionar o local/regional ao nacional/internacional, Fernandes (1988) promove uma *prática* de organização temática, temporal e espacial que já vinha sendo discutido no interior do NDIHR desde sua fundação. A questão espacial, porém, parece ocupar o centro da reflexão teórica, já que era necessário proceder a uma operação historiográfica diferente daquela que era acusada de “tradicional”, “oficialista” e “elitista”. Mesmo utilizando como objeto a história da Paraíba, a forma de diferenciação era demonstrar primeiro que o espaço não se tratava de um fenômeno natural - em que os homens seriam caracterizados idealmente como “bravos”, portadores de uma essencial propensão para o “republicanismo” ou caricaturados como seres únicos, portadores de uma forma de ser própria (a paraibanidade), como mais tarde procuraria desconstruir Dias (1996) - mas como um constructo histórico e que, como tal, possui um processo que é necessário ser “reconstruído” nesses termos. Em segundo lugar, assim como o espaço não era natural, também não era isolado ou destituído de especificidade, mas possuía fortes articulações com determinantes externos e internamente poderia ser historicizado a partir de suas particularidades, cujos traços da dominação econômicos, político e social deveriam ser ressaltados. Nesse sentido, ao refletir sobre “peculiaridade” do recorte espacial, Fernandes (1988, p. 6-7), afirma que:

A organização espacial não se estabelece de forma “natural”, mas a partir de condições históricas determinadas. Admite-se, assim, que o meio geográfico não exerce papel determinante na fixação de uma certa divisão espacial, sendo, porém, um fator importante de sua definição. As estradas, os portos, os serviços em geral são formas utilizadas a partir da, e para a dominação do espaço, portanto, seguem caminhos sugeridos não pelo “ideal”, mas pelo “real”, isto é, atendem às forças que o criam, às quais poderão servir. Podem, ainda, a vir influenciar no processo ulterior da organização espacial.

Nesse sentido, “O Nordeste e a Questão Regional” será o tema do Encontro Paraibano de História realizado pelo DH-UFPB, conjuntamente com o Núcleo Regional da ANPUH, que ocorreram em junho de 1985, não coincidentemente no mesmo momento em que se assistia a organização e realização das comemorações do IV Centenário da Paraíba. Esse tipo de

acontecimento sugere um entrincheiramento da “luta de classificações e representações” que atravessou a produção historiográfica da Paraíba naquele momento, pois se o Governo do Estado estava organizando uma série de eventos que procurava ressaltar a importância da historiografia oficial para a memória histórica da Paraíba (CANDEIA, 2002), os historiadores acadêmicos, através dos meios a disposição, trataram de produzir um outro tipo de encontro, este sendo gerido dentro dos parâmetros universitários, com os rituais e procedimentos que lhe são próprios, ao mesmo tempo em que procurou alcançar um público que tinham interesse direto na história da Paraíba, já que o curso *História da Paraíba – unidade e diversidade no processo de formação regional* teve como público alvo os professores de história do ensino básico, segundo Irene Rodrigues da Silva Fernandes: “O Departamento de História estabeleceu entre suas prioridades de ação a busca de melhorias de qualidade de ensino, tanto na Graduação, como nos 1º e 2º Graus. Tal preocupação tem levado este Departamento a programar atividades que propiciem o debate sobre a ciência histórica e a articulação entre os diversos níveis de escolaridade.” (FERNANDES, 1990, p. 1). De fato, desde o início, como já tentamos mostrar no capítulo anterior, o ensino de história e, especificamente, o ensino de história da Paraíba se tornou um campo de disputa no qual se entrincheirou as diferentes vertentes historiográficas presentes nesse estado, o NDIHR²⁰⁶ também teve como uma das suas linhas mais produtivas a linha de pesquisa *Educação e Sociedade*²⁰⁷, que entre os anos 1980 e 1990 desenvolveu uma pesquisa vigorosa que procurava ligar o ensino de história, a história local e a pesquisa histórica e que acabou por publicar uma série de livros que possuíam como fim serem utilizados em sala de aula²⁰⁸.

Nesse encontro, ao mesmo tempo em que ocorreram tais cursos, algumas conferências foram realizadas no sentido de conceder importância a História Regional e a Questão Nordeste. Neste, pelo menos três debates foram publicadas no segundo volume da *Revista Ciência Histórica*: A conferência de Rosa Godoy Silveira, intitulada *A Questão Regional*:

²⁰⁶ Além disso, foi publicado nos *Textos UFPB-NDIHR* uma coletânea de textos que procurou discutir *Ensino e História*, apresentando textos de Rosa Godoy Silveira, Joana Neves e Zeluiza da Silva Formiga, os textos foram: *Política de Ensino, Pesquisa e Extensão para a Universidade Brasileira*; *O Ensino de História no Brasil: Balanço Crítico*; *O Ensino de História, Vestibular Concurso para o Magistério: Um elo entre a UFPB e a Escola de 2º Grau?* Texto-NDIDR, mimeografado, João Pessoa, UFPB, n°23, março/89.

²⁰⁷ Por uma escolha teórico-metodológica optamos não tratar especificamente, mas observamos que tal linha e os projetos de pesquisas a ela vinculados devem ser fruto de análises historiográficas futura. Em um diagnóstico preliminar percebemos que a questão do Ensino de História, vinculada à problemática da História Regional são dois dos pilares da historiografia acadêmica na Paraíba, não a toa são atualmente as duas linhas de pesquisa do PPGH-UFPB.

²⁰⁸ Foram realizadas oito pesquisas, destas apenas os projetos ligados às cidades: Ingá, Pedra de Fogo, Conde, Cabedelo e Areia e Patos foram publicadas. As pesquisas de Guarabira e Píripituba permanecem inacabadas. É necessário perceber que esses livros eram realizados para serem Livros didáticos para alunos do ensino Fundamental. Informações contidas no site: <http://www.ndihr.ufpb.br/> Acessado: 25/09/2012.

Gênese e Evolução; As exposições de Inês Caminha Lopes Rodrigues, Denise Monteiro Takeya e Terezinha Oliveira de Souza, em torno do tema *Oligarquias e Coronelismo: bases para uma conceituação dinâmica*; e os trabalhos de Maria Ignez Novais Ayala e Neroaldo Pontes de Azevedo, elaborados a partir do tema *Cultura e Região: aspectos da cultura popular*²⁰⁹.

Rosa Godoy Silveira (1986) procurou ressaltar a atualidade da “questão regional”, assinalando que apesar de ser problemática antiga voltou ao noticiário “desenterrada pelo desempenho dos governadores nordestinos no recém findado processo sucessório e pelo debate que abre em torno da reorganização do país, através da Constituinte.” (SILVEIRA, 1986, p. 5). Afirma, inclusive, que um tratamento diferenciado para o Nordeste será a tônica da atuação das lideranças regionais, evidenciando, assim, uma manifestação do regionalismo, entendido como expressão de uma identidade econômica, social, cultural assentada numa dada base espacial. Ao tratar historicamente o problema do *regionalismo nordestino*, a autora retoma sua tese apresentando algumas de suas principais discussões, tais como os critérios utilizados para identificar o que seja uma região, reafirmando determinados “erros de perspectivas”: 1º) Destituir a região de conteúdo histórico; 2º) Personificação da região como se o espaço fosse o sujeito da ação histórica; 3º) Indiferenciação do espaço mediante um rótulo generalizador. Segundo a historiadora, essas abordagens resultariam em “deformação na apreensão da realidade, e mais na descrição e sua aparência (...) do que a explicação de sua substância verdadeira.” (SILVEIRA, 1986, p.6).

Depois de discutir o “Norte como gênese do processo de constituição da Questão Regional” e “A Questão Regional em uma Perspectiva Conservadora: O Surgimento do Nordeste”²¹⁰, Silveira (1986) passa a problematizar: “A Questão Regional em uma perspectiva Histórico-Estrutural: o desaparecimento do Nordeste?”, levando em consideração algumas provocações que ao colocar a “Questão Nordeste” como mecanismo ideológico da classe dominante dentro do processo histórico do capitalismo no Brasil, afirmam que esta não passaria de mera tática dentro da estratégia do Modo de Produção Capitalista no Brasil,

²⁰⁹ É importante ressaltar a presença de Ignês Ayala nesse encontro, já que, nos anos 1990, foi uma das principais pesquisadoras de outro núcleo de pesquisa da UFPB, o NUPPO, que teria se concentrado em pesquisar as várias expressões da cultura popular na Paraíba. Entretanto, apesar de referenciá-la não trataremos de seu texto e o de Neroaldo Pontes, já que a discussão em torno da cultura popular e da literatura não foi alvo de grandes discussões no seio da historiografia nesse momento, pelo menos não encontramos indício disso nos documentos que consultamos.

²¹⁰ A partir da revisão de conceitos que utilizou na sua tese alinhando à alguns debates então contemporâneos, sobretudo os que foram empreendidos no já citado evento que ocorreu na UFPE, e organizado em livro por Silvio Maranhão com o título “A Questão Nordestes”, teorizando, inclusive, a partir de autores já referenciados como o próprio Silvio Maranhão, Manuel Correia de Andrade, Paulo Henrique Martins, Gadiel Perrucci, Roberto Martins e Tânia Bacelar de Araújo

tornando-a uma falsa problemática científica, assim como estaria sendo destituída de materialidade histórica já que a penetração do capital monopolista no espaço regional provocaria a homogeneização deste último.

Em resposta, e ressaltando a atualidade do tema, Silveira conclui com a seguinte frase: “A Questão Regional em uma Perspectiva Atualizada: nem oito nem oitenta. Não ao regionalismo conservador mas também à extinção do regionalismo”, pois para autora a homogeneização do espaço nacional não elimina as suas desigualdades internas e,

Quando se refere ao desaparecimento do Nordeste como região “caracteristicamente definida”, que conteúdo se dá a essa identidade? Ademais, o que significa falar-se em caracteristicamente definida se: 1º) desde que passa a constituição em região, isto é, desde sua origem concreta e simbolicamente, o Nordeste por esse mesmo processo jamais foi definido por elementos exclusivamente internos; 2º) não há conceituação única de Nordeste porque não houve, historicamente, no tempo e no espaço, um Nordeste único. (SILVEIRA, 1986, p. 20)

Ainda segundo Silveira (1986) a discussão da “Questão Nordeste” é, mais do que nunca, extremamente pertinente, já que há questões complexas do “atual” momento histórico brasileiro que requereriam o entendimento maior daquela problemática, tais como: a) A rearticulação do pacto de poder na Nova República, como resposta política ao reequacionamento do sistema capitalista no Brasil, em termos semelhante a Maria Antônia Alonso Andrade (1985, 1986, 1987), se questiona: “Como se comportará a classe dominante regional que, em dois anos, passou de legitimadora do regime (eleições de 1982) a sua contestadora (ruptura do PDS e composição com PMDB na Aliança Democrática) e agora dá sinais de que fará restrições à política do Governo Federal?” (SILVEIRA, 1986, p. 21); b) A articulação da classe trabalhadora considerando-se algumas possíveis mudanças no sistema e a possibilidade de unificação das lutas sociais.

Em linhas gerais, a autora de *Regionalismo Nordestino* dirá que a atualidade da “Questão Nordeste” está ligada a pelo menos três fatores:

1º) A ideologia não é destituída de materialidade (...) 2º) a persistência das oligarquias regionais é uma questão em aberto no processo histórico nordestino e na produção científica específica ao tema 3º) a diferenciação, no país, expressaria, na verdade, a persistência da “questão regional” como fenômeno histórico e sua pertinência como objeto de estudo. (SILVEIRA, 1986, p. 19).

Possivelmente, o diagnóstico de que há uma persistência das oligarquias regionais como classe dominante foi um dos principais elementos que possibilitou visualizar a história da Paraíba em relação à “Questão Nordeste”. No mesmo encontro, a divisão político-administrativa estadual foi tratada como ponto de partida para se discutir a “questão regional”, seja através do texto *República Velha e Oligarquias na Paraíba*, de Inês Caminha Lopes Rodrigues, que estudou o movimento republicano na Paraíba e a forma como as oligarquias ocuparam o poder; do texto de Denise Monteiro Takeya, intitulado *Nordeste: Questão Regional e História Econômica*, que estudou a evolução econômica do Rio Grande do Norte e suas peculiaridades; e *Coronelismo e Oligarquia em Sergipe: A Revolta Fausto Cardoso*, apresentado por Terezinha Oliva de Souza, que procurou acompanhar a situação política de Sergipe no início da República.

O texto de Takeya (1986)²¹¹ teve a pretensão de discutir um “outro Nordeste”, esse algodoeiro, em oposição a lavoura canavieira, que segundo a autora ocupou o centro do debate historiográfica preocupada com a história econômica do Nordeste. Parece seguir, inclusive, os marcos das discussões de Silveira (2009), quando colocou como problema central a necessidade de compreensão de “outros e reais Nordestes”, fazendo com que se desconstruísse a noção ideológica de Nordeste enquanto espaço homogêneo²¹².

Os problemas históricos do coronelismo e das oligarquias como questões chaves para o entendimento da “realidade nordestina atual” já vinha sendo colocada por Maria Antônio Alonso Andrade (1985, 1986, 1987a), e ressaltada como base da atualidade da “Questão Nordeste” por Rosa Godoy Silveira (1986), parece que este diagnóstico será colocada em uma perspectiva histórica através da problematização da sua composição na República Velha, sobretudo em um processo histórico que parecia se caracterizar por apresentar certas *permanências históricas*. Nesse sentido, textos como o de Inês Rodrigues (1986) e Terezinha de Souza (1986) procuraram contribuir para a revisão da forma como as oligarquias foram assentando seu poder em seus respectivos estados, a partir de um momento histórico em que o federalismo possibilitou maior concentração de poder em suas mãos. Por outro lado, deve-se

²¹¹ Que apresentou a síntese de sua dissertação, intitulada *Um outro Nordeste: o algodão na economia do Rio Grande do Norte (1880-1915)*. Dissertação de mestrado apresentado à PUC-SP em 1983.

²¹² Para tanto, Takeya (1986) parte da peculiaridade histórica do Rio Grande do Norte, que teve como base econômica a cultura do algodão. Ainda levanta algumas questões teórico-metodológicas pertinentes aos “estudos regionais”: 1º) Necessidade de ultrapassar as fronteiras político-administrativo no que se refere a questão econômica; 2º) Relaciona economia local, regional, nacional e internacional, ressaltando que a estrutura do modo de produção capitalista é um determinante histórico em “última instância”; 3º) Diz que o estudo do algodão na economia do Rio Grande do Norte é parcial, mas que procura contribuir para os estudos dedicados à formação histórica do Nordeste; 4º) Trata a questão da seca como forma de encobrir as relações sociais de dominação; 5º) Pensa, como Silveira (2009) e Oliveira (2008), que o entendimento da economia regional deve ser considerada a partir da sua inserção na Divisão Internacional do trabalho.

relatar que ambos os textos apesar de estudar um processo político chave para a compreensão de seu tempo histórico não possui uma estrutura narrativa muito diferente das escritas da história acusada de “tradicionalista”, sendo marcadas pela descrição excessiva dos fatos e eventos políticos, pela tomada das oligarquias como sujeitos históricos quase que exclusivos e por uma narração linear de sucessivos eventos que marcaram o cenário político-oligárquico do início da República. Ou seja, ao mesmo tempo foi formulada uma estrutura narrativa até certo ponto “tradicional” e uma intenção “moderna” de esclarecimento histórico, já que objetiva rediscutir eventos que elucidassem a história da dominação oligárquica cuja atualidade se fazia sentida, ao contrário do que se observava na historiografia de vertente oligárquica do IHGP, que além de desprezar períodos mais recentes e fosse atravessada por um “passadismo”, tomava como critério de legitimação a ideia “neutralidade” e “imparcialidade”, ou seja, procurava destituir o presente histórico do seu caráter de elemento determinante e significativo da operação historiográfica.

A relação entre “historiografia moderna” e “historiografia tradicional”, ou “nova historiografia” e “velha historiografia” é bem mais complexa do que apareceu no discurso que pretende conceder à um dado lugar social maior legitimação científica e social à produção dos pares. Não é nossa intenção, porém, medir em que sentido a historiografia acadêmica conseguiu de fato romper com os padrões da “dileitante” historiografia produzida em outros espaços de construção do conhecimento histórico na Paraíba. Mesmo assim, é importante assinalar o débito que tais historiadores possuem com seus antecessores, já que o trabalho realizado por instituições como o IHGP foi, na maioria dos textos analisados, o ponto de partida para a revisão historiográfica que se pretendeu promover. Nesse sentido, não se pode afirmar que há possibilidade de iniciar qualquer trabalho intelectual a partir do nada, sem colaboração pretérita, no caso da História da Paraíba e de sua respetiva revisão histórica empreendida por parte dos acadêmicos, a contribuição de historiadores como Irineo Pinto, José Américo de Almeida, Maximiano Lopes Machado, entre outros, foi de fundamental importância para a arquitetura de uma historiografia que buscava se desenvolver a partir de parâmetros diferentes do que, até então, já existia em termos de cultura historiográfica.

O já citado Curso *História da Paraíba – unidade e diversidade do processo de formação regional* fornece indício dos principais temas da história da Paraíba revista pela historiografia acadêmica e considerados dignos de serem tratados como conteúdo a ser ensinado. A partir do conjunto de textos contidos no terceiro volume da *Revista Ciência Histórica*, podemos entender, em linhas gerais, quais os temas selecionados, as prioridades definidas e as abordagens realizadas, no momento em que se buscou empreender uma revisão

da História da Paraíba. A relação que possui com a “questão regional” pode ser visualizada quando Irene Rodrigues da Silva Fernandes (1990), organizadora do número da referida revista, diz: “Quando da abertura dos trabalhos do Encontro Paraibano de História dissemos: ‘O que é Paraíba? Parodiando o Prof. Roberto Martins, em texto intitulado ‘Cultura nordestina em debate’ diria: Paraíba, que entidade é esta? Onde/Quando/Como começa e termina a Paraíba?’” (FERNANDES, 1990, p. 2).

Nesse encontro foram tratados desde o Período Colonial, com a aula *Relação de Trabalho: A Mão-de-obra indígena na Paraíba*, ministrada por Maria do Céu Medeiros, passando pela análise do século XVIII, através da aula de Elza Régis Oliveira *A política pombalina como tentativa de reforço da dominação colonial: a Cia. De Comércio de Pernambuco e Paraíba*, pela discussão do *Processo de emancipação da Paraíba: origens e desdobramento*, apresentada por Maria de Lourdes B. de Vasconcelos, pela análise do professor da UFPE Marc Hoffnagel, com o tema *O Trabalho livre, marginalização e manifestações políticas: O homem livre pobre na sociedade paraibana*, pela inserção da história da Paraíba no período imperial através do tema *As relações da Província com o Governo Central: Reiteração da Subordinação*, discutida por Rosa Godoy Silveira e chegando a história da Paraíba na República, com as aulas *Liberalismo e Intervencionismo nas Economias Açucareira e Algodoeira: A introdução de novas culturas* e *A seca como manifestação político-social: Oligarquia e Cangaço*, ministradas, respectivamente, por Inês Caminha Lopes Rodrigues e Lúcia de Fátima Guerra Ferreira.

Seria impossível analisar cada um dos textos separadamente, rediscutindo seus termos específicos, já que carregam consigo *práticas* de pesquisas e compreensões historiográficas próprias, o que pretendemos ao elencar esses conjuntos de texto é visualizar as linhas gerais que atravessaram tal produção historiográfica. Nesse aspecto, alguns pontos são dignos de nota: 1º) À medida que a temporalidade é mais recuada a contribuição dos historiadores, cronistas e demais “clássicos” da historiografia paraibana é apropriada de modo mais sistemático, já que a insuficiência de fontes, somada à ausência de pesquisas mais “atuais” abre caminho para a necessidade de retomá-los; 2º) De maneira geral, a forma como os textos abordam a história de determinado tema se faz a partir da relação entre fontes primárias (documentos régios, documentos administrativos, jornais, etc.), revisão bibliográfica de autores “paraibanos” que já trabalharam com esses temas e referência historiográfica com pesquisa mais atualizada sobre o tema, geralmente tratando de uma espacialidade mais abrangente e sendo tomado como contexto histórico através do qual a história da Paraíba deve ser considerada; 3º) Procura-se, sempre que possível, analisar as relações entre história local e

história nacional, de modo a demonstrar tanto as particularidades daquelas, quanto suas conexões com estas; 4º) Narração mais descritiva do que analítica, no qual a importância das fontes primárias e secundárias é demonstrada através de citações ilustrativas; 5º) Sempre que possível é feita a indicação da relação entre as proximidades do que estava ocorrendo entre a Paraíba e o Nordeste (ou Norte), apresentando o seguinte termo: “Na Paraíba em específico, e no Nordeste em geral...”, ou seja, a história da Paraíba estava sendo tratada como exemplar da história do Nordeste, como a parte de um todo.

De todos os textos analisados, talvez o que pode ser apresentado como mais ilustrativo do que se produziu naquele momento em termos de escrita da história da Paraíba alinhada à História Regional, à tendência de se trabalhar períodos mais próximos, à análise da *estrutura de poder*, ao privilégio concedido ao diagnóstico das *permanências históricas* e à criticar as relações de dominação operadas pelo poder oligárquico, é o escrito por Lúcia de Fátima Guerra Ferreira *A Seca como Manifestação Político-Social: Oligarquias e Cangaço*. A escolha desse texto não se dá apenas por suas qualidades historiográficas, mas pela própria trajetória intelectual da autora, já que foi uma das primeiras bolsistas do NDIHR-UFPB, participando como pesquisadora de algumas das linhas de pesquisas desse núcleo e cuja dissertação de mestrado estava alinhada à uma temática cara aos estudos regionais (a indústria da seca), além de ter sido, nos anos 1990, coordenadora do núcleo e uma das autoras que divulgaram a ideia da historiografia acadêmica pós-fundação do NDIHR como a “nova historiografia paraibana”. Juntos, biografia e bibliografia permitem observar algumas das principais contribuições do NDIHR no que se refere ao processo de constituição da historiografia acadêmica na Paraíba, já que podem ser tomados, ao mesmo tempo, como sujeito e objeto desse processo.

Assim como os outros trabalhos da coletânea, Ferreira (1990) inicia sua apresentação com o diagnóstico de que existem poucas fontes históricas em torno do seu tema de estudo, afirmando que só se avolumou os relatórios de viajantes estrangeiros no Brasil no período imperial, quando foram realizados os primeiros estudos oficiais sobre a região das secas. Entretanto ressalta que a maioria destes relatos e estudos diz respeito ao Ceará, restando à Paraíba poucos trabalhos substanciais. Em seguida, delimita o momento em que de fato se ampliou o debate sobre o problema das estiagens prolongadas, demarcando a conhecida seca de 1877/1879 como o evento inicial que impulsionou um maior número de estudos e pesquisas, realizadas ainda de forma aleatória, estas só vão se realizar com mais sistematicidade na República Velha, quando da criação da Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), em 1909.

Ferreira (1990) inicia uma crítica a certa perspectiva tecnocrata, que mesmo tendo contribuído para o estudo do aspecto técnico da seca, não conseguiu evitar que seus danos se encerrassem, permanecendo, portanto, a causar flagelo à população sertaneja, cuja causa é apontada não em razões naturais ou insuficiências técnicas, mas, essencialmente, devido aos interesses econômicos e políticos que o fenômeno da seca envolve. Daí a importância de compreender a ligação entre os interesses oligárquicos e a perpetuação dos males acarretados pelas secas, bem como a eclosão dos movimentos sociais nestes períodos, como o Cangaço.

A seguir, passa-se a analisar como a seca foi sendo tomada como um negócio pelas oligarquias regionais, do Império à República. Como exemplo toma a “estrutura de poder na Paraíba”, que:

Segue as linhas mestras do Estado Oligárquico instituído no Brasil. Sendo uma das características do sistema oligárquico a utilização dos benefícios proporcionados pelo Estado à população como oferta da própria oligarquia, as nordestinas lançam mão de um rico veio que é a ajuda federal em tempos calamidade pública: as secas. A apropriação de verbas destinadas a atender os flagelados (gênero alimentícios, medicamentos, etc.) ou construções de obras para outros fins, remontam ao final do século XIX e persistem até hoje. (FERREIRA, 1990, p. 99).

A Paraíba, assim como o Nordeste, é desenhada segundo o “rastros da tragédia” deixado pelas secas, mas suas causas não são naturais, assim como não o é o espaço regional. O problema enfrentado pelos “flagelados” é originado pela própria “estrutura de poder” enraizada historicamente em que as “classes dominantes” se utilizam dos dramas sociais para manter seu domínio. Na Paraíba/Nordeste o tempo é o das permanências históricas, já que se certos traços são alterados, em essência não se muda nada, transformando-se, no máximo, a forma, mais o conteúdo é o mesmo: a dominação oligárquica. Assim o foi tanto durante o domínio oligárquico alvarista, nas primeiras décadas do século XX, com a instalação de Comissões de Socorros Públicos, quanto, posteriormente, com a criação do IOCS (depois com IFOCS e com o DNOCS) quando se passou a utilizar os flagelados na construção de obras públicas, ou seja, “os coronéis perdem o controle que tinham diretamente da distribuição dos socorros e os privilégios daí decorrentes. Porém, novos meios são utilizados, visando o mesmo fim – extrair benefícios da ocorrência das secas e do recurso para a sua preservação.” (FERREIRA, 1990, p. 100).

Quando a situação se torna insustentável aparece o Cangaço, lido como consequência histórica do flagelo das secas. Por um lado o cangaço foi tolerado quando era de interesse tolerar, por outro, quando representaram uma ameaça à ordem instituída, o aparelho

repressivo do Estado e as elites oligárquicas se articularam no sentido de “preservar a ordem social”, perseguindo conjuntamente os grupos de cangaceiros. Nesse sentido:

A compreensão das secas não apenas como fenômeno climático, mas sobretudo com a estrutura sócio-econômica e política no decorrer da história brasileira é de vital importância para o entendimento da persistência de certas práticas nos dias de hoje. No estudo das secas nordestinas fica evidência com clareza que a persistência de seus efeitos deve-se a ação das oligarquias locais sempre se apropriando dos recursos destinados a população flagelada, além de não interessar a esses grupos o fim de tão rico veio de verbas. (FERREIRA, 1990, p.105)

Em resumo, a história da historiografia acadêmica na Paraíba nos anos 1980 nos mostra que houve uma certa sensibilidade para com a análise do exercício de poder oligárquico que permanecia ao longo do tempo, a escrita da história como prática ao mesmo tempo científica e política deveria se preocupar em denunciar esses elementos, relacionando passado e presente. Entretanto, as análises da história da Paraíba pouco avançarão no sentido de historicizar outros atores sociais, sendo tímida, ainda, a escrita da história dos negros, das mulheres, dos trabalhadores, dos indígenas, algo que já se apresentava no espaço de experiência da historiografia brasileira, conforme explica Diehl (2004), Gomes (2004) e Rago (1999). Não há, portanto, uma grande preocupação com a “história vista de baixo”, com a micro-história e com a história cultural, elementos esses que estarão presentes de maneira inegável no decorrer da década de 1990. Havia, por outro lado, um misto de explicações estruturais, com a abordagens de temas tradicionais da historiografia paraibana e com um certo *realismo historiográfico*. O marxismo era um tanto quanto difuso do ponto de vista teórico, poucos textos dos historiadores universitários se dedicaram a analisar suas implicações teórico-metodológicas. Se como objeto os “de baixo” pouco apareciam, a motivação anunciada era justamente estes, o que denota uma curiosa ambiguidade: A história das relações de dominação na Paraíba e no Nordeste aparece como forma de alertar a existência de relações de dominação historicamente construídas, muito embora os “dominados” não possuem história própria, a não ser aos olhos das classes dominantes, como pode ser exemplificado através da análise que Ferreira (1990) fez do cangaço.

As principais teorizações não serão feitas em termos epistemológicos, analisando a natureza do discurso histórico, as correntes teóricas ou qualquer coisa do tipo, mas, sobretudo, em termos historiográficos, já que ao procurar definir alguns parâmetros de abordagens se concentrou na análise de uma espécie de pauta negativa, no qual se buscou avaliar o modelo

historiográfico “oligárquico”, “oficialesco” e “elitista” do IHGP e suas consequências para a escrita da história da Paraíba.

Uma importante contribuição que o NDIHR legará a historiografia acadêmica pode ser resumida em uma mensagem mais claramente política do que necessariamente científica: É urgente estudar temas atuais para embasar a luta por direitos e fundamentar a crítica-social tão necessária em tempos de redemocratização, a História mesmo quando trata do passado deve ter seus pés no presente, avaliando, sobretudo, a força das permanências históricas de forma a contribuir na tentativa mesmo de romper com as estruturas arcaicas e politicamente desiguais ainda existentes. Assim como outros intelectuais da época, os quadros do NDIHR se concentraram em desconstruir a experiência recente da ditadura militar, e constituir uma universidade mais atenta aos movimentos políticos e sociais então em emergência, procurando se autorrepresentar como ator político.

Possivelmente, o principal legado que os historiadores, geógrafos, sociólogos e cientistas políticos que participaram do NDIHR entre 1976-1990 proporcionou a historiografia acadêmica na Paraíba foi a priorização da reflexão em torno da questão espacial, seja ela descrita em termos de “história local”, “história da Paraíba”, “história do Nordeste” ou, simplesmente, “História Regional”. Essa experiência serviu de laboratório para que as sucessivas gerações de historiadores passassem a considerar o espaço não como dado natural e geográfico, mas histórico, social, econômico, político e cultural. Certamente, esse é um aprendizado histórico cuja existência permanece ainda viva nas próprias operações historiográficas elaboradas na Paraíba nos dias atuais e cujo efeito se faz sentir em nossas pesquisas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS OU OS PERCURSOS E (DES)CAMINHOS DA PESQUISA HISTÓRICA

Toda a escrita desta dissertação foi empreendida no sentido de compreensão do lugar social ao qual me insiro. De alguma forma, as análises e discussões que trouxe até aqui, têm muito a ver com minha própria trajetória intelectual e acadêmica. Por isso, resolvi nestas últimas páginas me dar à liberdade de escrever em primeira pessoa e retrazar o percurso pelo qual caminhei até o presente momento, na tentativa mesmo de terminar a escrita desta dissertação restabelecendo o caminho por onde percorri, já que trago em minhas próprias experiências um pouco do que busquei ao longo desta dissertação. Portanto, relatar como fui desenvolvendo a pesquisa que ora apresento, é uma boa forma de evidenciar o “nós” do discurso destacado por Michel de Certeau (2008). Então, na tentativa de explicitar as linhas mestres de nossa escrita da história recorrerei à memória, à minha memória individual.

Entrei no curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual da Paraíba em meados de 2006, local onde me graduei e tive minhas primeiras linhas escritas. Naquele momento, a UEPB, em especial o campus de Guarabira, vivenciava (como ainda hoje) uma renovação entre seus quadros. Uma das novidades daqueles anos era a ideia de constituir em torno do Curso de História uma maior dinâmica de pesquisa, sobretudo na área de história cultural, abordando temáticas que iam desde a história e cultura afro-brasileira, passando pela relação entre história e literatura, história da sexualidade, história da música, e chegando à história das sensibilidades, desempenhada por professoras (es) como Serioja Mariano, Elisa Mariana Medeiros Nóbrega, Telma Dias Fernandes, e Joedna Reis de Menezes, Waldecir Ferreira Chagas, Marisa Tayra (só para citar alguns dos professores que tiveram especial importância na minha formação), entre tantos outros. Fiz parte, então, de uma das primeiras turmas que teve acesso às bolsas de iniciação científica e, orientado pela professora Joedna iniciei uma pesquisa que buscava analisar o conceito de solidão no tempo presente, a partir da análise de blogs e comunidades do Orkut.

Nessa pesquisa descobri algo que já na disciplina de introdução aos estudos históricos, a professora Elisa Mariana havia, como uma bomba, anunciado: “tudo potencialmente é história.”. Descobri, assim, que na corte da História tanto o tempo presente, quanto as sensibilidades, tal como as fontes ligadas ao ciberespaço, tinham abrigo garantido, mesmo que em situação precária, já que não faziam parte de certa tradição historiográfica. De qualquer forma, o que parecia legitimar aquela operação historiográfica era a ideia de que uma das

responsabilidades da história era o seu comprometimento para com o “novo”, com a “diferença” e com a “novidade”, o que garantiria, de saída, uma importância a tal conjunto de problemáticas.

Ao mesmo tempo em que tinha sido selecionado para desenvolver o projeto de PIBIC fui aprovado no PSS para o curso de Licenciatura em História da UFPB, em João Pessoa, e decidi ir cursando até conseguir transferência para Filosofia, algo que nunca obtive êxito. O fato é que entre os anos de 2007 e 2010 circulei por entre as duas universidades e tentei extrair o máximo de cada uma. Uma coisa me chamou atenção: A maioria dos professores efetivos (ou ao menos os que tinham pesquisas em andamento) da UEPB tinha uma visão de história muito mais ligada ao que se convencionou chamar de Nova História Cultural, mesmo aqueles que desenvolveram suas pesquisas de mestrado e doutorado em outras áreas. Entretanto, alguns professores substitutos pareciam ter outra orientação teórica, esta mais direcionada à História Política e Social.

Caso dos professores Fabrício Moraes, Luciana Calissi e Solange Rocha. Suas aulas se aproximavam mais daquilo presente nas salas de aula da UFPB, ou seja, uma retórica de engajamento e um foco nas discussões em torno do “papel social e político” do historiador, que parecia ser o ponto de legitimação do conhecimento histórico, diferentemente daqueles discursos que reuniam em torno da ideia de “novidade”, “originalidade” e “singularidade” a matéria que garantiria legitimidade à História.

Na UEPB, sobretudo com Telma Dias Fernandes, Elisa Mariana Nóbrega e Lucas Castro descobri a paixão pela Teoria da História, disciplina que no último ano de curso fui monitor. De diferentes maneiras, esses professores me ensinaram a importância de tratar a história a partir de sua dimensão epistemológica, seja através da Filosofia da História, da história da historiografia francesa ou mesmo da relação entre história e literatura. Paralelo a isso, na UFPB, com os professores Eduardo Guimarães (que me iniciou nos estudos dos “cânones” da historiografia brasileira) e com Jaldes Reis de Menezes (que me possibilitou observar os diferentes conceitos de história operados pelos filósofos dos séculos XVIII, XIX e XX, tal como Hegel, Marx, Gramsci e Foucault), percebi a fecundidade e importância de se estudar a história através daqueles que refletiram sobre ela.

Um texto foi fundamental na minha formação e que possivelmente me levou a adentrar no campo da história da historiografia. Trata-se de *A Operação Historiográfica*, conhecido texto de Michel de Certeau, apresentado logo no primeiro ano de curso pela professora Elisa Mariana e que posteriormente fez parte da seleção do projeto de monitoria da disciplina Teoria da História. Entre outras coisas, *A Operação historiográfica* ensinou-me que

a história é uma produção e que os historiadores ao produzi-la o faz de forma a obedecer a certos procedimentos, ao mesmo tempo social, científico e literário. A ideia de lugar social foi um desafio, pois pensar como uma obra histórica é assim considerada a partir da avaliação dos pares não é algo fácil de conceber. A partir daí, como num vício de raciocínio, tudo que eu lia tentava encontrar o “nós” da fala, o não-dito do discurso, o lugar social que imprimiu as regras do meio em que aquela leitura teria sido inscrita.

Curiosamente, além dos professores da UFPB e da UEPB, alguns outros historiadores marcaram minha formação, sobretudo através de palestras e conferências. Entre essas, lembro-me claramente de duas palestras que me inquietaram muito e que possivelmente foram decisivas para a escolha do tema que ora estou defendendo. A primeira ocorreu na Semana de Humanidades de 2006, em Guarabira, na qual o professor Durval Muniz Albuquerque Junior falou da questão das sensibilidades na história e do papel do historiador. A segunda foi no Encontro da ANPUH-PB, em 2008, também sediada na cidade de Guarabira, quando a professora Rosa Maria Godoy Silveira tratou do tema do encontro que era “História e Historiografia: Entre o nacional e o regional”. Lembro-me como havia tanto nas palavras de Durval, quanto nas de Rosa, duas formas diferentes de tratar a história e que, de alguma forma, se assemelhava com as diferentes formas em que se apresentavam a história nos respectivos cursos que frequentava. Além disso, ouvia com curiosidade os rumores das discussões acaloradas que estes historiadores travaram na década de 1990, quando *A Invenção do Nordeste* foi publicada. Esse livro, inclusive, esteve entre as leituras tidas como “obrigatórias” na UEPB, não sendo poucas vezes, ao longo de todo curso, que escutei recomendações da importância da sua leitura, sobretudo para os alunos que estavam iniciando suas pesquisas na área de história cultural. Por outro lado, apesar de sempre escutar a importância da produção de Rosa Godoy Silveira, pouco era referenciada, a não ser no que diz respeito a seus textos na área de educação, apresentada pelo então professor substituto Martinho Guedes.

Entretanto, foi nos dois últimos semestres que definitivamente nasceu a ideia de se estudar a história da historiografia acadêmica na Paraíba. Dois foram os professores (e disciplinas) que estimularam a minha curiosidade em torno desse tema. O primeiro foi Fabrício Moraes, que ao lecionar a disciplina História da Paraíba pediu como trabalho final uma resenha crítica de alguma obra da historiografia paraibana de nossa escolha. Por acaso, acabei selecionando *Histórias da Paraíba: Autores e Análises do século XIX*. A sua leitura foi inquietante, primeiro porque havia um claro comprometimento dos autores (entre eles o próprio Fabrício) de desconstruir os discursos de *paraibanidade* erigidos pela historiografia

do IHGP, então considerada elitista e oficialista; segundo porque como referência teórica comum se encontrava o texto de Michel de Certeau seu conceito de *lugar social*; e terceiro pela minha observação que apesar de se propor a analisar o lugar social da historiografia considerada tradicional não se teve o mesmo empenho no sentido de se fazer uma avaliação crítica do lugar social no qual se inseriam, ou seja, o lugar social analisado era apenas o do outro, o que em minha opinião era um enorme contrassenso, já que a fecundidade de Certeau era justamente abertura para a auto avaliação dos historiadores e de suas respectivas operações historiográficas. Lembro-me que questionei isso ao Fabrício e ele me desafiou falando algo do tipo: “Por que você não escreve a história desse lugar social?”.

Mais ou menos no mesmo tempo, a professora Luciana Calissi ao lecionar a disciplina *Construção da História Regional e Local* propôs que lêssemos as duas teses que, segundo ela, balizavam as principais discussões em torno da História Regional. Tratava-se (acredito que não coincidentemente) da *Invenção do Nordeste* de Durval Muniz (que já tinha tido a oportunidade de ler) e *O Regionalismo Nordestino* de Rosa Godoy Silveira (que até aquele momento só ouvia falar de sua importância). A proposta de Luciana Calissi era de que a leitura fosse feita de modo comparativo, avaliando suas semelhanças e diferenças. Todos da turma já estávamos acostumados com o texto de Durval, conhecido por sua escrita literária e “prazerosa”, o que nos fez estranhar a *forma de apresentação* ou o estilo de escrita de Rosa Godoy Silveira, esta mais conceitual e objetiva. De modo geral, os debates foram direcionados mais em torno das diferenças do que das aproximações (o que hoje vejo como um equívoco), comparou-se, por exemplo, a influência do conceito de *discursividade* em Durval Muniz e de *ideologia* em Rosa Godoy Silveira; avaliou-se a influência de Marx, por um lado, e de Foucault, por outro; percebeu-se a perspectiva mais cultural da *Invenção do Nordeste* e mais econômica e política de *Regionalismo Nordestino*.

A partir daí e já com o título de Licenciatura em História em mãos, resolvi deixar de lado aquilo que entendia por “história das sensibilidades” e adentrar no campo da história da historiografia. Lembro-me que essa decisão não foi obra fácil, primeiro por já ter desenvolvido uma pesquisa de três anos, que teve como ponto de culminância a minha monografia de conclusão de curso, isso me possibilitava pensar imediatamente em ingressar em algum programa de pós-graduação. Entretanto, havia algo que me incomodava e que esteve presente em todo meu processo de formação: tratava-se da forma como a atividade de pesquisa e, sobretudo, o ritmo alucinado de publicações e de participação em encontros eram vendidos como algo inevitável, e que sem o qual não haveria sucesso acadêmico, como se o “produtivismo” exigido pelos órgãos de fomento à pesquisa fosse uma lei natural a qual todos

os *homo academicus* devessem se render automaticamente. Além disso, percebi que a minha formação tinha duas deficiências que poderiam ser problemáticas: De um lado ela foi muito especializada, já que dediquei boa parte dos meus quatro anos de curso à pesquisa na área de história cultural e teoria da história, ocasionado certa deficiência em temáticas e conteúdos mais clássicos da historiografia e, por outro lado, havia uma distância enorme entre as práticas de pesquisa e de ensino, o que me fez refletir que tipo de profissional teria me tornado, já que como licenciado em História inevitavelmente eu adentraria na carreira docente.

Resolvi, então, diminuir o ritmo. Já tinha passado minha euforia e encantamento para com o universo acadêmico e comecei a observar a importância daquilo que era considerado por alguns como o outro da pesquisa. Decidi, assim, me dedicar à educação. De aluno passei a professor e, como por mágica que só a sala de aula pode oferecer, descobri que o ensino é uma das melhores formas de aprender. Foi na escola que encontrei certa produção da historiografia paraibana que tomei por base para desenvolver uma atividade de história local de Bayeux, junto com meus alunos de 6º Ano do Ensino Fundamental da Escola Clodomiro Leal, a mesma instituição de ensino que me fez abrir os olhos para a importância de estudar história quando criança. Essa produção era justamente a “História de Pedras de Fogo”, desenvolvida por um grupo de professores da UFPB em parceria com os docentes daquela cidade. Na capa do livro e na sua apresentação existia a referência a uma sigla que eu reconhecia de algum lugar, mas não sabia de onde, tratava-se do NDIHR.

Logo depois de terminar o curso, e já como professor de algumas escolas particulares das cidades de Bayeux e Santa Rita, comecei a pensar em algum projeto de pesquisa que me permitisse compreender outras questões que ultrapassassem o que tinha desenvolvido até então, ao mesmo tempo em que poderia utilizar as habilidades e competências adquiridas. O desafio de Fabrício Moraes, os debates nas aulas de Luciana Calissi e meu interesse em Michel de Certeau e na ideia de lugar social me fizeram perceber a possibilidade de estudar a historiografia acadêmica na Paraíba. Entendia, naquele momento, que embarcando na área de história da historiografia tanto aprofundaria meus estudos em teoria da história, quanto conheceria um pouco mais sobre a história da Paraíba e do Brasil. Nesse momento procurei alguns professores para falar de minhas ideias e entre estes foi com a professora Solange Rocha que descobri algumas pistas que poderia seguir, foi ela quem me falou da importância do NDIHR para a historiografia paraibana, sobretudo no que se refere aos “embates” que teve com a historiografia tradicional. Até então pensava em escrever um trabalho comparando as obras de Durval Muniz Albuquerque Junior e Rosa Godoy Silveira, analisando a maneira como foram recepcionadas pela historiografia paraibana, mas a ideia de uma instituição

histórica que teria promovido certa ruptura na forma como se produzia a pesquisa histórica na Paraíba me levantou imensa curiosidade.

Foi aí que me dirigi ao NDIHR e iniciei as primeiras pesquisas em suas dependências. Chegando lá algo me saltou aos olhos: Não conseguia parar de pensar como uma instituição que muitos apontavam como fundamental para o desenvolvimento do saber historiográfico na Paraíba poderia estar em uma situação tão lastimável como àquela. No NDIHR encontrei-me com a Laudereida Moraes, que estava desenvolvendo um mestrado sobre a produção daquele núcleo. Com Laudereida fui inteirado acerca da história e da memória do NDIHR, sobretudo no que diz respeito aos tempos “áureos” de outrora. Lá algumas dificuldades foram enfrentadas, que acho digno de nota: Salas de pesquisas sem ar condicionado, alguns documentos institucionais mal arranjados, biblioteca com poucas condições de uso, o que contrastava com a qualidade do acervo documental e bibliográfico. Mas o que mais me impressionava (talvez em decorrência da situação inóspita do NDIHR) era que praticamente ninguém visitava suas dependências, nem mesmo os alunos do PPGH-UFPB. A primeira impressão que tive, e acho que ainda tenho, é que o NDIHR transformou-se em uma espécie de Arquivo-morto, ou uma expressão irônica da forma como o esquecimento se relaciona organicamente com a memória.

O primeiro trabalho que escrevi acerca do NDIHR foi para uma monografia de conclusão de especialização. Nesta, desenvolvi uma estudo que analisava os quatro primeiros anos de atuação do NDIHR, sobretudo em seus aspectos institucionais, tendo como documento principal o *Relatório de Atividades do NDIHR (1976-1980)* e os *Cadernos de Estudos Regionais*, primeiro conjunto de publicações daquele órgão. Ali fiz alguns apontamentos sobre as expectativas que cercavam o processo de implantação e institucionalização do NDIHR, algo que desenvolvi na primeira e segunda parte do segundo capítulo desta dissertação. Porém, naquela ocasião possuía poucas leituras acerca da relação entre história e historiografia brasileira no final da ditadura militar, e relendo aquele trabalho hoje percebo que ele é mais um conjunto de observações gerais que futuramente poderiam ser analisados do que propriamente um texto historiográfico, já que carecia de uma análise que levasse em consideração a historicidade daquela produção histórica.

Foi através dessa pesquisa preliminar que consegui diagnosticar duas das principais contribuições que o NDIHR legou à historiografia paraibana: A primeira tratava-se da constante afirmação em torno da necessidade de relacionar ensino e pesquisa. Era perceptível como a linha *Educação e Sociedade* tinha sido uma das que mais desenvolveram pesquisas e publicaram no núcleo, evidenciada através da Coleção de História Local dos Municípios

paraibanos e com a Coleção de História Temática, além de textos e artigos escritos por historiadoras como Joana Neves que apelavam para a importância da relação ensino e pesquisa. A segunda questão era o conceito de História Regional, que atravessava boa parte da produção daquele núcleo, além de estar contida entre os objetivos que eram declarados enquanto principais. Somado a isso, desde a análise comparativa dos textos de Durval Muniz e Rosa Godoy na disciplina *Construção da História Local e Regional* parecia claro que a questão da região e do conceito de Nordeste ocupou um lugar de importância na operação historiográfica realizada na Paraíba. Como o ponto de partida para a compreensão da “cultura historiográfica paraibana contemporânea” era o NDIHR, acabei por optar analisar o conceito de História Regional, que aparecia em seus vários documentos como objeto central de suas investigações.

Entretanto, acabei por desistir de concorrer à vaga no PPGH-UFPB no ano de 2011, porque tinha dado prioridade em fazer concursos e também por acreditar que estava imaturo demais para realizar tal pesquisa, mesmo escutando conselhos absurdos (mas sintomático quando pensamos numa contemporaneidade em que o “produtivismo” impõe um ritmo desenfreado a um tipo de reflexão que exige certa cautela e, portanto, tempo) do tipo: “cuidado que fruta que amadurece demais apodrece!”.

No ano posterior, já como professor efetivo do Estado da Paraíba, finalmente resolvi enfrentar o processo de seleção que estava protelando há dois anos, muito embora minhas dúvidas continuaram, não sabia qual seria o foco do trabalho, se seria a análise da relação entre pesquisa e ensino de história, ou se seria a abordagem do conceito de História Regional. Em conversa com um professor fui informado que o problema do conceito de região já estava resolvido e que não se constituía em tema relevante. Além disso, imerso na realidade do distrito de Acaú, situado no município de Pitimbu, local que desenvolvia minhas atividades docentes, visualizei que uma pesquisa acerca da forma como se processou o projeto de história local ao longo dos anos 1980 e 1990 poderia me servir de base para posteriormente implementar tal metodologia naquele lugar. Com a leitura dos textos das professoras Joana Neves e Rosa Godoy Silveira (que ainda considero de uma atualidade gritante) me sensibilizei para a importância de envolver a prática de pesquisa às práticas educacionais. Algo que já vinha percebendo como um problema na formação que tive, aqueles textos da década de 1980 pareciam responder às minhas inquietações, ou seja, o que eu observava era uma estranha alteração nos objetivos do profissional de história do tempo presente, pois se nos anos 1980 aquelas professoras/pesquisadoras estavam lutando para que o ensino de história conseguisse agregar em suas práticas cotidianas a pesquisa de história, nos dias de hoje alguns

pesquisadores tratam o ensino de história como atividade marginal. Dessa maneira, escrever a história daquele apelo pretérito era uma forma de exclamar sobre sua importância nos dias de hoje, algo que depois de todo esse processo de pesquisa continuo acreditando. Foi com essas exclamações e interrogações que consegui ser selecionado para PPGH-UFPB.

Ainda havia outra questão em todo esse processo: desde o momento em que eu comecei a pensar em concorrer a uma vaga no PPGH-UFPB percebi que as suas linhas de pesquisas estavam correlacionadas ao diagnóstico que tinha feito das principais contribuições que o NDIHR concedeu à historiografia paraibana, ou seja, tanto a linha *Saberes históricos e ensino de história*, quanto a linha de *História Regional* pareciam ter uma óbvia relação com o que fora desenvolvido outrora pelo NDIHR, o que me impôs uma dúvida enorme quanto a qual linha deveria escolher para analisar e para atuar. De toda maneira, já tinha em mente que o trabalho que eu desenvolveria teria como objetivo paralelo contribuir para uma espécie de autocrítica historiográfica daquele programa, sobremaneira por concordar com Jurandir Malerba (2006) que uma das principais singularidades do conhecimento histórico é a necessária compreensão de sua própria historicidade. Portanto, o projeto que foi aprovado pretendia avaliar as atividades do NDIHR relacionadas à linha *Educação e Sociedade*, entre os anos de 1976 e 1999, tal como compreender o processo de constituição de um lugar social em torno dessa instituição histórica.

No primeiro ano de mestrado praticamente não consegui desenvolver nenhuma pesquisa empírica, já que tinha sido nomeado como professor efetivo do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano, e lotado no campus da cidade de Floresta-PE, que fica aproximadamente quinhentos quilômetros de distância de João Pessoa, o que acarretou um cansativo deslocamento semanal entre as duas localidades, só permitindo tempo para assistir as disciplinas e, com muito esforço, fazer os trabalhos exigidos. Nesse primeiro momento, de todas as disciplinas cursadas foi a de *Teoria da História* (lecionada pela minha ex-professora da UEPB Telma Dias Fernandes e por meu orientador Raimundo Barroso Cordeiro Junior) que me fez imergir na reflexão do que seria o trabalho a ser realizado e como deveria proceder metodologicamente, em especial porque fui apresentado às leituras da historiografia alemã, representadas por nomes como Reinhart Koselleck e Jorn Rusen. Ainda um pouco confuso, acabei por adentrar na leitura deste último e visualizar como possibilidade plausível tratar àquilo que ele chama de *função didática da histórica* como uma forma de analisar a contribuição do NDIHR na relação entre história e ensino de história. Passei todo o ano de 2013 tentando desconstruir um pouco do que tinha pensado até então, inclusive no que se refere a importância de Michel de Certeau. Foi com essas ideias dispersas

que apresentei o trabalho de *Seminário de Dissertação* ao professor Carlos André que, como leitor atento, questionou, entre outras coisas, a demasiada extensão temporal do trabalho, tal como a quantidade de objetivos que eu pretendia realizar em tão curto prazo de tempo.

Em 2014 consegui uma licença no IF-Sertão PE para me dedicar exclusivamente às atividades do mestrado. Porém, percebi que pouco tinha feito e o que foi realizado mais contribuiu para desconstruir o que vinha planejando do que significava apontamentos objetivos no sentido de criar condições para erigir um texto de dissertação. Foi aí que notei que o valioso tempo perdido no primeiro ano significava que eu tinha que fazer um esforço de delimitar ao máximo os objetivos iniciais.

Com a orientação do professor Raimundo Barroso dois movimentos foram realizados: Primeiramente discuti com ele o abandono ou não da utilização do aparato teórico-metodológico sugerido por Michel de Certeau em função de uma abordagem mais alinhada às perspectivas de Jorn Rusen, chegando a conclusão de que não haveria mais tempo em me lançar de cabeça nesse tipo de leitura, principalmente por sua complexidade. Em segundo lugar, e, possivelmente, o mais decisivo, relatei para ele minha inquietação para com relação ao conceito de História Regional que aparecia o tempo todo na documentação, mas que para alguns já estava supostamente resolvido. Para minha surpresa essa ideia foi recebida com entusiasmo e observada como algo plausível de ser discutida em uma dissertação de mestrado, além de poder contribuir com as recentes discussões do PPGH-UFPB em torno da possibilidade de mudança de linhas, em específico da linha *História Regional*.

Além disso, com a mudança de foco nós poderíamos resolver um problema que o projeto original apresentava e que já tinha sido criticado tanto no processo de seleção, quanto na disciplina de *Metodologia* e por Carlos André no seminário de dissertação, ou seja, o longo recorte temporal que se estende entre o início das atividades do NDIHR, em 1976, até às últimas publicações daquele núcleo, em 1999, com a chamada Coleção de História Temática que reuniam alguns temas importantes para a história da Paraíba e que deveriam servir de material auxiliar para os professores do ensino básico. Percebi que esse recorte temporal englobava pelo menos três momentos distintos da historiografia brasileira, que tanto se relacionava com o processo de redemocratização, quanto com a importância de uma historiografia de linha marxista e com a multiplicação de abordagens teórico-metodológicas vivenciados nos anos 1990, o que importava amplas dificuldades de serem abordadas em tão curto espaço de tempo. Por outro lado, se eu escolhesse compreender o papel que ocupou a chamada História Regional na constituição da historiografia acadêmica na Paraíba isso

poderia ser empreendido em uma temporalidade menor e mais coeso, sobretudo, porque sua emergência e produção tinha tido mais sistematicidade nos anos 1980.

Definidos aparatos teórico-metodológicos, recorte temporal e foco temático, me lancei à escrita. Em primeiro momento ocorreu uma preocupação em analisar as condições de possibilidades determinantes para o processo de implantação e institucionalização do NDIHR, avaliando em que grau essa instituição esteve ligada a um projeto de modernização do regime militar em que as universidades deveriam ocupar papel estratégico. Nesse sentido, parecia urgente estudar tanto o seu *Projeto de Implantação*, quanto suas primeiras publicações, para podermos dimensionar o grau de relação que havia entre aquilo que era planejado oficialmente e aquilo que foi executado pelos então professores e pesquisadores do NDIHR. Na verdade, quando me lancei nessa análise uma coisa me incomodava, principalmente quando interrogava como era possível em plena ditadura militar ser montada uma instituição que abrigava entre seus quadros professores e pesquisadores abertamente críticos àquele regime. A forma como as universidades se relacionavam com a ditadura militar não estava muito clara, sobretudo no que diz respeito ao período referente ao chamado “lento, gradual e seguro” processo de abertura política. Poucos eram os trabalhos que lançavam luz sobre essa específica relação, a maioria focava mais no aspecto repressivo e em especial nos chamados anos de chumbo, que se estendeu da promulgação do AI-5, em 1968, até 1974, com o início do governo Geisel. Como o NDIHR e a chegada de professores de outras regiões só ocorreram após 1976, no momento em que Lynaldo Cavalcanti passou a ocupar o cargo de reitor e a desenvolver um projeto de modernização da UFPB, o diagnóstico de que havia uma espécie de lacuna entre o que a literatura dizia da Ditadura Militar e o que se desenvolvia na UFPB em termos de produção científica e atividades políticas parecia ser a questão principal a ser resolvida no início do primeiro capítulo.

Foi em função de um evento que o PPGH-UFPB organizou que consegui visualizar uma possível explicação para parte de minhas dúvidas, pois tal evento oportunizou-me o encontro com a produção de Rodrigo Patto Motta, que estava lançando o seu livro *As Universidades e o Regime Militar*. Lançando teses polêmicas sobre tal relação, Motta (2014) tentou analisar a complexidade que envolvia as relações entre Regime Militar e as instituições universitárias brasileiras, sobremaneira quando se visualiza que tal regime procurou empreender um processo de modernização nas universidades, em especial a partir de 1968 com a chamada “Reforma Universitária” e que, apesar de haver perseguições a vários professores tachados de comunistas, não foram todos perseguidos e nem em todos os momentos, como foi o caso, por exemplo, do NDIHR-UFPB. Segundo Motta (2014), uma

explicação plausível para isso deve-se a própria análise da *cultura política* brasileira, marcada por uma espécie de *modernização conservadora*, em que a projeto do regime militar com relação às universidades parecia um exemplo típico. Também em razão dessa cultura política foi possível afirmar que ocorreu uma espécie de *jogos de acomodação e resistência* entre os professores universitários e o regime militar, sobretudo no seu período final, o que explicaria a emergência de um núcleo de pesquisa e documentação que já em seus primeiros textos e projetos apresentava-se crítico ao regime que estava capitaneando sua implantação.

Uma figura-chave nesse processo foi Lynaldo Cavalcanti, homem com conhecido prestígio entre os setores tecnocráticos do Ministério da Educação e que teve parte da sua trajetória profissional atrelada a projetos de modernização e a setores da tecnocracia estatal, contando com experiências em órgãos como a SUDENE e que no momento de idealização do projeto de implantação dos centros de documentação ocupava o cargo de diretor-adjunto do Departamento de Assuntos Universitários (DAU-MEC). Segundo alguns relatos, quando se iniciou a ideia de instituir de um centro de documentação ligado à FUFMT o próprio Lynaldo Cavalcanti teria visto a possibilidade de implantação de um centro semelhante na UFPB, o que sinaliza que já havia, em 1975, a promessa de sua indicação para o cargo que ocuparia a partir de 1976.

Não são poucas as vozes que defendem que a chegada de Lynaldo Cavalcanti na reitoria da UFPB representaria uma espécie de “virada” no que diz respeito ao seu modelo de instituição. Isso pode ser evidenciado através da iniciativa de implantação de núcleos de pesquisas interdisciplinares como o NDIHR, que almejava quebrar o ranço das barreiras departamentais, além de promover um maior vínculo entre as atividades de pesquisa, ensino e extensão, algo que era praticamente desconhecido até então. Esse processo de “modernização” da UFPB não foi algo que ocorreu destituído de conflitos, pois afetava diretamente alguns setores daquela universidade que viram alguns de seus privilégios começarem a ser cerceados, ainda mais com a chegada de vários professores de outras localidades que trouxeram consigo outras concepções de universidade, acarretando o que ficou conhecido como a “querela xenófoba da UFPB” que se constituiu numa oposição entre os “de dentro” e os “de fora” ou, nas palavras de Rosa Godoy Silveira, entre uma visão coronelística de universidade arraigada aos princípios de que a UFPB deveria servir aos interesses dos da “terra” e outras visões, seja tecnocrática ou crítica-social, que pensavam em diferentes projetos de modernização para aquela instituição. Fato é que tal universidade passou a desenvolver atividades antes desconhecidas, sobretudo no que diz respeito à forma como o ensino, a pesquisa e a extensão eram vistas, o caso do Curso de História e o NDIHR

parecem exemplares, já que eram praticamente ausentes pesquisas nessa área e a universidade ainda não era tida como lugar legítimo de produção do saber histórico, sendo no máximo considerada uma instituição de ensino em que os saberes ali veiculados deveriam ser transmitidos, reproduzidos e “ensinados”.

Se o objetivo central de nossa pesquisa é analisar o processo de constituição da universidade enquanto lugar legítimo de produção do conhecimento histórico na Paraíba, foi a partir da investigação do NDIHR, tomada como órgão central nesse processo, que fomos percebendo como se desenvolveu a ideia de que a universidade e os historiadores acadêmicos deveriam tomar para si a responsabilidade de promover uma escrita da história diferenciada do que até então se produzia na Paraíba. A centralidade do NDIHR no processo de constituição da historiografia acadêmica na Paraíba já tinha sido relatada em outros trabalhos, sobretudo por meio das constantes análises retrospectivas de Rosa Godoy Silveira e da dissertação de mestrado de Laudereida Moraes, mas ainda não tinha sido rediscutida em uma pesquisa propriamente historiográfica. Porém, acredito ser importante registrar que tantos os artigos de Rosa Godoy Silveira, quanto a dissertação de Laudereida Moraes, lançaram as bases para a análise do NDIHR que desenvolvemos ao longo desta dissertação e sem as quais não seria possível escrevê-la, pois tanto esclarecem aspectos quantitativos (sobretudo no caso de Moraes), quanto aos aspectos qualitativos do legado deste núcleo à historiografia na Paraíba. Nossa contribuição, por outro lado, se deu na lacuna aberta pelas linhas de interpretação de Moraes e Silveira, já que a primeira se encarregou por fazer um levantamento arquivístico da totalidade da produção do NDIHR, sem necessariamente avaliar seus termos teórico-metodológicos, e a segunda avaliou o NDIHR em linhas gerais, tal como sua representação para a historiografia paraibana, sem precisamente analisar especificamente a sua produção. O que procuramos fazer, diferentemente das autoras citadas, foi avaliar em um espaço de tempo delimitado (1976-1990) a escrita da história produzida pelos pesquisadores do NDIHR, avaliando os temas discutidos, as reflexões políticas e sociais, as contradições e impasses do processo de pesquisa e escrita da história, tal como a iniciativa de responder qual seria o *métier* do historiador, sua *operação historiográfica* e sua identidade.

Para tanto foi necessário alinhar o projeto inicial e as atividades realizadas, de forma a compreender quais as operações historiográficas que fora gestadas no interior do NDIHR e que contribuíram decisivamente para a constituição da universidade como lugar legítimo de produção do conhecimento histórico na Paraíba. Nesse sentido, analisamos tanto o *Projeto de Implantação dos CDIHRs*, quanto o *Relatório de Atividades do NDIHR (1976-1980)*, na tentativa de avaliar quais os impasses que cercaram o processo de implantação e

institucionalização do NDIHR, visualizando ao mesmo tempo tanto como foi idealizado pelos setores tecnocráticos, quanto como foi sendo desenvolvidas as primeiras atividades daquele núcleo. Na leitura do *Projeto de Implantação* foi diagnosticada uma tentativa de enquadrar o futuro CDIHR como um órgão de documentação que privilegiasse, sobretudo, temas que mantivessem estreita relação com a perspectiva modernizante-tecnocrática que se almejava imprimir nas universidades, ou seja, já naquele projeto era previsto que o futuro centro de documentação deveria desenvolver suas atividades a partir de linhas temáticas específicas e, além de definir o seu *modus operandi*, “sugeriu” algumas linhas de pesquisas, tais eixos temáticos pareceu-nos exemplar do tipo de concepção que engendrou a ideia de implantação de centros de documentações, principalmente por se caracterizar por privilegiar assuntos de caráter econômicos e com pouca interface com análises políticas e sociais.

Curiosamente, o *Relatório de Atividades do NDIHR (1976-1980)* informa que algumas linhas temáticas então sugeridas no *Projeto de Implantação* já estavam sendo desenvolvidas pelo NDIHR, tais como *Economia Pesqueira no Nordeste* e *Formação da Rede Urbana*, mas também assume que havia a necessidade de ultrapassar as expectativas oficiais. Nesse documento ainda percebemos que houve um esforço concentrado em definir os objetivos e o *modus operandi* do NDIHR, possivelmente a própria elaboração dos programas daquele núcleo é um indício do que se esperava de uma instituição de pesquisa e documentação em História Regional, sobremaneira quando visualizamos que ocorreu uma formatação do NDIHR em torno do circuito “pesquisa-documentação-treinamento-informação”. Nesse momento percebemos uma ligação entre o que havia sido empreendido pelo NDIHR e àquilo que Michel de Certeau chamou de *operação historiográfica*, já que em seu interior foram desenvolvidas determinadas *práticas* de pesquisas e *escritas* da história, além de ser articulado em seu entorno um *lugar social*, em que se procurou definir certas *regras do meio* com a intenção de distinguir o que poderia ou não ser entendido como uma obra histórica de valor e o *métier* ideal do profissional de história.

Para tanto procuramos analisar o primeiro conjunto de publicações do NDIHR, intitulado *Cadernos de Estudos Regionais*, que nos permitiu analisar tanto os impasses que cercavam a criação de uma instituição como o NDIHR, quanto a visualização de suas primeiras operações historiográficas. Ao analisar o segundo número dos *Cadernos de Estudos Regionais*, buscamos perceber como havia uma tentativa de redimensionar a prática de pesquisa e documentação histórica de forma a privilegiar ao mesmo tempo os arquivos e documentações que não haviam sido objetos de trabalho dos historiadores até então, caso dos *Arquivos Cartoriais*, e reorganizar alguns arquivos que apesar de serem importantes para a

memória histórica na Paraíba estavam desorganizados e mal cuidados, como, por exemplo, o projeto de organização do acervo do IHGP. O que já se defendia naquela época é que não haveria como promover uma escrita da história na Paraíba sem que se reorganizassem seus acervos documentais, pautando o problema das fontes históricas como um aspecto chave da identidade do historiador.

No terceiro e quarto números dos *Cadernos de Estudos Regionais* buscamos analisar como nas primeiras experiências de pesquisa da *Linha Economia Pesqueira do Nordeste* esteve presente o impasse entre uma perspectiva tecnocrática e uma abordagem denominada crítico-social. Visualizamos a partir dos referidos textos que nos primeiros anos de atuação do NDIHR havia certo debate em torno de qual seria o seu perfil de atuação, pois, por um lado, como ficou exemplificado através do texto de Oswaldo Sevá, estava presente a perspectiva de que a universidade deveria se envolver com projetos governamentais de cunho tecnocrático-modernizante e, por outro, de que o papel das instituições universitárias (e do NDIHR, em específico) deveria ser o de alinhar pesquisa com rigor científico aos problemas econômicos e sociais vivenciados no espaço regional, o que Rosa Godoy Silveira (1980a) chegou a nomear de perspectiva crítico-social, que exemplificamos através dos textos de pesquisadores como Moacyr Madruga.

Parece que essa segunda alternativa foi mais aprofundada e tratada com certo afinco pelos pesquisadores do NDIHR, sobretudo ao longo dos anos 1980 quando tal núcleo desenvolveu suas pesquisas com mais sistematicidade. No último volume dos *Cadernos de Estudos Regionais* fora publicado as atividades realizadas em um evento organizado pelo NDIHR que tratava da questão agrária e dos conflitos no campo. Nesse volume, sobretudo a partir do texto de Maria Cândida Rodrigues Gonçalves, percebemos um aprofundamento nas discussões de qual o papel da UFPB e do NDIHR no processo de redemocratização, pondo em relevo a necessidade de se abordar problemáticas que pusessem em questão os “rastros de tragédias” deixadas pelo regime militar, exemplificada pelo que estava ocorrendo em Grande Alagamar. A partir disso fomos mapeando o esforço de dotar o NDIHR como espaço privilegiado de discussões que pudessem aproximar *competências científicas* a *competências sócio-políticas*, argumento que possivelmente foi levado a cabo na tentativa de definição do que deveria ser considerado ou não enquanto obra histórica de valor e qual o perfil de profissional que se desejava produzir por meio da universidade, ou seja, a primeira discussão definidora do *lugar social* que se estava construindo dizia respeito ao problema da *função política e social* da universidade de forma abrangente e da história e do historiador de forma específica.

Porém, na maior parte dos textos dos *Cadernos de Estudos Regionais* não foram analisados argumentos dos próprios historiadores, mas, sobretudo de geógrafos e sociólogos. Isso nos levou a reflexão do tipo de contribuição que o NDIHR poderia fornecer aos estudos históricos na Paraíba, qual sua especificidade. Graças a sua natureza interdisciplinar e interdepartamental o NDIHR não pode ser considerado apenas como reduto dos historiadores, mas um espaço que possibilitou algumas relações de sociabilidades estabelecidas entre profissionais de diferentes áreas das ciências humanas. Portanto, como *lugar de sociabilidades* - e não de sociabilização do conhecimento como defendeu Moraes (2012) – permitiu que a própria história fosse tratada não como área particular de um tipo específico de profissional, mas como lugar comum de investigações interdisciplinares, tendo como ponto de encontro aquilo que por diversas vezes fora nomeado como “realidade nordestina atual”, o que nos fez levantar a hipótese do que era compreendido enquanto história foi algo arquitetado não apenas pelos historiadores, mas por esses em suas relações de sociabilidades com geógrafos, sociólogos, cientistas políticos etc. Possivelmente, isso deve ser objeto de análise futura, já que avaliar o que cada área específica compreendia por história é algo que, apesar de tangenciar nossa pesquisa, esteve fora das possibilidades concretas de abordagem. De qualquer maneira, o fato de que as experiências políticas e sociais contemporâneas (e regionais) foram tratadas como prioridade fez com que o debate epistemológico ocupasse um lugar secundário com relação à *pragmática* do conhecimento histórico, portanto as discussões acerca da profissionalização do historiador estiveram mais alinhadas às discussões de sua função político e social do que da natureza específica do conhecimento histórico, como é mais comum hoje em dia.

Porém, pareceu-nos necessário investigar quais as problematizações e preocupações principais dos historiadores nesse primeiro momento. Para tanto, analisamos uma publicação da Revista do CCHLA que comemorava os vinte e cinco anos do curso de história, em que boa parte dos historiadores que participaram ativamente do processo de implantação e institucionalização do NDIHR escreveu textos refletindo questões que iam da “luta do historiador” à “como se estuda a história”. Esse conjunto de textos nos permitiu analisar alguns pontos então visualizados como indispensáveis pelos historiadores no processo de constituição de uma “nova” historiografia na Paraíba. Procuramos, assim, mapear as estratégias que envolveram a construção de um lugar social e de uma escrita da história no interior da UFPB, percebendo tanto o que se planejava para o NDIHR no que diz respeito ao Curso de História, quanto a forma como os historiadores buscaram definir o *métier* do profissional de história. Possivelmente a operação historiográfica privilegiada foi o de fazer

uma distinção entre o que era considerado uma historiografia “moderna” daquela intitulada como “tradicional”, “oficiaisca”, “tradicional” e “elitista”. Assim, uma forma de construir a identidade do historiador acadêmico, além de conceder legitimidade à universidade como espaço privilegiado de produção do saber histórico, foi o estabelecimento de uma espécie de pauta negativa, na qual se colocava em relevo os “inimigos da história”, que entendemos ser uma forma de definição das regras do meio daquele lugar social.

Dos escritos de Rosa Godoy Silveira (1980a) e Joana Neves (1980a) até a os textos de Lúcia Guerra Ferreira (1995), Margarida Dias (1996) e Luciano Candeia (2002) visualizou-se que havia uma linha narrativa quando se analisava a historiografia paraibana que tanto se buscou analisar e criticar sistematicamente aquela historiografia que era considerada enquanto o outro da “nova historiografia paraibana”, quanto havia um parcial silenciamento no que diz respeito ao que se produziu pelos pares. Na verdade, com base nos estudos de Bourdieu (2011) e Blanke (2006), percebemos que a “função crítica” que desempenhou a história da historiografia paraibana foi elaborada no sentido de constituir, a partir de determinados “adversários cúmplices”, um elemento de arregimentação e de formulação da identidade do grupo. Procuramos, desta maneira, deslocar a análise que colocava a historiografia produzida pela universidade como a detentora de uma verdade histórica mais bem acabada e cientificamente legitimada para o lugar de um objeto que na “luta de representações” procurou se auto definir enquanto espaço legítimo de produção historiográfica, ou seja, ao invés de simplesmente reverberarmos o que já se falava acerca da historiografia na Paraíba, tomamos os discursos dos historiadores por discursos de legitimação, o que não implica dizer que suas análises carecem de veracidade, mas em situá-los tanto como produtos, quando produtores de um determinado lugar social.

No último capítulo decidimos, depois de inúmeras idas e vindas já relatadas, investigar o papel que o conceito de História Regional ocupou no processo de constituição da historiografia acadêmica na Paraíba. Desde a leitura dos primeiros documentos já se visualizava que havia um comprometimento dos pesquisadores do NDIHR em analisar aquilo que eles chamavam de “realidade nordestina atual”, e que já estava presente no *Projeto de Implantação dos CDIHRs* e no *Relatório de Atividades do NDIHR* (1976-1980) a História Regional como objeto central daquele núcleo. Porém, não existia nos primeiros anos uma teorização mais aprofundada do que significaria e quais suas implicações práticas, havia, ao contrário, citações esparsas e referências vagas que poderiam significar a necessidade de investigação dos seus termos.

Foi ao longo dos anos 1980 que ocorreu uma maior investigação e debate acerca do que significa História Regional e quais suas implicações institucionais, políticas e científicas no que se refere ao NDIHR. Nesse momento, assim como já tínhamos percebido anteriormente, pareceu-nos indispensável avaliar a contribuição intelectual da historiadora Rosa Godoy Silveira, já que se mostrou, desde os primeiros anos do NDIHR, uma das principais interlocutoras e idealizadoras daquele núcleo. Não são poucos os textos de autoria de Silveira que nos permite afirmar a sua importância, seja no que diz respeito ao processo de institucionalização do NDIHR, seja no que se refere ao processo que elevou o conceito de História Regional ao centro do debate histórico e historiográfico na Paraíba. Sua tese, publicada em livro com o título *Regionalismo Nordestino*, sem dúvida alguma é um importante documento que informa o que se entendia por História Regional, quais suas implicações ideológicas, e como se concebia a chamada “Questão Nordeste” como problemática cuja atualidade a ciência histórica não poderia furtar-se.

Porém, *Regionalismo Nordestino* não emergiu sozinho, antes fez parte de todo um contexto intelectual que entendia na “Questão Nordeste” com um fator de inteligibilidade das problemáticas que o Brasil estava enfrentando na contemporaneidade, além de se introduzir no debate aberto pela chamada *teoria da dependência* que incentivava a investigação da forma como o Brasil se situava no modo de produção capitalista, também analisou o problema da formação histórica dos espaços regionais e da construção das chamadas ideologias espaciais, tal como o regionalismo nordestino. Ao mesmo tempo em que buscamos situar o texto de Rosa Godoy Silveira na esteira das teses de intelectuais do porte de Francisco de Oliveira, procuramos perceber qual sua singularidade e quais as suas implicações teórica-metodológicas para a historiografia acadêmica na Paraíba. Nesse sentido, verificamos que apesar de levar em consideração o conceito de região de Francisco de Oliveira (2008), este marcado por uma visão estruturalista e, até certo ponto, economicista, Silveira fez um movimento de análise que ia das estruturas econômicas que determinaram a formação do espaço nacional e das regiões econômicas (sobretudo em contexto de incorporação do Brasil à divisão internacional do trabalho) à abordagem da ideologia elaborada pelas classes dominantes regionais em um contexto de crise, no qual seu lugar de classe hegemônica estava sendo ameaçada, mas procurava-se assegurar a dominação historicamente construída, ou seja, não apenas incorpora o conceito de região a partir de uma percepção estrutural e econômica, mas o analisa segundo uma perspectiva conjuntural, política e ideológica. Esse movimento parece-nos revelador do tipo de abordagem que se procedeu na tentativa de construir uma história do regional no interior do NDIHR, já que boa parte de suas produções na década de

1980 tinham uma característica muito mais política do que econômica, e muito mais conjuntural do que estrutural.

Assim como no capítulo anterior procuramos analisar os textos que pudessem servir como “cartão de visitas” do NDIHR, entre estes encontramos nos *TEXTOS UFPB-NDIHR* a produção mais exemplar. Também como no capítulo anterior visualizamos que as produções mais notáveis ao longo dos anos 1980 não foram realizadas por historiadores de formação, mas por pesquisadores que tinham suas contribuições ligadas às Ciências Sociais, caso de Mauro Koury e Maria Antônia Alonso Andrade, dois importantes quadros do NDIHR e que fundaram linhas de pesquisas que escapavam do projeto inicial do NDIHR, tais como *Indústria e Trabalho* e *Estrutura de Poder*. Com a leitura de seus textos percebemos que havia como horizonte de expectativa a necessidade de se rediscutir a experiência histórica contemporânea, seja no que diz respeito aos efeitos perversos que o regime militar teria legado aos trabalhadores, seja no que se refere ao rearranjo político-institucional que as tradicionais forças políticas estava promovendo em um cenário de reordenamento institucional pós-ditadura militar. Como temática privilegiada e que se somava aos já anunciados problemas regionais verificou-se nos estudos de Andrade uma preocupação de historicizar o modo em que o poder oligárquico representado agora pela figura do “neo-coronel” estava se movendo no sentido de perpetuar sua dominação no espaço regional, evidenciando, assim, que a chamada Nova República poderia não ser tão nova assim. Nesse sentido, os estudos de Koury e Andrade pareciam ressaltar algo que já estava presente na tese de Silveira, ou seja, de que o tempo histórico do Nordeste era mais marcado por *permanências* do que por mudanças, algo que não passou despercebido pelos historiadores e que pode caracterizar a produção historiográfica que foi veiculada naqueles anos. Com o diagnóstico de que havia uma estrutura de poder que impunha mais permanências do que mudanças, os pesquisadores do NDIHR se mostravam atentos e envolvidos ao processo de redemocratização e suas pesquisas pareciam querer denunciar as relações de dominação no espaço regional, cuja continuidade ameaçava o aprofundamento da democracia no país.

Por fim, e depois de termos mapeado algumas das principais preocupações dos pesquisadores do NDIHR, procuramos avaliar especificamente os temas e as abordagens que os seus historiadores estavam fazendo, tal como compreender de que maneira estavam incorporando o conceito de História Regional em suas pesquisas. Para tanto utilizamos os números da *Revista Ciência Histórica*, organizada pelo Departamento de História da UFPB, sobretudo os números dois e três que publicavam alguns cursos e mesas-redondas que fizeram parte do Encontro de História de 1985, organizado em parceria com a seção regional da

ANPUH. Nestes volumes tentamos compreender, em linhas gerais, algumas das principais preocupações dos historiadores acadêmicos, sobretudo daqueles que já vinha desenvolvendo atividades no NDIHR. Uma questão importante que até então parecia mal resolvida, mas que os textos da referida revista pareceram elucidar, era a forma que a História Regional deveria se incorporar às produções historiográficas. Possivelmente, ao longo das experiências acumuladas nos primeiros anos do NDIHR, percebeu-se que a história da região Nordeste não poderia ser tratada como a somatória dos estados do Nordeste, como sugeria o *Projeto de Implantação dos CDIHRs*, tão pouco era possível abranger tal centro de documentação para localidades mais distanciadas de João Pessoa, em função dos custos que tal operação acarretaria, ao mesmo tempo em que o conceito de região, tal como foi pensado por Rosa Godoy Silveira (2009), poderia ser executado de forma mais localizada, levando-se em consideração, inclusive, as divisões político-administrativas estaduais, desde que relacionadas à um contexto mais abrangente. Aliado a tudo isso, os projetos de organização de acervos documentais permitiam a problematização de assuntos de âmbito regional cujo ponto de partida poderia ser a própria história da Paraíba, o que reforça a tese de que um dos principais atributos da historiografia da época era o que Falcón (1996) chamou de *realismo historiográfico*, ou seja, o papel definidor que a prática de pesquisa documental impunha a identidade do historiador nos anos 1980. Por último, havia o contato direto com a produção historiográfica local, que tornava a história da Paraíba como instrumento de definição da *paraibanidade*, e cuja operação historiográfica era acusada de ser “elitista” e “oficialesca”. Todos esses fatores somados fizeram com que a História da Paraíba fosse se tornando um dos objetos privilegiados da historiografia acadêmica na Paraíba, em um esforço sistemático de revisão historiográfica. Tal movimento revisionista buscou narrar as *permanências históricas* presente tanto na Paraíba, em específico, quanto no Nordeste, como um todo, além de se concentrar em denunciar as relações de dominação presentes nessas espacialidades. Portanto, uma história das expressões de dominação e de suas permanências históricas foram os traços marcantes da historiografia produzida pela universidade nos anos 1980.

Chegamos ao fim da dissertação com alguns elementos característicos do processo que procurou assentar na universidade o lugar legítimo de produção historiográfica, tendo no NDIHR a instituição histórica central nesse processo e o conceito de História Regional um protagonismo nas discussões histórico e historiográfica. Mesmo assim é importante que se diga que a linha de análise que produzimos cobre apenas pequena parte do que pode ser entendido como historiografia acadêmica na Paraíba. Em primeiro lugar, nossas análises se concentraram em um âmbito muito estreito de documentação, procuramos privilegiar textos

de revistas científicas que veiculassem as discussões dos historiadores e demais cientistas sociais que compunham o quadro do NDIHR. Essas revistas possuem como característica a promoção de ideias e debates em um espaço de circulação e apropriação de ideias muito específico, já que boa parte dos seus leitores são aqueles que fazem parte do universo acadêmico e a eles que sua escrita é dirigida, ou seja, nos permite pensá-las como mecanismos de interlocução e sociabilização do conhecimento acadêmico estabelecido entre os pares, porém não foi possível elaborar um estudo que acompanhe especificamente o processo de leitura e apropriação. Portanto, a presente pesquisa se deu muito mais no sentido de acompanhar o processo de produção de conhecimento do que de sua circulação, muito embora tenhamos nos esforçado em sugerir algumas questões pontuais nesse sentido, em especial no que diz respeito a apropriação do conceito de História Regional.

Isso leva a uma segunda questão importante de nossa pesquisa: A forma como acompanhamos, lemos e nos apropriamos dos textos analisados. Como dito na introdução desse trabalho, nossa pesquisa se insere no campo chamado história da historiografia, que entendemos ser um campo rico para a investigação histórica, o método que pretendemos empregar ao longo de toda pesquisa era partir de determinados textos chaves e em sua leitura analisarmos como se desenvolveu a historiografia no interior da UFPB na década de 1980, o que nos impôs um esforço de enquadrar os textos escolhidos como fontes históricas e seus escritores como testemunhas e intérpretes daquele processo. Duas dificuldades se impuseram em primeira ordem: A primeira deve-se a questão de que alguns dos historiadores que analisamos são também os comentadores do processo histórico em análise, que carregam consigo uma memória daquela experiência histórica, mas que também contribuíram no movimento de sua inteligibilidade, percebemos que não era possível separar totalmente sujeito e objeto do conhecimento, muito embora pareceu necessário organizá-los de forma o mais didática possível, nos levando a estabelecer uma diferenciação no que diz respeito ao uso dos seus textos, ou seja, tomamos exclusivamente como fontes históricas os textos entre 1976 e 1990 e os demais textos (escritos entre 1991 e 2014) colocamos em alguns momentos como referência de análise e em outros como fontes históricas que levantam questões sobre a memória de um processo pretérito. Portanto, gostaria de deixar claro que essa dissertação trata o texto histórico como fonte privilegiada de análise. Uma segunda dificuldade deve-se a impossibilidade de tratar a abordagem de um determinado lugar social que possui enraizamentos ainda presentes na produção e na memória dos historiadores de forma imparcial, já que, como tentamos mostrar, nós mesmos fazemos parte dessa relação entre *permissão e proibição*, o que nos faz levar em consideração um certo cuidado e paciência

para com a leitura do nosso trabalho, já que mexer com a memória de um determinado grupo ou, nas palavras de Bourdieu (2011), com os segredos da tribo, é missão delicada e que exige de escritor e de leitor certas doses de moderação. Para isso, uma solução pertinente é alertar, mesmo que posteriormente, ao leitor que se trata de uma interpretação parcial e limitada de um processo bem mais abrangente, mas que é baseada em textos pouco lidos e discutidos, sendo essa uma das principais contribuições que podemos legar, ou seja, o de lançar luz sobre obras e autores pouco comentados atualmente.

Outro perigo que corremos - mas que fez parte de nossas intenções iniciais - está relacionado ao fato de que pouco tratamos de obras e autores circunscritos em outros espaços institucionais e lugares sociais. Resolvemos correr esse risco, porque a perspectiva que foi possível cobrir era a dos professores e pesquisadores do NDIHR, tal como o que ficou aparente em seus textos. Acredito que seja necessário outros trabalhos que avaliem melhor a produção historiográfica dos professores do próprio Departamento de História que não possuíam tantas aproximações com os quadros do NDIHR e que de alguma forma protagonizaram algum embate com estes, em destaque no que diz respeito à disputa da direção do Departamento de História nos anos 1980, ou mesmo do estudo aprofundado do processo de reinstitucionalização da ANPUH-PB. Se a linha de investigação que promovemos foi a de cobrir a contribuição historiográfica de uma geração específica de professores certamente resta perguntar pelos desvios, pelas diferenças e por alternativas ainda não exploradas, perguntas estas que não pudemos responder nessas páginas, mas que certamente lançamos uma contribuição inicial. Além disso, uma análise mais sistemática do papel do IHGP na década de 1980, tal como a atuação de figuras como José Octávio ainda se faz mister.

De todas as (in)conclusões a que chegamos, a que diz respeito à relação entre ensino e pesquisa de História na Paraíba é a que nos levanta mais atenção. Em nossas páginas procuramos, sempre que possível, assinalar essa como uma das questões mais importantes para aquela geração de historiadores e cuja atualidade permanece intocada. Nos dias de hoje acredito que as palavras de Rosa Godoy Silveira e Joana Neves devem ser escutadas, pois alcançamos sem dúvida um maior desenvolvimento no que diz respeito ao aparato teórico, metodológico e conceitual da história, mas esse avanço, em minha opinião, não é completo sem a formação de leitores críticos e atentos.

Portanto, não consigo enxergar com otimismo a proliferação de estudos históricos no mesmo momento em que o ensino de história é tratado como atividade marginal por parcela da academia, o que para mim é um contrassenso gritante, já que como os próprios

historiadores acadêmicos não se cansam de ressaltar não existe escrita sem leitura. Nesse ponto acredito que podemos, inclusive, questionar a validade de certa apropriação das ideias de Michel de Certeau que naturaliza o que deveria ser desnaturalizado, ou seja, que o leitor ideal da obra histórica é necessariamente seus pares. Acho que levada de forma radical essa perspectiva tende a separar o historiador da história, destituindo o trabalho deste de significação histórica, ou melhor, de efetividade histórica. Sabemos que os pares são importantes, são definidores das regras do meio, leitores privilegiados, mas não podem ser os únicos, portanto, assim como foi dito lá nos anos 1980, que se a história tem uma função essa é a de tornar os indivíduos mais conscientes de seu tempo, de suas relações sociais e de seu papel político, ou seja, a história permite que os indivíduos entendam-se enquanto sujeitos históricos. Esse é um dos *aprendizados* que obtive tanto no encontro com os debates dos anos 1980, quanto em sala de aula com os meus alunos, o aprendizado de que a *formação histórica* e a *didática da histórica* constituem-se em elementos vitais e insubstituíveis da *razão histórica*, localizados naquele raro ponto em que a ciência e a vida se fusionam quase que numa coisa só. Atualmente, desenvolvendo o tríplice papel de professor, pesquisador e aluno não consigo observar um objetivo mais nobre do que o de desenvolver a *consciência histórica* a partir do ensino de história, já que se somos “ser-no-tempo” aprender a viver no tempo significa muito além de um desafio intelectual, mas tem a ver com uma urgência da existência. Portanto, se é verdade que a modernidade com sua mania de racionalização inventou uma científica da histórica essa só pode ser vista como indispensável quando observada a partir da ótica da *didática da história*.

Com a leitura de Jorn Rusen percebi que não há como dissociar história e consciência histórica e que o que desperta o *interesse* pelo conhecimento das experiências do homem no tempo é uma espécie carência de orientação temporal. Se no início de minhas pesquisas o que me afetava era a necessidade de investigar qual o lugar social que constituiu parte de minha formação, o que me comove atualmente é em que sentido a investigação gestada até o momento me permite pensar minha atuação profissional e intelectual daqui para frente e os caminhos que devo percorrer nos próximos anos: Da análise do espaço de experiência vivido ao planejamento de um novo horizonte de expectativa.

Certamente a experiência de analisar o processo de montagem de um dado lugar social contribui para a análise das minhas relações com a instituição a qual me situo atualmente. Como professor de uma instituição nova como é o caso o Instituto Federal do Sertão Pernambucano é possível estabelecer alguns paralelos com o que ocorreu a quase quarenta anos atrás na UFPB. Apesar de muitas diferenças de ordem conjuntural, algumas semelhanças

me permitem ver como é duro e prazeroso participar de um processo de arquitetura de um lugar social. Acho elucidativo e muito atual o texto de Rosa Godoy Silveira (1980a) que procurou distinguir as matrizes ideológicas que competiam para a formatação da universidade no final da década de 1970, ou seja, a perspectiva oligárquica, a tecnocrática e a crítico-social. Para se ter ideia do tipo de desafio que possuímos pela frente (nós, os críticos-sociais) alguns meses antes de chegar no IF-Sertão Pe Campus Floresta foi feita uma reformulação do currículo de modo a minimizar as disciplinas ligadas às Ciências Humanas, com o argumento de que como os cursos eram técnicos era mais importante privilegiar a formação nas área de exatas.

Além disso, o estudo do conceito de História Regional me fez refletir um pouco mais sobre sua atualidade e importância. Se, como alguns historiadores afirmam veementemente, não se pode compreender por região aquilo que era visto nos anos 1980, a história regional deve se relacionar com outros elementos. É certo que a territorialização das identidades espaciais nos dias de hoje é muito mais dinâmica e está sendo atravessada pelo impacto que o mundo da informática provocou nos últimos anos. O Sertão não é só sertão, como a identidade do sertanejo não é só sertaneja. Em contato com meus alunos pude perceber que, há uma dialética entre mudanças e permanências e de identidade e diferença que devem ser considerados. Os discursos das tradições nordestinas convivem lado a lado com a ideia de globalização, a realidade da seca não impede que as motocicletas, celulares, computadores e demais tecnologias deixem de fazer parte do seu cotidiano. Ser nordestino é ao mesmo tempo ser vaqueiro e roqueiro como me falou certa vez uma aluna, porque não há mais como separar a história regional da história global, não que aquela deixe de existir em face desta, mas é que aquela contém esta ao mesmo tempo em que esta contém aquela. Quando adentrei no sertão pernambucano percebi que o mundo está contido numa multiplicidade de mundos possíveis, e que o novo e o velho, a modernidade e a tradição, a região e a nação, o nacional e o internacional, o local e o global são cartografias parciais e complementares de uma realidade que não deixa de ser heterogênea, múltipla e articulada. Portanto, encontrei no sertão pernambucano tanto o Nordeste dos coronéis, da dominação oligárquica e das permanências históricas que a historiografia marxista dos anos 1980 analisava, quanto o Nordeste das diferentes identidades, das múltiplas culturas, das mudanças históricas que a historiografia de linha cultural se concentrou em estudar nas últimas duas décadas. Como projeto institucional utilizarei minhas leituras sobre o conceito de História Regional para avaliar como esses nordestes se cruzam no tempo presente, tal como incorporar isso em torno de práticas

educacionais que permitam que os alunos partam de sua identidade para conhecer e respeitar as diferenças.

Por fim, no momento de escrita dessas linhas finais não consigo parar de refletir para que serve a história que me esforcei em escrever, e chego à conclusão de que todas as práticas de pesquisa que desenvolvi até então só pode fazer sentido se o resultado da pesquisa me tornar um melhor professor. Nesse sentido, gostaria de encerrar pelo início, lá nos idos dos anos 1980, quando a professora Joana Neves afirmou que: “Retornando à colocação feita no início sobre a relação de reciprocidade existente entre o **fazer** e o **saber histórico**, todo e qualquer estudo de História só se efetiva a partir da posição que o estudante assume face a vida. Ou seja: o estudante de história se torna sujeito do próprio estudo na medida em que se conscientiza do seu papel de agente do processo histórico e essa tomada de consciência define sua atuação como estudante.” (NEVES, 1980a, p. 82).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AIRES, Luciano Queiroz. **A “Revolução de 30” na Paraíba**. 2006. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Paraíba.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. Nos destinos de fronteira: a invenção do Nordeste. Debates regionais. **História e Identidade(s) Regional(is)**. n. 2. João Pessoa: Editora Universitária/NDIHR, 1995. P. 21-27.

_____. **A Invenção do Nordeste e Outras Artes**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Nos destinos de fronteira**: história, espaços e identidade regional. Recife: Ed. Bagaço, 2008.

_____. *O Regionalismo Nordestino*: acontecimento e dívida. Texto inédito, acesso à cópia digitalizada cedida pelo autor. 2014.

ALEM, Silvio Frank. Apresentação. **Cadernos de Estudos Regionais**: Conflito Social no Campo. – Série Especial 1. João Pessoa, ano 4, n. 4, p. 11-13, Jun. 1981.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru, SP: EDUSC, 2008.

AMORIM, Laura Helena Baracuh. Sobre a questão dos “Estudos Sociais”. **Revista de Ciências Humanas**. (Trimestral). João Pessoa, ano 2, n. 4, p. 223-224, out/dez, 1980.

ANDRADE, Maria Antônia Alonso. Clientelismo e Máquina Estatal nas eleições de 1982. **Textos UFPB/NDIHR**, nº 8. João Pessoa, fevereiro de 1985. (Texto mimeografado.)

_____. Neo-coronelismo e perspectivas eleitorais na Nova República. **Textos UFPB/NDIHR**, nº12. João Pessoa, outubro de 1986a. (Texto mimeografado).

_____. **Clientelismo e Máquina Estatal nas eleições de 1982**. João Pessoa, Ed. Universitária/UFPB, 1986b. (Texto mimeografado).

_____. Relações de Trabalho e Relações de poder. **Textos UFPB/NDIHR**, nº17. João Pessoa, outubro de 1987a. (Texto mimeografado).

_____. As eleições municipais de 1985 em João Pessoa. **Textos UFPB/NDIHR**. Nº 18. João Pessoa, outubro de 1987b. (Texto mimeografado).

_____. 1986: a vitória do PMDB. **Textos UFPB/NDIHR**. Nº19. João Pessoa, outubro de 1987 c. (texto mimeografado).

_____. **Notas sobre o perfil dos vereadores da área metropolitana de João Pessoa eleitos em 1982**. Nº 22. João Pessoa, julho de 1988. (Texto mimeografado).

ARAÚJO, Tania Bacelar. Industrialização do Nordeste: intenções e resultados. In: **A Questão Nordeste**: estudos sobre a formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. Cultura histórica: territórios e temporalidades historiográficas. **Revista de História**. João Pessoa, Saeculum. v.16, jan./jun. 2007.

_____.; TENGARRINHA, José Manuel. **Historiografia Luso-Brasileira Contemporânea**. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

BARROS, Ruston Lemos de; CARMO, Antônia Batista. Levantamento Documental. **Cadernos de Estudos Regionais**: Arrolamentos de acervos cartoriais para a história da Paraíba – Série Documentação, João Pessoa: UFPB/NDIHR, 1979.

_____. O debate entre modernizadores e dependentistas transferido para as concepções weberianas e materialistas. **Revista de Ciências Humanas**. (Trimestral). João Pessoa, ano 2, n. 4, p. 35-50, 1980.

BASTOS, Adeilma. **Paisagem Cinematográfica**: o NUDOC e a produção cultural nas décadas de 1980-1990. 2009, 137f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Paraíba, 2009.

BEZERRA, Francisco Chaves. **O departamento de história**: um levantamento historiográfico (1979-1991). 2000. 28f. Monografia (Licenciatura em História). Curso de Graduação em História, Universidade Federal da Paraíba, 2000.

_____. **O ensino superior de história na Paraíba (1952-1974)**: aspectos acadêmicos e institucionais. 2007, 138 f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Paraíba, 2007.

BLANKE, Horst Walter. Para uma nova história da historiografia. In: **A História Escrita**: teoria e história da historiografia. Jurandir Malerba (org.). São Paulo: Contexto, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. Trad. Denice Barbara Catani – São Paulo: Editora UNESP, 2004.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. Introdução, organização e seleção Sergio Miceli. Vários tradutores. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.

_____. **Homo academicus**. Trad. Ione Ribeiro Valle; Nilton Valle. Rev. Téc. Maria Tereza de Queiroz Piacentini. 2. ed. Florianópolis: Ed. UFSC, 2011.

BRITO, Marileuza Fernandes de. Sugestões para um projeto de levantamento dos cartórios na Paraíba. **Cadernos de Estudos Regionais**: Arrolamentos de acervos cartoriais para a história da Paraíba – Série Documentação, João Pessoa: UFPB/NDIHR, 1979.

BRUIT, Héctor Hérnan. Região, Estado e Capitalismo. In: **História regional**: uma discussão. Ademir Gebara (et. al.). Campinas: Editora da UNICAMP, 1987.

CAMILO, Josemir. O Bacharelado de História em Campina Grande. **Revista de Ciências Humanas**. (Trimestral). João Pessoa, ano 2, n. 4, out/dez, 1980, p. 237-242.

CANDEIA, Luciano. **Comemoração, memória e História no IV centenário da Paraíba**. 2002. 133f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, 2002.

CARBONEL, Charles Olivier. **Historiografia**. Trad. Pedro Jordão. Lisboa: Teorema, 1987.

CAVALCANTI, Lynaldo. Apresentação. **Revista Horizonte**, João Pessoa. Nº 1, ano 1, jul/set, 1976.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

CITTADINO, Monique. **A UFPB e o Golpe de 64**. João Pessoa: ADUFPB/SSIND, 1993.

CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO-UFPB. **Resolução n. 15/1979**. João Pessoa: UFPB, 1979.

_____. **Resolução n. 26/1979**. João Pessoa: UFPB, 1979.

CORDEIRO JR., Raimundo Barroso. Lucien Febvre e a cultura histórica no século XX. In: CURY, Claudia Engler; FLORES, Elio Chaves; CORDEIRO JR, Raimundo Barroso. (Orgs.). **Cultura Histórica e Historiográfica: legados e contribuições do século 20**. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2012.

DIAS, Margarida Maria dos Santos. **Intrepdaab origine: O instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a produção da história local- 1905/1930**. João Pessoa: Almeida Gráfica e Editora LTDA, 1996.

DIEHL, Astor Antônio. **Cultura Historiográfica: memória, identidade e representação**. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

_____. **A cultura historiográfica brasileira nos anos 1980: experiências e horizontes**. 2ª ed. Passo Fundo: UPF, 2004.

_____. A história em transe: Clio e seus artífices. In: CURY, Claudia Engler; FLORES, Elio Chaves; CORDEIRO JR, Raimundo Barroso. (Orgs.). **Cultura Histórica e Historiográfica: legados e contribuições do século 20**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2012.

FALCON, Francisco Calazans. “A identidade do historiador”. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, nº 17, 1996, p. 7-30.

FERNANDES, Irene Rodrigues da Silva. **Comércio e subordinação: A associação comercial da Paraíba no processo histórico regional (1889-1930)**. 1988. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, 1988.

_____. Apresentação. **Revista Ciência Histórica**. Ano III, nº 3, outubro de 1990. p. 1-2.

_____. O relatório de retumba – Nova abordagem para a historiografia paraibana. **Revista de Ciências Humanas**. (Trimestral). João Pessoa, ano 2, n. 4, p. 51-60, out/dez. 1980.

_____.; AMORIM, Laura Helena Baracuh. Os melhoramentos urbanos e o processo de modernização na Paraíba: século XIX. **Revista de Ciências Humanas**. (Trimestral). João Pessoa, ano 2, n. 4, p. 51-64, out/dez, 1980.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. A seca como manifestação político-social: Oligarquias e cangaço. **Revista Ciência Histórica**. Ano III, nº 3, outubro de 1990. p. 95-106.

_____. Balanço da nova historiografia paraibana. **Debates Regionais: história e Identidade(s) Regional(is)**. Nº 2, João Pessoa: Ed. Universitária/NDIHR, 1995.

FERREIRA, Marieta de Moraes. O lado escuro da força: a ditadura militar e o curso de história da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (FNFfi/UB). **Revista história da historiografia**. Ouro Preto - MG (UFOP), nº 11, Abril de 2013, p. 45-64.

FERRO, Marc. **A História Viglada**. Trad. Doris Sanches Pinheiro. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

FICO, Carlos; POLITO, Ronald. Historiografia brasileira nos últimos vinte anos- Tentativa de Avaliação crítica. In: MALERBA, Jurandir. (Org.). **A velha história: teoria, método e historiografia**. Campinas-SP: Papirus, 1996.

FLORES, Elio Chaves. Dos feitos e dos ditos: História e cultura histórica. **Revista de História**. João Pessoa: Saeculum, ano 13, n. 16, jan./jun. 2007.p. 83-112.

GALIZA, Diana. Uma experiência de pesquisa com base em Documentação Cartorial. **Cadernos de Estudos Regionais: Arrolamentos de acervos cartoriais para a história da Paraíba – Série Documentação**, João Pessoa: UFPB/NDIHR, 1979.

GEBARA, Ademir. A importância dos estudos regionais para as ciências sociais. In:_____. et al. **História regional: uma discussão**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1987.

GOMES, Ângela de Castro. **História e Historiadores**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1995.

_____. Questão Social e historiografia no Brasil pós-1980: notas para um debate. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, nº 34, Jul./Dez. de 2004, p 157-186.

_____. (Coord.). **Regionalismo e centralização política**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

GONÇALVES, Maria Cândida Rodrigues. O Capitalismo Selvagem e o Conflito de Grande Alagamar. **Cadernos de Estudos Regionais: O estuário do Rio Paraíba – Série Monografia 1**. João pessoa, ano 3, n. 2, Jun. 1981. p. 41-72.

_____. Convênio Porto de Cabedelo/UFPB: Memória de um Esforço Perdido. **Cadernos de Estudos Regionais: O porto de Cabedelo e a pesca da baleia – Série Monografia 2**. João pessoa, ano 3, n. 3, Dez. 1980.p. 34-41.

GONÇALVES, Regina Celi. **Guerras e açúcar: política e economia na Capitania da Parayba, 1585-1630**. Bauru, SP: EDUSC, 2007.

GURJÃO, Eliete Queiroz de. O Nordeste em construção: regionalização e poder local. **DEBATES REGIONAIS. História e Identidade(s) Regional(is)**. Nº 2. João Pessoa: Editora Universitária/NDIHR, 1995. p. 28-34.

HOFFNAGEL, Marc Jay. O trabalho livre, marginalização e manifestações políticas: O homem livre pobre na sociedade paraibana. **Revista Ciência Histórica**. Ano III, n. 3, Out. 1990. p. 41-56.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. Seminário sobre avaliação das condições de ensino na área de ciências humanas, UFPB. **Revista de Ciências Humanas**. (Trimestral). João Pessoa: Ano II, n. 4, out./dez.1980. p. 243-248.

KOURY, Mauro Guilherme. A concorrência: O trabalho sob o capital. **Cadernos de Estudos Regionais: O estuário do Rio Paraíba – Série Monografia 1**. João pessoa, ano 3, n. 2. p.15-40, Jun. 1980.

_____. Rastros da Tragédia. **Textos UFPB/NDIHR**, nº1. João Pessoa, 1983. (Texto mimeografado).

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LAPA, José do Amaral. **A história em questão: historiografia brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1976.

_____. **História e Historiografia:** Brasil pós 1964. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Trad. Barbado Leitão – 4ªed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

LYRA, Rubens Pinto. Reacionarismo e xenofobia da Paraíba: o caso da UFPB. **Nova Escrita Ensaio**, v. 8. São Paulo, 1981.p. 51-68.

MADRUGA, Antônio Moacyr. Considerações Gerais em torno da temática “Economia Pesqueira do Nordeste”. **Cadernos de Estudos Regionais:** O estuário do Rio Paraíba – Série Monografia 1. João pessoa, Ano 3, n. 2. Jun. 1980a.p. 13-26.

_____. A questão da Baleia: Da luta ecológica à Exploração Humana. **Cadernos de Estudos Regionais:** O porto de Cabedelo e a pesca da baleia – Série Monografia 2. João pessoa, Ano 3, n. 3, Dez. 1980c. p. 67-116.

_____; MADRUGA, Ana Glória Cornélio. Á Guisa de reflexões sobre o Porto na Paraíba. **Cadernos de Estudos Regionais:** O porto de Cabedelo e a pesca da baleia – Série Monografia 2. João pessoa, ano 3, n. 3, p. 13-20, Dez. 1980b.

MAIA, Neiliane. Tipologias e Cartórios na Paraíba. **Cadernos de Estudos Regionais:** Arrolamentos de acervos cartoriais para a história da Paraíba – Série Documentação, João Pessoa: UFPB/NDIHR, 1979.

_____. **Catolé do Rocha:** Notas à propósito de um domínio oligárquico. Textos UFPB/NDIHR. Nº 13. João Pessoa, maio de 1986. (Texto mimeografado).

MALERBA, Jurandir (Org.). Teoria e história da historiografia. In:_____. **A história escrita:** teoria e história da historiografia. São Paulo: Contexto, 2006.

MARANHÃO, Silvio. (Org.). Apresentação. **A Questão Nordeste:** estudos sobre a formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984a.

_____. Estado e Planejamento Regional: A experiência do Nordeste brasileiro. 1984**A Questão Nordeste:** estudos sobre a formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984b.

MARIANO, Nayana R. Cordeiro. Maximiano Lopes Machado e a imagem do índio redimível. In: SÁ, Ariane Norma de Menezes; MARIANO, Serioja R. C. (Orgs.). **Histórias da Paraíba:** autores e análises historiográficas sobre o século XIX. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2003.

MARTINS, Paulo H. N. Estado, Espaço e Região: Novos elementos teóricos. In: GEBARA, Ademir.et al. **História regional:** uma discussão. Campinas: Editora da UNICAMP, 1987.

MARTINS, Roberto. Nordeste Pensado, Nordeste Pensante, Cultura mais que interessante. In: GEBARA, Ademir.et al. **A Questão Nordeste:** estudos sobre a formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

MASTROGREGORI, Massimo. Historiografia e tradição das lembranças. In: MALERBA, Jurandir. (Org.). **A História Escrita:** teoria e história da historiografia. São Paulo: Contexto, 2006.

MEDEIROS, Maria do Céu. Relação de Trabalho: a Mão-de-Obra indígena na Paraíba. **Revista Ciência Histórica.** Ano III, nº3, Out. 1990. p. 3-16.

MENESES, Joedna Reis de. **Artifícios de CLIO: a escrita da história no Programa de Pós-Graduação em história da UFPE (1977-2000)**. 2005. 267f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Pernambuco, 2005.

_____. Discursos historiográficos que se tecem: apropriações do conceito de Nordeste e de industrialização. In: ARAÚJO, Edna Maria Nóbrega de. *et al.* (Org.). **Historiografia e(m) diversidade: artes e artimanhas do fazer histórico**. João Pessoa: Editora da UFCG/ANPUH-PB, 2010.

MENEZES, Hérick Dayann Moraes. **As contribuições de Maximiano Machado e Irineu Pinto para a Cultura Histórica sobre o período holandês na Paraíba (1634-1654)**. 2009. 161f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal da Paraíba, 2009.

MORAIS, Laudereida Eliana Marques. **Memória Arquivada: produção literária/científica do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional – NDIHR – (1976-1999)**. 2012. 203 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Informação). Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Federal da Paraíba, 2013.

MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974): Pontos de partida para uma revisão histórica**. 5ª edição. São Paulo, Editora Ática, 1985.

MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. **As Universidades e o Regime Militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

NASCIMENTO, George Silva do. **Não apenas uma história, mas uma pátria biografia: Horácio de Almeida e a sua História da Paraíba**. 2010. 168f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Paraíba, 2010.

NEVES, Joana. **Subsídios para a estruturação do setor de acervo do NDIHR**. Arquivo do NDIHR-UFPB. João Pessoa: UFPB, 1979a. (Texto mimeografado).

_____. A Documentação Cartorial: utilização e abordagem teórica na História. In: **Cadernos de Estudos Regionais: Arrolamentos de acervos cartoriais para a história da Paraíba – Série Documentação**, João Pessoa: UFPB/NDIHR, 1979b.

_____. Como se estuda História. **Revista de Ciências Humanas**. (Trimestral). João Pessoa, Ano 2, n. 4, Out./Dez., 1980a. p. 65-94.

_____. O Estudo de História da Paraíba: O problema das fontes. **Revista de Ciências Humanas**. (Trimestral). João Pessoa, ano 2, n. 4, Out./Dez., 1980b. p. 225-236.

OCTÁVIO, José. Tensão Social e lutas populares na Paraíba (1962-1964). **Cadernos de Estudos Regionais: O estuário do Rio Paraíba – Série Monografia 1**. João pessoa, ano 3, n. 2, Jun. 1980. p. 73-99.

OLIVEIRA, Elza Régis. A propósito da metodologia tradicional da História. **Revista de Ciências Humanas**. (Trimestral). João Pessoa, ano 2, n. 4, out/dez, 1980.p. 23-34.

_____. Por uma política de preservação de documentos paraibanos. **Revista Ciência História**. Ano I, n. 1. Jan./Mar. 1986. p.4-19.

_____. A política pombalina como tentativa de reforço de dominação colonial: A companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba. **Revista Ciência Histórica**. Ano III, n. 3. Out. 1990. p. 17-30.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista - O Ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Noiva da revolução - Elegia para uma re(li)gião:** Sudene, Nordeste. Planejamento e Conflitos de casse. São Paulo: Boitempo, 2008.

PARAÍBA (Estado). **Relatório da Comissão Estadual da Verdade.** Paraíba, 2014, 111 folhas.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil:** Entre o povo e a nação. Trad. Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Editora Ática, 1990.

PERARO, Maria Adenir. *et al.* Notas sobre a produção historiográfica acadêmica de Mato Grosso. In: GLEZER, Raquel (Org.). **Do passado para o futuro:** edição comemorativa dos 50 anos de ANPUH. São Paulo: Contexto, 2011.

PEREIRA, João Paulo Costa Rolim de. **Os indígenas na primeira história da Paraíba:** um estudo sobre a História da Província da Parahyba, de Maximiano Lopes Machado. 2012. 163f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal da Paraíba, 2012.

PERRUCI, Gadiel. A formação histórica do Nordeste. In: **A Questão Nordeste:** estudos sobre a formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

PIRES, Murilo José de Souza; RAMOS, Pedro. O termo modernização conservadora: sua origem e utilização no Brasil. **Revista Econômica do Nordeste (REN).** vol. 40. n. 3. Jul./Set. 2009.

PROJETO de Implantação de Centros de Documentação e Informação Histórica Regional – Cuiabá – MT – João Pessoa – PB.ca.1975. (Texto mimeografado)

RAGO, Margareth. A “nova” historiografia brasileira. In: **Anos 1990.** Revista do Programa de Pós-Graduação em História - UFRGS. v. 7, n. 11, 1999. p. 73-97.

_____. O efeito-Foucault na historiografia brasileira. **Tempo Social.** Revista de Sociologia – USP. São Paulo, 7(1-2). Out. 1995.p.67-82.

REIS, José Carlos. **História & Teoria:** Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

_____. **As identidades do Brasil:** de Varnhagen a FHC. 9.ed.ampl. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

RELATÓRIO GERAL DE ATIVIDADES DO NDIHR/UFPB (1983/1984). João Pessoa, NDIHR/UFPB, 1984.

RELATÓRIO GERAL DE ATIVIDADES DO NDIHR/UFPB (1984/1985). João Pessoa, UFPB/NDIHR, 1985.

RELATÓRIO GERAL DE ATIVIDADES DO NDIHR/UFPB (1985/1986). João Pessoa, NDIHR/UFPB, 1986.

RELATÓRIO GERAL DE ATIVIDADES DO NDIHR/UFPB (1986/1987). João Pessoa, NDIHR/UFPB, 1986

RICHA, Arnaldo. *et al.* Estudo Sócio-Econômico do Estuário do Rio Paraíba. **Cadernos de Estudos Regionais:** O estuário do Rio Paraíba – Série Monografia 1. João pessoa, ano 3, n. 2, Jun. 1980. p. 27-135.

RODRIGUES, Claudio José Lopes. **Sociedade e Universidade**: um estudo de caso. João Pessoa: SEC/PB, 1986.

RODRIGUES, Inês Caminha Lopes. Liberalismo e Intervencionismo nas Economias Açucareira e Algodoeira: A introdução de novas culturas. **Revista Ciência Histórica**. Ano III, n. 3. Out. 1990. p. 75-94.

_____. República Velha e Oligarquias na Paraíba. **Revista Ciência Histórica**. Ano II, n. 2. Abr./Dez. 1986. p. 23-30.

ROLIM, Francisco Sales Cartaxo. Cajazeiras: O Domínio do Clientelismo eleitoral. **Textos UFPB/NDIHR**. Nº14. João Pessoa, julho de 1986.

RUSEN, Jorn. **Razão histórica**- Teoria da história: fundamentos da ciência histórica. Trad. Estevão Resende Martins. Editora da Universidade de Brasília, 2010a.

_____. **História viva**- Teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico. Trad. Estevam de Resende Martins. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2010b.

SANTANA, Martha Falcão de C. E. Moraes. Crise e Identidade Regional. **DEBATES REGIONAIS**. História e Identidade(s) Regional(is). Nº 2. João Pessoa: Editora Universitária/NDIHR, 1995. p. 48-62

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

SEVÁ, Arsênio Oswaldo. O Porto de Cabedelo: dos sinais de fraqueza às manias de grandeza. **Cadernos de Estudos Regionais**: O porto de Cabedelo e a pesca da baleia – Série Monografia 2. João Pessoa, ano 3, n. 3, Dez. 1980.p. 21-34.

SILVA, Francisco Carlos T. da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil (1974-1985). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Luciliane A. Neves (Org.). **O tempo da ditadura**: Regime Militar e movimentos sociais. 2ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. Considerações para uma história da pesquisa no Nordeste. **Revista Horizonte**.João Pessoa: Ed. UFPB, ano 2, n. 5, jul./dez. 1977.

_____. Apresentação. **Cadernos de Estudos Regionais**: Arrolamentos de acervos cartoriais para a história da Paraíba – Série Documentação, João Pessoa: UFPB/NDIHR, 1979.

_____. A luta do historiador. **Revista de Ciências Humanas**. (Trimestral). João Pessoa, ano 2, n. 4, out./dez. 1980a.p.13-22.

_____. A pesquisa histórica na UFPB: Implantação de um Centro de Documentação. **Revista de Ciências Humanas**. (Trimestral). João Pessoa, ano 2, n. 4, out./dez. 1980b. p. 249-267.

_____. **Relatório de Atividades do NDIHR-UFPB (1976-1980)**. MAIA. Neiliane. (Org.). Datilografado por Nancy Azeredo da Silva. João Pessoa, abr. 1980.

_____. A questão regional: gênese e evolução. **Revista Ciência Histórica**. Ano II, n. 2. Abr./Dez. 1986. p. 5-22.

_____. As Relações da Província com o Governo Central: Reiteração da Subordinação. **Revista Ciência Histórica**. Ano III, n. 3. Out. 1990. p. 57-74.

_____. Recuperar a Memória, Fazer História. **Debates regionais. Fazer História:** (des)construção e (in)certeza. n. 3. João Pessoa: Almeida Gráfica e Editora Ltda/NDIHR/ANPUH, 2. Sem.1996.

_____. Entrevista [21 de maio, 1998]. João Pessoa-PB. **Projeto NDIHR 20 anos:** Resgate e Construção de uma história. Entrevista concedida a Ataídes Cassimiro da Silva, Georgina Alves da Fonseca e Vera Lucia da Silva. (Acesso à entrevista transcrita).

_____. Entrevista [17 de julho, 2007]. João Pessoa-PB. Entrevista concedida à Adeilma Bastos, como atividade de pesquisa para a dissertação “**Paisagem Cinematográfica:** o NUDOC e a produção cultural nas décadas de 1980-1990”. (Acesso à entrevista transcrita).

_____. **O Regionalismo Nordestino:** Existência e Consciência da Desigualdade Regional. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009.

_____. História e historiografia: entre o nacional e o regional. In: ARAÚJO, Edna Maria Nóbrega de. *et al.* (Org.). **Historiografia e(m) diversidade:** artes e artimanhas do fazer histórico. João Pessoa: Editora da UFCG/ANPUH-PB, 2010.

_____. A historiografia acadêmica paraibana e a ANPUH-PB: Considerações de meio século. In: GLEZER, Raquel (Org.). **Do passado para o futuro:** edição comemorativa dos 50 anos de ANPUH. São Paulo: Contexto, 2011.

_____; NEVES, Joana; FORMIGA, Zeluiza S. Ensino de História (Coletânea). **Textos UFPB/NDIHR.** Nº 23. João Pessoa, março de 1989. (Texto mimeografado.)

SILVEIRA, Rosa Maria Gdoy; NEVES, Joana; ALEM, Silvio Frank. *et al.* Licenciatura de História: estudos e propostas. **Encontro Estadual de Reformulação dos Cursos de Formação do Educador,** II. João Pessoa, 1984.

SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XI. 1981, João Pessoa. **História, Historiografia, Historiador.** João Pessoa: Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH), julho de 1981.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil de Castelo a Tancredo (1964-1985).** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOUSA, Antônio Clarindo Barbosa. Entre o pão e a poesia: O atendimento às reivindicações populares em Campina Grande entre 1982 e 1992. **DEBATES REGIONAIS.** História e Identidade(s) Regional(is). Nº 2. João Pessoa: Editora Universitária/NDIHR, 1995. p. 72-83.

SOUSA, Fabio Gutemberg Ramos B. de. Campina Grande: Primeiros passos na “construção” de uma cidade. **DEBATES REGIONAIS.** História e Identidade(s) Regional(is). Nº 2. João Pessoa: Editora Universitária/NDIHR, 1995. p. 84-92.

SOUZA, Terezinha Oliva de. Coronelismo e oligarquia em Sergipe: A Revolta de Fausto Cardoso. **Revista Ciência Histórica.** Ano II. n. 2. Abr./Dez. 1986. p. 39-44.

TAKEYA, Denise Monteiro. Nordeste: Questão Regional e história econômica. **Revista Ciência Histórica.** Ano II. n. 2. Abr./Dez. 1986.p. 31-38.

VASCONCELOS, Maria de Lourdes Batista de. O processo de emancipação na Paraíba: Origens e Desdobramentos. **Revista Ciência Histórica.** Ano III. n.3. Out. 1990. p. 31-40.

VIEIRA, Lúcio Flávio Rodrigues. Cultura Global e identidade regional. **DEBATES REGIONAIS.** História e Identidade(s) Regional(is). Nº 2. João Pessoa: Editora Universitária/NDIHR, 1995. p. 63-71.

WANDERLEY, Maria Ângelo Antônio. As eleições de 1982 em Princesa Isabel: A reprodução do velho jogo político. **Textos UFPB/NDIHR**. Nº 21. João Pessoa, maio de 1988.

WEHLING, Arno. Historiografia e epistemologia da história. In: MALERBA, Jurandir. (Org.) **A história escrita**: teoria e história da historiografia. São Paulo: Contexto, 2006.